

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

DIOGO MARQUES TAFURI

DEUS E O DIABO NA TERRA DA CERCA



A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA

**São Carlos/SP
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DIOGO MARQUES TAFURI

DEUS E O DIABO NA TERRA DA CERCA



A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO SANTA HELENA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior

Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos

São Carlos/SP
2019

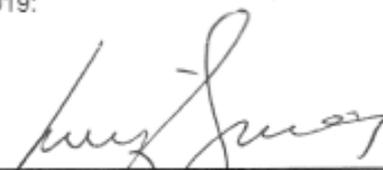


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Diogo Marques Tafuri, realizada em 22/02/2019:



Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior
UFSCar



Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar



Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA



Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos
UNISAL



Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
UFSCar

*Às três Marias:
Maria Helena, Mariana e Maria Flor,
origem perene e renovada de vida*

AGRADECIMENTOS

A finalização desta tese encerra um longo ciclo dedicado aos estudos na área da Educação, realizado desde 2011 em conjunto com discentes e docentes da linha Práticas Sociais e Processos Educativos, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Habitado que fiquei ao longo das pesquisas de mestrado e doutorado em buscar desvelar e compreender processos educativos de outrem, vejo-me agora impelido a refletir sobre os meus próprios, vivenciados neste quase oito anos de convivência com os/as participantes desta comunidade acadêmica. Na prática social da pesquisa científica, aprendi com os/as colegas da linha a postura ética de respeito à alteridade e de reconhecimento da legitimidade dos saberes populares, defendendo sua importância para a possibilidade de construção de uma forma de conhecimento crítica e plural. Isto me exigiu, no decorrer desta trajetória de pesquisa e militância, vigilância perene de minhas ações, reflexões e discursos, de modo a manter-me em coerência com a responsabilidade do comprometimento assumido junto aos grupos historicamente marginalizados com os quais temos atuado. Em suma, tal experiência foi pouco a pouco me transformando em um homem de práxis militante, fardo que escolhi carregar desde então com a seriedade, o amor e a dedicação que atravessam o trabalho dos professores e das professoras que me orientaram neste caminho, pelo qual serei sempre grato: Maria Waldenez de Oliveira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Luiz Gonçalves Junior, Aida Victoria Garcia-Montrone, Ilza Zenker Joly, Elenice Maria Cammarosano Onofre, Aline Sommerhalder, Fernando Donizete Alves, Sonia Stella Araújo-Oliveira.

Ao mestre e companheiro Luiz, uma saudação especial de quem só tem podido aprender com a sensível e bem humorada seriedade com que nos orienta para a vida, de modo que os passos sejam dados firmes e cada qual a seu tempo, e sempre em direção ao mundo.

Um beijo aos colegas do Núcleo de Estudos em Fenomenologia e Educação Física, pelos momentos de descontração e pelas discussões sempre inspiradoras sobre pesquisa científica, educação popular e fenomenologia. Saudações à Deni, Carol, Silvia e Juliana, amigos/as do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo com os quais vivenciei a marcante experiência de pesquisa com práticas populares de finanças solidárias existentes nas diversas regiões do Brasil.

Agradeço ao professor Joelson Gonçalves de Carvalho e às professoras Maria Waldenez de Oliveira, Valéria Oliveira de Vasconcelos e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, pela disposição em aceitar o convite para as bancas de qualificação e defesa da tese, mas

sobretudo pelas contribuições críticas que tanto colaboraram para sua construção e consecução. Também aos professores Henrique Carmona Duval e Fabio Ricardo Mizuno Lemos, às professoras Aida Victoria G. Montrone e Debora Monteiro do Amaral, por aceitarem o convite para suplência das bancas, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento proporcionado para a realização da pesquisa.

Um agradecimento especial à Professora Iraí Maria de Campos Teixeira, pelo cuidado e sensibilidade com que realizou a transcrição das lindas entrevistas dos sujeitos de pesquisa.

Ademais, os quatro anos decorridos para meu doutoramento em Educação coincidiram, para minha contenteza, com os quatro anos de vida de Maria Flor, menina que encheu a casa de luz e de alegria com sua doçura e sua capacidade de despertar encanto apenas com a presença percebida. Dona do ventre que germinou nossa Flor, da força que sustentou caminhos e descaminhos, do amor que envolveu e acalmou quando a paciência esvaiu, Mariana não poderia deixar de estar ao meu lado neste percurso para que pudesse findá-lo. Sou igualmente grato pela ternura, carinho e amor reconfortante de minha família: meus pais Hélio (em memória) e Maria Helena, meus irmãos Viviane, Rodrigo e Daniela, e seus companheiros Marcelo, Lissandra e Edson, minha sogra Maria Luzia e meu sobrinhos Pedro, Gabriel, Lucas, Laura, Guilherme e Sara. Obrigado pelos bons momentos compartilhados e pela segurança em saber que poderemos contar uns com os outros a qualquer tempo.

Também gostaria de mandar um salve especial à comunidade Ecovila Tibá de São Carlos, grupo do qual tenho o imenso prazer de fazer parte, em sua ousada tentativa de reaver o sentido coletivo de nossa existência e a riqueza da diversidade humana. Um beijo para Jeyson, Gleise, Iara, Davi, Fer, Cacau, Yarin, Yan, Gabriel, Luana, Nanã, Manu, Yuri, Andréia, Carlinha, Nancy, Gael, Fernanda, Helena, Paulinho, João, André.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à Maria de Lourdes, Tereza Maria, Lindamira, José Maria, Sebastião Duque, Sebastião Alves, Maria Aparecida, Honorina e Cláudio, agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena que, para além da prazerosa convivência e dos aprendizados que temos compartilhado ao longo dos últimos anos, nos confiaram suas memórias de lutas e alegrias, revelando as lindas visões de mundo que sustentam seus respectivos trabalhos de produção de alimentos orgânicos. Obrigado por não desistirem de lutar para devolver a saúde para a terra e pelo exemplo de persistência, simplicidade e amor que transmitem às pessoas.

À todos e todas que de alguma forma estão aqui presentes, minha gratidão.

Amor e luta sempre.

A primeira cerca é de arame, é a cerca do latifúndio, a cerca das terras devolutas. A segunda cerca é da violência programada, é a cerca dos pistoleiros, é a cerca dos massacres anunciados, é também a cerca da persistente militarização da questão agrária. E assim os sem-terra enfrentam a terceira cerca: a cerca do Poder Judiciário.

Bernardo Mançano Fernandes

Nesta pesquisa, discutimos a luta pela terra enquanto prática social geradora de processos educativos, situando-a no contexto específico das experiências de agricultores e agricultoras viventes no Assentamento Santa Helena, localizado no meio rural de São Carlos, município do interior do estado de São Paulo. Para tanto, fundamentamos teórica e conceitualmente o eixo analítico de nossa perspectiva de produção de conhecimento a partir das categorias práticas sociais e processos educativos, entendendo que as práticas sociais vivenciadas cotidianamente pelos seres humanos se constituem enquanto práxis essencialmente intersubjetiva, geradora de processos educativos que se projetam no tempo-espaço a partir de situações gnosiológicas problematizadoras da realidade social. De forma específica, buscamos compreender a diversidade das experiências observadas no contexto das relações estabelecidas pelos agricultores e agricultoras com a terra de trabalho ao longo de suas distintas trajetórias de vida, historicamente condicionadas pelas formas concretas de apropriação e distribuição com que se objetifica a estrutura fundiária no Brasil e, deste modo, também pelo modo de manifestação das relações de trabalho em cada contexto espaço-temporal específico, no bojo do processo de produção e reprodução social capitalista. Por meio da fenomenologia, construímos e organizamos nosso texto obedecendo a um critério histórico e cronológico dos acontecimentos descritos pelos/as agricultores/as durante as entrevistas realizadas em campo, de forma a contemplar a integralidade de suas distintas experiências de luta pela terra e os diversos elementos educativos a elas relacionados, os quais se mostraram presentes no seio de suas existências e que, em nossa compreensão, integram um todo encarnado em suas formas de ser e de agir no presente. Por fim, defendemos que o fenômeno da luta pela terra se apresenta como elemento significativo fundante e comum (tanto em termos materiais como simbólicos) à certa condição camponesa em nosso país, a qual vem se constituindo historicamente a partir da experiência educativa vivenciada no seio do contexto brasileiro de concentração da propriedade de terras e de superexploração da mão-de-obra rural e urbana, ensejando contra-processos de resistência política que culminaram, entre outras conquistas, com a constituição de assentamentos rurais.

Palavras-chave: Processos Educativos. Luta pela Terra. Assentamentos Rurais. Questão Agrária.

En esta investigación, discutimos la lucha por la tierra como práctica social generadora de procesos educativos, situándola en el contexto específico de las experiencias de agricultores y agricultoras vivientes en el Asentamiento Santa Helena, ubicado en el medio rural de São Carlos, municipio del interior del estado de São Paulo. Para ello, fundamentamos teórica y conceptualmente el eje analítico de nuestra perspectiva de producción de conocimiento a partir de las categorías prácticas sociales y procesos educativos, entendiendo que las prácticas sociales vivenciadas cotidianamente por los seres humanos se constituyen como praxis esencialmente intersubjetiva, generadora de procesos educativos que se proyectan en el tiempo-espacio a partir de situaciones gnoseológicas problematizadoras de la realidad social. De forma específica, buscamos comprender la diversidad de las experiencias observadas en el contexto de las relaciones establecidas por los agricultores y agricultoras con la tierra de trabajo a lo largo de sus distintas trayectorias de vida, históricamente condicionadas por las formas concretas de apropiación y distribución con que se objetiva la estructura agraria en Brasil y, de este modo, también por el modo de manifestación de las relaciones de trabajo en cada contexto espacio-temporal específico, parte del proceso de producción y reproducción social capitalista. Por medio de la fenomenología, construimos y organizamos nuestro texto obedeciendo a un criterio histórico y cronológico de los acontecimientos descritos por los (las) agricultores/as durante las entrevistas realizadas en campo, de forma a contemplar la integralidad de sus distintas experiencias de lucha por la tierra y los diversos elementos educativos a ellos relacionados, los cuales se mostraron presentes en el seno de sus existencias y que, en nuestra comprensión, integran un todo encarnado en sus formas de ser y de actuar en el presente. Por último, defendemos que el fenómeno de la lucha por la tierra se presenta como elemento significativo fundante y común (tanto en términos materiales como simbólicos) a cierta condición campesina en nuestro país, la cual se viene constituyendo históricamente a partir de la experiencia educativa vivida en el seno del mismo, el contexto brasileño de concentración de la propiedad de tierras y de superexplotación de la mano de obra rural y urbana, dando contra-procesos de resistencia política que culminaron, entre otras conquistas, con la constitución de asentamientos rurales.

Palabras clave: Procesos Educativos. Lucha por la Tierra. Asentamientos Rurales. Cuestión Agraria.

ABSTRACT

In this research, we discuss the struggle for land as a social practice that generates educational processes, situating it in the specific context of the farmers' experiences living in Santa Helena settlement, located in the rural area of São Carlos, in the state of São Paulo. In order to do so, we theoretically and conceptually base the analytical axis of our knowledge production perspective from the social practices and educational processes categories, understanding that the social practices experienced daily by human beings constitute essentially as an intersubjective praxis, generating educational processes projected in time-space from problematic gnosiological situations of social reality. Specifically, we seek to understand the diversity of experiences observed in the relationships established by farmers with the land of work throughout their different life trajectories. Historically conditioned by concrete forms of appropriation and distribution in which the landownership structure is objectified in Brazil, and thus also by the mode in which labor relations manifest in each specific space-time context, within the capitalist social production and reproduction process. Through phenomenology, we developed and organized our text obeying a historical and chronological criterion of the events described by the farmers during the interviews conducted in the field. We do so in order to contemplate the integrality of their different experiences of struggle for land and the various educational elements related to them, which have been present within their existences and which, in our understanding, integrate their ways of being and acting in the present. Finally, we argue that the phenomenon of the struggle for land presents itself as a significant and common element (in both material and symbolic terms) to a certain peasant condition in our country. Condition that has historically been constituted from the educational experience lived in the Brazilian context of land concentration and overexploitation of rural and urban labor, leading to counter-processes of political resistance that culminated, among other achievements, with the constitution of rural settlements.

Key words: Educational Processes. Struggle for Land. Rural Settlements. Agrarian Issue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do PDS Assentamento Santa Helena em São Carlos/SP

Figura 2 – Localização dos lotes do Assentamento Santa Helena

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMATER - Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente

CAIC - Companhia Agrícola de Imigração e Colonização

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODAL - Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização

EN - Entrevistas

ENACTUS - Entrepreneurial Action Us

FEPASA - Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima

FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NuMI-EcoSol - Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária

OCS - Organização de Controle Social

PA - Projetos de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROCERA - Programa de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

PVTP - Plano de Valorização de Terras Públicas

SENAR/SP - Serviço Nacional de Aprendizado Rural de São Paulo

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

STRs - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UPA - Unidades de Produção Agrícola

US - Unidades de significado

**PARTE I – CAMINHOS DE UMA TESE SOBRE EDUCAÇÃO CAMPONESA:
PESQUISANDO COM A LUTA PELA TERRA**

Apresentação	13
Fundamentos analítico-conceituais da pesquisa em práticas sociais e processos educativos.....	18
<i>Percurso histórico e conceitos fundantes da pesquisa em práticas sociais e processos educativos</i>	<i>22</i>
<i>Prática Social enquanto práxis intersubjetiva</i>	<i>25</i>
<i>Processos educativos, projeto e situação gnosiológica</i>	<i>29</i>
Situando os caminhos da pesquisa	34
Os sujeitos de pesquisa.....	39
Forma de organização do texto	43

**PARTE II - LUTA PELA TERRA NO BRASIL: CAMINHOS DO MUNDO,
TRAJETÓRIAS DE VIDA**

CAPÍTULO 1 – Caminhos da marginalização: construção histórica da questão agrária brasileira e paulista

Colonialidade da natureza e a formação da propriedade privada no Brasil	50
Constituição da estrutura fundiária do Estado de São Paulo e da região de São Carlos	59

CAPÍTULO 2 – ‘A gente, que veio da terra’: trajetórias de vida e diversidade das experiências camponesas

Pais proprietários, filhos/as sem-terra	73
Avós proprietários, pais vinculados, filhos/as sem-terra.....	80
Pais trabalhadores rurais, filhos/as sem-terra	86

CAPÍTULO 3 - Caminhos da resistência: a luta pela terra no estado de São Paulo

Modernização agrícola, concentração de terras e a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro	93
A criação do Assentamento “Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena”	107

PARTE III – EDUCAÇÃO CAMPONESA: APRENDENDO A VIVER PELA TERRA

CAPÍTULO 4 – ‘Pra ter uma vida melhor’: a luta pela terra como expressão da educação

“Criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas”	114
“A ideia de vir embora”	1233

CAPÍTULO 5 – ‘Não é fácil enfrentar lona’: a luta pelo regresso à terra

“Quem ficou embaixo de lona”	149
“A terra eles não podem levar”	158

CAPÍTULO 6 – ‘Tem que amar a terra’: a educação como expressão da luta pela terra

“Aqui é um trabalho familiar”	175
“Morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!”	186
“Devolver saúde pra terra”	198

PARTE IV – A LUTA PELA TERRA COMO MEIO DE VIDA: DILEMAS E TENSÕES DA EDUCAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Sonhos, denúncias e anúncios	215
------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
---	-----

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista semi-estruturada	229
--	-----

APÊNDICE II – Matriz nomotética da pesquisa	227
--	-----

ANEXO I - Parecer de aprovação concedido pelo comitê de ética em pesquisa em seres humanos da UFSCar	228
---	-----

ANEXO II - Modelo do termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos colaboradores da pesquisa	231
---	-----

PARTE I – CAMINHOS DE UMA TESE SOBRE EDUCAÇÃO CAMPONESA



PESQUISANDO COM A LUTA PELA TERRA

Há segredos que se ocultam de teorias; assuntos do humano que há no ofício do pesquisador e que somente o pensar sobre a prática pessoal revela. Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja, de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado). [...] Mais tarde, tempos coletivos de militância que, em sucessivos momentos, tornaram humanos e próximos os “objetos de pesquisa”, trouxeram experiências e crenças que, acredito, temos compartilhado com variações, vários e diferentes cientistas sociais. Uma delas: só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através do envolvimento – em alguns casos do comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga. Outra: não é propriamente um método objetivo de trabalho científico que determina a priori a qualidade da relação entre os polos da pesquisa, mas, ao contrário, com frequência é a intenção premeditada, ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida, ou a estabelecer, que sugere as escolhas dos modos concretos de realização do trabalho de pensar e pesquisar. Uma última: em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga (BRANDÃO, 1987:07-08).

Apresentação

A construção de uma pesquisa científica depende, fundamentalmente, da disposição do pesquisador ou da pesquisadora em percorrer certo caminho epistemológico e metodológico que permita a ele/a a compreensão de alguns elementos da realidade mundana problematizados por suas questões de estudo. Esta disposição, carregada da intencionalidade primordial que impele à ação investigativa, é condicionada tanto pela maneira com que tal realidade se manifesta dinâmica e estruturalmente aos sujeitos em tempos e espaços distintos, quanto pelas diferentes formas com que eles compreendem e significam a realidade objetiva, agindo perante ela. Neste sentido, dentre as amplas possibilidades colocadas à frente do/a pesquisador/a dentro de seu horizonte científico, este/a sempre vai definir suas estratégias de ação a partir de uma dada visão e projeto de mundo ou, dito de outra maneira, fundamentado por certo posicionamento político-ideológico forjado no seio de sua própria cultura.

É isto que faz Pierre Bourdieu (1994) denunciar a farsa da neutralidade como princípio para a produção de conhecimento e de sua utilização enquanto critério de validade dos saberes elaborados no interior do campo científico, ao mesmo tempo que permite a Enrique Dussel (2001a; 2001b) estabelecer os critérios de demarcação que diferenciaria a realização de uma **ciência social funcional**, situada em um nível de conhecimento superficial e contido dentro do paradigma científico hegemônico, e a constituição de uma **ciência social crítica**, abalizada pela opção ética de realização, por parte dos/as pesquisadores/as, de uma práxis militante, crítica e intersubjetiva junto a grupos oprimidos, a qual propiciaria a observação da negatividade da realidade social totalizante e a compreensão dos fenômenos geradores de relações de dominação entre os seres humanos, tendo em vista sua superação.

Destarte, em comum acordo com este posicionamento sociológico, epistemológico e metodológico em relação ao *modus operandi* da realização da pesquisa científica (TAFURI, 2011; 2015a; BELMONTE; TAFURI, 2015), temos buscado expressar em nossa práxis acadêmica e profissional trilhada nos últimos 10 anos o compromisso político com grupos sociais e populações historicamente marginalizadas por meio do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, o qual temos compreendido enquanto processo social que vem promovendo a exploração, a dominação e a marginalização de tais grupos e cuja forma se atualiza permanentemente (MARTINS, 1989). Reconhecemos, portanto, a motivação para produção de conhecimento justamente nas indagações e problematizações surgidas em nossa imersão

crítica neste mundo marcado por disputas de poder engendradas no seio de uma estrutura social rigidamente hierárquica e desigual, negatividade a partir da qual temos buscado fundamentar ideologicamente o ponto de partida de nossas práticas e discursos, visando o estabelecimento de um contraponto crítico. Assim, assumindo (explicitamente ou não) a pesquisa participante enquanto possibilidade crítica de metodologia científica, partilhamos do entendimento de que a relação estabelecida entre diferentes sujeitos no bojo da construção de um conhecimento criterioso advém do encontro de subjetividades e do exercício de intersubjetividade, devendo implicar necessariamente a busca pela construção e consolidação de relações dialógico-comunicativas (TAFURI, 2015a).

No caso em questão, nossa disposição de conviver de um modo próximo e comprometido com os agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena se deu a partir de 2015, quando cursávamos o primeiro ano do doutoramento em educação e, simultaneamente, realizávamos a coordenação executiva de projeto de extensão executado pelo Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)¹. Neste contexto, por meio de nosso trabalho de assessoria técnica, participamos ativamente da criação da Rede Agroecológica Santa Helena, a qual, a partir estruturação de um sistema de entrega de cestas de hortifrúteis orgânicos a consumidores finais, possibilitada pela parceria realizada entre NuMI-EcoSol, o grupo *Entrepreneurial Action Us* (ENACTUS) da Universidade de São Paulo e alguns/mas agricultores/as do assentamento, buscava “consolidar os produtores orgânicos no mercado local partindo do princípio do comércio justo” (SILVA et al, 2016, p. 04).

Em relação ao andamento de nossa proposta de investigação, originalmente pretendíamos aprofundar as questões surgidas no trabalho de pesquisa desenvolvido em nosso mestrado, o qual buscou compreender os processos educativos engendrados no decorrer da experiência de autogestão dos/as trabalhadores/as do Banco Comunitário Nascente, iniciativa de microcrédito solidário atuante em um bairro de periferia urbana do município de São Carlos/SP (TAFURI, 2014a). Seguindo as contribuições de Ernani Maria Fiori (1991; 2014b), Paulo Freire (2011), Carlos Rodrigues Brandão (2002) e dos pesquisadores e pesquisadoras da linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos, pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar

¹ O projeto “Comercialização e consumo de produtos e serviços de Economia Solidária em São Carlos e região” obteve financiamento do Ministério da Educação, por meio do Programa de Extensão Universitária de 2014, e teve a duração de 12 meses (agosto de 2014 a julho de 2015).

(OLIVEIRA et al, 2014), construímos um posicionamento epistemológico acerca do conceito de **educação enquanto cultura** que permitiu, juntamente com aportes advindos da sociologia urbana brasileira contemporânea, propormos compreensões acerca do fenômeno da Economia Solidária no Brasil à luz da forma contemporânea assumida pelo regime global capitalista, em sua relação com as dinâmicas sociais que perpassam a produção da vida cotidiana nos bairros de periferia urbana brasileiros (TAFURI, 2014b; 2014c; TAFURI; GONÇALVES JUNIOR, 2015). A partir daí, pudemos perceber a necessidade de ampliação do escopo analítico pretendido e alcançado neste estudo, na medida em que compreendemos que a própria vinculação dos empreendimentos econômicos solidários e de outras práticas coletivas e autogeridas ao mercado concorrencial acarretava uma série de tensões e contradições em relação à concepção solidária que animava tais ações, visto que elas se encontravam inteiramente inseridas e cerceadas pela lógica econômica capitalista.

Assim, reconhecendo o fundamento do fenômeno educativo no bojo do processo humano de elaboração do mundo histórico-cultural, ao mesmo tempo em que imerso na organização coletiva da comercialização dos produtores/as orgânicos/as do Assentamento Santa Helena, definimos como objeto de nossa pesquisa de doutorado a reflexão acerca das relações econômicas vivenciadas por tais agricultores/as a partir da **crítica** ao marco teórico-epistemológico da Economia Política realizada tanto por Karl Marx (1983) como por Dussel (2014). Considerando a ação econômica enquanto produto da práxis histórica e, portanto, como objeto de problematização humana, partimos do princípio de que tais ações se constituem enquanto prática social geradora de processos educativos relevantes e específicos na conformação de identidades, valores, atitudes e na produção e reprodução de relações de significados. Além disso, entendíamos ser necessário situar esta prática social dentro do movimento histórico de constituição da sociedade brasileira, marcado pela expansão do capitalismo enquanto processo dinâmico que instituiu esta formação econômico-social no país.

Em vista disso, a partir de uma perspectiva histórica de produção do conhecimento científico, buscamos num primeiro momento compreender as ações econômicas dos/as assentados/as em relação às transformações das formas de reprodução social de suas famílias ao longo de suas trajetórias de vida, condicionadas pelo modo contemporâneo de desenvolvimento capitalista no campo e por suas inter-relações com a economia de modo geral. Isto porque partimos do princípio de que a realidade social vivenciada pelos agricultores e agricultoras sujeitos de nossa pesquisa

estava dialeticamente relacionada às suas trajetórias passadas e às possibilidades de projeto futuro que foram se constituindo historicamente, em termos objetivos e subjetivos, e que conformavam a intencionalidade das ações econômicas em relação ao direcionamento de suas capacidades de trabalho e de outros aspectos constitutivos de tal campo de ação: a forma de produção, os modos de consumo, as atividades de comercialização, entre outros.

Ao trilharmos o caminho então proposto, a partir do trabalho de sistematização dos dados obtidos pelas entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa e das discussões empreendidas em torno de seus resultados preliminares (os quais nos revelaram elementos relacionados à integralidade de suas trajetórias de vida), pudemos perceber que a compreensão das ações econômicas empreendidas atualmente pelos produtores/as assentados/as estava intimamente vinculada à forma com que se manifestavam as relações históricas por eles/as estabelecidas com a posse e o usufruto da terra de trabalho. Conforme a análise de nossos dados empíricos foi revelando e direcionando a continuidade do estudo, tratava-se de alçar a **prática social da luta pela terra** à centralidade de nossa estrutura interpretativa, visto que em meio à diversidade de experiências e trajetórias de vida observadas, construídas subjetiva e intersubjetivamente por problematizações e intencionalidades diversas, pudemos reconhecer a luta pela terra como elemento constitutivo comum das ações econômicas por nós focalizadas e dos processos educativos daí advindos.

Mais do que reconhecer algo aparentemente óbvio, o percurso científico descrito permitiu evidenciar que ainda vivemos sob as sombras de nosso violento passado colonial, e que por mais que miremos aspectos diversos da vida no campo, a prática social da luta pela terra ainda se perpetua como componente central para compreensão da questão agrária brasileira na atualidade. De acordo com os dados do relatório “Conflitos no Campo – Brasil”, organizado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2017 houve 71 assassinatos no meio rural, número 16,4% maior que em 2016, quando houve o registro de 61 assassinatos; as tentativas de assassinato passaram de 74 para 120 – uma tentativa a cada três dias; as ameaças de morte aumentaram de 200 para 226; o número de pessoas torturadas passou de 1 para 6, e o de presos foi de 228 para 263. Para os autores do trabalho, que com ele buscam denunciar a violência existente no campo brasileiro, os conflitos são definidos como “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural,

envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2017, p. 13).

Em coerência com o que foi apresentado, entendemos que a categoria **construção de lutas** ainda se apresenta como uma ferramenta analítica atual e necessária para entendermos os modos de manifestação do mundo vida dos/as assentados/as e suas ações enquanto sujeitos históricos, tal como quando proposto por Vera Lúcia Botta Ferrante (1994) em seu trabalho interpretativo sobre a resistência e as lutas dos boias-frias contra as precárias condições de trabalho e de vida, desencadeadas de modo diverso no decorrer das décadas de 1960/70/80 na região central do estado de São Paulo:

Há expressões nas falas dos trabalhadores, de denúncias e de descontentamento, que revelam a existência, nas suas relações de trabalho e em face da sociedade abrangente, de momentos de construção de suas lutas em um processo, no qual a expropriação aparece transfigurada em uma natural e energizante modernização agrícola. [...] ao longo do processo definem-se como sujeitos de uma luta pela conquista de patamares da cidadania, processo contraditório, pois, em contrapartida, enfrentam um círculo ampliado de poderes e controles no mercado de trabalho e no espaço produtivo e reprodutivo. Partimos do princípio de que a construção das lutas não tem um *locus* específico, uma única mola propulsora; além do espaço público pode ter momentos instituintes em outros poros da sociedade. O tempo do silêncio, da desmobilização, pode expressar resistência. Construção da luta não é propriamente um conceito, mas sim uma categoria analítica que pode possibilitar o acompanhamento concreto dos movimentos dos boias-frias em distintos momentos, em seus meandros de sutilezas. A busca da história real da constituição das lutas dos boias-frias nos levou a resgatar práticas de enfrentamentos, visíveis ou não, quer seu movimento perpassasse o mundo das palavras, da notícia, quer permaneça nas lembranças, na memória, ou ainda, insulado em outras nebulosidades; construção de lutas, categoria em movimento, inseparável na noção das lutas de classes, pode permitir a análise das diferenciadas formas de enfrentamento (FERRANTE, 1994, p. 92-93).

Conforme o exposto, portanto, um primeiro aspecto a ser destacado na construção deste trabalho refere-se ao que há de comum nas trajetórias de vida e no lugar ocupado pelos sujeitos desta pesquisa na história agrária brasileira: história de luta e resistência, lugar de disputa pela posse da terra. Os relatos e histórias de vida que tivemos o privilégio de ouvir durante a realização das entrevistas com agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena, ocorridas no decorrer de nosso trabalho de campo, fizeram-nos problematizar o âmbito formal e normativo das análises sobre as

políticas públicas voltadas para a distribuição fundiária e buscamos compreender a prática social da luta pela terra a partir das ações de seus sujeitos, **os sem-terra**, evidenciando nas transformações históricas o protagonismo dos sujeitos fundamentalmente políticos que construíram suas trajetórias de vida na itinerância da busca por uma vida que respondesse aos seus distintos anseios humanos, caminhada que culminaria no envolvimento em processos de ocupação de terra, luta e violência.

No entanto, como pudemos ir percebendo ao longo da construção de uma compreensão sobre tais trajetórias, a luta pela terra não se iniciara estritamente no momento em que se abriram a tais sujeitos as possibilidades históricas de engajamento em movimentos sociais de sem-terras, os quais finalmente alçaram aos seus horizontes uma perspectiva concreta de obtenção de um pedaço de terra para viver. Também não se encerrara quando obtida a cessão de uso dos hectares suficientes para o abrigo doméstico e para realização da produção agrícola familiar no Assentamento Santa Helena. **A luta pela terra é inerente à toda trajetória de vida de tais pessoas**, desde as distintas condições em que se dera a infância na roça, passando pela itinerância dos trabalhos temporários na lavoura ou nas periferias empobrecidas de grandes e médias cidades paulistas: luta pela permanência na terra, luta pela sobrevivência sem a terra, luta pela obtenção da terra e luta pela sobrevivência na terra. As compreensões formuladas sobre a educação dos sujeitos do campo específicas ao escopo do presente trabalho perpassam, portanto, todas suas histórias de vida, corroborando o caráter ontológico do fenômeno educativo que pretendemos afirmar.

Fundamentos analítico-conceituais da pesquisa em práticas sociais e processos educativos

Nesta pesquisa, pretendemos discutir a educação enquanto fenômeno ontológico, pois reconhecemos na abrangência e permanência dos processos educativos vivenciados por toda gente em práticas sociais espaço-temporalmente situadas, e em seu papel para conformação de formas individuais e coletivas de ser, agir, pensar, significar, transformar e transformar-se ao mundo, uma condição existencial comum e inerente a todos e a cada um dos seres humanos. Portanto, a noção de educação que estrutura este trabalho, definida como mediação fundamental da existência humana, independente da coexistência de qualquer método pedagógico estabelecido *a priori* por prescrições normativas socialmente específicas. Baseia-se, sim, no pressuposto da existência reciprocamente constitutiva entre seres humanos e mundo objetivo, unidade existencial

fundante que se realiza por meio da tensão entre o reconhecimento humano subjetivo da objetividade histórica e as suas possibilidades, também históricas, de objetivação da existência intersubjetiva. Destarte, entendemos que a educação é forjada de maneira processual no bojo desta práxis intersubjetiva e gnosiológica que produz constantemente a **história**, “[...] temporalização do eu e do mundo num mesmo processo em que juntos se constituem e reconstituem, respondendo ao destino de seu encontro originário” (FIORI, 2014b, p. 89).

Tomando, portanto, o caráter histórico da existência de homens e mulheres como condição inata à própria natureza humana, é no seio do estudo do processo de elaboração do mundo cultural, entendido como totalidade que abarca as relações complexas de constituição mútua entre o **processo social de produção material** e o **processo social de produção simbólica**, que pretendemos compreender as práticas empreendidas pelos sujeitos de nossa pesquisa enquanto fenômeno essencialmente educativo. Na esteira de Carlos Rodrigues Brandão (2002):

[...] tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura [...] A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e produtos, de poderes e de sentido, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de invenção, de reiteração de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade social que a vida social nos obriga (p. 25).

Nesta elaboração histórico-cultural em que os seres humanos constituem o mundo ao mesmo tempo em que se constituem como tal, tratar de forma legítima as diferentes compreensões e conhecimentos criados acerca da realidade, elaborados a partir da reflexividade subjetiva e do caráter intersubjetivo das nossas ações, não significa de forma alguma negar a existência de uma totalidade social ou de um mundo objetivo comum (a um só tempo condicionante e condicionado por tais ações), ou afirmar que o mundo é o sentido que cada indivíduo dá a ele. Entendemos que a possibilidade de construção de conhecimentos socialmente legítimos sobre a realidade social, além de estar imbrincada com as relações de poder-saber historicamente estabelecidas entre classes, raças, gêneros e diferentes grupos sociais, requer o diálogo e

a confrontação das diversas formas de produção de conhecimento possíveis em qualquer tempo-espaço. Tais formas são elaboradas por meio de **linguagens diversas** e a partir da capacidade humana de reflexão sobre a experiência vivida e de problematização da realidade social, realizada subjetivamente sempre de forma parcial, mas que quando amparada por elementos cunhados pela intersubjetividade (como conjunto de conhecimentos sobre a realidade produzidos historicamente pela humanidade), pode ampliar as possibilidades de compreensão plural desta realidade complexamente constituída e socialmente compartilhada.

Propomos, assim, a recomposição daquilo que Flávio Brayner (2015) reconheceu enquanto “**fraturas que legitimam o discurso pedagógico**” (p. 27), ruptura dupla (uma na própria realidade e outra entre os seres humanos) calcada nos fundamentos discursivos presentes na Alegoria da Caverna (PLATÃO, 1996), e que daria origem ao efeito de verdade obtido pela pedagogia ocidental moderna:

A primeira fratura a que me referi, diz respeito [...] a crença de que a realidade está dividida em essência (as ideias incontinentes e apenas inteligíveis pela contemplação filosófica) e aparência (reino das sombras, das ilusões e do engano proporcionados pelos sentidos). As consequências disso são profundas e extensas! Sobretudo porque uma dessas instâncias será considerada como primeira e 'superior' a segunda e o acesso a ela permitido apenas àqueles que tiveram a coragem de, após experimentar a dor da passagem da escuridão para a luz, podem retomar ao convívio dos homens na qualidade de condutores qualificados, porque proprietários de um saber (*episteme*) que os diferenciará dos outros homens. [...] A segunda fratura é a consequência da primeira e é ela que introduz o reino da *sofocracia*, do governo dos que sabem. [...] Eis aqui o significado da segunda fratura: a divisão dos homens entre os que sabem e os ignorantes, a cisão entre *doxa* e *episteme* (BRAYNER, 2015, p. 28-29).

Neste sentido, observamos o alerta dado por Boaventura de Sousa Santos (2010) sobre a necessária atenção ao caráter testemunhal dos conhecimentos, de forma a considerar o denominado conhecimento científico e o não-científico, o escolar e o não-escolar, reconhecendo a diversidade de conhecimentos do mundo e “[...] alargando deste modo o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa” (p. 58), em uma efetiva **ecologia de saberes**. Que não subalterniza as formas de conhecimento nem desperdiça as experiências. Que percebe o cruzamento de conhecimentos, mas também de ignorâncias, primando pela utopia do citado interconhecimento: “[...] aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios” (p. 56).

Ainda em tal perspectiva, a compreensão sobre transformação da realidade social que dela deriva, entendida como resultado da práxis intersubjetiva, não será tomada a partir de um sentido teleológico preestabelecido (seja progressista, desenvolvimentista ou revolucionário), mas sim no bojo do processo histórico de produção e reprodução das culturas humanas, em sua relação mais ou menos estruturante ou desestruturante com a totalidade social. Entendemos, em acordo com Antônio Joaquim Severino (2001), que “[...] o sentido da história está na própria história”, e que “[...] a transformação em nossa historicidade não é regida por leis determinísticas, sejam metafísicas ou científicas. A historicidade é marcada pela contingência em seu conjunto” (p. 58). Eis como o filósofo Franklin Leopoldo e Silva (2008) nos coloca a questão dos diferentes significados históricos formulados acerca do caráter das mutações mundanas, partilhando nossa tese a perspectiva presente na primeira concepção apresentada pelo autor:

Esquemáticamente a mudança pode ser vista sob dois pontos de vista. No plano da história objetiva, podemos entender que haveria fundamentalmente um processo de transformação em relação ao qual todas as formas históricas seriam provisórias e passageiras, e todas as realizações seriam instáveis, porque a vida histórica se definiria mais pela transformação enquanto processo do que pela simples sucessão de formas estáveis. Algo do mesmo gênero ocorreria também no plano da história pessoal: a existência seria um processo de transformação no qual o sujeito estaria sempre se tornando outro, sem nunca atingir a identidade estável de si mesmo. Outra maneira de entender a mudança é considerá-la meio para atingir um determinado patamar de realidade natural ou histórica tal que já não houvesse mais necessidade de nenhuma modificação [...]. A segunda dentre as concepções de mudança que formulamos é a que está presente no iluminismo e que ainda configura em parte o que entendemos por transformação histórica [...]. Quanto à primeira concepção mencionada, pode-se duvidar de que alguma vez ela tenha sido inteiramente afirmada no âmbito das grandes teorias da história (p. 149-150).

O posicionamento epistemológico brevemente anunciado até o momento, sustentado por uma noção de educação tomada enquanto condição existencial humana, permite-nos, enfim, afirmar o fundamento teórico e o eixo analítico de nosso estudo, centrado nas categorias **práticas sociais e processos educativos** (OLIVEIRA et al, 2014), o qual vem sendo compartilhado, de diferentes modos, por discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar, no âmbito dos estudos acadêmicos da área da Educação. Buscamos, a seguir, discutir e explicitar nossa compreensão sobre aspectos conceituais que emergem como elementos constitutivos

destas duas categorias analíticas centrais em nossa pesquisa. Para tanto, abordaremos inicialmente o contexto histórico de surgimento do referido projeto acadêmico, bem como os pontos de inflexão que motivaram a constituição de uma comunidade científica de trabalho em torno de tal temática; em seguida, apresentaremos os conceitos de práticas sociais e processos educativos construídos historicamente por tal grupo de pesquisa, que servirão de ponto de partida para a discussão empreendida na sequência, a qual argumentará a favor de tomarmos as práticas sociais vivenciadas cotidianamente pelos seres humanos enquanto práxis essencialmente intersubjetiva, geradora de processos educativos que se projetam no tempo-espaço a partir de situações gnosiológicas problematizadoras da realidade social, a qual, portanto, se conservará permanentemente em transformação.

Percurso histórico e conceitos fundantes da pesquisa em práticas sociais e processos educativos

Ao narrar sua própria experiência pessoal como forma de expressar o percurso histórico de criação do grupo de pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos no PPGE/UFSCar, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2014) destacou seu trabalho enquanto professora de português e francês em escolas pública, privada e comunitária do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como ponto de partida das reflexões críticas que a fariam questionar as condições epistemológicas necessárias e suficientes para que as “práticas pedagógicas escolares e universitária” levassem em consideração e valorizassem a “diversidade de vivências e pensamentos que constituem a sociedade brasileira” (SILVA, 2014, p. 26). A implicação entre seu trabalho de docência no Ensino Médio e Fundamental e as lutas políticas engendradas pelos movimentos sociais (notoriamente o Movimento Negro) na busca por uma sociedade mais justa, juntamente com os estudos e discussões sobre Teologia da Libertação, Filosofia da Libertação e Educação Libertadora, realizados no âmbito do Colégio Sévigne e no Grupo de Reflexão Teológica, proporcionou à autora atentar para a importância de se “compreender processos educativos alheios à escola” (p. 25), a fim de que fosse possível vislumbrar as condições pedagógicas, dentro das salas de aula, que pudessem proporcionar processos de ensino e de aprendizado efetivamente democráticos.

Desta forma, em 1990, já enquanto docente da UFSCar e juntamente com outras/os colegas que partilhavam de princípios teórico-metodológicos afins ao comprometimento social da pesquisa científica, Silva pôde colaborar na criação da

disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos, no âmbito do curso de doutorado em Educação do PPGE/UFSCar. Posteriormente, em 1997, junto com Maria Waldenez de Oliveira, propôs a criação e o credenciamento do grupo de pesquisa homônimo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo que culminaria na criação de uma linha de pesquisa específica dentro do mesmo programa de pós-graduação, no ano de 2005, juntamente com outras/os docentes pesquisadoras/es: Ainda Victoria Garcia-Montrone, Ilza Zenker Leme Joly e Luiz Gonçalves Junior. Segundo a autora, os/as pesquisadores/as agrupados/as em torno de tal temática direcionavam seu interesse em produzir conhecimento a partir de “(...) práticas sociais não escolares, porque vínhamos a muito percebendo que processos educativos, maneiras de aprender distintas das valorizadas pelo sistema escolar, estavam dentro das escolas e das salas de aula” (SILVA, 2014, p. 20).

Inserindo-se em tal percurso histórico, pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento integrantes de tal comunidade de trabalho vêm buscando investigar, em acordo com Oliveira et al (2014), **processos educativos presentes em práticas sociais** construídas nas relações tecidas entre as pessoas, entre estas e sua comunidade de pertencimento, bem como entre pessoas e grupos, grupos entre si, e nas relações existentes entre tais agrupamentos e o todo social tomado de uma maneira mais ampla. Para as/os autoras/es, as “[...] práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e o ambiente em que vivem [...] com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver” (p. 33).

Ainda no sentido por elas/es apontado, o conceito de práticas sociais nos remete ao processo de constituição (criação e recriação) de identidades, valores, atitudes e na produção/reprodução de relações de significados, visto que “[...] nelas, as pessoas expõem, com espontaneidade ou restrições, modos de ser, pensar, agir, perceber experiências produzidas na vida, no estudo de problemas e dificuldades, com o propósito de entendê-los e resolvê-los” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 35). Assim, as práticas sociais também estão inexoravelmente situadas no tempo-espaço, ou melhor, são elas mesmas geradoras deste tempo-espaço, pois decorrem de uma construção realizada essencialmente pelos seres humanos, em sua relação histórica e existencial ao mundo (MERLEAU-PONTY, 2006).

Partindo desta forma de compreendermos práticas sociais, buscamos em trabalhos anteriores assumir um posicionamento epistemológico acerca do conceito de educação enquanto cultura (TAFURI, 2014a; TAFURI; GONÇALVES JUNIOR, 2015),

ancorado nos escritos de Brandão (2002) e na formulação elaborada por Silva (1987) em seu trabalho acerca da educação e identidade de negros trabalhadores rurais do Limoeiro/RS, na qual a autora reconhece o caráter cultural dos processos educativos:

Educação é o ato de construir o nosso modo próprio de ser, juntamente com quem convivemos, ao assumirmos com eles os destinos do nosso grupo, nossa classe social, nossa comunidade. É vivência que permite tomar consciência do mundo, das coisas, das pessoas, das relações que entre eles se estabelecem, e assim tomar consciência de si próprio. Nesse processo, cada pessoa incorpora a cultura de sua comunidade, grupo, classe, fazendo-a com os parentes, os vizinhos, os colegas, num trabalho que é sempre criador. Tal trabalho se configura como ação de cada pessoa com os outros no mundo, a fim de desvelá-lo, compreendê-lo, transformá-lo, humanizando-o (p. 64-65).

Argumentamos, portanto, a partir do exposto, que o **fundamento** teórico-conceitual comum a tal perspectiva de produção de conhecimento na área da Educação encontra-se disposto justamente nas categorias **práticas sociais e processos educativos**, nas quais encontramos o **sentido** constitutivo e o eixo analítico original que vêm orientando a realização de tais estudos e pesquisas. Deste modo, partindo do projeto acadêmico do grupo, centrado no “[...] conhecer, estudar, pesquisar (...) práticas sociais e processos que as engendram, particularmente aqueles em que mulheres e homens em diferentes condições e com compreensões de vida distintas vão se educando” (SILVA, 2014, p. 19), buscamos discutir a seguir alguns elementos conceituais que consideramos serem constitutivos de tais categorias analíticas, de forma a estabelecer a sustentação das análises empreendidas no decorrer desta tese, além de colaborar com a formulação teórica que subsidia as pesquisas educacionais em práticas sociais.

Neste trabalho, partimos do princípio de que não é a escola que contém o mundo, mas sim que o mundo é que contém a escola. Entretanto, não pretendemos de forma alguma de negar o papel educativo da escola, muito menos recusar a importância das lutas reivindicatórias e construtivas dos movimentos sociais em prol do acesso ao direito a uma educação pública coerente com as formas de vida das pessoas do(s) campo(s) e da(s) cidade(s). Trata-se, sim, de situar a educação escolar dentro deste fenômeno educativo mais geral, definidor da própria condição de existência de homens e mulheres na realidade histórico-cultural em que vivem:

Toda educação é, antes de qualquer coisa, um projeto de subjetivação que nos permite adquirir uma característica particular

(individualização) no interior de uma rede ampla e complexa de significados, normas e relações (socialização). Sem isso, nós estaríamos condenados a uma espécie de retorno à Natureza e à condição animal. Assim, falar de educação é [...] reconhecer que somos incompletos e inacabados, que somos herdeiros de um "mundo" e que precisamos cuidar dele e transmiti-lo para os mais novos - que sempre introduzirão nele, gostemos ou não, algo novo. Esse processo não finda nunca: se a experiência escolar pode ter um fim, a experiência educativa é contínua e interminável. [...] Uma educação preocupada com futuros é, sobretudo, aquela que permite e abre espaço para o novo, para o insólito e o não-dito. Aqui reside o imprevisível e o impensado da educação. Educação que é, antes de tudo, uma aposta em um mundo repleto de incertezas (BRAYNER, 2015, p. 23-24).

Prática Social enquanto práxis intersubjetiva

A fim de analisar conceitualmente a categoria **prática social**, podemos partir da proposição de que uma prática se configura em uma ação humana intencional que se estabelece em relação ao mundo que a presentifica. Constitui-se, desta forma, enquanto realidade histórico-cultural. Falamos, portanto, de um mundo humano que é conscientemente modificado, significado existencialmente a partir da intencionalidade transformadora, num movimento em que homens e mulheres se constituem e se reconstituem continuamente no que-fazer histórico: “Assim, a condição de existir dos seres humanos é integralmente instaurada e historicamente construída pela prática intencionalizada que se transfigura em práxis”, a qual “[...] só será humana se for intencionalizada através de sua capacidade simbolizadora” (SEVERINO, 2001, p. 64).

Neste sentido, sob um primeiro aspecto, podemos tomar a ação humana em seu sentido criador, transformador, a partir da qual homens e mulheres vão objetivando suas realidades sociais específicas, situadas, e, neste mesmo processo, objetivando-se no mundo histórico-cultural. De acordo com Paulo Freire (2011):

É como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções. Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais (p. 128).

Freire (2006; 2011) nos propõe um entendimento sobre a história que coloca a **práxis** humana no centro da elaboração da realidade social objetiva, visto que o processo histórico só pode ser edificado na medida em que os próprios seres humanos

lhe atribuem uma significação existencial, fundamentada na implicação mútua e constante entre ação-reflexão, prática-teoria. Parece-nos esta uma razão para Freire (2011) afirmar, de um lado, que “[...] a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso” (p. 51), bem como “[...] não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como ‘não eu’ do homem, capaz de desafiá-lo” (p. 55). É, portanto, no bojo das relações intrínsecas e mutuamente constitutivas entre seres humanos-mundo que passamos a atribuir sentido às diversas práticas sociais realizadas por toda gente em contextos espaço-temporalmente situados.

Sobre tal aspecto, a Fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty (2006) nos auxilia a vislumbrar de forma mais precisa a indissociabilidade entre existência humana-mundo. Em outros termos, para o autor, eu não estou diante de meu corpo, eu sou corpo, assim como não penso o tempo e o espaço como se fossem uma soma de pontos justapostos, eu habito o tempo-espaço, sou no tempo-espaço, sendo o corpo o lugar de toda a experiência, de todo o diálogo que envolve o eu e o mundo:

Se o sujeito está em situação, se até mesmo ele não é senão uma possibilidade de situações, é porque ele só realiza sua ipseidade sendo efetivamente corpo e entrando, através desse corpo, no mundo. Se, refletindo na essência da subjetividade, eu a encontro ligada à essência do corpo e à essência do mundo, é porque minha existência como subjetividade é uma e a mesma que minha existência como corpo e com a existência do mundo, e porque finalmente o sujeito que sou, concretamente tomado, é inseparável deste corpo-aqui e deste mundo-aqui (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 547).

Um segundo aspecto que salientamos acerca das práticas humanas tomadas como práxis se refere a sua dimensão subjetiva. Quando falamos em intencionalidade, dado que ela intervém de forma a promover algum tipo de modificação na realidade social, destacamos a atribuição de sentido² formulada pelo sujeito que a realiza, uma significação existencial a partir da qual a consciência se manifesta enquanto unidade dialética entre subjetividade e objetividade, entre logos e práxis. Segundo Ernani Maria Fiori (2014b), “[...] o significar ativo em que o mundo é significado não se efetua como atividade de uma consciência pura subjetividade. Este significar, ao contrário, é um

² Para Merleau-Ponty (2006): “Não é verdade que minha existência se possua e também não é verdade que ela seja estranha a si mesma, porque ela é um ato ou um fazer, e porque um ato, por definição, é a passagem violenta daquilo que tenho àquilo que visio, daquilo que sou àquilo que tenho a intenção de ser” (p. 511).

comportamento corpóreo-mundano e existencial no qual se constitui e reconstitui o mundo significado” (p. 87).

O movimento de retomada reflexiva realizado por parte dos sujeitos da ação, em que consciência e existência se recompõem em sua unidade originária, reintegram igualmente os seres humanos ao seu mundo vivido, pensado, buscado e criado num que-fazer permanente, expressão essencial e constitutiva da práxis:

A reflexividade é a raiz da objetivação. Se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva. Desde o primeiro momento de sua constituição, ao objetivar seu mundo originário, já é virtualmente reflexiva. É presença e distância do mundo: a distância é a condição da presença. Ao distanciar-se do mundo, constituindo-se na objetividade, surpreende-se, ela, em sua subjetividade. Nessa linha de entendimento, reflexão e mundo, subjetividade e objetividade não se separam: opõem-se, implicando-se dialeticamente (FIORI, 2014a, p. 73-74).

Nesta relação permanente que homens e mulheres estabelecem com seu mundo cultural, na manifestação mesma desta práxis histórica, ambos vão permanentemente se constituindo, num movimento ininterrupto em que tanto a ação humana é capaz de transformar a realidade social, quanto **também os seres humanos são condicionados** pelos efeitos de suas próprias ações no mundo, desde **o passado constitutivo do presente**, mas também do **presente que projeta o futuro**. Tal relação manifesta-se existencialmente de forma objetiva, subjetiva e, primordialmente, intersubjetiva. De acordo com Fiori (2014b):

A humanização, insistimos, se realiza pela encarnação e comunhão: subjetividade em que se reconhece, ativamente, na objetividade em que se constitui e através da qual, em permanente reconstituição da unidade originária, também se constitui como intersubjetividade. Em outros termos, cultura é o mesmo processo histórico em que o homem se constitui e reconstitui em intersubjetividade, através da mediação humanizadora do mundo (p. 94-95).

Não estamos ou vivemos sozinhos e isolados em mundo natural opaco aos demais seres humanos, mas partilhamos originariamente um mundo comum, social, histórico-cultural, uma comum(unidade). Portanto, somos-com-outrem-ao-mundo, coexistimos no mundo com um número indefinido de consciências que nos ultrapassam, nos transcendem e que se encontram situadas, em dado contexto. Toda e qualquer ação humana é realizada sempre em relação ao mundo e às consciências intersubjetivadas

que nele existem, ou melhor, este mundo comum que a um só tempo constitui e é constituído pela existência humana, mediatiza a comunicação das consciências e possibilita sua intersubjetivação humanizadora e a historicização da cultura.

Propondo uma filosofia da libertação latino-americana, Dussel (1995) argumenta em favor do reconhecimento do **Outro** a partir do que ele próprio denomina de **lógica da alteridade**, a qual concebe e legitima “[...] el Otro en su libertad, en su palabra que irrumpe en mi mundo; pero en el fondo, si es realmente de otro, irrumpe siempre como interpelación, porque surge desde más allá de la totalidad, como lo que todavía no tiene sentido, porque justamente está más allá de todo sentido” (p. 120). O autor estabelece a lógica da alteridade em contraposição à **lógica da totalidade**³, regida por uma estrutura totalizante que nega a exterioridade representada pela alteridade, pelo Outro, ao promover o eterno retorno do mesmo. Neste sentido, em confluência com o reconhecimento da comunicação intersubjetivante das consciências enquanto elemento constitutivo do mundo histórico-cultural⁴, Dussel (1995) retoma a experiência da gestação e do nascimento de uma pessoa para demonstrar a precedência das relações humanas frente à relação com a natureza, no encontro originário dos seres humanos com o mundo:

Vemos entonces que la cuestión del Otro, surge desde la experiencia más cotidiana. Piensen en alguien que fue gestado y que acaba de nacer; éste nació en alguien y su relación primera no fue del hombre con la naturaleza, como pensaban griegos y modernos. La primera relación del hombre es con el hombre. Nacemos en el útero de una mujer: relación con alguien; y cuando salimos a la luz del mundo, nos acoge en sus manos alguien; y lo primero que comemos no es algo, sino alguien. Esta es la primera economía, no política, sino economía pedagógica: mamamos alguien. ¿Se dan cuenta como el primer alimento es alguien?, es la leche de la madre. Así pues, la primera relación del hombre no es con las cosas, sino con los hombres, y el cara-a-cara es la más originaria de todas las experiencias (DUSSEL, 1995, p. 118).

³ Dussel (1997) problematiza a tensão existente entre a lógica da totalidade e a lógica da alteridade a fim de contextualizar a América Latina no bojo do processo histórico de mundialização da cultura europeia, cultura imperial que se origina com a invasão espanhola do continente americano em 1492 e que passa a partir de então a reivindicar para si própria o status de cultura universal, passando a considerar todas as demais culturas como barbárie, como não-ser. Tal fenômeno serviu para justificar o estabelecimento de relações verticais de dominação, exploração e aniquilamento de tais culturas.

⁴ Para explicitar tal confluência, convém citar aqui as palavras de Fiori (2014a), para quem: “O mundo comum mediatiza a originária intersubjetivação das consciências: o auto-reconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro. [...] A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização. Está nas origens da hominização e anuncia as exigências últimas da humanização” (p. 76).

O cara-a-cara com o Outro, condição inexorável para construção intersubjetiva do mundo histórico-cultural, funda a comunicação que se estabelece entre os seres humanos por meio da linguagem, que para Merleau-Ponty (2006) se configura como um “[...] objeto cultural que vai desempenhar um papel essencial na percepção de outrem” (p. 474). Fenômeno no qual se manifesta a intersubjetividade comunicante inerente a existência humana, colaboração realizada em reciprocidade, o diálogo se apresenta como forma privilegiada de escuta e reconhecimento do Outro como outrem, enquanto alteridade que ultrapassa o sentido do ser. De acordo com Fiori (2014a):

O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes “admiram” um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se. Vimos que, assim, a consciência se existencia e busca perfazer-se; (...) porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito (FIORI, 2014a, p. 75).

Ninguém se constitui como ser humano individualmente; ao contrário, é somente a partir do encontro intersubjetivo de consciências que, a partir do mundo consciente, engendramos práticas que subjetivam e objetivam nossa forma de sermos-com-outrem-ao-mundo, através da comunicação dialógica. Portanto, quando falamos em práticas sociais, pensamos em relações que se estabelecem entre as pessoas, por meio da intencionalidade, que buscam transformar a realidade vivida. Tais relações são mediatizadas por um mundo comum que se expressa existencialmente (objetiva e subjetivamente) aos participantes de tais relações por meio desta mesma práxis histórica, bem como pela comunicação intersubjetiva exercida por meio do diálogo. Por fim, entendemos que tais práticas engendram processos educativos que conformam de modo dinâmico as formas do sendo-ai-ao-mundo, colaborando na constituição permanente de suas identidades individuais e coletivas, bem como na transformação da realidade social.

Processos educativos, projeto e situação gnosiológica

Como podemos compreender, fundamentalmente, os **processos educativos** inerentes e decorrentes de práticas sociais? De que forma tais processos se consubstanciam com as diversas práticas sociais empreendidas cotidianamente por homens e mulheres em contextos espaço-temporais distintos? Para iniciarmos o

tratamento de tais questões, partiremos do princípio de que a educação é forjada de maneira processual no bojo de uma práxis intersubjetiva de ação e reflexão em direção à realidade social, constituída, portanto, no seio da própria experiência humana objetiva e por meio da qual se constroem as possibilidades de reprodução e transformação de ideias e concepções, individuais e sociais, condicionadas por sua vez pelas condições sociais objetivas de realização das ações humanas. Assim, neste contexto de discussão, imprimimos à palavra **processo** o sentido de duração, continuidade, inacabamento, vir-a-ser, termos que imediatamente evocam a temporalização requerida por Fiori (2014a; 2014b) para designar a história humana e sua condição existencial.

Temporalidade e existência, para Merleau-Ponty (2006), se confundem, pois “[...] é pelo tempo que pensamos o ser, porque é pelas relações entre o tempo sujeito e o tempo objeto que podemos compreender as relações entre o sujeito e o mundo” (p. 577). Neste sentido, se a “[...] dialética do adquirido e do porvir é constitutiva do tempo” (p. 579), somos temporalidade, e vivemos essencialmente em processo:

Só pode haver tempo se ele não está completamente desdobrado, se passado, presente e porvir não são no mesmo sentido. É essencial ao tempo fazer-se e não ser, nunca estar completamente constituído. O tempo constituído, a série das relações possíveis segundo o antes e o depois não é o próprio tempo, é seu registro final, é o resultado de sua passagem que o pensamento objetivo sempre pressupõe e não consegue apreender. Ele é espaço, já que seus momentos coexistem diante do pensamento, é presente, já que a consciência é contemporânea de todos os tempos. (...) não é um objeto do nosso saber, mas uma dimensão do nosso ser (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 556-557).

Assim como o tempo, por sua própria natureza (porque historiciza a relação originária seres humanos-mundo), homens e mulheres nunca estão completamente constituídos, são seres inconclusos, inacabados, tal qual a realidade social que intersubjetivamente vão ajudando a construir sendo-ai-ao-mundo. Portanto, é no bojo desta relação permanente de constituição recíproca (seres humanos-mundo) que podemos compreender a humanização dos seres humanos e a historicização do mundo enquanto processo educativo, pois a própria concepção de prática social enquanto práxis nos revela, na dialética estabelecida entre ação-reflexão transformadora, o retomar reflexivo pelos quais as pessoas podem transcender a si mesmas e ao mundo. Para Freire (2011), “[...] aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela

têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade” (p. 101-102). Também para Fiori (2014b), transcendência humana e práxis se constituem em um mesmo momento histórico:

O homem, porque pode lançar-se mais além de sua natureza, cultiva-se. E a mesma cultura se desenvolve num permanente transcender-se a si mesmo. O homem se define por esta liberação de limites. Pode localizar-se em seu mundo, porque o transcende e o ilumina. E, ao transcendê-lo, pode voltar-se reflexivamente sobre si e iluminar seu mundo. Não são dois momentos: o da construção do mundo e o da apreensão reflexiva. O meio vital se transforma em um mundo, quando o homem o transcende num retomar reflexivo (p. 97).

“Esta es la existencia humana, un ser desde un proyecto futuro”, afirmou Dussel (1995, p. 104), ao argumentar que os projetos humanos se configuram historicamente como um poder-ser que jamais se cumpre ao todo. Para o autor, a forma como eu-sou-no-mundo ou o modo como estou-sendo se define pela maneira que me compreendo poder-ser, não a partir de um presente abstrato, mas de uma realidade constituída desde um passado que condiciona as possibilidades individuais e coletivas de existir ao mundo: “Yo soy lo que he sido, pero a su vez lo que he sido es el que emplaza como futuro un proyecto [...] Es decir, el pasado condiciona o emplaza un proyecto futuro; desde ese proyecto se abren las posibilidades que empuño en mi presente” (DUSSEL, 1995, p. 94-95).

Este movimento em direção a um devenir da realidade, que parte da condição existencial humana desde um aqui e um agora, de um corpo-aqui e um mundo-aqui, se configura como uma sucessão ininterrupta de horizontes que continuamente vão se atualizando e, portanto, objetificando de forma dinâmica as possibilidades de poder-ser dispostas historicamente (como **condicionalidades estruturais**) aos indivíduos:

A contingência faz com que entre as dimensões subjetiva e objetiva da existência histórica haja um equilíbrio instável: as intenções do sujeito que age na história o mais das vezes não correspondem os resultados originalmente visados porque esse sujeito, embora agente, nunca é senhor da situação em que age. Reciprocamente, esse mesmo sujeito pode, através da liberdade possível, resistir às pressões objetivas ou transformá-las a partir da sua subjetividade singular. Para que a vida histórica reflita essa instabilidade constitutiva o sujeito deve exercer uma liberdade difícil, permeada por determinações de todo tipo e que o pressionam em vários níveis (LEOPOLDO E SILVA, 2008, p. 161).

Neste sentido, a problematização das condições históricas que condicionam a manifestação das situações reais, concretas, existenciais dos seres humanos, constitui-se como elemento fundamental para a realização dos projetos de existência que expressam seus modos individuais e plurais de ser. Este que-fazer problematizador configura-se como uma práxis de ad-miração e re-ad-miração da realidade social, a partir da qual homens e mulheres se abrem para novas possibilidades de compreensão acerca do mundo humano que, dada sua condição cultural, econômica, histórica, religiosa-espiritual, social, política, de gênero, de orientação sexual, e de raça-etnia, também condiciona os modos de vida de seus/uas criadores/as ensimesmados em dado contexto de mundo. Se, de acordo com Freire (2011), as raízes da educação como manifestação especificamente humana encontram-se em sua condição de permanente inconclusão existencial (enquanto projeto que jamais chega a seu termo) e da conscientização dos seres humanos em relação a esta condição (retomar reflexivo da consciência como existência), problematização e educação compartilham as mesmas raízes constitutivas, visto que:

Inseparável do ato cognoscente, a problematização se acha, como este, inseparável das situações concretas. Esta é a razão pela qual, partindo destas últimas, cuja análise leva os sujeitos a reverem-se em sua confrontação com elas, a refazer esta confrontação, a problematização implica num retorno crítico à ação. Parte dela e a ela volta. No fundo, em seu processo, a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade. Não há problematização sem esta última. (Daí que a própria discussão sobre o além deva ter, como ponto de partida, a discussão sobre o aqui, que, para o homem, é sempre um agora igualmente). Deste modo, a concepção educativa que defendemos [...] gira em torno da problematização do homem-mundo. Não em torno da problematização do homem isolado do mundo nem da deste sem ele, mas de relações indicotomizáveis que se estabelecem entre ambos (FREIRE, 2006, p. 82-83).

A educação, tomada como inerente e decorrente da práxis humana intersubjetiva de e na construção histórica do mundo, constitui-se, portanto, na relação entre sujeitos cognoscentes mediatizada pelos objetos cognoscíveis que representam certas situações existenciais vivenciadas pelos sujeitos do ato cognoscente, ou seja, configura-se de modo autêntico enquanto **situação gnosiológica** na qual intersubjetivamente tais sujeitos significam a realidade problematizada, ao mesmo tempo em que re-elaboram o conhecimento existente e re-criam o mundo por meio de sua ação, que passa então a se

constituir como práxis. Destarte, para Freire (2006), a educação, como que-fazer problematizador e gnosiológico, ocorre “(...) no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demandando a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados” (FREIRE, 2006, p. 82). Tais condições promovem a compreensão em contexto, observando valores e códigos do grupo, da comunidade e da sociedade em que se vive, refletindo sobre sua própria condição de pertencimento ao mundo com outrem, educando e educando-se.

Considerando o conjunto de práticas sociais experienciadas pelas pessoas ao longo da vida, em diversos contextos espaço-temporais, percebemos que elas nos remetem ao processo de constituição (criação e recriação) de identidades, valores, atitudes e na produção/reprodução de relações de significados. Neste sentido, compreendemos que as ações humanas transformam não somente ao mundo, mas aos próprios seres humanos e também as instituições nas quais se fazem presentes, a partir da reflexão que realizam em relação à realidade-mundo em que se presentificam, confrontando o domínio da existência humana a partir da dialética entre condicionamento e liberdade. Como nada pode determinar inextricavelmente a vida de homens e mulheres e seus respectivos projetos existenciais, a educação não pode deixar de se constituir como processo permanente, envolvendo intersubjetividade e interconhecimento:

A educação, porque se realiza no jogo destes contrários que se dialetizam, é “duração”. A educação “dura” na contradição permanência-mudança. Esta é a razão pela qual somente no sentido de “duração” é possível dizer que a educação é permanente. Por isto mesmo, permanência, neste caso, não significa a permanência de valores, mas a permanência do processo educativo, que é o jogo entre a permanência e a mudança culturais. A dialetização referida – permanência-mudança – que torna o processo educativo “durável” é a que explica a educação como um quefazer que está sendo e não que é. Daí seu condicionamento histórico-sociológico. A educação que não se transformasse ao ritmo da realidade não “duraria”, porque não estaria sendo (FREIRE, 2006, p. 84).

Por fim, ao buscarmos compor nosso repertório conceitual e metodológico de pesquisa considerando a complexidade dos processos educativos vivenciados pelas pessoas em práticas sociais, tomamos como objeto de reflexão e questionamento as compreensões que restringem o fenômeno educacional unicamente às relações

empreendidas no sistema educacional. O argumento construído até aqui nos permite propor que **práticas sociais**, tomadas enquanto **práxis** essencialmente **intersubjetiva**, são geradoras de **processos educativos** que se **projetam** em tempos-espacos a partir de **situações gnosiológicas** problematizadoras da **realidade social**; ademais, podemos também afirmar que os processos pedagógicos engendrados pela escola e por outras instituições sociais são igualmente educativos, na medida em que também são constituídos pela práxis humana intersubjetiva.

Situando os caminhos da pesquisa

Enquanto fenômeno ontológico, o processo de educação humana pode ser compreendido a partir de duas dimensões distintas e mutuamente constitutivas de suas formas de manifestação: uma relativa à formação anímica dos indivíduos, a qual se relaciona com a experiência humana de significação do mundo cultural e de constituição de suas identidades individuais/ coletivas; outra representada pelo sentido e direção objetivos assumidos pelos processos sociais e que constituem historicamente uma realidade objetiva comum. Se a primeira dimensão se refere, para utilizar a definição de Jorge Larrosa-Bondía (2002), ao saber da experiência, “(...) um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude” (p. 27), pela segunda tomaremos o processo manifestado na tensão existente entre os níveis subjetivo e intersubjetivo, do qual resultam as condições históricas que mediatizam as relações sociais. Como as significações sociais podem ser compreendidas de diferentes modos pelos indivíduos, a partir das relações intersubjetivas que permeiam tal entendimento, o ato de se educar se configura como próprio a cada pessoa, ainda que seja um processo de criação tão individual quanto social.

Neste sentido, fomos impelidos a buscar na fala e no discurso proferido pelos sujeitos de pesquisa, nas significações atribuídas por eles/as às próprias práticas sociais, situadas em contextos espaço-temporais específicos, o elemento central de desvelamento do fenômeno da luta pela terra (no tocante aos processos educativos advindos desta práxis, mas também dos processos sociais mais amplos que a eles condiciona e que por eles são condicionados). Nesta pesquisa em que optamos pelo método fenomenológico, partimos do princípio que os “[...] dados obtidos são as situações vividas que foram conscientemente tematizadas pelo sujeito”, pois ele “[...] é tido como um atribuidor de significados e não como um mero repetidor de ideias

mecanicamente adquiridas” (MARTINS; BICUDO, 1989, p. 94). Neste sentido, a Fenomenologia nos fornece elementos preciosos para trilharmos o caminho da busca do conhecimento acerca do fenômeno que se mostra à nossa experiência de pesquisador, porque:

A fala precisa do “mundo-vida” se dá num corpo, que é basicamente intencional, que é consciência e não pode se separar do pensar. Ela se constitui porque o homem, além de um potencial de comunicação, de troca com o mundo, de estabelecimento de intersubjetividade e de criação, tem também a possibilidade de compreender e movimentar-se em estruturas, assim como de criá-las. O homem, em sua vivência com o mundo linguístico, vai adquirindo uma forma própria a este, passando a perceber o mundo por esse filtro cultural que lhe permite atribuir significados que, entretanto, o transcendem e a expressar-se de uma forma original, embora num universo comum aos indivíduos que dominam uma dada língua (ROCHA, 1997, p. 100).

Conforme já mencionado, definimos como sujeitos desta pesquisa agricultores e agricultoras moradores/as do Assentamento Santa Helena, Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implantado no município de São Carlos, em 2006, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual viabilizou a cessão de uso de lotes com aproximadamente 5,4 hectares às 14 famílias que ali se encontravam acampadas tendo em vista a conquista da terra. Tal assentamento fora o primeiro desta natureza instalado no município, em uma área transferida pela União Federal ao INCRA, a qual se encontrava sob litígio judicial após ser ocupada historicamente pelo arrendamento para o plantio de cana de açúcar para uma usina do setor sucroalcooleiro (LOPES et al, 2014).

O Assentamento Santa Helena está inserido em uma mesma conjuntura agrária característica da região central do estado de São Paulo, marcada pela alta concentração da propriedade fundiária e pela predominância da monocultura de *commodities* agrícolas com grande aporte tecnológico (especialmente no complexo agroindustrial sucroalcooleiro). Dentro de tal contexto, o Santa Helena, assim como outros assentamentos rurais paulistas, convivem habitualmente com as pressões exercidas por setores sociais críticos da política de cessão de terras via constituição de assentamentos rurais, especialmente no que tange à eficiência econômico-financeira de tais agrupamentos e seu papel na promoção do desenvolvimento econômico da região (FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012).

Protagonizada especialmente por trabalhadores/as rurais sindicalizados/as pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), a luta pela reforma agrária nesta região do estado vem se estabelecendo a partir do contraponto entre o conjunto de atores e atrizes ligados ao agronegócio e as possibilidades de implantação e consolidação dos assentamentos, situando-se historicamente no bojo de um pacto de Economia Política forjado desde o período do regime militar brasileiro, ocorrido entre os anos 1964 e 1985, e marcado pela implantação de um projeto de modernização conservadora da agricultura do país, pela “(...) articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura” (DELGADO, 2012, p. 91). Destarte, desde a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária no governo do presidente José Sarney, em outubro de 1985, ainda constitui-se como mote para levantamento de questões de pesquisa a compreensão dos assentamentos enquanto “(...) expressões de uma política de desenvolvimento agrário, cuja dinâmica é ditada por uma trama de tensões entre os assentados e os demais agentes presentes neste campo de forças sociais” (FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012, p. 01).

De forma específica, limitamos nosso estudo à associação de 08 famílias assentadas vinculadas à Organização de Controle Social (OCS)⁵ criada no assentamento em 2013, a partir do Programa de Certificação de Agricultura Orgânica realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural de São Paulo (SENAR/SP), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com este grupo de produtores/as rurais temos realizado, desde 2015, trabalho de assessoria técnica para comercialização coletiva de seus produtos agrícolas orgânicos, inicialmente por meio de projeto de extensão executado pelo NuMI-EcoSol/ UFSCar, e depois como membro da Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente (AMATER). Entre os meses de junho e julho de 2017, após dois anos de convívio com os/as agricultores/as e de aproximação gradativa com a realidade do assentamento, realizamos entrevistas individuais semiestruturadas⁶ com uma pessoa escolhida em cada propriedade familiar pertencente à OCS, definidas a partir de nosso maior ou menor

⁵ Forma participativa de certificação da qualidade orgânica da produção agrícola, formalizada pela Lei nº 10.831/2003, e regulamentada pelo Decreto nº 6323/2007, Instrução Normativa nº 46/2011, que estabelece o regulamento técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as Listas de Substâncias Permitidas.

⁶ Ver roteiro semi-estruturado elaborado para realização das entrevistas no **Apêndice I** do presente trabalho, p. 225.

grau de afinidade e intimidade com as/os moradoras/es do lote.

Entendemos que, na condução de pesquisas qualitativas orientadas por meio de uma perspectiva fenomenológica, o momento da entrevista se configura simultaneamente enquanto recurso metodológico e encontro social, dado que ao mesmo tempo em que “[...] ela é a única possibilidade que se tem de obter dados relevantes sobre o mundo-vida do respondente” (MARTINS; BICUDO, 1989, p. 54), o encontro intersubjetivo proporcionado por este ato de pesquisa possui características que lhe são específicas, tais como a empatia, a intuição e a imaginação. Tal encontro se revela, portanto, como ato intencional que possibilita uma “penetração mútua de percepções” (empatia), a contemplação de “algo real que se doa à percepção” (intuição), a qual se apresenta como fonte de autoridade para o conhecimento, e a reflexão sobre a representação do real que emerge da fala dos sujeitos entrevistados (imaginação), que permite justamente imaginar quais são os dados reais e quais são aqueles produzidos pelo entrevistado (MARTINS; BICUDO, 1989, p. 53).

Dentro de tal perspectiva, nossa opção metodológica está diretamente concatenada com a forma que buscamos compreender o mundo, a partir da fenomenologia formulada por Merleau-Ponty (2006):

Porque estamos no mundo, estamos condenados ao sentido, e não podemos fazer nada nem dizer nada que não adquira um nome na história [...] O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que forma sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (p. 18).

Foram colaboradores/as desta pesquisa: Maria de Lourdes Carvalho da Silva, 56 anos, natural de Macarani/BA; Tereza Maria de Lima Marques, 70 anos, natural de Ibipitanga/BA; Lindamira Aparecida Teodoro Ribeiro, 58 anos, natural de Campo Mourão/PR; José Maria de Souza Oliveira, 47 anos, natural de Engenheiro Beltrão/PR; Sebastião da Frota Duque, 75 anos, natural de Guanambi/BA; Sebastião Alves de Azevedo, 65 anos, natural de Água Boa/MG; Maria Aparecida Rosa Silva, 57 anos, natural de Novo Itacolomi/PR; Honorina Nascimento de Almeida, 63 anos, natural de Macarani/BA e Cláudio Francisco de Almeida, 68 anos, também natural de Macarani. Convém ressaltar que previamente ao início efetivo do trabalho de campo, fizemos um

diálogo com tais agricultores/as para apresentarmos a investigação que estava sendo desenvolvida e pedirmos o consentimento para a realização de nossos encontros, bem como para o registro em áudio dos dados gerados por nossas conversas, as quais nos foram prontamente concedidas. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR (**parecer n. 1.999.809**), todos os sujeitos da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando formalmente a utilização dos dados registrados⁷.

Para análise das descrições obtidas acerca das trajetórias e experiências vividas pelos/as agricultores/as, bem como sua posterior formulação na forma de compreensões significativas sobre a estrutura do fenômeno estudado, percorremos dois momentos distintos e conjugados da análise fenomenológica, o ideográfico e o nomotético, realizando o reagrupamento de constitutivos relevantes do fenômeno interpretado a partir da depuração, proporcionada pelas leituras das entrevistas, de categorias gerais relevantes. Tal exercício foi realizado por meio do levantamento e interpretação das unidades de significado identificadas nas descrições de campo (**análise ideográfica**) e do reconhecimento de seus aspectos convergentes e divergentes (**análise nomotética**), de modo a desvelar uma perspectiva do fenômeno⁸ (GARNICA, 1997; MARTINS; BICUDO, 1989). Segundo Garnica (1997):

Na análise Ideográfica, o pesquisador procura por unidades de significado, o que faz após várias leituras de cada uma das descrições (...) Articulando as compreensões que resultaram dessa seleção das unidades de significado e das próprias unidades, o pesquisador trata de agrupá-las em categorias mediante reduções (...) A análise nomotética é feita com base na análise das divergências e convergências expressas pelas unidades de significado, estando vinculada, ainda, a interpretações que o pesquisador faz para obter cada uma dessas convergências ou divergências. Disso, novos grupos são formados e, num processo contínuo de convergências e interpretações, sempre explicitadas, novas categorias abertas, mais gerais, vão-se formando. As generalidades resultantes dessa análise iluminam uma perspectiva do fenômeno, dado seu caráter perspectival (p. 116-117).

As unidades de significado (US) utilizadas de maneira substantiva durante a discussão das categorias de análise, bem como as entrevistas (EN) das quais elas foram

⁷ O parecer de aprovação concedido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCAR, assim como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos colaboradores estão presentes, ao final no texto, nos **Anexos I e II**, p. 228-231.

⁸ A matriz nomotética contendo a seleção e o agrupamento das unidades de significados utilizadas para a formulação de cada categoria discutida nesta tese está apresentada no **Apêndice II** deste trabalho, p. 227.

retiradas, estarão identificadas entre parênteses após cada citação realizada, por meio da correspondência de siglas e de números romanos (para as entrevistas) ou arábicos (para as unidades de significado), a saber: as entrevistas nas quais se encontram as unidades de significado estarão representadas por já mencionada sigla, seguidas de número romano próprio à entrevista utilizada (EN I, EN II, etc.); após hífen, temos a identificação das unidades de significado e do número correspondente à unidade citada no trecho do texto (US 1, US 2 etc.). Deste modo, a título de exemplo, a terceira unidade de significado extraída da oitava entrevista estaria assim identificada: (EN VIII – US 3). Em cada arquivo de texto contendo os dados de campo, as unidades de significado encontram-se destacadas em **negrito** e seguidas da mesma representação descrita acima, excluindo-se apenas a identificação da respectiva entrevista (**US 1, US 2, etc.**).

Os sujeitos de pesquisa

José Maria de Souza Oliveira e Lindamira Aparecida Teodoro Ribeiro nasceram e cresceram no centro ocidental paranaense. Hoje, aos 47 e 58 anos, respectivamente, possuem cada qual seu lote de quase três alqueires no Assentamento Santa Helena. Casado com Maria Virgínia e pai de quatro meninas, José Maria é natural de Engenheiro Beltrão/PR, município onde passou a infância aprendendo desde cedo com o pai o serviço da roça. Junto com este e mais sete irmãos, trabalhou até os 16 anos na lavoura de café, sempre em terra alheia. As sucessivas crises de produção do café e os rendimentos decrescentes que daí decorreram fizeram sua família sair do meio rural em direção às pequenas cidades do Paraná, onde continuaram a trabalhar na roça como diaristas até que iniciassem, cada irmão em seu tempo, suas trajetórias de migração para grandes cidades do Paraná e de São Paulo. José Maria foi o último a sair de casa, após fazer um curso de vigilante que lhe proporcionou uma oportunidade de trabalho em São Carlos/SP, no início de 1996. Convidado por amigos para uma pescaria em Tapuí/SP, conheceu o acampamento de sem-terras e a possibilidade de conquistar seu próprio lote por meio da política de criação de assentamentos rurais, o que se concretizaria anos depois, após algumas tentativas frustradas, com a ocupação da fazenda Santa Helena, até 2004 arrendada para o plantio de cana de açúcar por usinas do setor sucroalcooleiro.

Nesta mesma fazenda, Lindamira Aparecida e seu marido, Divino, lograriam êxito em sua caminhada rumo ao regresso à vida no campo. Nascida e criada na região de Campo Mourão/PR, Lindamira viveu sua infância na fartura, como gosta de dizer,

aprendendo o trabalho da roça nas propriedades rurais dos pais até os 16 anos de idade, quando, então residindo no município de Rancho Alegre do Oeste/PR, decidiu ir embora com o tio para São Paulo/SP. Ali, no final da década de 1970, trabalharia primeiramente como doméstica para depois ingressar em uma fábrica de tecelagem, onde, em um grave acidente de trabalho, perdeu um pedaço de sua mão ao se acidentar em um prensa mecânica. Após retornar ao Paraná com o marido, pai de seus quatro filhos, e dele se separar após alguns anos trabalhando como boias-frias em Rancho Alegre do Oeste, decidiu acompanhar a irmã e o cunhado rumo a periferia empobrecida de Campinas/SP, onde no ano de 2000 começou a participar das reuniões que mobilizavam pessoas para as ocupações de terra no estado de São Paulo.

Também nascida no Paraná, no município de Novo Itacolomi, após seus pais migrarem do estado de Minas Gerais buscando uma vida menos sofrida para seus doze filhos, Maria Aparecida, hoje com 57 anos, ficou pouco tempo em sua terra natal, onde seu pai trabalhava como meeiro nas lavouras de café e algodão. Com a quantia financeira poupada em tais trabalhos, a família conseguiu comprar uma pequena propriedade rural em Altamira/PR, onde cultivava a chamada lavoura branca (arroz, feijão, milho, abobrinha) para consumo e comercialização. Em 1978, a família se mudaria para Ibaté/SP, onde depositavam a expectativa de que os/as filhos/as pudessem ter acesso a educação escolar. Então com 17 anos, indo na contramão deste sonho, Maria Aparecida passaria a colaborar com a reprodução da família trabalhando com serviços temporários de corte de cana, colheita de laranja, capinagem, além de serviços domésticos, antes de ingressar em uma empresa de eletrodomésticos local. Após mudar com a família para o bairro Cidade Aracy, periferia sul de São Carlos, o receio do desemprego e a insegurança em relação a criação de seus três filhos/as (num contexto de alta vulnerabilidade social e econômica) fizeram com que o boato da existência de uma terra da União Federal em litígio judicial se transformasse em possibilidade de obtenção de um lote de terra em que pudesse, junto com seu marido Manoel, plantar sua própria lavoura e criar seus filhos/as de forma mais tranquila.

Aos 16 anos de idade, Sebastião Alves de Azevedo decidiu deixar sua terra natal, Água Boa/MG, rumo ao estado de São Paulo. Filho de agricultores que trabalhavam como meeiros na lavoura de milho, arroz, feijão e banana, deixou a “vida muito atrasada” de Minas Gerais junto com seu pai e um de seus dez irmãos, a fim de trabalhar com o corte e descarregamento de cana-de-açúcar na Usina Malha, em Santa Rosa do Viterbo, região de Ribeirão Preto/SP. Antes de chegar à São Carlos/SP, em 1985,

permaneceu vivendo sozinho entre Ribeirão Preto e Jundiá/SP, trabalhando no ramo da construção civil como servente de pedreiro e também como ajudante de carpinteiro. Em São Carlos, ficou “caçando serviço” de guarda e vigilante, antes de conseguir emprego em uma empresa de fabricação de compressores de geladeira. No início dos anos 2000, juntou-se ao acampamento sem-terra no município de Tapuí/SP até o desfecho decretado pelo despejo policial, regressando com a esposa Andrea e seus dois filhos para São Carlos, onde pouco tempo depois participaria da ocupação da propriedade que abrigaria o Assentamento Santa Helena, local em que hoje Sebastião reside com sua família, aos 65 anos.

Em Tapuí, Sebastião Alves encontraria alguns de seus futuros companheiros e companheiras de assentamento, entre elas Tereza Maria de Lima Marques, nascida no dia 30 de outubro de 1948 no município de Ibipitanga, na Bahia. Tendo vivido a maior parte de sua infância em Santa Fé do Sul/SP, na propriedade em que seus pais criavam e negociavam gado, Tereza Maria ainda se emociona ao recordar dos tempos de criança, quando colaborava com o pai no trato das criações e no manejo da lavoura, cuidados que a fizeram pegar amor pela terra e pelo trabalho da roça: “Eu daria minha vida pra voltar àquele tempo”. Viúva aos 21 anos de idade, acompanhou a saída gradativa de todos seus irmãos da casa dos pais em Santa Fé do Sul, os quais, ao verem-se sozinhos, decidiram vender a propriedade rural e mudar para a capital do estado, São Paulo. A partir daí, Tereza Maria criaria sozinha seus dois filhos em Campinas/SP, onde trabalhou por mais de 20 anos no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas, em uma empresa terceirizada responsável pela limpeza de defuntos. Persistindo com o sonho de voltar para a terra, decidiu ingressar na luta por ela, participando dos primeiros encontros de organização do movimento no Jardim Rosália, em Campinas, até o momento em que a trajetória de ocupação de terras e acampamentos levaria ela e seu marido, Osvaldo, a construir a continuidade de suas histórias no assentamento em São Carlos.

Sorocaba, Itapetininga, Araras, Colina, Barretos, Pitangueiras, Matão, Santa Fé do Sul, São Carlos. Foram quase 15 anos de ocupações e acampamentos até que Sebastião da Frota Duque, hoje com 75 anos e sete filhos/as criados, pudesse regressar com sua esposa, Zenilda, a um pedaço de terra que fosse seu. Nascido em Guanambi, estado da Bahia, viveu até os 16 anos na propriedade de seu pai, onde produziam algodão, milho, feijão, arroz, batata, cana, rapadura, farinha de mandioca, gado, leite, requeijão, queijo, tudo em fartura. Habitado desde pequeno à rotina de trabalho na

roça, decidiu com tal idade ir embora de sua terra natal em busca de uma oportunidade de estudo, algo improvável no contexto da vida no campo de sua região: “Estou com destino de ir pra uma fazenda no destino de Bebedouro, chamada Faixa Verde. Do fazendeiro por nome de Antônio Lopes. Eu vou com destino dessa cidade e vou procurar a casa desse homem. E além de tudo isso, se der certo, eu tenho vontade de estudar”, disse ele ao comandante do setor de migração da estação do Brás, em São Paulo, no ano de 1959. Sebastião ainda conseguiu aprender as primeiras letras percorrendo de bicicleta os 15 km de distância entre a Fazenda Faixa Verde e a cidade de Bebedouro, local onde participava de um grupo de estudo, até que seu meio de locomoção fosse roubado. Esmoreceu, então, da tentativa de estudar, e entre idas e vindas à sua Guanambi, passou a trabalhar como carpinteiro no ramo da construção civil, rodando em tal serviço todo o estado de São Paulo, até ingressar em definitivo, em 1991, no movimento dos sem-terra, deixando provisoriamente sua família a sós em Campinas.

Findada sua trajetória de itinerância em busca de terra com a chegada e fixação em São Carlos, Sebastião Duque encontraria ali no Assentamento Santa Helena duas conterrâneas do estado da Bahia, ambas nascidas no município de Macarani, localizado no centro sul baiano: Maria de Lourdes Carvalho da Silva, hoje com 56 anos, e Honorina Nascimento Almeida, de 63 anos. A coincidência nas trajetórias de Maria de Lourdes e Honorina não cessaria em sua naturalidade comum: ambas lembraram em seus relatos a infância de fartura na roça e a época em que o dinheiro importava menos que nos dias atuais para a reprodução familiar, período vivenciado junto com os pais na propriedade de seus respectivos avôs. Tais trajetórias seriam percorridas até que o falecimento da mãe de Maria de Lourdes e do pai de Honorina precipitasse a desagregação de seus núcleos familiares e o casamento das duas ainda na adolescência, assim como a migração de ambas para as plantações de cacau no sul da Bahia, antes do retorno para Macarani e da saída definitiva para o estado de São Paulo.

Maria de Lourdes chegou em São Carlos no início da década de 1980, aos 20 anos, junto com suas três pequenas filhas Ivanete, Rosilda, e Elaine, acompanhando a decisão do marido que decidira vir para esta cidade um ano antes de sua chegada, em busca de trabalho. Foram os oitavos moradores do bairro Cidade Aracy, onde Maria de Lourdes permaneceu com os filhos por 25 anos, em meio à atribulada vida de pequenos negócios imobiliários, trabalhos temporários informais e busca por terra de seu marido, responsável pela conquista do lote deixado pela irmã de Maria Aparecida no

Assentamento Santa Helena, em 2008. Apesar da separação ocorrida tempos antes da mudança para o assentamento, Maria de Lourdes ainda viveria ali quatro anos com o ex-esposo, antes que ele decidisse definitivamente ir embora daquele lugar.

Já Honorina permaneceu por 17 anos trabalhando junto com seu marido Cláudio nas fazendas baianas de cacau. Após esse período, permaneceria na Bahia cuidando de seus sete filhos enquanto Cláudio tentava se estabelecer, em duas passagens distintas, na cidade de São Carlos, trabalhando em fazendas agrícolas e no ramo da construção civil. Após a segunda partida, o filho mais velho que viera acompanhar o pai lhe fizera o pedido: “‘Mãe, é bom que a senhora venha’. Aí eu pensei, sabe de uma coisa? É bom eu ir. Aí, cheguei aqui. Mas quando eu cheguei aqui. Moço! Não arrumava emprego!”. Pouco tempo depois de se estabelecerem no bairro Cidade Aracy, a vida, segundo Honorina, foi melhorando, com o surgimento de trabalho para ela na colheita de laranja e para Cláudio, como pedreiro. Já no início da década de 2000, Cláudio decidiu partir para o acampamento sem-terra de Tapuí na busca por um pedaço de chão para plantar, mas dada a decisão judicial que decretara, tempos depois, o despejo das pessoas ali acampadas, voltou para São Carlos e fez nova tentativa na Fazenda Santa Helena, onde contra toda sorte de desmandos e violências manifestadas pelos antigos donos desta propriedade, permaneceu junto com Honorina em sua luta comum, agora não mais pela terra, mas pela reprodução de suas vidas nela.

Forma de organização do texto

Em consonância com o que nos sugere a Fenomenologia em relação a uma possível forma de olhar e compreender o mundo, buscamos ao longo desta tese evidenciar as falas de nossos sujeitos de pesquisa construídas ao longo das entrevistas realizadas durante nosso trabalho de campo, as quais foram expressas por meio das narrativas, memórias e significações propostas pelos/as assentados/as nos diálogos realizados. Partindo de tal princípio metodológico e epistemológico, alçamos a análise dos dados empíricos coletados à uma posição central na estrutura do texto apresentado, obedecendo a um critério histórico e cronológico dos acontecimentos descritos pelos/as agricultores/as na montagem de sua estrutura final. Deste modo, de forma a contemplar a integralidade de suas distintas experiências de luta pela terra e os diversos elementos educativos a elas relacionados, organizamos nosso trabalho em **quatro partes**.

Na **Parte I – Caminhos de uma tese sobre educação camponesa: pesquisando com a luta pela terra**, a qual se encerra na presente seção, apresentamos

brevemente o percurso profissional e acadêmico que suscitou o surgimento de nossa intenção de pesquisa, explicitando nosso posicionamento crítico em relação à realização do trabalho de investigação científica; também expusemos os fundamentos analítico-conceituais da pesquisa em práticas sociais e processos educativos, discutindo os elementos constitutivos destas duas categorias analíticas centrais neste estudo; e, por fim, argumentamos em favor da fecundidade da Fenomenologia enquanto metodologia utilizada para compreensão do fenômeno investigado, apresentando as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas e os/as agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena, sujeitos desta pesquisa.

Em seguida, a **Parte II - Luta pela terra no Brasil: caminhos do mundo, trajetórias de vida** discute e contextualiza o fenômeno da luta pela terra em nosso país, pondo em relevância os processos históricos de caráter colonial que culminaram com a instituição da propriedade privada no Brasil e com a conformação de uma estrutura fundiária persistentemente concentrada e excludente (**capítulo 1**). Da mesma forma, problematiza o modo com que vem se dando a marginalização das populações do campo no interior do processo de produção e reprodução social capitalista brasileiro, bem como as ações de resistência dos sujeitos rurícolas que tem possibilitado, especialmente por meio de sua organização em movimentos sociais, a conquista de alguns avanços e o bloqueio de muitos recuos em relação às suas condições de vida e de acesso à terra de trabalho no meio rural (**capítulo 3**). Entremeado a esta reconstrução histórica acerca dos caminhos que o mundo vem trilhando como desdobramento das ações humanas nele empenhadas, apresentamos sucintamente o contexto em que se desenrolaram as experiências da vida na roça dos sujeitos de nossa pesquisa, desde o nascimento até o momento em que decidiram deixar seu chão de origem em busca de experiências outras, situando as diversas trajetórias no interior do processo histórico de ocupação territorial de cada contexto espaço-temporal por eles/as vivenciado, e explicitando aspectos comuns e específicos das relações de propriedade e de acesso à terra estabelecidas por suas famílias nucleares ou extensas nas regiões em que construíram suas estratégias de reprodução social (**capítulo 2**).

Na **Parte III – Educação camponesa: aprendendo a viver pela terra**, propomos compreensões acerca de processos educativos engendrados no decorrer das experiências de luta pela terra vivenciadas pelos/as assentados/as ao longo de suas vidas: na infância comum de roça e nas trajetórias migratórias e de trabalhos temporários vivenciados no campo e na cidade (**capítulo 4**); em suas distintas

participações em movimentos coletivos e organizados de luta pela terra, no tocante às violências vivenciadas em tal processo, e também às difíceis condições de vida e de trabalho característicos das formas possíveis de reprodução da vida familiar nos acampamentos de trabalhadores/as sem-terra (**capítulo 5**); nas situações com as quais os/as agricultores/as se depararam e continuaram a se deparar após a conquista da terra e o início do processo de constituição do Assentamento Santa Helena, as quais permaneceram alçando ao centro da possibilidade de significação e compreensão de suas práticas sociais o fenômeno da luta, agora realizada com a terra (**capítulo 6**).

Por fim, na **Parte IV - A luta pela terra como meio de vida: dilemas e tensões da educação camponesa no Brasil**, buscamos sintetizar o argumento de que o fenômeno da luta pela terra manifestado em nosso país se constitui enquanto prática social geradora de processos educativos que conformam formas de ser e de agir ao mundo das pessoas que nela estão envolvidas, instituindo experiências de vida individuais e coletivas que, de modo comum, constituem e caracterizam a condição camponesa no Brasil. Assim, enquanto experiência educativa, a luta pela terra como meio de vida encontra sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos que em parte caracteriza a condição camponesa presente no PDS Santa Helena e também em outros assentamentos rurais contemporâneos. Propomos, por fim, que tal fenômeno enseja tanto a crítica da persistente desigualdade social que permeia as violentas relações de classe em nosso país, bem como o esforço (ao mesmo tempo utópico e pragmático) da proposição de caminhos outros para o horizonte que a frente se apresenta, ainda que permeado pelas sombras de nosso passado colonial que, persistente, segue condicionando as possibilidades do porvir.

PARTE II - LUTA PELA TERRA NO BRASIL



CAMINHOS DO MUNDO, TRAJETÓRIAS DE VIDA

Deus fez a terra e o diabo fez a cerca. Quando cada vivente veio pra o mundo, já estava certo seu espaço pra plantar. Eu creio em Deus, cada um tem sua crença, eu creio que a divindade fez essas coisas. O feitor de tudo. Eu acredito que ele fez a expansão e pra cada vivente, teve direito a seu espaço, pra produzir seu alimento. Quem gosta de plantar vai ter seu lugar de plantar e colher alimento. Se o outro quiser trabalhar fazendo um carro pra carregar o alimento, tudo bem. Porque cada um tem seu espaço. Ninguém está tomando nada de ninguém. Cada um tem direito ao seu espaço. Pode não saber aonde está. Mas que tem seu direito, tem. Porque Deus, quando fez o espaço, acabou de fazer a expansão, ele não vendeu pra alguém e falou: “Estou te vendendo por ‘x’ e você vai vender um pedaço pra cada um”. Não foi assim. Falou: “Multiplicai e frutificai”. Ele deu o espaço pra cada um plantar, colher e viver do seu próprio suor. Quando ele parou de dar o maná do céu, tinha que plantar e colher seu próprio fruto. Ele dava o maná do céu pra alimentar, mas a partir daí, cada um tinha seu espaço pra plantar. Mas aí, veio os grandão que cercou seu espaço, mas não dá conta do espaço que cercou por ambição. Então todos nós temos nosso direito. E nosso espaço está com alguém. Às vezes a gente não sabe quem ficou com nosso espaço que é nosso por direito. Eu acredito. Meu irmão ri. Fala que é teoria, mas não é. Eu acredito. É o real. Eu consegui o meu. Eu achei onde estava meu espaço [Maria Aparecida, 08/07/2017].

CAPÍTULO 1 – CAMINHOS DA MARGINALIZAÇÃO

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E
PAULISTA**

A partir da perspectiva histórica de produção do conhecimento da qual partilhamos, a busca pelo desvelamento dos processos educativos decorrentes da prática social da luta pela terra ensejada pelas/os agricultoras/es do PDS Santa Helena, assentados/as no contexto da política brasileira de constituição de assentamentos rurais, indica a conveniência de tomarmos como ponto de partida de nossas reflexões algumas questões que consideramos fundantes de tal objeto de estudo: por que é preciso lutar pela terra na América Latina do século XXI? Como se deu a instauração do regime de propriedade privada no Brasil, e mais especificamente a formação fundiária no Estado de São Paulo, tendo em vista a conformação de uma estrutura fundiária persistentemente concentrada e excludente?

Por meio de revisão bibliográfica específica a temática em questão, intentamos realizar a seguir uma aproximação a este contexto situado que funda, de forma específica, a luta pela terra enquanto fenômeno social objeto de problematização humana e, portanto, como fenômeno educativo dado pela práxis histórica. Intentamos afirmar, desta forma, que processos educativos advindos de práticas sociais respondem a uma intencionalidade definida no interior do processo social em que são engendrados, sendo a um só tempo condicionados e condicionantes desta realidade objetiva e historicamente construída, práxis que a um só tempo agrega os níveis subjetivo e intersubjetivo da ação humana.

Destarte, situaremos esta prática social no interior do movimento histórico de colonização dos territórios americanos e da conformação secular de uma **questão agrária** própria à sociedade brasileira (CARVALHO, 2011), definida pelo conjunto de ações e relações sociais estabelecidas no meio rural a partir do processo de expropriação, produção e reprodução social capitalista, o qual institui e vai definindo, de forma geral e particular, o fenômeno da luta pela terra no país:

[...] o desenvolvimento capitalista da agricultura tem particularidades em relação ao da indústria. Uma delas é que, inicialmente, o seu meio de produção fundamental - a terra - não é suscetível de ser multiplicado ao livre arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros instrumentos de trabalho. É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. A estrutura agrária - ou seja, a maneira como a terra está distribuída - torna-se assim o "pano-de-fundo" sobre o qual se desenrola o processo produtivo no campo. [...] o desenvolvimento do capitalismo no campo subordina a

propriedade da terra no caso concreto do Brasil e, mais particularmente, do estado de São Paulo (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 76).

Por fim, cumpre destacar que a forma com que realizamos a reconstrução histórica do processo de formação da propriedade privada no Brasil, privilegiando as transformações estruturais no âmbito jurídico-econômico em relação a outras relações de poder, pretendeu indicar alguns elementos fundantes, ainda que parciais, do processo de concentração de terras no país, buscando temporalizar a prática social da luta pela terra em sua dimensão processual. Ainda que a literatura utilizada seja permeada por uma perspectiva fundamentalmente eurocêntrica (o que serve para nos dar a extensão da invasão cultural a que somos submetidos), afirmamos desde este ponto de partida a coincidência da manifestação do fenômeno da colonização latino-americana com o processo histórico de mundialização, dominação e violência da cultura europeia (posteriormente também a norte-americana) em relação às demais, cuja pretensão de universalidade incorreu no rebaixamento de todas as outras culturas distintas da sua por meio de sua desqualificação como barbárie, não-ser, o que serviu para justificar o estabelecimento de relações verticais de aniquilamento, submissão e exploração de povos indígenas e de negros africanos, dentre outros (DUSSEL, 1997).

Colonialidade da natureza e a formação da propriedade privada no Brasil

A invasão e posterior ocupação das terras americanas pelos europeus na passagem do século XV ao XVI constituiu fundamental episódio do processo de expansão comercial iniciado na Europa a partir do século XI. A exploração econômica realizada posteriormente na América pelos países invasores por meio do estabelecimento de um pacto mercantil colonial permitiu que fossem proporcionadas duas condições fundamentais para que o capitalismo se desenvolvesse enquanto modo de produção mundialmente dominante: a acumulação originária europeia, empregada no processo de produção e reprodução do capital industrial; e a instituição histórica de uma divisão internacional do trabalho, a qual atribuiu às economias coloniais a competência quase exclusiva da produção dos bens e insumos necessários para acumulação originária e para incipiente produção industrial da Europa (TAFURI, 2013). Segundo Aníbal Quijano (2005), assistimos desde então à emergência de um novo padrão de poder globalmente hegemônico, responsável por conjugar o processo de exploração econômica das colônias americanas com uma forma historicamente específica de

dominação cultural, o **eurocentrismo**, o que “(...) significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital” (p. 110).

A pilhagem do território latino-americano por parte de portugueses e espanhóis, concretizada a partir da expropriação violenta dos povos originários, instaurou um regime de propriedade privada submetido à sua exploração colonial pelos países ibéricos, fundando novas formas de **relações sociais de poder no tocante às possibilidades de ocupação e uso da terra e dos demais recursos naturais** do continente. Segundo Quijano (2005):

Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. (...) Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (p. 107).

A associação imediata entre identidade racial e hierarquização social fundou a ideia de que os “níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade” eram constitutivos da própria diferenciação racial existente entre os seres humanos, reforçando deste modo as relações sociais de dominação impostas pelos colonizadores. Se, de um lado, se encontravam os europeus brancos, a raça civilizada, do outro lado estavam os “não europeus”, em condição diametralmente oposta: eram os selvagens. Com isso, concretizou-se o processo histórico de articulação das diversas formas de controle do trabalho colonial em particular (escavidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e o salário) e do processo produtivo em geral, a um padrão globalmente dominante, o qual passou a estruturar as diferentes relações sociais de produção existentes em âmbito mundial em função do capital. De acordo com Quijano, tal fenômeno teria se encadeado de maneira estrita com a classificação social da população dos territórios colonizados a partir da ideia de “raça”:

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não

remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos (QUIJANO, 2005, p. 110).

Héctor Alimonda (2011), a partir da perspectiva de uma ecologia política latino-americana⁹, afirma que “[...] el trauma catastrófico de la conquista y la integración en posición subordinada, *colonial*, en el sistema internacional, como reverso necesario y oculto de la modernidad, es la marca de origen de lo latino-americano” (p. 21). Para o autor, a dominação colonial europeia do continente latino-americano alterou profundamente os equilíbrios até então existentes nas relações estabelecidas entre os povos originários e seu meio natural, tomado em sua realidade biofísica (diversidade de ecossistemas) e configuração territorial (dinâmica sociocultural de interação e significação humana do ecossistema). A natureza latino-americana, desde então colonizada, transforma-se a partir do século XVI em território subalternizado, incorporado ao espaço hegemônico europeu enquanto extensão de terras tropicais aptas para produção de valores de troca em benefício do regime de acumulação vigente:

En efecto, antes de aparecer como problemas de distribución, nos parece que las cuestiones de la ecología de las sociedades humanas constituyen cuestiones de apropiación, como el establecimiento de relaciones de poder que permiten proceder al acceso a recursos por parte de algunos actores, a la toma de decisiones sobre su utilización, a la exclusión de su disponibilidad para otros actores. Se trata de una matriz de relaciones de poder social, que está vigente en América Latina desde el período colonial, y que tuvo como predicado central el acceso a la tierra y otros recursos naturales y su control [...] En este caso, por detrás de los actuales “conflictos de distribución”, subyacen historias demasiado largas de colonialidad, que supusieron genocidio físico y cultural, mecanismos de expropiación y exclusión de los recursos naturales, así como la destrucción o subalternización racista de identidades (ALIMONDA, 2011, p. 44).

Em relação ao caso específico da formação da propriedade privada no Brasil, decorrente de tal contexto geopolítico e cujas terras foram apropriadas pela Coroa Portuguesa a partir do século XVI, sua concessão visando a exploração comercial foi

⁹ “Presentaré un intento de definición de ecología política: es el estudio de las articulaciones complejas y contradictorias entre múltiples prácticas y representaciones (incluyendo diferentes sistemas de conocimiento y dispositivos topológicos), a través de los cuales diversos actores políticos, actuantes en iguales o distintas escalas (local, regional, nacional, global) se hacen presentes, con efectos pertinentes y con variables grados de legitimidad, colaboración y/o conflicto, en la constitución de territorios y en la gestión de sus dotaciones de recursos naturales” (ALIMONDA, 2011, p. 45).

juridicamente instituída com base no regime de sesmarias¹⁰ estabelecido pelas Ordenações Afonsinas¹¹, condicionando a possibilidade de utilização legal dos recursos naturais dos territórios colonizados à concessão do monarca português. Entretanto, a despeito da política oficial de formação da propriedade privada haver sido instituída por tal regime, reconhecendo o direito individual da apropriação de grandes extensões de terras dos que possuíam títulos originários de atos de concessão e confirmação real, ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravizados, o apossamento primário da terra e dos recursos naturais renováveis também representou uma importante modo de ocupação do território usurpado (BENATTI, 2009).

Em estudo que buscou investigar as configurações da propriedade, posse e exploração da terra no Brasil do período colonial até a consolidação do Estado Nacional, e centrado no caso específico do Alto Sertão baiano, Erivaldo Fagundes Neves (2003) descreve da seguinte maneira a formação histórica e jurídica do direito de propriedade no Brasil:

Com essa dupla forma de registro – carta de doação e carta de foral – D. João III instituiu as capitânicas hereditárias, vinculadas à propriedade perpétua da terra e determinou as condições de funcionamento desse sistema, transpondo, com adaptações, o regime de sesmarias e estabelecendo, na América portuguesa, o poder político também articulado com a titularidade fundiária. Nesse particular transferiu para a colônia, uma tradição feudal – as donatarias – para produzir mercadorias destinadas ao comércio da metrópole. Para além de identidades e dessemelhanças com a gênese ibérica, o regime de sesmarias vigorou, na colônia, sem o controle da tradição legal portuguesa, num caos fundiário, como interessava aos sesmeiros, que alongavam donatarias, indicando limites com vagas referências, sem precisar demarcações, com a conivência de prepostos governamentais, que não fiscalizavam e, quando cobrados, alguns se deixavam subornar (p. 100).

Ao encontro da compreensão proposta por Neves, José Heder Benatti (2009) afirma que a dificuldade da Coroa Portuguesa em fazer cumprir as normas (ainda que vagas) advindas do marco regulatório do regime de sesmarias possibilitou o surgimento

¹⁰ “O conceito de sesmaria continuou o mesmo de Portugal, com algumas adaptações, significando terras conquistadas, não ocupadas economicamente, doadas pelos capitães governadores, com posterior confirmação metropolitana, para exploração de particulares, ou seja, território disponível para colonização de terceiros, com anuência governamental. Quanto ao adjetivo sesmeiro, passou a significar donatário de sesmaria, diferente, de Portugal, onde denominava o agente do poder público, encarregado da repartição de terras” (NEVES, 2003, p. 103).

¹¹ Coletânea de leis promulgadas por Dom Afonso V visando a aplicação do direito canônico e romano no reino de Portugal, representa a última fase de evolução do sistema sesmarial português (BENATTI, 2009).

da propriedade senhorial, originada pelo apossamento primário da terra pelos “homens de poder” e legitimada em alguma medida por meio do trabalho nela realizado, mas especialmente pela demonstração de força política suficiente para manutenção de tais posses, cuja legalização “[...] se deu pela prescrição aquisitiva, transações de compra e venda e testamentos, realizados em documentos privados e ‘oficializados’ nos tabeliões e juízes testamentários” (BENATTI, 2009, p. 213). Funda-se, desta forma, a coexistência de dois ordenamentos jurídicos distintos e igualmente válidos em relação ao regime constitutivo da propriedade privada em solo brasileiro: aquele pautado pelo direito codificado português, expresso por meio da propriedade sesmarial, e outro emanado do direito costumeiro brasileiro, representado pela propriedade senhorial e estabelecida nas brechas abertas pelos obstáculos jurídico-sociais enfrentados para a consolidação do sistema de sesmarias. Desta forma, “[...] foi a prática cotidiana e a construção de uma concepção jurídica favorável à apropriação privada que acabou consolidando a ocupação como uma das formas de se ter acesso à terra” (p. 22), instituindo uma tensão normativa no campo jurídico calcada na disputa entre uma incipiente elite colonial e a Coroa Portuguesa¹² pelo controle exclusivo do **direito de reger o direito** que regulava o acesso à propriedade privada no Brasil.

Em relação à propriedade senhorial, concatenando-se com o regime de sesmarias, sua legitimidade de fato e a definição de seus limites obedeciam a órbita de influência do poder econômico e político dos senhores de terra, sendo a proporção das áreas cultivadas muito inferior às aquelas por eles apropriadas:

A vastidão territorial e a baixa densidade demográfica, com agravantes como a resistência de povos nativos e a distância do litoral, onde se estabeleciam os poderes públicos, inibiram o povoamento e colonização do interior, proporcionando conquistas de territórios, massacres das populações indígenas e demarcação de áreas com dezenas, centenas e até milhares de vezes superiores ao legalmente permitido. Vulgarizou-se, entre os homens de poder, a prática de se ocupar terra, antes de pleiteá-la pelo regime de sesmarias. E para herdeiros de ocupantes de amplos territórios, esse recurso continuaria tolerado, para agilizar a negociação de terras, arrendando-as para posseiros e vendendo-as para rendeiros (NEVES, 2003, p. 127).

¹² “A divisão de interesses entre a elite colonial (em particular a dos senhores de engenho) e a Metrópole portuguesa fica evidente ao se mencionar que, embora fossem favorecidos e poderosos no âmbito local, os senhores de engenho eram fracos no acesso ao poder real, o que dificultava o atendimento de suas reivindicações políticas e econômicas, levando os grandes proprietários de terra colonial a buscar outros mecanismos sociais e jurídicos com o intuito de ter, em parte, suas vindícias respondidas” (BENATTI, 2009, p. 216).

No caso específico da formação histórica do direito de propriedade no Brasil, sua constituição relacionou-se diretamente com a forma com que se deu a organização da ocupação do solo no contexto colonial, pautada na exploração comercial de culturas de exportação e tendo como resultante a conformação de propriedades com grande extensão de terras, as quais eram ocupadas apenas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por meio do trabalho escravo. Destarte, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), em trabalho que procurou compreender a “[...] formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil”, afirma que, considerando-se a “[...] amplitude das áreas apropriadas e os limites impostos à sua exploração pelo próprio custo das plantações, decorreu uma grande ociosidade das áreas incorporadas aos patrimônios privados, podendo sem prejuízo económico, ser cedidas para uso de outro” (p. 14).

Tal situação, além de promover a possibilidade da existência de uma parcela da população destituída da propriedade da terra, ainda que não de sua posse, engendrou uma rede de domínio e subordinação exercida pelos “homens bons”, abrangendo homens livres e escravizados e estabelecida pela troca de favores e proteção, o que não “[...] impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se internando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo de rios ou caminhos, constituindo-se numa retaguarda da ocupação branca do litoral” (LINHARES; SILVA, 2009, p. 128). Em suma, para além da **expropriação violenta inicial dos povos originários**, o **acesso à propriedade** da terra no Brasil foi permeado por uma série de tensões existentes entre a **exclusão**, a partir do “[...] estímulo ao deslocamento de agricultores e seus sucessores, situados em áreas de tensão ou de fortes mecanismos de pressão sobre a apropriação da terra” (NEVES, 2009, p. 313), a **possibilidade controlada e submetida**, pela “[...] subordinação econômica e política ao grande proprietário de terra, correspondendo às necessidades de imobilização da força de trabalho nos empreendimentos voltados para economia de exportação” (idem), e o **reconhecimento social e político da posse**, visto que “[...] o latifúndio e a economia orientada para o autoconsumo, a dominação pessoal, o uso direto do aparelho do Estado aparecem vinculados à produção mercantil, ao poder econômico, à consolidação das instituições do Estado soberano” (FRANCO, 1997, p. 238).

O caráter excludente e concentrador da formação fundiária brasileira fica ainda mais compreensível quando situamos sua constituição em relação à estrutura de funcionamento e ao papel desempenhado pela produção de subsistência na história da

agricultura da sociedade colonial brasileira. De acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009):

Como uma atividade menor, do ponto de vista do sistema de poder dominante, apesar de sua extensão e do número de pessoas que ela ocupa, a agricultura de subsistência torna-se, assim, a retaguarda da atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano. Coube-lhe, entretanto, embora encarada como atividade menor, o papel de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, de modo a cumprir as tarefas que lhe foram sendo, gradativamente, exigidas. A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior da *plantation*) e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta), daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem eles ocupantes ocasionais de glebas provisórias (LINHARES; SILVA, 2009, p. 119).

Manifestando de modo mais intenso as tensões existentes entre formas de uso da terra concorrentes entre si, uma vez que a lógica rentista do capital agrário apresenta formas de apossamento que limitam e subordinam a reprodução social camponesa, indígena e dos africanos escravizados, a reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira requereu não apenas a alienação e apropriação do trabalho humano sob a forma de mais-valia (realizada posteriormente na esfera da circulação de mercadorias), mas também a apropriação de outro instrumento fundamental de produção, a terra, bem natural que não pode ser produzido nem reproduzido pelo processo de trabalho, e que, portanto, não se constitui enquanto capital. Assim como a força de trabalho, a terra pôde ser subordinada e apropriada pelo capital mediante sua transformação em mercadoria e do pagamento de uma renda pela sua utilização, a **renda da terra**¹³, ainda que de forma geral isto signifique a conversão de capital em renda imobilizada, uma vez que ela não promove por si só a extração de riqueza da terra (MARTINS, 1981). Entretanto, conforme sugere Martins, o próprio processo de reprodução ampliada do capital na agricultura engendra as condições para que ele se aproprie de parcelas cada vez maiores da renda da terra:

¹³ “No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre o burguês e o proprietário. O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe” (MARTINS, 1981, p. 175).

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Por isso, a concentração ou divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e a renda subjugada pelo capital (MARTINS, 1981, p. 177).

A Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850¹⁴, representou o marco jurídico-institucional que efetuou a transição da forma de apropriação territorial característica da sociedade colonial, baseada na concessão régia, para a moderna propriedade privada, gerida sob a égide da circulação de mercadorias por meio do controle pelo Estado nacional dos serviços de colonização e administração dos domínios públicos. Já no transcorrer do século XIX, como consequência das revoluções liberais que ocorriam na Europa, as quais já anunciavam no Brasil a perspectiva de extinção do tráfico de escravizados como alternativa de suprimento da mão-de-obra agrária, iniciase, em 1842, por iniciativa do primeiro gabinete conservador do Império, a tramitação do projeto de lei que serviria para regular e conformar o regime fundiário brasileiro às novas condições exigidas pelo processo de mundialização da economia de mercado capitalista. Nesse contexto, importava ao Estado brasileiro transformar o quanto antes os domínios fundiários em objeto de negociação comercial, por meio da homologação legal dos direitos privados de posse de áreas adquiridas historicamente de forma legal ou ilegal, ainda que na prática seus limites nem sempre estivessem bem definidos, dificultando a implantação do novo ordenamento jurídico da terra (NEVES, 2003).

Em seus aspectos fundamentais, a Lei n. 601/1850 efetuou decisivamente a transformação da terra em mercadoria, impedindo “[...] as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (p. 285), ou seja, proibindo a posse como forma de aquisição e domínio sobre a terra, sob a pena de “[...] despejo, com perda de benfeitorias e, demais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil-réis, além da satisfação do dano causado” (idem). Além disso, regularizou as ocupações de terras até então efetuadas e não contestadas judicialmente, definindo as terras devolutas, entre outros termos, como aquelas que não se achavam “[...] no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e

¹⁴ A consulta ao texto original da Lei 601/1850 foi realizada em Stedile (2011, p. 285-291).

outras concessões do Governo-Geral Provincial” (p. 286). Se, por um lado, havia uma resistência da parte dos grandes proprietários de terras de quaisquer medidas restritivas a expansão de suas fazendas, a regulamentação da propriedade fundiária realizada pelo poder público permitiu um maior controle em relação aos apossamentos de terras devolutas realizados por imigrantes, ex-escravizados, indígenas e demais despossuídos, induzindo a constituição de um mercado de força de trabalho frente a iminente perspectiva da abolição do trabalho escravo compulsório no território brasileiro.

Ao promover o reconhecimento legal da posse de vastas extensões de terras, institucionalizando irrestritamente a grande propriedade fundiária no Brasil, a Lei de Terras efetuou de modo decisivo o processo de constituição de uma estrutura fundiária de caráter altamente concentrador, além de fundar uma classe de proprietários de terra **de fato e de direito**. Analisando a especificidade histórica da agricultura brasileira em relação à teoria da renda fundiária de Karl Marx (1983), bem como suas implicações para a direção tomada pelo desenvolvimento capitalista no campo, José Graziano da Silva (1980) afirma que:

Uma diferença fundamental é que aqui não existiu uma classe de proprietários fundiários anteriores e distinta dos capitalistas possuidores de outros meios de produção agrícola. O proprietário fundiário no Brasil sempre foi também o dirigente do processo produtivo. A circunstância histórica responsável por essa diferença reside no fato do desenvolvimento capitalista da agricultura ter-se iniciado numa situação em que nem toda a terra se encontrava apropriada. Existe uma fronteira em movimento, com terras livres, sem dono. Em outras palavras, não preexistia o monopólio de fato da terra, daí a necessidade dele ser “criado artificialmente” pela Lei de Terras de 1850 (p. 76).

Para o autor, como consequência desta especificidade da formação histórica brasileira, em que a classe dos proprietários fundiários se confunde com a dos capitalistas que exploram diretamente a terra, “[...] a barreira ao emprego de capital na agricultura não só é suprimida, mas, ao contrário, é como se ela fosse aumentada, à medida que esse proprietário se transformou também em um negociante de terras” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 85), visto que, com a institucionalização do mercado de compra e venda de propriedades rurais desde a Lei de Terras, a terra pôde converter-se definitivamente em objeto de demanda especulativa e financeira. Com a instituição da República e a constituição federalista de 1891, o domínio das terras

devolutas ficou a cargo dos governos estaduais, sendo os estados federativos responsáveis pelo marco regulatório relativo à ocupação e povoamento de terras, os quais se forjaram, portanto, adaptados à conveniência dos grandes proprietários que controlavam tais governos:

As relações entre os proprietários de terra e o Estado constituem um aspecto fundamental para a compreensão da dinâmica da sociedade brasileira. Quer se veja a questão pelo prisma da contradição entre o poder público exercido pelo Estado e o poder privado exercido pelos proprietários de terras, quer pelo prisma da instrumentalização do Estado por estes proprietários colocando o poder público a serviço de seus interesses (BORGES, 1997, p. 178).

Constituição da estrutura fundiária do Estado de São Paulo e da região de São Carlos

Buscando descrever a expansão colonial europeia a partir do paradigma eurocêntrico hegemônico¹⁵, e reconstruindo dentro desta perspectiva o processo de invasão territorial dos portugueses e formação econômico-social paulista iniciado a partir da Capitania de São Vicente, Ernani Silva Bruno (1966) propôs a distinção de cinco tempos sucessivos, cujas características gerais permitiriam a periodização da história colonial do Estado de São Paulo discriminada da seguinte forma: “**Tempo dos pioneiros**” (1500-1580), caracterizado pela ocupação portuguesa limitada à área regular da costa central e meridional e por uma pequena área da zona de serra acima, centralizada pela povoação de São Paulo de Piratininga; “**Tempo da caça ao bugre**” (1580-1640), marcado pela baixa extensão das áreas invadidas a partir do movimento de dispersão bandeirista, responsável pelo apresamento violento e comércio de indígenas escravizados e vendidos para outras regiões da Colônia, bem como pela abertura de caminhos em novas zonas territoriais que seriam posteriormente povoadas; “**Tempo da busca do ouro**” (1640-1730), no qual sobreveio um movimento despovoador do território paulista por parte dos colonizadores, como consequência da emigração provocada pela descoberta de jazidas de ouro na região central da colônia, em que os caminhos de terra foram se prolongando visando comunicação não apenas com as

¹⁵ Os termos utilizados pelo autor para designar os sujeitos e processos históricos referentes a periodização por ele atribuída aos diferentes momentos da formação econômico-social de São Paulo revelam a proeminência do paradigma eurocêntrico hegemônico de seu discurso. Ao denominar os colonizadores portugueses de “pioneiros” e os povos originários de “bugres”, Bruno (1966) expressa de forma implícita e explícita as hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

regiões mineiras, goianas e mato-grossenses em que se desenvolvia a atividade mineradora, mas também com o Rio de Janeiro e com o Rio Grande do Sul; “**Tempo do comércio de gado**” (1730-1775), época em que a restrição de trabalhadores disponíveis e o estímulo à atividade comercial resultantes da atração exercida pelo ciclo do ouro no Brasil Central, aliados ao aumento da entrada de animais em terras paulistas a partir da abertura do Caminho do Rio Grande, proporcionaram o incremento da pecuária em detrimento da atividade agrícola; **Tempo da indústria do açúcar** (1775-1822), período em que houve intensificação no processo de ocupação colonial de terras de forma mais estável e que, diferentemente dos períodos anteriores, em que predominaram atividades econômicas caracterizadas pela intensa mobilidade humana (bandeirismo, mineração e comércio de animais), foi marcado pelo desenvolvimento da atividade de pastoreio e agrícola, especialmente a canavieira, ainda que isto tenha ocorrido em ritmo lento devido aos métodos de manejo elementares, falta de mão-de-obra e precariedade da infraestrutura viária e comercial, o que definia a predominância das lavouras de subsistência (BRUNO, 1966).

Analisando a importância da lavoura da cana-de-açúcar para o desenvolvimento econômico da Capitania de São Vicente e depois da Província de São Paulo, nos séculos XVIII e XIX, Maria Thereza Schorer Petrone (1968) argumenta que a implantação da cultura canavieira no estado foi determinante para a transição desta agricultura de subsistência para aquela de caráter comercial e, conseqüentemente, para integração de São Paulo no cenário econômico mundial. Localizados especialmente no litoral norte do estado, ao longo do caminho para o Rio de Janeiro e no território compreendido pelo quadrilátero formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí (região conhecida como “Quadrilátero do Açúcar”, com destaque para as áreas de Campinas e Itu), os centros produtores de cana-de-açúcar e de aguardente foram:

[...] responsáveis pela modificação completa do panorama econômico e social da região, criando uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento do comércio exterior e tornando possível, mais tarde, o rápido crescimento dos cafezais no *hinterland* de Santos. Com sua expansão geográfica e com o acúmulo de capitais dela derivado, preparou-se São Paulo para desenvolver outro ramo de riqueza. [...] Na realidade, o açúcar teve de organizar toda a infraestrutura indispensável à sua comercialização. As estradas, o porto, o comércio, tudo se desenvolveu em consequência da nova atividade econômica dos paulistas e se adequou a essa função. Santos, antes de ser porto do café, foi porto de açúcar. O açúcar possibilitou o aparelhamento do porto, o aparecimento de uma classe de comerciantes, beneficiadores,

encaixadores, que garantiram a sua prosperidade econômica. O desenvolvimento da economia baseada no café vai ser muitíssimo mais fácil da que se funda no açúcar, pois já encontrou uma base organizada, que facilitou sua comercialização. Cumpria apenas ampliá-la (PETRONE, 1968, p. 228).

A lavoura canavieira foi propulsionada pelo seu crescente e gradativo progresso comercial obtido entre os séculos XVIII e XIX, estimulando a expansão de sua área de cultivo conforme as regiões produtoras já estabelecidas não comportassem mais a concessão de novas sesmarias e a subdivisão das terras, e na medida da alta disponibilidade de vastas extensões de solos férteis disponíveis e adequados para seu cultivo proporcionada pelo processo de expulsão e retraimento dos povos indígenas que ocupavam originalmente a região. Deste modo, a rede fundiária canavieira expandiu-se gradativamente no planalto paulista rumo ao interior, aproveitando-se da preexistência de uma incipiente rede urbana e das poucas ligações viárias criadas pelo Governo Provincial para promover a interligação comercial entre o sul da província e a região central do Brasil, as quais partiam de Piracicaba em direção à região mineradora de Mato Grosso e Goiás (DEVESCOVI, 1987; TRUZZI, 2007; PETRONE, 1967).

Entre fins do século XVIII e início do XIX, a despeito do nível de produção e comercialização da cana-de-açúcar e derivados não ter atingido o patamar alcançado nas principais regiões produtoras da província (principalmente pela inexistência de ligações viárias adequadas para o escoamento do produto até o Porto de Santos), registraram-se, notoriamente na região de Rio Claro, o surgimento dos últimos núcleos urbanos criados a partir da expansão da fronteira agrícola da lavoura canavieira, a qual fora propiciada pelos ganhos obtidos nas fazendas de cana-de-açúcar de Campinas, Itu e Piracicaba. Destarte, a concretização destas tentativas de ampliação da lavoura de cana, apesar de pontuais, resultaram na formação de povoamentos que posteriormente foram transformados em municípios, tais como o de São Bento de Araraquara (1817), São João do Rio Claro (1823), Belém do Descalvado (1827) e Brotas (1829). Ao contrário de tais territórios, na região do atual município de São Carlos, “[...] a cultura da cana de açúcar parece não ter tido nenhuma significação econômica relevante [...] talvez porque a composição de arenito da maior parcela de suas terras, não sendo favorável ao cultivo da cana, se colocava como sério obstáculo” (DEVESCOVI, 1987, p. 23).

Entretanto, o processo de interiorização da ocupação colonial no sentido norte e oeste da Província de São Paulo resultou ainda num intenso movimento de apropriação de terras nestes territórios, realizado especialmente pelos influentes fazendeiros

provenientes do “Quadrilátero do Açúcar” por meio da disputa pela concessão de cartas de sesmaria:

Conhecidos que foram os sertões de Araraquara e a uberdade de suas terras, não tardaram os pedidos de sesmaria dos poderosos da época que, sob pretexto de povoarem essas terras, não tinham outro intuito senão o de dar pasto a sua desmedida ambição, transformando em dinheiro as concessões obtidas, que, na maior parte das vezes, nem chegavam a visitar [...]. É difícil determinar com exatidão a época em que os proprietários de terra resolveram organizar suas fazendas, levando a nucleação de alguma atividade econômica na região de São Carlos de forma a sobrepujar o mero movimento de apropriação de terras com fins inteiramente especulativos. [...] era possível especular que a melhoria nos transportes ou o aumento nos preços no mercado internacional pudessem ampliar o perímetro da lavoura lucrativa. Por outro lado, lotes de reserva poderiam ser subdivididos lucrativamente ou utilizados como garantia para empréstimos. O Governo considerava os proprietários de terras como particularmente merecedores de contratos governamentais, concessões e altos cargos, através dos quais era possível acumular novas riquezas. Fora de qualquer dúvida, a posse de vastos tratos de terra dava prestígio, daí porque seu proprietário considerava de seu direito exercer comando e auferir deferência. Tais sentimentos podem ser caracterizados como senhoriais, mas eram engendrados por ações que se destinavam a aumentar o acesso a riquezas, e, em decorrência, a alcançar lucros monopolísticos num mercado ativo e capitalista (TRUZZI, 2007, p. 32-33).

No início do século XIX, o maior núcleo populacional formado desde a invasão portuguesa na região do Planalto Ocidental de São Paulo era Araraquara, onde, da mesma forma que em Rio Claro, foram realizados, nas fazendas que então se dedicavam predominantemente à pecuária, os primeiros cultivos de cana-de-açúcar, num momento em que as lavouras cafeeiras já começavam a ser implantadas no Vale do Paraíba. Em São Carlos, a efetiva fixação dos colonizadores se deu a partir da implantação da lavoura do café na Sesmaria do Pinhal, na virada da segunda metade do século XIX. De propriedade de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o qual se dedicara também à lavoura de cana-de-açúcar em Piracicaba e Araraquara, a Fazenda do Pinhal plantou seus primeiros cafezais na década de 1840, em conjunto com a já estabelecida criação de gado. Todavia, as plantações de café se expandiram produtiva e comercialmente de forma lenta na região, dada a escassez de mão-de-obra agrícola e a distância da área em relação aos centros exportadores (DEVESCOVI, 1987; TRUZZI, 2007).

A distribuição da produção cafeeira pelo território paulista envolveu a utilização de “[...] parcelas territoriais pioneiras, onde a lavoura cafeeira estava se introduzindo; uma região em que ela já estava constituída e era plenamente produtiva; e áreas onde a

cultura já estava decadente, cujo solo já se encontrava plenamente esgotado” (DEVESCOVI, 1987, p. 28). De forma geral, os métodos agrícolas rotineiros e destrutivos utilizados à época, pautados pela instalação das lavouras por meio de desmatamentos e queimadas, bem como o esgotamento da fertilidade do solo decorrente disto, vinculados às amplas extensões de terras ainda inexploradas, permitiram a constante ampliação das áreas destinadas às plantações de café no estado de São Paulo, geralmente em direção às fronteiras agrícolas do oeste. De acordo com Graziano da Silva (1980), o que estava em questão neste processo de abertura de novas áreas produtivas de bens primários relacionava-se com que:

O custo adicional da intensificação da produção em uma dada quantidade de terras determina o ritmo da incorporação produtiva das terras novas. Resumindo, a existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/ intensivo da produção agropecuária. É basicamente essa determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na agricultura, cujo significado último é justamente o de criar “novas terras” onde elas não forem disponíveis [...]. No caso brasileiro de modo geral e do Estado de São Paulo em particular [...] a renda diferencial I decorrente do saldo entre a fertilidade natural e a localização dos solos foi, regra geral, sempre crescente no desenvolvimento da agricultura paulista, dado que a incorporação de novas áreas significava quase sempre custos de produção menores (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 81).

Se, inicialmente, a apropriação legal da terra não se traduziu em uma colonização efetiva da região, sendo prioritariamente utilizada pelos proprietários dos títulos concedidos para fins meramente especulativos, a transformação do café em cultivo comercial, na década de 1860, a partir do movimento empenhado individualmente por alguns fazendeiros visando o suprimento de mão-de-obra e a melhoria no sistema viário, completou o processo de expropriação indígena, de posseiros e pequenos lavradores locais, os quais eram então levados a iniciarem a exploração de novos territórios despovoados ou a submeterem-se a regimes de arrendamento no interior das fazendas. De acordo com Oswaldo Truzzi (2007):

Desde já, é conveniente não perder de vista que toda presença ou exterminação, marginalização ou absorção, dos grupos populacionais em questão, encontra sua razão de ser na implantação e sobrevivência do sistema de grandes lavouras inaugurado em meados do século passado no Oeste Paulista. Matança dos índios, expulsão dos posseiros, importação dos negros escravos e depois dos imigrantes europeus são etapas de um mesmo processo que se sobrepõem uma após outra.

Quando pessoas de influência da corte portuguesa, - em geral proprietários de terras localizadas nas regiões favorecidas pelo ciclo do açúcar do início do século passado - obtiveram concessões de terras na região, iniciou-se, como vimos, um intenso movimento de especulação imobiliária. A princípio pouco importante em termos de ocupação efetiva, na medida em que as sesmarias foram sendo demarcadas com vistas à exploração agrícola, tratou-se logo de se promover a expropriação do "gentio nativo" da região (TRUZZI, 2007, p. 47).

É desde a abertura da ferrovia, em 1884, e com base no agenciamento de um crescente contingente de mão-de-obra imigrante incorporado no trabalho das lavouras de café, que a produção cafeeira assumiu preponderância em relação às demais atividades econômicas desenvolvidas na região de São Carlos, atingindo seu auge de produtividade entre os anos 1890 e 1900, quando o município se colocou como o terceiro centro produtor do país; manteve-se como um dos grandes produtores estaduais até o início da década de 1920, quando se iniciou a decadência da lavoura cafeeira da região, devido às crises de superprodução e à concorrência com as novas áreas produtoras, decorrentes do processo de expansão territorial ocasionado por conta da abertura da fronteira agrícola pelas frentes pioneiras que se deslocavam em direção ao oeste paulista e ao norte do Paraná (DEVESCOVI, 1987; TRUZZI, 2007).

Se a resposta dos demais municípios da região às crises cíclicas de superprodução do café foi substituir, gradativamente, esta lavoura por outras culturas agrícolas (algodão, laranja e cana-de-açúcar¹⁶), os grandes proprietários de terra de São Carlos tiveram maior dificuldade de encontrar uma alternativa de mesmo porte que pudesse substituir a monocultura do café, ao passo que apenas ao final da década de 1930, com a perenidade da crise de seu principal produto, passaram a reorganizar decisivamente a produção agrícola de suas terras com vistas à criação de gado leiteiro: em 1939, foi fundada a Cooperativa São-Carlense de Leite e Laticínios, integrando 58 pecuaristas do município (DEVESCOVI, 1987; TRUZZI, 2007).

Para Regina Devescovi (1987), o processo de decadência da agricultura cafeeira de São Carlos, aliada às dificuldades para a reorientação da produção de seu setor

¹⁶ “Interessante salientar que, embora o município de São Carlos esteja inserido no ‘quadrilátero da cana’, cuja cultura - juntamente com algumas outras substituíram a do café em quase todas as localidades da região, foi a pecuária e não a cultura da cana-de-açúcar, a opção feita para a substituição da lavoura do café no município [...]. Em primeiro lugar, as atividades agrícolas desenvolvidas em São Carlos, ao contrário das de outros municípios próximos, não estiveram, nos seus primórdios, vinculadas à cultura da cana-de-açúcar. Com a decadência da lavoura cafeeira, os municípios que anteriormente já tinham se dedicado à cana-de-açúcar, se converteram novamente em territórios de cultivo desse produto, por intermédio da aplicação de capitais nessa atividade, e, inclusive, da reativação de uma infraestrutura já existente de equipamentos (os engenhos) [...]. Em segundo lugar, as terras do município, compostas principalmente de arenito, não são favoráveis ao cultivo da cana” (DEVESCOVI, 1987, p. 169).

primário a partir da década de 1930, implicou num direcionamento distinto de seu processo de industrialização em relação aos demais municípios de médio porte paulista, pautados na estruturação de agroindústrias, tais como do açúcar e do álcool, em Araraquara, da viticultura, em Jundiá, e da citricultura, em Limeira:

[...] vários dos municípios que se introduziram em um processo de industrialização, a partir dos anos 40, foram suporte do desenvolvimento de atividades agroindustriais, as quais acabaram, de certa forma, conferindo um impulso inicial ao novo padrão de acumulação (de base predominantemente urbana) que então se instaurava. Assim, a diversificação da atividade agrícola, substitutiva da monocultura do café, emergia nesses municípios como fontes de matérias-primas, alimentadoras das indústrias que iam se instalando. Todavia, com exceção da produção industrial de leite e derivados, o processo de industrialização em São Carlos - diferentemente de Araraquara, Piracicaba, Limeira entre outros - pouco se apoiou na estrutura de produção agrícola local, [pois ela] tinha uma pequena significação. Com efeito, os setores que mais se destacaram, desde o arranque da industrialização na década de 40, foram o mecânico, o metalúrgico e, posteriormente - década de 50 - o de material elétrico e de comunicações (DEVESCOVI, 1987, p. 171).

Dois aspectos nos ajudam a compreender a especificidade do desenvolvimento da agricultura de São Carlos após a crise do café: primeiramente, a predominância em seu município de áreas com solos caracterizados por uma baixa fertilidade natural, não sendo, portanto, adequados à atividade agrícola de cunho capitalista, mas sim ao reflorestamento e às pastagens; em segundo lugar, a concentração da propriedade de terras e a rigidez de sua estrutura fundiária dificultou o desenvolvimento da policultura a níveis significativos, visto que a elevação dos preços das terras proporcionada pelo início da expansão da lavoura cafeeira limitou a aquisição de terras por parte dos colonos imigrantes, a despeito do processo de fragmentação das terras rurais iniciado em algumas regiões de São Paulo desde a crise de 1929, a partir da qual diversos fazendeiros se viram na contingência de desfazer-se de parte de suas propriedades¹⁷. Em São Carlos, poucos colonos se tornaram proprietários de terras e sitiantes, visto que a concertação entre as consequências da atividade cafeeira como base de sustentação

¹⁷ “O processo de parcelamento das terras rurais não foi promovido apenas por fazendeiros, mas também e, sobretudo, por empresários imobiliários [...]. No município de São Carlos, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização - a CAIC (criada por um grupo que incluía fazendeiros, banqueiros, industriais, comissários de café, negociantes e profissionais liberais) adquiriu, na década de 30, algumas extensões de terra. Parte foi loteada e parte foi explorada pela própria companhia. Em 1951, a CAIC era proprietária de 1.342 alqueires distribuídos por várias áreas do município, onde, desde o final da década de 30 desenvolvia, sobretudo, a plantação de eucaliptos” (DEVESCOVI, 1987, p. 75).

econômica do município e sua concentrada estrutura agrária provocou, a partir de 1935, um intenso êxodo rural em direção ao núcleo urbano são-carlense ou rumo às fronteiras agrícolas do oeste paulista, sendo que em 1950 sua população rural já se encontrava reduzida pela metade (decrécimo de 51,3% no período assinalado) (DEVESCOVI, 1987; TRUZZI, 2007).

Considerando os dados de produção agrícola e pecuária do ano de 1981, oriundos do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE) e relativos ao período compreendido entre 1940 e 1970, constata-se a pequena participação da agricultura de São Carlos em relação aos demais municípios próximos (Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Dobrada, Dourado, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Lúcia e Tabatinga), sendo que, a despeito de abarcar à época 26,73% da população total da região, sua produção agrícola contribuía com apenas 5,4% do valor total, enquanto que sua vizinha, Araraquara, contribuía com 28%. Ao contrário, desde a crise da lavoura cafeeira, a produção leiteira do município cresceu em ritmo constante até a década de 1970, chegando São Carlos a ocupar o posto de terceira maior bacia leiteira do estado. Destarte, o café permaneceu sendo o principal produto agrícola do município até 1965, quando a cultura da cana-de-açúcar passou a se expandir e a adquirir maior significação local, a partir da chegada das Usinas da Serra e Ipiranga (DEVESCOVI, 1987; MACIEL, 2012), ocorrida no contexto da reorganização e modernização da economia agrícola paulista resultante das políticas de subsídios à mecanização e ao uso intensivo de produtos agroquímicos.

José Graziano da Silva (1980), ao tratar deste processo de industrialização da agricultura paulista ocorrido a partir de década de 1960, e em consonância com a linha de argumentação até então apresentada, afirma que:

O sentido único do capitalismo no campo [...] é a própria industrialização da agricultura. Em outras palavras, o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A subordinação da terra representa a sua própria reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo (p. 90).

Após o golpe civil e militar de 1964, o desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada à economia urbano-industrial e ao setor externo, tendo como fundamento a modernização na base técnica dos meios de produção agrícolas por meio da qualificação técnica da mão-de-obra rural, do aumento no nível de mecanização da atividade agrícola e da utilização de insumos industriais no manejo produtivo, afetou, sobremaneira, o desenvolvimento da agricultura no estado de São Paulo, assim como no restante do Brasil. O ponto de inflexão deste movimento histórico a que Guilherme Delgado (2012) denominou de “modernização conservadora”¹⁸ da agricultura brasileira, “[...] processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária” (p. 91), dado pela implantação, em 1967, do Sistema Nacional de Crédito Rural (o qual funcionaria como mecanismo financeiro de transferência de recursos públicos para estruturação e fomento das atividades agropecuárias realizadas no campo brasileiro), implicou na intensificação do processo de industrialização da agricultura no país:

Foi exatamente no final do período de expansão do ciclo da industrialização pesada brasileira que se instalaram no país as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria dos tratores e máquinas agrícolas, mas também a de fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não pode ser mais vista apenas no seu papel passivo [fornecer alimentos e matérias-primas e transferir renda e mão-de-obra para o setor industrial], como postulavam as análises dualistas. Ela irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industrial, quer com compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 91-92).

Em São Carlos, tais mudanças acarretaram a intensificação do processo de substituição de culturas a partir da década de 1970, com o crescimento constante das áreas de lavouras temporárias em detrimento não somente das culturas permanentes ali empreendidas (café e laranja), mas também das áreas de pastagens concentradas em médias e grandes propriedades rurais, as quais chegaram a ocupar, no ano de 1971,

¹⁸ No interior do debate brasileiro acerca da questão agrária, o primeiro autor a apresentar o conceito de **modernização conservadora** foi Alberto Passos Guimarães, em artigo intitulado “O complexo agroindustrial” e publicado na Revista de Reforma Agrária (1977). Para Guimarães: “[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária” (1977, p. 03). Para melhor compreensão do significado do termo modernização conservadora e de sua apropriação pelos analistas brasileiros no tocante à discussão agrária nacional, ver o trabalho de Pires e Ramos (2009).

79,4% das áreas exploradas do município (BORTOLOTTI, 1989). Dentro de tal contexto, além da produção pecuária leiteira e da expansão da avicultura de corte, destaca-se ao longo das últimas décadas a expansão das áreas dedicadas à cultura da cana-de-açúcar em relação à totalidade das terras agricultáveis de São Carlos¹⁹, a qual se ampliou de um total de 1.951 hectares (ha) cultivados em 1970 (IBGE, 1970) para 27.792 ha em 1996 e 33.914,5 ha em 2008, o que representa 38% da área cultivada e 92,8% das áreas destinadas às lavouras temporárias, estando tal cultivo presente em 58% das Unidades de Produção Agrícola (UPA) do município (SÃO PAULO, 1996; 2008).

Tais transformações não tiveram impacto significativo em relação à constatada concentração da propriedade fundiária de São Carlos, sendo que entre as décadas de 1990 e 2000, os estabelecimentos rurais que possuíam área de até 50 ha representavam aproximadamente 62% do total de UPAs do município, ocupando, entretanto, apenas 9,5% do total de área cultivada. Em relação às mudanças que o progresso técnico da agricultura paulista proporcionou acerca da distribuição da propriedade fundiária no estado de São Paulo, escreve Graziano da Silva (1980):

A estrutura da propriedade de terra passou por todo um ciclo da economia brasileira sem ser profundamente abalada. Na verdade, as modificações que sofreu reforçaram seu padrão de concentração, uma vez que as grandes propriedades que se subdividiram não deixaram de ser ainda grandes, da mesma forma que as pequenas propriedades que se multiplicaram não deixaram de ser pequenas. Em outras palavras, a estrutura da propriedade da terra se manteve altamente concentrada num período de transformações profundas da economia brasileira em geral, e da paulista em particular, tendo mostrado até algumas indicações que permitem concluir pelo aumento do seu grau de concentração (p. 94).

As tendências que se delinearão desde a década de 1960 nas atividades agrícolas a nível estadual e regional, como consequência do processo de capitalização e mecanização pela qual passou a agricultura brasileira, reforçaram a tendência geral no campo em relação à manutenção e ao incremento das grandes empresas e propriedades rurais e ao aumento do volume de trabalhadores/as temporários/as utilizados/as para os serviços agrícolas. Tais transformações, por sua vez, foram resultado de um processo

¹⁹ “A expansão da cana-de-açúcar fora das zonas tradicionais de produção teve participação do governo estadual através do Procana – Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo, notadamente entre os anos de 1980 e 1984. O objetivo era de aumentar a produção fora das regiões de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Preto. Esse programa resultou na expansão do cultivo da cana em todo estado, estimulando a instalação de usinas para a produção de álcool” (CARVALHO, 2011, p. 65).

mais amplo de alteração do regime de acumulação capitalista no país, pautado, desde a Revolução de 1930 e a crise da economia de cunho agrário-exportador, na predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003).

Considerando, portanto, as profundas alterações da estrutura e da composição da força de trabalho do campo resultantes da intensificação do uso de máquinas/ insumos industriais e da substituição das culturas permanentes pelas temporárias e pastagens, aspectos que por sua vez contribuíram para o agravamento do quadro de elevada concentração fundiária no Brasil e em São Paulo, o fenômeno do êxodo rural pôde se manifestar de modo particularmente intenso a partir da década de 1960, afetando diretamente a vida das pessoas até então residentes no meio rural brasileiro:

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades. Como resultado dessas transformações, o processo de urbanização brasileiro mostrou uma face qualitativamente diferente na década de 70. Pela primeira vez na história moderna, as áreas rurais tiveram uma redução absoluta de população. O número de cidades cresceu rapidamente, assim como a proporção da população total em algumas macrocidades (MARTINE, 1991, p. 10).

As trajetórias de vida apresentadas a seguir, analisadas dentro da particularidade de cada contexto espaço temporal em que se realizaram as distintas experiências vivenciadas na infância pelos sujeitos de pesquisa, são expressivas para a compreensão das diferentes formas de reprodução social que, em sua dimensão totalizante, objetivaram as condições sociais para a ocorrência do intenso êxodo rural que atingiu as famílias do campo brasileiro. A apreciação de tais trajetórias reforça, igualmente, o argumento de Joelson Gonçalves Carvalho (2011), segundo o qual “[...] a luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista” (p. 63), tendo “[...] importantes implicações que transcendem o espaço rural, estabelecendo outras interfaces com o desenvolvimento nacional dada suas conexões com questões regionais e urbanas de cunho demográfico e social” (p. 56).

CAPÍTULO 2 – ‘A GENTE, QUE VEIO DA TERRA’

**TRAJETÓRIAS DE VIDA E DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
CAMPONESAS**

O presente capítulo pretende apresentar, ainda que de modo sucinto, o contexto em que se desenrolaram as experiências da vida na roça vivenciadas por agricultores e agricultoras assentados/as no PDS Santa Helena, desde o seu nascimento até o momento em que decidiram deixar seu chão de origem em busca de experiências outras, a partir das quais se lançariam, oportunamente, em movimentos organizados de luta pela terra no estado de São Paulo. Buscaremos situar este momento inicial de suas trajetórias de vida no interior do processo histórico de colonização territorial de cada contexto espaço-temporal apresentado: explicitaremos, assim, alguns aspectos comuns e específicos no tocante às relações de propriedade e de acesso à terra estabelecidas por suas famílias nucleares ou extensas nas regiões em que construíram suas estratégias de reprodução social, sem com isso ofuscar as particularidades (e a intencionalidade) de cada movimento individual ou familiar advindo da retomada reflexiva do mundo vivido realizado por parte dos sujeitos da ação. Concordamos com o ponto de partida observado por Duval, Ferrante e Bergamasco (2015), os/as quais, ao discutirem o uso atual da teoria do campesinato na compreensão das ruralidades brasileiras contemporâneas, e ancorados na noção de classe social do historiador inglês Edward Palmer Thompson, reconhecem que:

[...] há uma infinidade de grupos sociais no interior de relações dinâmicas. As posições sociais ocupadas por esses grupos mudam no tempo e no espaço, estão sempre em relação a novos sentidos que lhes são atribuídos em diferentes períodos históricos e em diferentes localidades, verdadeiros processos sociais [...]. No âmbito das experiências e da realidade vivenciada pelas pessoas, reside uma infinidade de situações particulares, mesmo quando analisamos uma experiência comum, como é o caso de uma comunidade rural com dezenas ou centenas de famílias em uma mesma localidade. Isso se deve às próprias estratégias de produção e reprodução social de cada grupo, família ou indivíduo em termos objetivos e subjetivos, porém a partir de realidades sociais historicamente estruturadas (DUVAL; FERRANTE; BERGAMASCO, 2015, p. 70).

O conjunto de agricultores e agricultoras apresentado nesta tese enquanto sujeitos da pesquisa, que integram atualmente o quadro de produtores/as orgânicos/as da Organização de Controle Social Nova Santa Helena, nasceram no Brasil entre os anos de 1943 e 1971, sendo naturais dos estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais. Em comum nas suas trajetórias de vida, a origem da vida no campo, o trabalho na roça quando criança, a partida de sua terra natal, as constantes migrações, o ingresso na luta pela terra, o regresso à luta na terra. Sobre um primeiro aspecto, portanto, a formulação

da categoria **a gente, que veio da terra** pretende indicar, dentro de uma perspectiva histórica, a raiz campesina que se constituiu enquanto matriz das distintas experiências de vida que embrincaram-se com o contexto agrário descrito no capítulo anterior, culminando com a criação, em 2006, do Assentamento Santa Helena, constituído no município de São Carlos. Não queremos sugerir, com isso, que estes pontos de partida análogos das trajetórias de vida dos sujeitos tenha definido, *a priori*, o ponto de chegada indicado. Primeiramente, porque o intervalo de 30 anos decorridos entre 1940 e 1980, dentro do qual se desenrolaram suas infâncias na roça, representou um período histórico de intensas transformações nas dinâmicas sociais brasileiras decorrentes do processo de industrialização e modernização capitalista que se acentuou no país, o que condicionou de modo diverso, nas diferentes localidades, as condições objetivas de reprodução social das famílias. Além disso, também foi diversa a forma com que cada uma dessas famílias e de seus/uas integrantes significou e encaminhou sua própria trajetória de vida em relação às possibilidades e expectativas do porvir, dispostas a partir de suas distintas realidades sociais.

Entretanto, conforme pretendemos argumentar por meio das compreensões dos processos educativos vivenciados pelos/as agricultores e agricultoras entre o nascimento no meio rural e o ingresso em movimentos sociais de luta pela terra, na terceira parte da tese, não podemos descartar, neste estudo, a importância que tais experiências de vida na roça tiveram, das mais variadas formas, na construção das identidades próprias destes sujeitos e também na conformação da intencionalidade de suas ações com o mundo (e que certamente são distintas das condições vivenciadas por seus filhos e filhas nascidos no transcorrer dos vários movimentos migratórios ou na periferia empobrecida de um centro urbano). Deste modo, partindo do entendimento de que “a realidade contraditória vivenciada pelas famílias assentadas nos leva a associar sua investigação ao processo histórico de constituição do campesinato brasileiro” (DUVAL; FERRANTE; BERGAMASCO, 2015, p. 76), buscamos trazer, aos olhos do presente, as lembranças das experiências passadas ressignificadas pelas/os agricultoras/es sujeitos desta pesquisa. Tais recordações ainda estão encharcadas das feridas, cicatrizes e sorrisos forjados no seio dos distintos caminhos trilhados por elas/es desde suas infâncias no campo, fenômeno a partir do qual foram transformando-se enquanto pessoas e construindo parte da história de luta desta gente que veio da terra.

Pais proprietários, filhos/as sem-terra

Natural de Ibipitanga, município do Centro Sul baiano, Tereza Maria mudou-se logo aos dois anos de idade com sua família para o extremo noroeste paulista, em Santa Fé do Sul/SP, onde passou sua infância e juventude junto com seus oito irmãos. “Com dois anos, direto para o sítio [...] Toda vida nós fomos da roça [...] Desde meus avós, veio tudo da terra. [...] Sempre com o que é nosso (EN V - US 2;3). Sobre a trajetória de saída de seus pais de Ibipitanga, na Bahia, antes mesmo de seu nascimento neste município, no ano de 1948, Tereza nos relatou alguns dos acontecimentos relacionados à ela:

Eles casaram e vieram pra Santa Fé. Depois meu pai voltou pra lá pra resolver os negócios que ele tinha lá. Lá eu nasci. Quando eu fiz dois anos que o contrato do sítio que ele fez aqui ia vencer. E lá ele nunca mais voltou. O irmão dele ficou tomando conta. E quantos anos que ele faleceu, e nós não fomos atrás. Meu primo disse que foi lá e está tão movimentado que se nós formos lá, não vamos reconhecer. A cidade não é mais aquela. Eu vim de lá com dois anos, e nunca mais voltei (EN V – US 4).

Nascida no mesmo ano da fundação do município que abrigaria as experiências de sua infância e juventude, em 1948, Tereza Maria pôde rememorar, em nossa conversa de junho de 2017, uma parte da vida de roça vivenciada junto com a família em Santa Fé do Sul, entre as décadas de 1950/60:

E a nossa juventude, que nós criou e casou foi tudo aqui em Santa Fé. Nossa infância foi muito maravilhosa. Boa. Naquela época, muitos não tinham infância boa. Trabalhava no sítio com meu pai. No fim de semana ajudava minha mãe na casa. Era muito grande, muita gente. Meu pai criou nove filhos. Ali a gente levantava e ia pra roça ajudar ele. Mexia com gado, tratava de porco, de galinha. Por isso que eu peguei esse amor na terra. Meu negócio era terra, terra e terra. [...] Meu pai mexia com gado, com negócio na cidade, venda de gado, essas coisas. Toda vida nós fomos da roça. [...] meu pai trabalhava na terra, ele precisava do Banco do Brasil quando precisava de um empréstimo, alguma coisa. Aí ele pagava tudo com mercadoria, com arroz, com pilha de arroz. Você corta o arroz todinho. Você vai cortando. Aí deixa ele dois, três dias lá. Depois põe um pau pra lá, um pau pra cá. Meu pai fazia as pilhas grandes. Depois ia na cidade, contratava uns homens desempregados pra bater arroz. Aí batia arroz e vendia. Nós ensacávamos algodão. Um entrava lá dentro e o outro ia jogando [...] Quando estava cheio a gente ia costurando com agulha grande. Aí meu

pai levava na cidade, ia uns caminhão mais alto que essa casa levar algodão pra cidade (EN V – US 1;2;8;9).

O processo histórico de povoamento da região noroeste do estado de São Paulo e de Santa Fé do Sul, local em que os pais de Tereza Maria puderam estabelecer sua propriedade rural durante a década de 1940, sobreveio a partir da penetração e ocupação dos mineiros na Alta Araraquarense a partir do século XIX, os quais, advindos das zonas de produção auríferas decadentes de Minas Gerais, vinham em busca de terras férteis e baratas para se fixarem. No início do século XX, o território onde se situaria Santa Fé do Sul ainda era ocupado predominantemente por áreas de florestas, passando a região a ser alvo de disputas entre os primeiros posseiros e grileiros acerca da propriedade legal de vastas extensões de terra (LIMA; BASSO, 2008).

Em 1920, o major inglês John Byng Paget adquiriu uma área equivalente a 32 mil alqueires na divisa do estado de São Paulo com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, dado possuir a bacia hidrográfica do rio Paraná características geológicas propícias para a formação de jazidas de petróleo. Sem nunca ter vindo ao Brasil, a fim de garantir o direito legal sobre a propriedade das terras, arrendou as terras para 79 famílias de lavradores até o ano de 1946, ano em que a nova Constituição Federal promulgou a propriedade do subsolo brasileiro à União e em que os 32 mil alqueires foram então vendidos à Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC). Fundada por acionistas da Companhia de Paulista de Estradas de Ferro em 1928, a partir de 1934 a CAIC passou a implementar programas de colonização que incentivavam o estabelecimento de pequenas propriedades rurais policultoras na região. Em 1946, tendo em vista o plano de expansão da antiga Estrada de Ferro Araraquarense em direção ao Brasil Central, e com a finalidade de assegurar uma circulação de mercadorias que garantisse o pagamento de dividendos aos acionistas da Cia. Paulista, a CAIC decidiu investir na abertura de novas frentes de produção agrícola, iniciando o processo de colonização das terras adquiridas no extremo noroeste paulista por meio do loteamento do extenso latifúndio em pequenas propriedades rurais (LIMA; BASSO, 2008).

Dentre os detalhes da experiência de infância e de trabalho no sítio de seu pai apresentados por Tereza Maria em nossa conversa, convém mencionar a forma com que ela destacou a condição de proprietários rurais que, desde os seus avós, garantiu a trajetória de vida de sua família vinculada ao trabalho no campo, estabelecendo inclusive um contraponto entre a possibilidade que teve de vivenciar uma experiência de

infância “maravilhosa”, atrelada a tal modo de vida, e as condições de reprodução social das muitas famílias que não puderam, em sua visão, ter uma infância significada como “boa”. Viabilizando a aquisição da posse legal de um sítio em Santa Fé do Sul, onde puderam empreender uma produção agropecuária que possibilitou o sustento farto de seus nove filhos, os pais de Tereza Maria constituíram-se em pequenos proprietários rurais no extremo noroeste paulista de forma independente à propriedade rural dos seus avós, em Ibitipanga, o que garantiu certa estabilidade na relação de permanência na terra e possibilitou a estruturação de uma rede de negócios na cidade, expressa tanto pela comercialização do gado, do arroz e do algodão, como pela contratação de mão de obra de terceiros e pelo acesso a serviços bancários de financiamento da produção agrícola:

Nossa, meu filho. Até o dia que meu pai vendeu, eu não queria que vendesse. Sai de lá com 19 anos, eu era casada. Casada e morava lá [...] Porque todo mundo queria vir embora. Meu pai e minha mãe ficaram sozinhos. Aí eles venderam e compraram uma casa aqui em São Paulo. São Paulo capital. Nós temos ali também. Aí ele comprou dois terrenos. Ele fez casinhas de aluguel. Eu tinha minha casa lá no sítio. Eu casei novinha, 16 anos. Meu pai aumentou. Ficamos pouco tempo lá [...] Ele vendeu e comprou as casinhas em São Paulo (EN V – US 10).

Tereza Maria saiu do sítio de seu pai apenas aos 19 anos de idade, quando já estava casada com um imigrante português. Dois anos após o falecimento do marido, quando já mãe de dois filhos e morando em São Paulo/SP, Tereza decidiu se mudar para o Jardim Rosália, periferia urbana de Campinas, conseguindo tempos depois emprego formal em uma empresa terceirizada responsável pela limpeza de defuntos no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde permaneceria trabalhando por mais de 20 anos, até decidir ingressar em movimentos de trabalhadores sem-terra nesta mesma cidade.

No momento em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré sensibilizava moradores empobrecidos da periferia urbana campineira para adentrar em movimentos de luta pela terra, no início dos anos 2000, Tereza Maria conheceu Lindamira Aparecida, também estabelecida com sua família no Jardim Rosália após as várias mudanças de cidade ocorridas depois de sua saída do município de Racho Alegre do Oeste/PR, em 1976. Em condição similar àquela relatada por Tereza no que tange ao acesso à posse da terra e à autonomia da direção do trabalho familiar na produção

agrícola, Lindamira nos narrou a história que seus pais lhe contavam sobre a forma como conseguiram obter o sítio em que viveram parte de sua infância no Paraná:

Então, meu pai. Como ele conseguiu? Naquele tempo, não era como agora. Meu avô tinha um sítio. Era até vizinho. E quando meu pai foi casar, meu avô deu para meu pai uma porca. Meu avô deu essa porca pra ele e falou pra ele criar a porca, e produzir dela para ter as coisas. Meu pai foi, e pegou a porca e criou a porca. Depois da porca ele vendeu os porquinhos e foi guardando de novo. E foi guardando até que ele comprou o sítio. [...] Sério! Incrível! Eles contavam essa história pra gente. Quando ele casou, ele já tinha o sítio. Só que daí, ele tinha quatro alqueires de terra. Nessa época era perto do meu avô, nesse lugar. Se chamava Água do Meio. Aí o meu pai comprou esse sítio. Casou. Teve nós, os mais velhos todos ali. Aí depois ele pegou. Meu tio tinha um sítio de 11 alqueires. Aí meu tio chamou meu pai pra trocar e meu pai pagava o restante pra ele. Aí meu pai trocou com ele, dos 4 alqueires ficou com 11 alqueires. Vendeu criação, gado, porco, tudo e pagou meu tio. Aí ficamos com 11 alqueires de terra. Aí era mais pra frente, era na Água da Fonte. Tudo na mesma região. Aí fomos morar nesse lugar. [...] Aí meu pai plantava mandioca. Lá no Paraná chamava tafona. Aí meu pai fez um contrato de abrir uma farinheira lá e uma tafona. Aí plantava mandioca, muita mandioca, uns 3 alqueires de mandioca. Aí nós arrancávamos a mandioca e entregava na tafona. Plantava milho, algodão. Quando chegava a época de mês de março, abril, maio, estava ainda colhendo algodão pra vender. Colocava tudo no paiol, agente ajudava a enfardar, que se chama, pra entregar nas cooperativas, para os armazéns, que falava. Daí foi assim por muitos anos (EN I - US 13;14;15).

A história relatada por Lindamira nos traz elementos para entendermos as formas de reprodução social no Paraná durante a década de 1960, bem como sua relação com o modo como se desenrolaria sua infância na roça. Especialmente porque indica a possibilidade, hoje remota, do estabelecimento de duas gerações seguidas de sítiantes enquanto pequenos proprietários de terra, condição que permitiu a reprodução familiar por meio da produção para autoconsumo e comercialização do excedente, aliado ao trato das culturas de algodão e de mandioca, que possuíam algum valor comercial na época. Quando Lindamira e seus irmãos nasceram, avô, pai e tio já possuíam suas propriedades rurais, situação decorrida do processo histórico de formação sócio espacial da mesorregião Centro Ocidental paranaense e, mais especificamente, da microrregião de Campo Mourão.

Por se tratar de uma região com características de transição climática com o

norte paranaense, tornando-a o limite natural da fronteira cafeeira no sul do Brasil, conformou-se no Centro Ocidental paranaense também uma fronteira de povoamento estabelecida de forma nítida pela superposição de populações advindas de distintas formações econômico-sociais, representadas pela comunidade nortista derivada das frentes colonizadoras do café (formada basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos) e pela comunidade sudoestina, composta por descendentes de colonos europeus cujas formas de reprodução social se caracterizavam pela agricultura colonial e pecuária suína (HESPANHOL, 1993; YOKOO, 2013). Inicialmente marcado pelo avanço da pecuária extensiva em direção aos Campos Gerais e Campos de Guarapuava (em resposta ao incremento do comércio de gado advindo das atividades mineradoras em Minas Gerais, no século XVIII), a qual depois se expandiria à região de Campo Mourão por meio da expropriação violenta das terras do povo indígena Kaingang, o processo histórico de colonização do Centro Ocidental paranaense registrou, a partir de 1906, com o declínio da atividade pecuária em Campo Mourão, um momento de ocupação espontânea da região, por meio das frentes de expansão demográficas empreendidas por migrantes camponeses e caboclo-posseiros que, por intermédio das redes de contatos familiares e de amizade, descobriam e anunciavam a existência de alta disponibilidade de terras devolutas na fronteira-aberta do vale do Piquiri-Ivaí (YOKOO, 2013).

A partir de 1940, com a implantação dos Planos de Colonização Dirigida, realizados tanto por meio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) quanto pelo loteamento e venda de terras às empresas privadas de colonização (tais como a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda), efetivou-se o processo de intensificação da ocupação recente da região, com a compartimentação de glebas, venda de pequenos lotes e a legalização de posses tanto por parte do DGTC quanto das empresas de colonização. Elevado à categoria de município em 10 de outubro de 1947, Campo Mourão possuía, em 1950, de acordo com o Instituto de Terras, Cartografias e Florestas, 33 mil habitantes, sendo 94% destes moradores viventes na área rural do município.

Filha e neta de sitiantes já estabelecidos na região de Campo Mourão, provenientes do interior de São Paulo e de Minas Gerais, e tendo nascido neste mesmo município em abril de 1960, Lindamira nos relatou em entrevista que ela e seus sete irmãos foram “criados, de pequeno, trabalhando na roça” (EN I - US 6). Puderam, deste modo, significar imediatamente aquele pedaço de terra como sendo seu e, tendo como

base esta relação de certa estabilidade com a terra, participaram ativamente em suas infâncias da organização do trabalho familiar engendrada por seus pais para poderem vencer o árduo trabalho da roça, num contexto em que o dinheiro importava menos na reprodução da vida das famílias viventes no campo, e em que o acesso ao estudo permanecia penoso diante das precárias condições de mobilidade e infraestrutura do meio rural. Em 1976, após 16 anos vivendo na roça paranaense, Lindamira tomou a decisão de ir embora da propriedade de seus pais em Rancho Alegre do Oeste, aproveitando a ocasião da casa que seu tio, irmão de seu pai, possuía em São Paulo/SP, movimento de mudança a partir do qual, como nos disse logo no início das recordações rememoradas ao longo de nossa entrevista, perder-se-ia no mundo.

Pela impossibilidade de levar a cabo seus estudos, Sebastião Duque decidiu, aos 16 anos de idade, ir embora das terras de seus pais, localizadas no município de Guanambi, Centro-Sul do estado da Bahia. “A vida lá, o nosso serviço era lavoura e lidar com criação, desde que nascemos [...] Aí, eu queria estudar. Mas não tinha como” (EN VI – US 5;11), contou-me Sebastião, em conversa que realizamos na sala de sua casa, no Assentamento Santa Helena, em julho de 2017.

Nascido em 1943, Sebastião era, assim como seus pais, naturais de Guanambi, localidade em que originalmente habitou o povo indígena Aymoré, o qual foi dizimado das terras do médio São Francisco e da Serra Geral pelos colonizadores europeus que historicamente se estabeleceram nos sertões da Bahia. O processo de colonização do território onde posteriormente se constituiria o município de Guanambi foi impulsionado nos séculos XVIII e XIX por duas frentes distintas de ocupação territorial: uma motivada pela expansão da atividade pecuária em direção ao interior do estado, dada a proibição pela Coroa Portuguesa do estabelecimento de atividades econômicas que concorressem com o monocultivo açucareiro nas faixas litorâneas; outra originada com a descoberta das jazidas de ouro na Bahia, ocasionando a criação das vilas de Jacobina e Rio de Contas e dos núcleos populacionais instalados precariamente aos arredores dos garimpos. Igualmente, a presença do rio São Francisco e da estrada da Bahia para Minas Gerais e Goiás colaboraram com o estabelecimento, ali, de fazendeiros, administradores de fazendas, vaqueiros, garimpeiros e escravizados, bem como para a formação de um relevante entreposto comercial na região (PEREIRA, 2013).

A criação do município de Guanambi data do ano de 1920, quando a intensa atividade pecuária e a instalação da lavoura algodoeira já condicionavam a dinâmica

econômica local, sendo que em meados da década de 1950 a região constituía-se como um dos principais produtores de algodão do estado da Bahia (PEREIRA, 2013). Dentro de tal contexto, Sebastião descreveu do seguinte modo as condições de vida ali experimentadas por ele e seus pais entre os anos 1940/50:

Lavoura. Eram produtores de algodão, milho, feijão, arroz, batata, cana, rapadura, farinha de mandioca, gado, leite, requeijão, queijo. Era o que tinha. E era produção mesmo. Era produzido mesmo. Não era dizer que era pobrezinho, arrastado igual é aqui. Eles eram pobres, mas eram pobres de uma situação muito equilibrada. Meu pai tinha muito gado. Era muita criação. Sítio grande, represa no sítio. Muita água. Os bandos, quando vinham criação de patos, de marreco, na represa. Era assim (EN VI - US 1).

Era uma situação no serviço do meu pai. Ele era pobre em vista dos primos deles, que vem de uma família muito, muito importante. Mas meu pai ficou mais pobre. Ele não gostava de amizade, ele tinha os compadres deles. Se fosse um pobre trabalhador, pra ele estava valendo. Mas esse negócio de muito rico, ele não falava nem bom dia. Era grosseiro. Se chegasse um na casa dele lá, daqueles pretão lá, não usava chinelo não. Quando usava, os pés chegavam arreganhado assim. Uma pessoa daquela meu pai recebia que era um negócio. Ele recebia muito bem. Vinha uns negrão, sabe o que é preto. Cada negão. Moço, mas tinha uma amizade mais o velho. E pra aquele povo não faltava nada não. Ali era no tempo de fazer a farinha seca, e de fazer rapadura. Tinha a turma do engenho de rapadura e tinha a turma que trabalhava na farinha. Ali aquele povo tinha farinha e rapadura com fartura. O feijão colhido era repartido com esse povo lá. Nesse ponto, o velho! E também minha mãe. As mulheres que trabalhavam pra ela. Porque ela tinha a lavoura dela também, tudo as mulheres com ela. Aquele povo ali era da mesa. Não tinha esse negócio não (EN VI - US 8).

Dentre outros aspectos, Sebastião destacou neste trecho da entrevista a farta produção realizada nas terras de seus pais, em Guanambi: sítio grande, muita água, muito gado, farinha e rapadura com fartura, enfim, gente da família nuclear e muita gente de fora dela trabalhando para vencerem a extensa lista de atividades produtivas e reprodutivas próprias do dia a dia da vida na lavoura. Comparou a situação de relativa pobreza de seu pai frente aos demais parentes da família extensa, mas revelando simultaneamente a abundância de pessoas que buscavam trabalho nas terras de sua família junto à seu pai e sua mãe, e observando a clara distinção com a realidade “arrastada” do assentamento rural em que vivencia e compartilha com sua esposa, Zenilda, seu presente de agricultor, condição derivada a partir da tomada de decisão, em

1996, de ingressar na luta pela terra: “Querida voltar pra o campo, mas não consegui comprar um sítio ou chacinha [...] Joguei a família em Campinas e fui trabalhar. Surgiu um movimento de sem-terra. Descia o movimento para Sorocaba [...] E eu fui com esse grupo a fora” (EN VI - US 18;19).

Ademais, considerando a especificidade de cada processo regional de colonização apresentado, Sebastião, Lindamira e Tereza Maria puderam vivenciar a infância e a adolescência de roça em propriedades rurais estabelecidas pelo patrimônio constituído por suas famílias nucleares de modo independente, numa condição em que a contratação de mão de obra de terceiros pôde se constituir numa forma complementar de atendimento às demandas do trabalho de produção e comercialização agrícola, juntamente àquela despendida pelos integrantes do núcleo familiar. Experiência em parte diversa desta realidade tiveram Honorina e Maria de Lourdes, ambas naturais de Macarani, município localizado no Centro Sul da Bahia. Serão descritas a seguir.

Avós proprietários, pais vinculados, filhos/as sem-terra

Elevado à condição de município em 1943, Macarani foi habitada originalmente pelo povo indígena Carany, pertencendo à microrregião de Itapetinga, considerada a última fronteira de ocupação do sudoeste baiano. O marco inicial de seu processo de colonização remete à década de 1880, quando migrantes da seca procuravam alternativas para fixação sertaneja por meio do desenvolvimento da pequena agricultura de subsistência e da pecuária extensiva. Também a prática da coleta de ervas, raízes e sementes nativas para uso medicinal (tais como poaia, umburana, buti, quina) era utilizada para consumo próprio e também como equivalente de troca para aquisição de mercadorias não encontradas no local (PORTO, 2005; OLIVEIRA, 2003).

Nascidas respectivamente nos anos de 1955 e 1962, Honorina e Maria de Lourdes remeteram, nas conversas realizadas, suas lembranças biográficas à infância ligada ao trabalho e à dinâmica da vida na roça, as quais foram vivenciadas, todavia, nas propriedades rurais dos avós, possibilitando o sustento e a reprodução de suas famílias nucleares de forma vinculada à dinâmica de reprodução da família extensa. Disse-nos Honorina, em certo momento de nossa entrevista realizada em sua casa no Assentamento Santa Helena, no dia 21 de julho de 2017:

Me criei lá na Bahia, trabalhando na roça [...] Na casa dos meus pais, do meu avô, não faltava nada. A casa era muito grande, tinha depósito de café, de arroz. Meu avô tinha a terra dele (EN VIII - US 1;2).

Porque naquela época lá, a gente tinha terra. A gente só vivia daquela terra. Se você plantava e tinha tudo. Tinha roça, feijão, milho, mandioca, tinha as criação. A gente vivia muito bem e sossegado. [...] Meu pai trabalhava pra ele mesmo. Na terra dele mesmo. Trabalhava na roça. Mas era pra nós mesmos. Naquela época, lá na Bahia, quase todo mundo tinha sua terra. Era só sua família que morava. A gente estranha assim, fora do lugar nosso, ao redor. Mas no local nosso mesmo, era só nós mesmos, gente da família. Meus avós, meus tios, sobrinhos. Tudo junto na mesma terra. Cada um tinha seu pedaço (EN VIII - US 5;18).

Também Maria de Lourdes nos descreveu sucintamente o modo como se deu sua infância em Macarani durante a década de 1960, quando conversamos na sala de sua residência em 23 de junho de 2017:

Meu avô tinha uma fazenda. Era dos meus avós. Eles cultivavam como nós. Meu avô plantava tudo. Feijão, milho, mandioca, banana. Meu avô, pai da minha mãe. A gente ia à cidade vender pra comprar alimento. A gente ia à cidade a cada seis meses. Pra fazer a despensa. Pra seis meses. Não durava seis meses. Tinha uma cidadezinha chamada Nova Brasília, entre Macarani e a Vila do Café. Onde mora a filha de Cláudio. Aí é mais pra o lado de Minas. Antes de chegar os seis meses, meu avô fazia isso aí. Meu avô fazia artesanato. Fazia duas coisas de artesanato, balaio, ou panacum, pra carregar feira nos animais. Ele fazia peneira de bambu, taquara. Meu avô, além de cultivar alimento, fazia essas coisas pra vender. Era o dinheiro que ele tinha (EN IV - US 1;2;4).

Nas falas anteriores, Honorina nos relatou uma infância boa e tranquila vivenciada no interior da Bahia a partir do trabalho empenhado autonomamente por seu pai nas terras do avô, num momento em que a propriedade rural era mais acessível às famílias que tiravam seu sustento das roças de arroz, feijão, milho, mandioca, café e do manejo das criações de animais, ainda que, historicamente, as formas e possibilidades de reprodução social das famílias rurícolas de Macarani tenham se alterando ao longo do processo de ocupação moderna da região, especialmente com o avanço progressivo da pecuária extensiva na localidade. Também Maria de Lourdes lembrou as idas de seu avô, pai de sua mãe, para as cidades próximas à sua fazenda, com o fim de vender o excedente da produção agrícola, mas também o panacum e a taquara, de modo a angariar os recursos financeiros para aquisição dos produtos que comporiam nos meses

seguintes a despesa da família abrigada em sua propriedade rural. Em tais experiências, o acesso à terra por parte dos pais de Honorina e Maria de Lourdes parece ter sido mediado primordialmente pelas relações de parentesco estabelecidas dentro da família extensa, tendo nas figuras dos avós o ponto de referência inicial para estruturação e organização do trabalho na terra.

As características adequadas do solo e do clima de Macarani para realização da criação bovina proporcionaram um crescimento contínuo desta atividade na região, o que ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento da pequena agricultura local, que foi sendo cada vez mais estrangida pela pecuária extensiva voltada para engorda do boi (conhecida na Bahia como boi gordo), dada sua exigência de aquisição e incorporação de áreas cada vez maiores de terra para pastagem (CARREGOSA et al, 2010; OLIVEIRA, 2003). Até meados da década de 1960, amparada pelas vantajosas cotações do preço da carne no mercado nacional, a expansão da atividade pecuária ocupou majoritariamente os espaços naturais da região, conformando uma estrutura fundiária adequada à monocultura bovina e proporcional às possibilidades de reinvestimento dos altos excedentes de produção gerados no período.

Com a crise do setor nos anos 1960, provocada pela dificuldade de escoamento dos grandes volumes de carne produzido na região e pelo congelamento prolongado dos preços, os pecuaristas passaram a investir no sistema de pecuária bovina mista (corte e leite) e na criação de pequenos laticínios. Entretanto, isto ocorreu ao largo da crise socioeconômica que atingiu muitas famílias da região de Itapetinga e Macarani que, dado a restrita disponibilidade de terras para a agricultura e a pequena possibilidade do desenvolvimento das práticas agrícolas, migraram para outras partes do estado e do país (CARREGOSA et al, 2010; OLIVEIRA, 2003).

Esta conjuntura agrária da região parece ter tido influência significativa na dissolução da propriedade rural do avô de Honorina e nas condições objetivas em que ela e seu marido Cláudio permaneceram nas terras que já não mais pertenciam a sua família, antes de se mudarem para a região cacaueteira da Bahia:

Depois eles foram vendendo os pedaços pra sair. Naquela época lá, eles achavam que as coisas nunca mudavam [...] Meu pai, os outros tios. Foram vendendo, vendendo. Aí tivemos que sair. Hoje em dia pede pra os outros vender. Naquele tempo lá, terra era barato. Aí eles venderam tudo [...] A gente morava de agregado. As terras eram as mesmas. Mas morávamos de agregado dos fazendeiros que compraram lá. O pessoal da família que vendeu as terras ficou de agregado dos fazendeiros. As

terras de meu avô, pai, tio. Eles eram de Itapetinga e compraram as terras lá. Eu lembro de tudo assim. Passavam dias que eles iam. Tinham engenhos de cachaça, plantação de cana para moer. Colocava as pessoas para trabalhar no engenho, tinha aquele movimento. Tem um fazendeiro lá que só cria boi. Tem umas fazendas grandes de criação de boi (EN VIII - US 19;20).

Nós moramos no sul da Bahia por dezessete anos. Na região do cacau. Nós trabalhamos com cacau. Os dois. Nós subíamos a ladeira para pegar cacau. Porque, tem fazendas lá que a ladeira é assim [...] Nessa época, eles pegavam empreitada. Éramos nós dois que íamos acompanhar ele, naquela época lá. Pra ganhar mais. Quando eu morei lá no sul da Bahia, era bom. Pagava mais ou menos. Foram 17 anos no sul da Bahia, trabalhando com cacau [...] Às vezes, no final de semana, fazia um pedacinho de roça pra ajudar um pouco. Aí pegava empreitada. Trabalhava mais em empresa, pra colher o cacau (EN VIII - US 10).

No caso da família de Maria de Lourdes, o falecimento de sua mãe quando ela tinha apenas sete anos de idade e a consequente fragilização dos laços de parentesco que vinculava seu pai à família extensa e à propriedade de seus avós parecem ter precipitado sua saída em busca de trabalho no estado de São Paulo. Maria de Lourdes ficou sob cuidado dos avós até os dez anos, quando voltou a morar com seu pai e sua nova esposa por um ano em Itabuna, no sul da Bahia, antes dela própria se casar aos treze anos de idade com o pai de seus quatro filhos, acompanhando-o desde então em sua constante jornada de migração. De acordo com Lourdes:

Na minha avó ele [meu pai] trabalhou só enquanto minha mãe era viva. No sul da Bahia a gente trabalhava com cacau. Ele ia roçar com facão. E no cabo de enxada. E serviços gerais. Tudo que aparecia pra fazer, ele trabalhava. Em São Paulo ele trabalhava como ajudante de pedreiro. (EN IV - US 4).

Eu fiquei até uns 10 anos com minha avó. Dos sete aos dez anos. Fiquei três anos, depois que minha mãe morreu. Aí eu já trabalhava para os outros, pra ganhar dinheiro. No sul da Bahia, fui trabalhar. Morei com meu pai por um ano. Aí eu casei, fui pra minha casa. Aí depois nós viemos para o sul da Bahia. Nós moramos em Jussara. Mas nunca moramos na cidade [...] Aí eu casei, meu pai veio embora pra Macarani com a mulher dele. Aí fiquei com meu esposo. Com 15 anos eu tive minha menina mais velha. Aí meu pai voltou com a família dele. Trouxe todo mundo pra São Paulo. E depois nós viemos morar em Macarani. Eu voltei pra Macarani, na cidade. Alugamos uma casa lá. Aí ele veio pra São Carlos. Depois de um ano que ele estava aqui que nós viemos.

Aí eu vim com minhas três meninas mais velhas [...] Ele veio trabalhar. Na época, na Bahia estava difícil de serviço. Um parente trabalhava com vendas desse olho mágico que coloca em porta. Aí ele gostou da cidade. E eu vim. Na Bahia eu não trabalhava, na época que tive as crianças (EN IV - US 5;6;7).

Esta quebra geracional marcada pela descontinuidade da relação entre a possibilidade de usufruto e a obtenção legal de uma propriedade da terra, marcou também, a infância de Sebastião Alves de Azevedo, nascido em dezembro de 1953 no município de Água Boa, em Minas Gerais. Filho de pais meeiros nascidos nesta mesma localidade, Sebastião foi por eles “criado na terra”, lembrando-se do tempo em que seus avós, então proprietários rurais, viviam da lavoura branca e das parcas relações comerciais estabelecidas com a cidade:

[Meus pais] Eram Agricultores. A terra era, da maior parte de lá, trabalhava de meeiro, entendeu? Antigamente, meus avós tinham terra. Mas, depois perderam toda terra e passou a trabalhar de meeiro. [Meu avós plantavam] Milho, feijão, arroz. De tudo. Tudo eles plantavam lá. Banana. Eles viviam daquilo. Vivia daquilo. Ia à cidade mesmo, uma vez por mês e olha lá. Era assim a vida nossa. Essa aí. Da infância, o que eu lembro era de, com meus dez, onze anos já estava na enxada. Estava a carpir. Lambicava pinga. Fui alambiqueiro de pinga. Fui tudo essas coisas (EN III – US 1;2;4).

A região onde atualmente se situa o município de Água Boa foi ocupada originalmente pelo povo indígena Aranã, a qual habitava os vales dos rios Urupuca, Surubim e Itambacuri, resistindo à invasão de suas terras pelos tropeiros que viajavam em direção às matas mineiras em busca das terras férteis e devolutas ali presentes. A dinâmica de ocupação territorial e colonização de Água Boa/MG e dos municípios vizinhos, fronteira entre o Vale do Rio Doce/MG e o Alto do Jequitinhonha/MG, foi condicionada historicamente pela atividade do garimpo de pedras preciosas e ouro que se estabeleceu no Alto Jequitinhonha a partir da invasão das bandeiras paulistas, ainda no século XVII. A ausência de jazidas importantes na região de Capelinha e Água Boa induziu os moradores locais que se instalavam ao longo das estradas e rios a se dedicarem a atividade agrícola, a fim de suprirem de gêneros alimentícios tanto as áreas de garimpo quanto os tropeiros e viajantes que por ali se deslocavam. Ensejou-se, assim, uma produção agropecuária de pequeno porte, levada a cabo pelas pessoas mais humildes ou de origem étnica considerada pelos portugueses como sendo “inferior”, as

quais acessavam a terra informalmente por meio de trocas ou negócios diversos (SILVA, 2014).

O declínio da atividade mineradora em Minas Gerais, a partir dos anos 1760, afetou sobremaneira o Alto Jequitinhonha, com a reversão do fluxo migratório estabelecido com a chegada dos tropeiros e garimpeiros à região no final do século XVII e o estabelecimento paulatino das pequenas propriedades rurais nas áreas de grota próximas aos rios circundantes, ainda que à margem das grandes propriedades que se consolidaram, a princípio, como forma de delimitar as áreas de garimpo dos grandes exploradores, mas que ao final se converteram em fazendas de criação extensiva de gado. Deste modo, em meio às oscilações históricas dos ciclos extrativistas de minério no estado de Minas Gerais, as pessoas que ali permaneceram puderam se fixar no meio rural pela realização da pequena agropecuária de subsistência, condição que permaneceu inalterada até a década de 1970, quando são inseridas na região as plantações de eucalipto, a cultura do café e a criação de gado leiteiro (SILVA, 2014). Neste quadro de estagnação econômica que permaneceu instalado na região de Água Boa, a expansão da demanda por mão de obra volante no cultivo e nas usinas de cana-de-açúcar no estado de São Paulo passou a exercer uma forte atração populacional na região, induzindo o deslocamento de parte da família de Sebastião para Santa Rosa do Viterbo, na região de Ribeirão Preto:

Porque lá em Minas a vida da gente era muito atrasada. Vichi Maria! Muito atrasado. Nem estudo direito a gente tinha [...] Aí apareceu um cara trazendo para o estado de São Paulo, trazendo pra Usina Amália, pra mexer com corte de cana. Eu peguei, falei para meu pai. Meu pai veio também, veio meu pai e meu tio junto com nós. Aí meu pai voltou, e nós ficamos. Eu não quis ir mais (EN III – US 6;7).

Nas diferentes experiências de vida de Sebastião Alves, Honorina e Maria de Lourdes, a rotina dos trabalhos temporários, nos meios urbano e rural, e a busca constante por melhores condições de vida manifestada pela intensa trajetória migratória de suas famílias, convergiram, por diferentes vias, para seus respectivos envolvimento nos movimentos de luta pela terra. Sebastião, se desfazendo de sua vida em São Carlos para ingressar no movimento de luta pela terra em Tapuí, interior de São Paulo: “Aí fui pro sem-terra. Morar na cidade não tinha mais jeito. Ia pagar aluguel e tratar da família?” (EN III – US 10). Honorina, encontrando uma alternativa, pela política de

constituição de assentamentos rurais, de compensar a dificuldade na obtenção de trabalho decorrente da falta de estudo dela e de seu marido, Cláudio: “Eu decidi porque não tinha leitura para trabalhar numa firma. Foi por isso que hoje estou aqui. Ele não arrumava mais serviço de firma. Eu nunca estudei, ele também não” (EN VIII - US 22). Maria de Lourdes, acompanhando desde a década de 1990 a obstinação do marido na procura de alguma terra em que pudesse viver: “O negócio dele era de querer terra. Começou a se inscrever pra pegar terra, como pegou aqui. Mas foi no tempo do Fernando Henrique²⁰” (EN IV – US 12).

Pais trabalhadores rurais, filhos/as sem-terra

Em busca de uma vida menos sofrida do que aquela vivenciada no estado de Minas Gerais, em Muriaé, os pais de Maria Aparecida migraram no início da década de 1960 rumo ao Paraná, deixando para trás a vida de agricultores diaristas que levavam na Zona da Mata mineira, a qual fora habitada originalmente pelos povo indígena Puri e cujo processo de colonização se daria efetivamente a partir da segunda metade do século XIX, com início do ciclo do café no sudeste brasileiro (MARINHO, 2016). No diálogo que estabelecemos em julho de 2017, quando perguntada sobre os motivos que levaram seus pais a saírem de Minas Gerais para trabalhar no Paraná, Maria Aparecida respondeu:

Na tentativa de uma vida melhor. Tinham esperança de que no Paraná teriam mais conforto. Eles achavam a vida em Minas muito sofrida. Acham que no Paraná seria melhor. E até foi porque ele conseguiu comprar uma propriedade e criou nós. Ele era meeiro, no Paraná, e em Minas também, era diarista. Aí no Paraná teve um pouco de lucro trabalhando, e ele comprou uma propriedade de dois alqueires. Não, era hectare, era em Altamira. [...] Em Itacolomi ficamos bem pouco. Lá em Itacolomi ele não tinha propriedade. [Ele trabalhava em] Lavoura de roçar pasto. Tomava conta da criação dos grandes fazendeiros. Criação de café das fazendas. Plantio de café, algodão, de quando era meeiro. Quando ele comprou a propriedade, ele começou a fazer o plantio do gosto dele. Que a gente chama de lavoura branca. Arroz, feijão, milho, abobrinha. Coisas pra consumo próprio. O feijão e milho eram pra comercializar. [...] Ele não gostava de trabalhar e trabalhar e ouvir do patrão que o serviço não rendeu. Por isso ele queria ter a terra própria pra trabalhar e para os filhos (EN VII - US 1;2;5).

²⁰ Fernando Henrique Cardoso foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil, governando o país entre os anos de 1995 e 2002.

Maria Aparecida foi primeira filha do casal a nascer no Paraná, no município de Novo Itacolomi, em julho de 1961, ainda quando seus pais trabalhavam como meeiros nas lavouras de grandes proprietários rurais do estado. Em busca da terra própria que proporcionaria o plantio a gosto e o reconhecimento da labuta, logo a família se mudaria novamente em direção à Altamira do Paraná, então distrito do município de Palmital, onde lograriam êxito na aquisição da propriedade rural de dois hectares em que permaneceriam até 1978. Localizado na região colonizada a partir de 1962 pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural (CODAL), Altamira passou em abril de 1982 à condição de município autônomo no Centro Ocidental paranaense, destacando-se pelas atividades econômicas relacionadas à pecuária mista e, principalmente, à cultura do algodão. Por ser um município caracterizado por um relevo acentuado e, portanto, pouco valorizado em relação a sua potencialidade agrícola, houve historicamente em Altamira o predomínio das pequenas explorações apoiadas basicamente no trabalho humano de base familiar, fazendo com que o município se constituísse periféricamente em relação ao processo de reestruturação produtiva e expansão das lavouras de cultivo comercial em bases técnicas modernizadas (COSTA; ROCHA, 2009).

A gente saiu junto, só que meu pai veio, ficou um tempo, sem vender a propriedade, em 78. Viemos todos para Ibaté, onde já tínhamos uns conhecidos. Eu tinha 17 anos. Aí a gente veio pra lá, porque era uma cidade pequena, com a oportunidade de a gente tentar estudar. Era difícil ir pra escola. Nunca tinha dinheiro pra pagar a escola pra se formar. Dos 12 irmãos, nenhum estudou mais que o ensino médio. Os primeiros fizeram só o fundamental. Trabalhávamos como serviços gerais. Era muito difícil naquela época filho de pobre ter formatura [...] Resumindo: ele veio em 78 e ficou 4 anos morando na cidade de Ibaté. Comprou terreno, construiu casa pra nós. O sítio estava lá no Paraná. Aí, ele voltou com os irmãos solteiros para o Paraná e os que eram casados ficaram. Era casada. Já tinha um filho. Eu fiquei e meus irmãos mais velhos ficaram, e mais uma irmã mais nova ficou. Seis voltaram e seis ficaram. Minha mãe foi junto pra lá. E ficou lá até 89. Foi quando ele precisou vender o sítio. Quando ele voltou pra lá, foi que ele decidiu plantar soja e algodão. Depois que ele quis apostar na soja e algodão. E o custo do algodão é um custo alto. É o trabalho do agrônomo que acompanha, a semente, os defensivos, os consultores que dava consultoria da produção. Tudo incluía nos valores. Se deu uma safra ruim e deu outra safra ruim, não deu pra pagar o financiamento [...] Foi no tempo do Fernando Collor. Com o dinheiro que sobrou comprou

uma casinha na cidade. E voltou a depender para os outros. Trabalhando nas firmas de boia fria. Quando tinha emprego, ia. Quando não tinha, nós comíamos o pão que o diabo amassou. Mas nos íamos embora. Foi aí que surgiu a oportunidade de uma terra (EN VII - US 7;9;10;11).

Conforme o relato dado por Maria Aparecida na entrevista que realizamos com a agricultora, o movimento de obtenção e expropriação de uma pequena propriedade rural por parte de seus pais no Paraná foi entremeado por uma tentativa de estabelecimento da família no interior de São Paulo, a fim de possibilitar a oportunidade de estudo que possibilitaria, hipoteticamente, uma maior inserção e estabilidade no mercado de trabalho dela e de seus onze irmãos. Incluiu, igualmente, a experiência mal sucedida de seu pai no estabelecimento de lavouras comerciais de soja e algodão no contexto de intensificação do processo de modernização da base técnica dos meios de produção agrícolas, cujos requisitos incluíam a aquisição de um pacote tecnológico modernizante possibilitado pela obtenção de crédito produtivo junto aos agentes financeiros. A venda de sua propriedade rural para pagamento das dívidas contraídas junto aos bancos comerciais representou, para o pai de Maria Aparecida, o regresso à condição insegura de mão de obra temporária nas lavouras paulistas, desvelando cruamente a fragilidade da produção agrícola camponesa realizada no contexto de predomínio do modo de produção capitalista no campo, em que “[...] todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação” (MARTINS, 1981, p. 16).

Assim como Maria Aparecida, José Maria, nascido em fevereiro de 1971 em Engenheiro Beltrão, viveu sua infância ao lado de sua família de meeiros, no Paraná. Localizado na divisa com a região Norte Central do estado e, portanto, limite natural da fronteira cafeeira no sul do Brasil, o município se constituiu destacadamente a partir da sua produção de café, tendo em 1968 metade de sua área de cultivo destinada a tal cultura. As inúmeras geadas que assolaram a região durante toda a década de 1960 fizeram com que houvesse uma diminuição gradativa das áreas de café plantadas no município, ainda que no início da década seguinte tal produto continuasse com grande importância relativa quando comparadas às áreas destinadas ao cultivo do milho, feijão, algodão e soja.

Concomitantemente ao declínio das condições de produção de café na região (em especial a partir da geada de 1966, que foi responsável por dizimar os cafezais dos sitiantes), desde o início dos anos 1970, assistimos ao estímulo do Estado à expansão

das lavouras de soja em bases técnicas modernas, oleaginosa cultivada em terras de melhor fertilidade natural e valorizada no contexto de incremento da demanda nacional e internacional por matérias primas agrícolas (HESPANHOL, 1993; YOKOO, 2013). O movimento histórico de intensificação do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira (e paranaense, de forma específica), acarretou profundas transformações no contexto de reprodução da vida social das famílias de pequenos sítiantes viventes no centro ocidental do estado:

Nasci e fui criado na roça mesmo. Sempre cresci na agricultura. [...] Ele [meu pai] sempre trabalhou na terra. Nasceu e foi criado trabalhando na terra. [...] Mas lá a gente sempre trabalhou de empregado. Meu pai mexia muito com lavoura de café. Tocava 40 mil pés de café. A gente se conheceu mais, se profissionalizou mais pra mexer mesmo com o café. E aí, nós vivemos na região do Paraná ali até meus 24 anos. Sempre mexendo com as lavouras de café. A produção era a gente mesmo que tocava, por porcentagem. Tipo assim, de cem por cento, tinha o meu pai que ficava com 40% e 60% era do patrão. Vivíamos da porcentagem. Depois que meus pais foram se cansando. Já não estavam conseguindo trabalhar mais com a roça, com a lavoura de café. Fomos morar mais na cidade. Lá mesmo no Paraná. Depois eu fiquei uns cinco ou seis anos na cidade. Sempre trabalhando de empregados. Na roça mesmo. Sempre em cidade pequena. O serviço que tinha lá era trabalhar com trator. Com café. Colhendo na região, nas cidades que tinham. Mas sempre trabalhando de empregado. Aí eu vi que as coisas estavam ficando mais difíceis (EN II - US 1;2;3;5).

Conforme pudemos compreender da entrevista de José Maria, sua família não se estabelecera com a posse da terra no contexto da colonização da região pelas frentes de expansão e pioneira, momento em que a alta disponibilidade de terras devolutas e os módicos preços do alqueire de terra facilitavam a aquisição da propriedade rural, seja pelo apossamento, seja pela compra e venda no mercado fundiário, constituído de forma mais sistemática a partir da implantação dos Planos de Colonização Dirigida, em meados da década de 1940. Deste modo, os pais de José Maria se encontravam em tal período na instável condição de parceiros dos sítiantes de café de Engenheiro Beltrão, tocando as lavouras por meio do sistema de porcentagem e realizando o plantio consorciado de arroz, feijão e milho, o qual servia à subsistência familiar junto com a criação de pequenos animais. No entanto, no Centro Ocidental do Paraná, especialmente nas áreas com relevo de médios platôs, o processo de desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada à economia urbano-industrial e ao setor externo

implicou em profundas transformações na realidade agrária local: inviabilizando as formas tradicionais de reprodução social dos pequenos sítiantes (meeiros, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários), acarretou um processo de mobilidade da população rural em direção, primeiramente, às pequenas cidades da região, e depois para os centros urbanos mais dinâmicos do Paraná e de São Paulo.

Este êxodo foi incitado principalmente pela perda relativa da importância da mão de obra rural a partir da mecanização do trabalho agrícola, e pela progressiva concentração da propriedade rural, havendo diminuição do número de pequenas propriedades com até 10 alqueires e crescimento da quantidade de propriedades possuindo entre 100 até 1000 alqueires, dado que acarretou historicamente no aumento do tamanho médio da propriedade rural no Paraná (COSTA; ROCHA, 2012; LIMA, 2013). Conforme nos disse José Maria, explicando-nos os motivos da saída de um amigo sítiante da região de Engenheiro Beltrão, o qual posteriormente convidaria seu irmão e o próprio José Maria para mudar-se para São Carlos, já na década de 1990:

É que no Paraná, foi ficando só os fazendeiros grandes. Quem tinha um sítio pequeno, de 4 a 5 alqueires mais ou menos, foi sendo quase obrigado a vender. Porque os fazendeiros iam comprando, comprando. Você ficava só com aquele pedacinho de terra no meio deles. E eles sempre oferecendo pra comprar. Porque, na verdade, ficava um estorvo pra eles. Atrapalhava eles. Pra passar no meio da fazenda deles. Então, muitos venderam os sítios pequenos, com pouca terra. Foram vendendo. E a gente tinha um amigo nosso que vendeu um sítio dele e comprou umas casas, uns negócios pra cá e veio embora pra cá. E convidou meu irmão (EN II – US 15;16).

Aí fiz um curso de vigilante, na cidade vizinha, em Maringá. Aí, sai pra trabalhar fora. Trabalhei uns 4 ou 5 meses fora, em outra cidade lá. Aí tinha meus irmãos que foram pra lá, e foi aí que eu vim pra cá. Pra São Carlos. Vim direto pra São Carlos. Logo que eu cheguei, já arrumei serviço. Trabalhei uns tempos de vigilante. Eu tinha curso. Aí que o pessoal me convidou pra sair à procura de terra. Nós fomos para Tapuí. Depois fomos para Barra Bonita. Um lugar que tinha umas terras do governo, que tinha possibilidade de conseguir um pedaço de terra. Porque *a gente, que veio da terra*, o sonho da gente é ter um pedacinho da terra pra mexer na terra da gente mesmo (EN II – US 4;5).

No momento em que José Maria e Maria Aparecida já haviam se estabelecido cada qual com sua família no bairro da Cidade Aracy, na periferia urbana de São Carlos, ambos ainda não vislumbravam a possibilidade que teriam de se firmarem como

produtores rurais assentados naquele mesmo município que então os abrigava. No entanto, ali na região central do estado de São Paulo, nas imediações de Araraquara, desde a década de 1980 trabalhadores/as do corte da cana-de-açúcar já se organizavam politicamente a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais em busca de melhores condições laborais e da garantia de seus direitos trabalhistas, passando em seguida a requererem um pedaço de terra próprio que pudessem produzir o sustento de suas famílias. Historicamente, a conjuntura de surgimento e fortalecimento de diversos movimentos sociais ligados à luta pela terra no estado de São Paulo desde os anos 1980 iria forjar as condições políticas para que, na metade da década de 2000, houvesse a ocupação e a desapropriação da Fazenda Santa Helena.

CAPÍTULO 3 - CAMINHOS DA RESISTÊNCIA

A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Modernização agrícola, concentração de terras e a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro

O processo de modernização agrícola no Brasil provocou profundas transformações no tocante às formas possíveis de acesso à terra pelos pequenos produtores rurais, afetando, conseqüentemente, os modos plausíveis de realização do trabalho no campo e por conseguinte as possibilidades de reprodução social das famílias rurícolas. Conforme vimos na reconstituição histórica empreendida, o desenvolvimento capitalista da agricultura no Brasil se deu a partir da existência de uma fronteira agrícola que se movimentou constantemente de acordo com a disponibilidade de terras ainda não apropriadas legalmente. Tal processo, ao mesmo tempo em que propiciou uma renda diferencial crescente aos grandes proprietários rurais (dadas as diminuições dos custos de produção decorrentes do saldo entre a fertilidade natural e a localização dos solos), também garantiu a reprodução dos pequenos posseiros, parceiros e arrendatários, ainda que de maneira subordinada ao processo de sustentação do monopólio da propriedade fundiária e de captação de renda da terra, dada as formas precária de acesso à ela disponíveis (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Se, num primeiro momento, marcado pelo fim da década de 1960, esta grande oferta de terras e a possibilidade de expansão gradativa da fronteira agrícola no estado de São Paulo favoreceram as explorações pioneiras e temporárias de posseiros e o aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais, a partir dos anos 1970 esta tendência é revertida, sendo o contexto paulista marcado pela tendência geral da expansão e incorporação de áreas dedicadas às lavouras comerciais de grande aporte tecnológico em detrimento das áreas tradicionalmente ocupadas pela pequena produção agrícola, caracterizada pela produção de gêneros alimentícios voltados à subsistência e ao comércio de excedente. Para Graziano da Silva (1980), “[...] esse movimento não consistiu apenas numa substituição de culturas, mas dos próprios produtores”, pois, “[...] quando se troca arroz e feijão por soja e cana são também as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas e substituídas pela grande produção mecanizada e empresarial” (p. 134).

Por um lado, a modificação da base tecnológica em que se sustentava a produção agrícola em São Paulo, propiciada pelas políticas macroeconômicas voltadas para expansão da produtividade do setor, ao ampliar a produtividade do trabalho no campo por meio do aumento no nível de mecanização da atividade agrícola (CARVALHO, 2011), alterou sobremaneira a escala de exploração das propriedades rurais, provocando

o aumento da quantidade das áreas mínimas necessárias para garantia da rentabilidade econômica das atividades agropecuárias (o que levou a uma rápida valorização financeira da propriedade fundiária no estado). Por outro lado, transformou significativamente as características e as formas de absorção da mão-de-obra rural utilizada nos ciclos das principais lavouras, com o notório aumento da sazonalidade e diminuição dos postos de trabalho no setor agropecuário, acarretando a ampliação do excedente de força de trabalho agrícola e a intensificação do êxodo rural, que em grande parte se direcionou rumo aos grandes e médios centros urbanos. Analisando o fenômeno do aumento da sazonalidade do trabalho no campo decorrente da modernização das práticas agrícolas, bem como suas consequências para os pequenos produtores rurais, Graziano da Silva (1980) escreve que:

A substituição das culturas "tradicionais e em transição" acentua ainda mais a sazonalidade da ocupação agrícola porque, via de regra, as culturas que adotam tecnologias modernas têm um perfil de exigência de mão-de-obra mais irregular (p. 149).

[...] a maior sazonalidade no trabalho agrícola, [se dá] tanto pelo fato de se ter reduzido a mão de obra necessária nas atividades de plantio e dos tratos culturais e aumentado a da colheita, como por ter acentuado os períodos de descontinuidade da ocupação própria de certas fases, dado que uma mesma atividade agora pode ser realizada em menor tempo (p. 144).

A sazonalidade da ocupação agrícola também se acentua na medida em que uma região se especializa, quando ela passa de uma policultura a uma monocultura qualquer. Se o número de alternativas é reduzido, tendendo a predominar uma só atividade, o perfil de exigência dessa cultura refletirá a própria demanda de mão-de-obra da região. Assim, ela será reduzida em algumas fases do calendário agrícola e repentinamente elevada em outras, se tornando inevitável o desemprego em certas épocas do ano e as migrações em outras como forma de atenuar o crescimento dos salários nas épocas de pico (p.150).

Vale a pena destacar que a especialização das regiões em alguns poucos cultivos tem se acentuado nos últimos anos no estado de São Paulo como resultado da própria industrialização da agricultura. Assim, não só a instalação de agroindústrias que tendem a concentrar no menor raio possível a produção de sua matéria prima, mas também as facilidades de comercialização de determinados insumos ou produtos levou a um verdadeiro zoneamento do estado (p. 150).

O desenvolvimento subsequente da agricultura paulista confirmou tanto a consolidação das grandes cadeias produtivas com intenso aporte tecnológico e inter-relacionadas com o agronegócio internacional, notoriamente aquelas relacionadas à

cultura da cana-de-açúcar, da laranja e da pecuária de corte e derivados, como também a presença de inúmeras cadeias produtivas especializadas de pequeno porte que, apesar da diminuta participação na renda agropecuária total do estado, possuem destaque local, ratificando a existência de ampla diversidade regional da produção agrícola estadual (CARVALHO, 2011). No entanto, segundo Carvalho, a despeito desta considerável diversidade e especificidade regional dos tipos de exploração agrícola presentes atualmente em São Paulo, não somente houve um agravamento no quadro de elevada concentração de terras no estado entre 1995 e 2006, mas também “[...] não resta dúvida de que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para o aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra” (CARVALHO, 2011, p. 76).

A conjuntura delineada anteriormente, que alijou e expropriou historicamente a população camponesa do usufruto da terra de trabalho, por meio das distintas formas com que a apropriação fundiária tem se subordinado ao desenvolvimento *sui generis* do capitalismo no meio rural brasileiro²¹, terminou por conformar uma estrutura agrária concentrada e excludente, aprofundando os níveis de desigualdade social entre viventes e ocupantes do campo, o que, em contrapartida, vem erigindo as possibilidades históricas de manifestação do fenômeno da luta pela terra, a partir do envolvimento desta população marginalizada em processos de resistência e disputa pela posse da terra.

Diferentemente do contexto nordestino, onde o trabalho realizado por ativistas do Partido Comunista a partir de 1945 promoveu com maior efetividade a mobilização e organização civil dos trabalhadores rurais, culminando na formação das Ligas Camponesas enquanto alternativa política aos sindicatos rurais controlados pelos grandes proprietários fundiários (MONTENEGRO, 2003), os movimentos de luta pela terra no estado de São Paulo não se constituíram de forma organizada até o início da década de 1980²²; a despeito da atuação política do mesmo Partido Comunista nas

²¹ “Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades [...] essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas [...]. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2000, p. 105-106).

²² Relativizando tal assertiva, Clifford Andrew Welch (2010) busca em sua obra visibilizar as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, remontando às greves e mobilizações de colonos e trabalhadores de fazendas ocorridas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, e passando também pelo empenho de Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930, em promover a sindicalização rural.

décadas anteriores em prol da regulamentação das leis trabalhistas e da reforma agrária, os conflitos e ocupações de terras ocorreram em caráter pontual e em áreas isoladas do estado (FERRANTE et al, 2012; CARVALHO, 2011).

Analisando o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Estado de São Paulo, entre os anos de 1979 e 1986, Bernardo Mançano Fernandes (1997; 1999) destaca enquanto experiência pioneira desta constituição a luta dos posseiros pelas terras da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, em julho de 1980, processo este que, findado, ocasionou no surgimento do Movimento dos Sem-terra do Oeste do Estado de São Paulo. Neste mesmo período histórico, segundo o autor, várias frentes de luta pela terra foram surgindo nas diversas regiões do estado (Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas), suscitados por posseiros, boias-frias, meeiros, rendeiros, atingidos por barragens, desempregados da cidade e do campo, bem como migrantes de todo o país, os quais começaram a se articular de forma mais organizada a partir dos encontros promovidos nos estados pela Comissão Pastoral da Terra. Neste contexto de articulação e organização das inúmeras lutas localizadas em diversos estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Goiás), as quais foram se constituindo enquanto enfrentamento e resistência ao processo de modernização da produção agrícola e marginalização das populações do campo, o MST surgiu formalmente enquanto movimento nacional organizado de luta pela terra, em janeiro de 1984, por ocasião da realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na cidade de Cascavel/PR (FERNANDES, 1997; 1999).

A partir deste marco de fundação, o MST passou a atuar de forma mais sistemática no estado de São Paulo, com o estabelecimento de sua secretaria estadual na capital paulista, junto à sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e com a formação do Movimento dos Sem-terra de Sumaré, articulações realizadas em conjunto com o trabalho político das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Se, no momento de sua estruturação, o movimento centrou suas intervenções com ocupações realizadas em áreas pertencentes ao governo do estado e a empresas estatais (p.ex. Ferrovias Paulistas S.A. - FEPASA), a partir de 1985 ele passou a também utilizar como estratégia de pressão para a realização da reforma agrária a ocupação de terras devolutas e latifúndios improdutivos, período em que a territorialização de sua atuação atinge as

regiões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1997; 1999).

Neste período histórico correspondente ao processo político de redemocratização política brasileira, iniciado no final da década de 1970 e cunhado pela forte atuação dos movimentos sociais (o qual culminaria na mudança do estatuto da propriedade fundiária e de sua legitimação por sua função social, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988²³), o apoio à luta pela terra realizado por movimentos com distintas práticas de atuação, e que no estado de São Paulo estiveram vinculados à Igreja Católica, aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e ao próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, condicionou de modo particular e diverso as formas de organização de tais lutas em seu processo de construção (FERNANDES, 1997), sendo possível reconhecer, historicamente, a disputa territorial de tais instituições pela órbita de influência política em relação às ocupações e assentamentos rurais existentes no estado (FERRANTE et al, 2012). Na região central do estado, onde estão localizados os municípios São Carlos e Araraquara, principalmente por este último município ter sido marcado historicamente pela presença dos complexos agroindustriais vinculados ao agronegócio²⁴, a luta pela terra esteve mais atrelada aos movimentos de trabalhadores rurais assalariados vinculados aos movimentos sindicalistas, especialmente à Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). De acordo com Vera Lúcia S. Botta Ferrante e colegas (2012):

Nos anos 80, a luta pela terra passa a ter maior visibilidade nacional e regionalmente. Neste caso, como consequência, dentre outras, dos movimentos grevistas dos boias-frias conhecidos nacionalmente como a era das greves de Guariba. Os boias-frias já reivindicavam, a partir da década de 70, a garantia de seus direitos trabalhistas, contestando sistemas impostos de corte da cana geradores de uma intensiva exploração da força de trabalho, progressivo adoecimento, dentre outros. Sofrendo a repressão aos seus movimentos grevistas, em muitos casos materializada em demissões e listas negras e orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, os boias-frias dessa região e de outras passam, a partir da segunda metade da década de 80, de forma mais consistente, a reivindicar terra. Ocupações passam a ser frequentes em vários pontos do Estado e do País e, no plano institucional, o Estado Brasileiro, sob pressão dos movimentos sociais

²³ BRASIL, 1990.

²⁴ Segundo Delgado (2005), “agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (p. 66).

do campo, institui o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, alvo de críticas e de elogios (p. 70).

O acolhimento da luta pela terra enquanto pauta política do sindicalismo rural no estado de São Paulo foi calcada no seio das disputas e contradições inerentes ao processo histórico de constituição e consolidação do movimento sindical rural brasileiro a partir da década de 1960²⁵. Tal conjuntura foi marcada pela tensão entre, de um lado, o enquadramento, o assistencialismo e a tentativa de controle do Estado sobre o comando das práticas diretivas dos sindicatos e, de outro, as diferenciações possíveis efetuadas no modo de sua atuação enquanto instrumento efetivo de organização e atendimento das demandas e lutas dos trabalhadores rurais, considerando-se o aparato jurídico-institucional que se impôs como parâmetro à prática sindical após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (em 1963), do Estatuto da Terra (em 1964) e do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (em 1963, mas efetivamente operacionalizado a partir de 1972, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural) (FERRANTE, 1990; COLLETI, 1998).

Dentro de tal contexto, as mobilizações de enfrentamento ocorridas no decorrer da década de 1980 e protagonizadas pelos trabalhadores rurais assalariados da região de Araraquara e Ribeirão Preto, em resposta às péssimas condições de remuneração e de trabalho nos cultivos de cana-de-açúcar e laranja, explicitavam as divergências entre a direção dos movimentos da categoria e a estrutura sindical oficial representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FETAESP), cuja direção ainda “[...] estava ocupada por líderes do segmento dos pequenos produtores, num momento em que já é flagrante a presença dos trabalhadores rurais assalariados como força social” (FERRANTE; BARONE, 1994, p. 38). Destarte, a necessidade de organização autônoma dos trabalhadores rurais assalariados posta em marcha com a criação de espaços mais independentes de mobilização e reivindicação próprios à categoria (sendo o mais conhecido destes movimentos a revolta popular dos trabalhadores canavieiros de Guariba, ocorrida em maio de 1984), culminou com a fundação, em 1989, da FERAESP²⁶.

²⁵ Para mais informações sobre a estruturação legal do movimento sindical rural brasileiro e paulista, bem como seu impacto sobre as formas de organização e luta dos trabalhadores rurais, ver os trabalhos de Ferrante (1990), Ferrante e Barone (1994) e Coletti (1998).

²⁶ Uma análise crítica acerca da criação dos Sindicatos dos Empregados Rurais e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) no contexto da modernização

Desta maneira, a luta pela terra empreendida por tais trabalhadores tornou-se fenômeno recorrente na região central do estado desde a ocupação da propriedade pertencente à falida Usina Tamoio (ocorrida em 1984 no município de Araraquara), manifestando parte das contradições referentes a intensificação do processo de proletarianização do trabalho rural e da “[...] defasagem entre as reais condições de trabalho no campo e o aparato legal vigente” (FERRANTE; BARONE, 1994, p. 39). Portanto, continua os autores, “[...] a eclosão da luta pela terra no seio da categoria dos assalariados rurais é uma manifestação clara desse dilema e vai ajudar a compor o quadro de contrapontos nesse novo período das lutas dos trabalhadores rurais no Estado” (p. 39). Avançando um pouco mais na compreensão deste contexto situado de luta pela terra, Ferrante e colegas (2005) afirmam que:

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado será claramente uma resposta estatal ao potencial de organização e constatação dos boias-frias. Sua singularidade, no entanto, deve-se a um entrecruzamento bastante particular da mobilização dos trabalhadores rurais e das conjunturas políticas - tanto no âmbito do governo estadual quanto do governo federal. Trata-se de um campo específico das políticas públicas, no qual um jogo de forças sociais irá, direta ou indiretamente, determinar ações no sentido de assentar famílias de ex-boias-frias em meio a propriedades empresariais das mais produtivas do país (p. 42).

Se, por um lado, a profunda desigualdade ocasionada no meio rural brasileiro resultou na organização e na luta dos trabalhadores rurais, excluídos deste processo de modernização agrícola, em busca de terra para viver e produzir, vinculada tanto ao movimento sindicalista (sobretudo a FERAESP²⁷) quanto aos movimentos sociais de trabalhadores sem-terra (especialmente o MST), por outro lado, a intensificação dos

agrícola brasileira, bem como suas repercussões para a dinâmica de atuação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em São Paulo e no Brasil, foi feita por Francisco José da Costa Alves (1991).

²⁷ Élio Neves, ex-Presidente da FERAESP, em entrevista concedida a Mariana Tonussi Milano e Géssica Trevizan Pera, em agosto de 2008, falou acerca das áreas de atuação desta entidade e da natureza do público atendido pelos sindicatos a ela filiados: “A FERAESP é exclusiva de assalariados. A FERAESP e os sindicatos envolvidos são exclusivamente de assalariados. O que a FERAESP faz é que desde o seu nascimento ela definiu em suas estratégias de organização que os assalariados têm uma forte ligação com a terra. Então, a bandeira da reforma agrária, a luta pela reforma agrária faz parte do rol de atividades da FERAESP. Então, a FERAESP trabalha em duas frentes fundamentais: uma pra melhoria das condições de trabalho, dentro da relação de emprego, e outra na luta da reforma agrária como uma alternativa de desenvolvimento para os trabalhadores. Mas a organização sindical, digamos assim, após a conquista da terra, não é mais da FERAESP. Aí são organizados por sindicatos de agricultores familiares, embora essas organizações busquem atuar nas lutas políticas, etc., mas é outra luta específica” (MILANO; PERA, 2009, p. 03).

conflitos fundiários resultante da ampliação histórica, em âmbito nacional, dos movimentos articulados em prol da luta pela reforma agrária requereu que o Estado brasileiro, representado pela União e seus entes federativos, exercesse de forma mais contundente seu papel de mediador político-institucional das questões fundiárias. Esta administração institucional, por parte do Estado, das reivindicações e conflitos relacionados à má distribuição de terras, à diminuição da oferta de trabalho agrícola e a deterioração das condições de sua realização, as quais ocasionaram historicamente o aumento da pobreza e da desigualdade social no meio rural, pode ser compreendida a partir do prisma da centralidade que a apropriação privada da terra possui dentro do processo de acumulação capitalista *sui generis* ocorrida no campo brasileiro. Isto porque, de acordo com Graziano da Silva (1980):

Não é só a transformação da terra de meio de produção em reserva de valor que garante a valorização de seu investimento ao proprietário, independente de sua utilização produtiva. No caso brasileiro a terra também é um meio de acesso a outras formas de riqueza [...] sejam riquezas naturalmente a ela associadas (produtos extrativos) [...] sejam riquezas politicamente a ela associadas, como crédito farto e barato, os favores fiscais, etc. [...]. Essa forma particular passa pela presença fundamental do Estado. Seja como órgão que cria, por meio de mecanismos sociais e políticos de controle, o monopólio das terras, seja como organismo que viabiliza a rentabilidade das atividades agropecuárias, através de suas políticas específicas. Torne-se assim condição necessária que o capitalista seja, ao mesmo tempo, o proprietário das terras que explora. De um lado, para poder usufruir ao menos em parte do sobre lucro gerado no processo produtivo. E, de outro, para fazer com que o crescimento do preço da terra jogue a seu favor como valorização patrimonial e, em consequência, como meio de acesso a mais capital-dinheiro na forma de crédito subsidiado (p. 88).

As possibilidades de implantação, por parte do Estado brasileiro, dos projetos de criação de assentamentos rurais como forma de atender as reivindicações populares de acesso à terra, estiveram condicionadas, desde a década de 1960, por esta conjuntura histórica marcada pelas tensões entre a crescente pressão exercida pelos movimentos sociais decorrentes da perenidade da concentração fundiária e do aumento da pobreza e da desigualdade social no campo, por um lado, e a atuação estatal no fomento ao processo de aprofundamento da integração técnica da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, por outro, propiciado pelos fortes estímulos advindos da política agrícola e comercial do período decorrido entre 1965 e 1982. As compensações fiscais e os subsídios concedidos com a política de crédito rural, ao promoverem a

intensificação do desenvolvimento econômico das relações agroindustriais, implicaram igualmente na valorização dos títulos de propriedade de terras e no aquecimento do mercado fundiário brasileiro (DELGADO, 1984).

Acirrando ainda mais os níveis de disputa no interior do jogo político-institucional, tal processo garantiu “[...] ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural e a valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia” (DELGADO, 2005, p. 61), convertendo o setor agropecuário num terreno fértil para a valorização de capitais e para consolidação de um pacto agrário de cunho tecnicamente modernizante e socialmente conservador, estabelecido entre as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e o Estado. Ademais, devemos considerar ainda em relação a esta economia política da questão agrária, a interferência das mudanças cíclicas conjunturais do regime de acumulação e reprodução capitalista a nível global, as quais tem constrangido ao longo das décadas a formulação e implementação das políticas macroeconômicas brasileiras:

Observe-se que a agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária. A partir do início da década de 1980 a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo. Neste contexto o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macroeconômicas do período. A maneira como o *establishment* econômico promoverá a gestão da crise da dependência externa a partir da reversão do ciclo econômico de crescimento em 1982 requer uma participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agroindustriais conexas na geração de saldos de comércio exterior. Estes passam a ser essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários. Por seu turno, na fase de abundância de liquidez internacional, como o foi, por exemplo, o período 1994 -1998, a política econômica promove a desvalorização da renda da terra. Mas recorrerá, ao mesmo tempo, a um novo surto de endividamento externo, cujo limite será a crise de liquidez internacional subsequente. E quando esta advém, a elite econômica relança a estratégia anterior. Este jogo de cartas marcadas, que experimentamos e continuamos a jogá-lo na atualidade, configurará os novos contornos conjunturais da questão agrária nestas já duas décadas de constrangimento externo da economia brasileira (DELGADO, 2005, p. 62-63).

Dentro deste breve panorama realizado acerca das formas de participação do Estado em relação ao desenvolvimento da economia brasileira e de sua agricultura, de forma particular, é que se inserem as políticas públicas voltadas para a criação de assentamentos rurais. No estado de São Paulo, a “Revisão Agrária” foi o primeiro programa criado para a implantação de assentamentos rurais, tendo sido realizado pelo governo de Carvalho Pinto (1958-1962) no contexto histórico próprio do que Sônia Bergamasco (2003) qualifica como “reforma agrária produtiva”, pautada pelo debate das funções da agricultura no desenvolvimento econômico do país. No entanto, já no início da gestão de Adhemar de Barros (1963-1966) o programa havia sido descartado, tendo como resultado concreto a realização de apenas dois projetos-piloto (um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias), a despeito da meta do programa ter previsto o assentamento de 500 a 1000 famílias/ano.

Ademais, é a partir da intensificação das manifestações e ocupações postas em marcha pelos trabalhadores rurais marginalizados que reivindicavam a propriedade da terra, próprias da conjuntura de abertura política da década de 1980, que as questões fundiárias voltaram a pauta do governo estadual na gestão de Franco Montoro (1983-1986), com a realização do Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP), o qual desenvolveu uma política de assentamentos pautada pelo uso de terras públicas para a distribuição fundiária²⁸, resultando na criação de 24 assentamentos rurais para 2.150 famílias, ocupando uma área total de 36.167 hectares (CARVALHO, 2011). Datam deste período (1985/86) os primeiros núcleos de assentamentos instalados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no município de Araraquara, a saber: Projetos de Assentamento (PA) Monte Alegre I, II, III e IV, as quais ocuparam a área da Fazenda Monte Alegre, originalmente pertencente à FEPASA, mas que à época encontrava-se sob gestão da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (FERRANTE; BARONE; DUVAL, 2012).

No âmbito federal, a reforma agrária voltou à agenda política do Estado com o fim da ditadura civil e militar (1964-1985) e a inauguração da chamada Nova República, quando é apresentado pelo governo de José Sarney (1985-1989) o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA). No entanto, a despeito de prever a

²⁸ “Há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange às políticas fundiárias. A primeira delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária; por outro lado, a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, de cunho federal e municipal, além de não terem poder de gerir recursos oriundos do governo federal” (CARVALHO, 2011).

desapropriação por interesse social como mecanismo de distribuição de terra, o plano, em seu texto final, não estabeleceu critérios claros para definição das áreas prioritárias a serem utilizadas em sua execução, flexibilizando as regras de classificação dos imóveis rurais improdutivos (atrelando a função social da propriedade a índices de produtividade agrícola) e indicando que os imóveis produtivos não poderiam ser desapropriados para a constituição de assentamentos rurais, fazendo desta forma com que a desapropriação fosse colocada como instrumento secundário entre as ações do governo para consecução das metas do plano para o período do governo (1985-1989). Como resultado, o I PNRA assentou apenas 89.950 famílias em todo país (6,4% da meta), em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, 1,5% do previsto (OLIVEIRA, 2007).

Já no decorrer da década de 1990, o Estado foi, paulatinamente, retirando os instrumentos legais que permitiriam o atendimento destas demandas. No entanto, como consequência dos pífios resultados alcançados pelo I PNRA, as lutas pela reforma agrária aprofundaram-se e o Estado se viu obrigado a intervir no âmbito de tais questões a partir de estratégias variadas, que foram se diferenciando nos diferentes momentos de tal período, centradas na: 1) violência policial (como nos casos emblemáticos do Pontal do Paranapanema/SP e dos massacres de Corumbiara/RO e Eldorado do Carajás/PA) e criminalização das lideranças e das práticas de atuação dos movimentos sociais (expressos pela Medida Provisória 2.109, que proibiu a vistoria por dois anos em imóveis ocupados e pela Portaria nº 62/2001, que exclui os sujeitos assentados devido a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais); 2) mudanças de cunho legal realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como por exemplo: a) a incorporação dos mecanismos operacionais do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sem que este último programa estivesse suficientemente institucionalizado para uma substituição adequada; b) a criação, com apoio financeiro do Banco Mundial, do sistema de crédito fundiário através do projeto Cédula da Terra e Banco da Terra, programa que fornecia financiamento para compra de terras e que ficou convencionalmente conhecido como reforma agrária de mercado (OLIVEIRA, 2007).

Ademais, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), ao realizar um balanço dos resultados da política de assentamentos rurais em tal período:

Comparando-se o governo de Fernando Henrique Cardoso com os anteriores (Sarney, e Collor/Itamar) verifica-se pelos dados divulgados

pelo INCRA, que nos primeiros seis anos tinha assentado 373.210 famílias em 3.505 assentamentos rurais. Entre estes assentamentos inclui-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária propriamente dito. A pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC há ampliar os assentamentos. [...] entre 1995 e 2000, verifica-se que há um crescimento no número de famílias assentadas até 1998, quando se chegou a um pouco mais de 83 mil famílias, e uma redução significativa nos anos de 1999 (assentou-se pouco mais de 57 mil famílias) e no ano de 2000 com o assentamento de apenas 39 mil famílias. Havia, portanto, segundo os dados indicavam até 2000, uma política declarada de redução dos assentamentos pelo governo FHC (p. 142-143).

A partir do primeiro mandato de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores, foi elaborado e aprovado o II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural (II PNRA), o qual defendia em suas diretrizes, além da democratização do acesso e da desconcentração da estrutura fundiária, “[...] a promoção de uma nova estrutura produtiva, garantindo crédito, seguro para a produção, assistência técnica, políticas de comercialização, agroindustrialização, recuperação e preservação do meio ambiente” (ALY JUNIOR, FERRANTE, 2012), definindo as seguintes metas para o período de 2003/2006:

Meta 01: Assentamento de 400 mil novas famílias; **Meta 02:** Regularização de 500 mil famílias com posses irregulares; **Meta 03:** Beneficiamento de 150 mil famílias com crédito fundiário; **Meta 04:** Recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade; econômica dos atuais assentamentos; **Meta 05:** Criação de 2 milhões de novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; **Meta 06:** Cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; **Meta 07:** Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas; **Meta 08:** Garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; **Meta 09:** Promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária; **Meta 10:** Garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; **Meta 11:** Universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (BRASIL, 2003, p. 38).

De acordo com os dados do Dataluta, o primeiro mandato de Lula realizou 21% da meta 1, assentando 85.026 novas famílias, e 11% da meta 2, regularizando a situação de 55.944 famílias (SOUZA, 2009). Ainda assim, além dos aspectos quantitativos frustrantes presentes no comparativo entre a meta de famílias assentadas e os

assentamentos efetivamente realizados, há de se considerar o argumento de Eduardo Paulon Girardi e Bernardo Mançano Fernandes (2008) acerca do caráter conservador da política de reforma agrária brasileira. Utilizando como critério analítico a origem da terra para a criação dos assentamentos (desapropriação, reconhecimento de posse ou projeto de conservação ambiental) e a existência ou não de movimentos de ocupação de terras no local de sua implantação, os autores classificam os assentamentos oriundos da política de reforma agrária de acordo com a potencialidade reformadora da estrutura fundiária dos diversos tipos de assentamentos rurais. De acordo com Girardi e Fernandes, os assentamentos reformadores são aqueles gerados por meio de desapropriação em locais com alta densidade demográfica e concentração de terras e, portanto, com alto índice de ocupações, ao passo que os não reformadores são aqueles que pouco alteram a estrutura fundiária, visto que se originam de reconhecimentos de posse, destinação de terras públicas, projetos de caráter ambiental, geralmente realizados em áreas de ocupação recente. A partir de tais critérios, os autores constatam que, no primeiro mandato do governo Lula (em relação ao período anterior), houve uma intensificação na constituição de assentamentos não reformadores, especialmente de caráter ambiental, respondendo a 21% dos assentamentos criados, 43% das famílias assentadas e 80% da área total destinada à reforma agrária, concluindo que “[...] o problema da reforma agrária conservadora está na não reforma das regiões de ocupação consolidada: centro-sul e nordeste” (p. 96). Desta forma:

[...] consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores, sem que seja necessário reformar as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos não reformadores, o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos reformadores as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é de fato desconcentrada: com os assentamentos reformadores, o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio e isso é reforma da estrutura fundiária (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 87).

No estado de São Paulo, o número de famílias acampadas em 2003 chegava a 14.000, a maior parte delas concentrada na região do Pontal do Paranapanema e de

Andradina, e a meta de assentamentos do governo federal para o período de 2003 a 2006 era de 9.000 famílias (ALY JUNIOR, FERRANTE, 2012). A partir do primeiro ano de mandato do governo Lula e do início da execução do II PNRA, se ampliou a participação federal na constituição de assentamentos rurais em São Paulo, ação até então desenvolvida pelo governo estadual por meio do ITESP. Dentro de tal contexto, realizou-se um processo de descentralização administrativa da atuação da Superintendência Regional do INCRA de São Paulo, com a criação de diversos escritórios regionais distribuídos pelo interior do estado, o que facilitou o processo de execução da política pública neste ente federativo, ao passo que, a partir de 2006, o número de famílias em assentamentos federais ultrapassou aquele dos assentamentos estaduais²⁹ (IPEA, 2013; ALY JUNIOR; FERRANTE, 2012).

Entretanto, considerando a complexidade das relações e tensões existentes entre a intervenção do Estado brasileiro sobre a estrutura fundiária nacional, especialmente por meio dos PNRA I e II, a intensificação dos conflitos por terra e das pressões dos movimentos sociais camponeses e a política de constituição dos assentamentos rurais, podemos radicalizar o argumento de Girardi e Fernandes (2008) acerca do caráter conservador da reforma agrária brasileira, aceitando a validade da proposição de Horacio Martins de Carvalho (2004), a qual toma a política compensatória de assentamentos rurais como uma forma de negação da realização da reforma agrária:

O que se depreende das práticas governamentais recentes com relação ao assunto, ao menos desde 1984, é que no limite se exercita uma política compensatória e populista de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra como consequência dos processos contemporâneos de ocupação de latifúndios pelos próprios sem-terra. [...] Assim, tanto a elaboração de anteprojeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nov República (I PNRA) em 1985, como a apresentação da Proposta de PNRA para o Governo Lula em outubro de 2003, continham estratégias de ação para a concretização de mudanças da estrutura fundiária brasileira, ainda que conservadoras, mas capazes de desencadear, se implantadas, um ambiente favorável à consecução de uma reforma agrária de interesse popular. Essas duas propostas de implantação de estratégias governamentais de mudanças relevantes na estrutura fundiária brasileira, distanciadas entre si por quase 20 anos, foram abortadas pelas pressões políticas das classes dominantes dentro do próprio Poder Executivo (CARVALHO, 2004, p. 114).

²⁹ Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), em sua pesquisa *Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de sucesso ou insucesso*: “As famílias assentadas pelo INCRA em São Paulo passaram de 4,3 mil, em 2002, para mais de 10,5 mil em 2010. De outra parte, o aumento das famílias em assentamentos estaduais pouco evoluiu: de 6,2 mil, em 2002, subiu a apenas 6,4 mil em 2010. O total de famílias sob a responsabilidade da SR-8 chegava, em 31 de dezembro de 2010, a 16,1 mil” (p. 13).

A criação do Assentamento “Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena”

Explicitado o quadro mais geral da conjuntura agrária nos níveis nacional, estadual e regional até meados da década de 2000, podemos situar de forma mais compreensível a experiência de constituição do Assentamento Santa Helena, PDS implantado pelo INCRA em São Carlos/SP no ano de 2006, e primeira iniciativa desta natureza neste município. Iniciado a partir de litígio judicial existente entre Miguel da Silva Lima, proprietário da Fazenda Santa Helena, e a União Federal (em decorrência de dívidas com o erário federal), a implantação do PDS Santa Helena passou a ser objetivamente possível em outubro de 1993, a partir da conclusão do referido processo judicial que tramitava na Segunda Vara da Justiça Federal de São Carlos e que conferiu tal propriedade em favor da União (GONÇALVES, 2016).

No entanto, dez anos se passaram sem que as medidas judiciais concernentes fossem executadas, podendo o antigo proprietário realizar, ainda que sem o domínio legal da propriedade, a exploração econômica destas terras por meio do estabelecimento de contratos de parceria e arrendamento, especificamente para a pecuária bovina e avicultura e, a partir dos anos 2000, para o cultivo de cana-de-açúcar para a Usina Ipiranga, do grupo Copersucar, o que gerou impactos ambientais significativos na área da Fazenda Santa Helena. Em 2003, representantes do Ministério Público Federal (MPF) deram entrada a uma Ação Cível Pública contra Miguel da Silva Lima, fundamentada em autos de infração ambiental e laudos técnicos realizados por agentes públicos da Polícia Ambiental do estado de São Paulo e do antigo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, os quais atestavam os prejuízos ambientais observados durante as vistorias realizadas na Fazenda (GONÇALVES, 2016).

Se, inicialmente, tais pareceres indicaram ao MPF a conveniência de transformar a área da Fazenda Santa Helena em Unidade de Conservação de proteção integral, o que não permitiria que fossem desenvolvidas atividades agropecuárias (considerando o fato de tal propriedade estar situada sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani), a contestação desta decisão por parte da Advocacia Geral da União e o ingresso de ação judicial por parte da Superintendência Regional do INCRA/SP requerendo a posse da terra para fins de reforma agrária alteraram o rumo dos acontecimentos posteriores. Contando com o apoio político da FERAESP e da pressão promovida pela ocupação da Fazenda Santa Helena por parte dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra que já possuíam a informação de que aquela propriedade encontrava-se sub judice, a proposta

do INCRA/SP de transformar a área em assentamento rural do tipo PDS “[...] contou ainda com o apoio de agrônomos, técnicos ambientais e ambientalistas simpáticos à luta pela reforma agrária na região. [...] Este grupo não abria mão de aplicar, ao futuro PDS, as normas referentes à legislação ambiental vigente” (GONÇALVES, 2016, p. 140).

Os assentamentos rurais da categoria PDS destinam-se, de acordo com as normativas do INCRA³⁰, ao manejo sustentável e a preservação de reservas de matas primárias por populações que repousam seu sustento no extrativismo e em atividades de baixo impacto ambiental, tais como o comércio de mudas florestais, cascas medicinais, sementes, artesanato, resina, cipó, entre outros. No estado de São Paulo, entretanto, tendo em vista a especificamente da formação de sua estrutura fundiária:

[...] ao promover a instalação de assentamentos do tipo PDS em São Paulo, a SR-8 tinha ainda em vista uma finalidade estratégica importante: em um contexto fundiário marcado pela escassez de terras disponíveis e por uma agressiva expansão do agronegócio sucroalcooleiro, a modalidade do PDS apresentou-se como recurso alternativo para assegurar a obtenção de terras para a reforma agrária e assim atender a uma importante demanda social que já se configurava com a ocupação, por famílias sem-terra, de áreas da antiga Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) – empresa pública estadual que administrava a malha ferroviária paulista – que haviam retornado para o domínio da União. Além disso, em virtude de especificidade normativa deste tipo de projeto, cujas regras oferecem meios de evitar que a exigência de concessão de licenciamento ambiental, de competência do estado, se converta em obstáculo em um contexto político desfavorável, os PDS permitem que as ações de assentamento das famílias se realizem mais tempestivamente, com subsequente liberação de créditos de instalação e, com eles, com o início do processo de construção das moradias e de acesso a outros serviços que ajudam a reforçar, na reforma agrária, sua dimensão de política garantidora dos direitos básicos da cidadania (IPEA, 2013, p. 12).

Por fim, contando com apoio da FERAESP e com o respaldo técnico obtido por meio de parecer favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Carlos, o qual definia algumas condicionalidades para aprovação do projeto, tais como a identificação e demarcação das Áreas de Proteção Permanente e de Reserva Legal, o INCRA pôde transformar a Fazenda Santa Helena em assentamento rural do tipo PDS. Viabilizou, desta forma, a cessão de uso de lotes passíveis de aproveitamento agrícola a

³⁰ “A Portaria INCRA n. 477 de 1999, que deu origem aos PDSs, veio responder à reivindicação dos movimentos sociais da região amazônica e buscou compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas à conservação de recursos naturais, orientar a ocupação das áreas dos PDSs tendo em vista a sustentabilidade das atividades produtivas e até mesmo a recomposição do potencial dos recursos naturais originais” (ARRUDA, 2017, p. 28).

14 famílias³¹, cada qual com área de aproximadamente 5,4 ha, tendo este PDS uma extensão total de 102,5 ha, incluindo as áreas comunitárias, de reserva legal (6,56 ha) e área de preservação permanente (6,56 ha). O Assentamento Santa Helena está localizado a 14 quilômetros da área urbana da cidade de São Carlos, tendo altitude média de 540 metros e solo caracteristicamente arenoso, além de compartilhar o clima tropical de altitude com inverno seco do município que o abriga, com precipitação anual de 1512 milímetros e temperaturas médias que variam entre 15° e 27° ao longo do ano (LOPES et al, 2014). O registro oficial do assentamento foi realizado pelo INCRA no dia 27 de dezembro de 2005, quando, enfim, ao final da contenda:

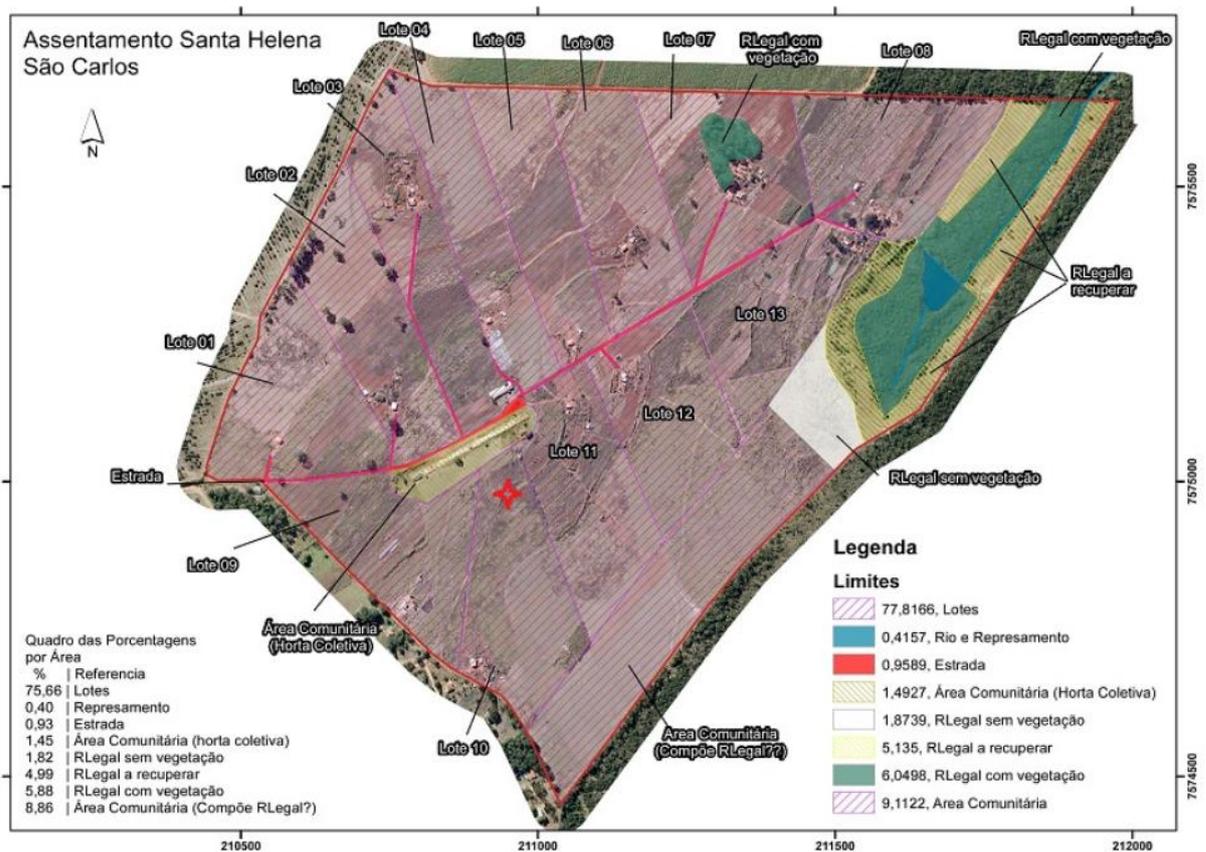
Formalizou-se, em relação aos produtores assentados do PDS Santa Helena, o fim de um período de “lutas violentas pela terra” – violência programada, representando os interesses e relações de poder das classes envolvidas, atendendo à estratégia de arranjos e rearranjos da política de assentamentos do PNRA, como alternativa viável nesse contraditório jogo de forças, sempre presente no processo instituinte de conflitos ligados à posse de terra [...] Agricultores assentados do PDS Santa Helena afirmam que tiveram desde o início de seus interesses pelas terras devolutas da Fazenda, apoio e suporte irrestrito da FERAESP, desde a fase de reconhecimento da área (em 2004) até a fase final de implantação (final de 2005), na figura de seu presidente-líder, Hélio Neves que, no final de 2005, abrigou as primeiras famílias de assentados, que passaram por necessidades, esforços e sofrimentos sobre-humanos (ARRUDA, 2017, p. 32-33).

³¹ “No início de sua implantação, no final de 2005, pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, 13 famílias foram assentadas. Em 2007, em comum acordo, essas famílias permitiram o assentamento da 14a família, retirando parte dos hectares da área destinada para utilização comunitária” (ARRUDA, 2017, p. 31).

Figura 1 – PDS Assentamento Santa Helena - Região da Represa do 29 em São Carlos/SP.
 Fonte: ARRUDA (2017).



Figura 2 – Localização dos lotes. Fonte: LOPES et al (2014)



PARTE III – EDUCAÇÃO CAMPONESA



APRENDENDO A VIVER PELA TERRA

A gente estando na terra, a gente não precisa de muita coisa pra sobreviver. É só tudo ocorrer bem. Tudo dar certo. Com pouca coisa a gente vive na terra. Só com a família da gente está crescendo, a gente faz pensando na família. Se minha família, pelo menos meus filhos, se eles não pegarem esse amor pela terra, explicando quais são as dificuldades e quais são as coisas que a terra dá pra gente, vai chegar uma época que eles não terão a mesma ideia da gente. Vão acabar desanimando, abandonado a terra e cometendo o mesmo erro que a gente fez. A gente fez por dificuldade e eles vão acabar fazendo por opção. Então, por isso que eu explico as coisas certinho pra elas, né? Minhas filhas são todas mulheres. Que a gente tem como viver bem da terra. Enriquecer, rico, milionário da terra, ninguém fica. Basta viver, ter o que comer e ter saúde. Não adianta ganhar um milhão e ter que gastar com sua saúde. Eu falo pra minhas filhas: “Nós nascemos com dificuldade financeira, mas nascemos ricos, com saúde”. Eu falo: “Olha nossa produção orgânica, sabe que é uma coisa boa que pode comer a vontade e não prejudica nada. Mantém a saúde da gente”. Então, eu falo pra elas: “Porque você vai sair daqui pra ir pra cidade? Vai procurar o que lá? Se a maior riqueza nossa é o bem estar da gente, a saúde da gente”. Você é saudável. Come do melhor. Está sabendo o que você está comendo porque é você quem está produzindo. Você come coisa saudável. Pode morrer de um acidente, ou porque um dia vamos ter que morrer mesmo, mas não por doença de agrotóxico, veneno. O importante nosso é viver com saúde. Se acontecer de elas abandonarem a terra, não vou poder fazer nada. Mas, nós aprendemos que as dificuldades na cidade são bem maiores que na roça, na terra. Por isso que eu vim de novo pra terra. Porque na terra a gente sabe que, por mais que seja dura nossa dificuldade aqui, é melhor que na cidade. Porque aqui, faltou alguma coisa, você sai ali e arruma. Na cidade não, se faltou na cidade, se você não tem dentro da sua casa, saiu na rua você tem que arrumar. Tem que se virar pra ter o que comer. Aqui, principalmente, pra comer, você sai ali na horta, pega alguma coisa. Faltou mistura, pega uma galinha caipira e mata. Pra mim, eu estou no céu. Estou no céu. Não preciso nem morrer [José Maria, 01/07/2017].

CAPÍTULO 4 – ‘PRA TER UMA VIDA MELHOR’

A LUTA PELA TERRA COMO EXPRESSÃO DA EDUCAÇÃO

O presente capítulo pretende abordar e discutir processos educativos engendrados a partir da experiência comum de roça vivida na infância pelos/as nove sujeitos da pesquisa, confrontando-os, ao longo de nossa argumentação, com processos educativos outros experienciados a partir de suas respectivas trajetórias migratórias e de trabalhos temporários vivenciados, no campo e na cidade, após a tomada de decisão de cada um/a deles/as acerca da saída de suas próprias realidades de origem. À luz dos relatos que agricultores e agricultoras nos deram acerca de tal mote no decorrer das entrevistas por eles/as concedidas, compreendemos que as experiências educativas do início de vida no campo destas pessoas marcaram não somente as escolhas e decisões passadas que condicionaram o rumo de suas trajetórias construídas posteriormente e que culminariam, no futuro, com o ingresso em movimentos de luta pela terra. Mais ainda: tais experiências, sobrepostas àquelas experimentadas no contexto de inserção de suas famílias no meio urbano e da transitoriedade e precariedade dos trabalhos e dos meios de vida ali obtidos, sedimentaram-se profundamente e de distintas formas na subjetividade dos/as agricultores/as, sendo pensadas até hoje enquanto elemento que tensiona suas compreensões sobre as condições presentes de vida encontradas no cotidiano do Assentamento Santa Helena.

“Criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas”

A compreensão que propomos acerca da categoria **criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas**, parte do princípio que o ato de aprender a vida da roça foi forjado pelas experiências vivenciadas a partir de certas condições de vida na roça. É no seio de cada realidade histórico-social situada (suscintamente apresentadas no capítulo 2) que foram se erigindo os processos educativos decorrentes das práticas sociais vivenciadas na infância no meio rural, processos esses que se apresentaram fundamentalmente a partir da possibilidade de transmissão de conhecimento geracional proporcionado pela forma com que se estruturava e organizava o trabalho familiar no manejo produtivo da terra: “Meu pai seguia na frente com a enxada e nós atrás com a enxadinha. Com seis anos, todos nós tínhamos as enxadinhas. Todos” (EN VII - US 3).

Conforme sugere a fala de Maria Aparecida em relação a aspectos de sua infância vivenciada no Paraná, o arranjo do trabalho no meio rural envolvia, em muitos casos, a participação de pais, mães, filhos, filhas e demais integrantes da família, ainda que conformado a partir de uma divisão sexual do trabalho condicionante do tipo de atividade passível de ser realizada por cada um dos integrantes do arranjo (aspecto que

será discutido no decorrer deste capítulo). Também a história narrada por Sebastião Duque indica a forma temporalmente bem pontuada com que se dava o desempenho rotineiro das atividades que ele e seus irmãos realizavam durante a infância no sítio de seus pais, em Guanambi/BA:

A vida lá, o nosso serviço era lavoura e lidar com criação, desde que nascemos. Nós, quando dava 4h da manhã, os mais velhos iam para o curral tirar leite. E nós íamos ficar na frente dos fechados que estavam os bezerros pra ir passando o bezerro. Conforme colocava a vaca no curral, nós sabíamos o bezerro que era. Pegava o bezerro e jogava pra lá. Passava outra vaca, nós pegava o bezerro e jogava pra lá. Eu e um irmão que escorava os bezerros. Vaca tinha nome, bezerro tinha nome. E era assim. E nós e que escorava essa frente. Depois que terminasse o curral, nós íamos pra vacas de pasto, com os bezerros e com os gados solteiros. Depois dali que nós íamos receber ordem da mãe, do serviço que tinha que fazer. Aí tinha a horta das verduras pra dar comida pro pessoal. A gente recebia as ordens e ia regar as hortas. Aí terminava a horta, nós chegávamos em casa e íamos comer alguma coisas ali. Aí nós íamos olhar o gado, como que estava, pra dar notícia para o pai. Porque nós só chegávamos pra ele umas dez, onze horas no pé do leite. Ele só olhava, nós falávamos: “O gado esta em paz, não tem cerca quebrada, as vacas de leite estão no pasto”. Aí sim, nós íamos fazer alguma coisa junto com ele. Até dar meio dia (EN VI - US 5).

Por sua vez, Lindamira Aparecida nos descreveu com riqueza de detalhes o processo de fabricação de farinha de milho realizado por sua mãe há pelo menos cinquenta anos atrás. O prazer com que rememora a experiência de acompanhar, durante a infância, a mãe nas atividades do sítio, o entusiasmo com que recorda o consumo daqueles alimentos no café da manhã, a “festa” de viver na fartura em sua primeira infância: não é difícil compreender, ouvindo sua fala e percebendo sua expressão corporal ao se remeter a este passado valorado tão positivamente, o desejo que se consolidara em si de querer algum dia retornar para roça:

Minha mãe pegava, não sei se você ouviu falar, monjolo de socar milho. Não? Então, lá no Paraná tinha o monjolo. Tinha um tipo essa represa. Eu sempre falei para o pessoal que nós poderíamos colocar um monjolo nessa represa. Aí coloca o milho de molho pra azedar. Coloca num saco na água corrente. Aí colocava dentro do pilão e o monjolo tem um, atrás do monjolo, a madeira é aberta e daí é colado em outro pau que é bem comprido, e a hora que a bica de água cai, ele levanta. A hora que o

monjolo levanta, ele abaixa o monjolo. Aí a bica da água enche ali e ele levanta. Depois ele esvazia e abaixa de novo socando o milho. E a minha mãe pegava. Eu toda vida fui curiosa, desde pequenininha. Aí minha mãe ia para o meio do mato. Era uma matão assim. O monjolo era lá no matão, no fundo. Ela falava: “Hoje vou pegar milho e socar farinha”. Descia aquela mata a fora. Eu chorava que queria ir com ela, ela me levava. Aí ela acendia o fogo ali. Ali em volta era tudo limpinho. E ali ela ia socando a farinha. Ali, aquele fubá... Saía um fubá! Ali ela coava na peneirinha fina e ali já ia passando no tachão e fazendo a farinha de milho. Fazia um saco assim de farinha de milho. Aí, de manhã, nossa comida era farinha de milho com leite. Paçoca de carne com farinha socada. De porco. O pai matava o porco e punha tudo salgado, bem salgado pra conservar. Aí punha no pilão a carne e a farinha e socava. Era nossa comida. Era nosso café da manhã. Era paçoca de carne ou leite com farinha. Com aquela farinha tirava cada biju! Aquela farinha, nossa! [...] E minha mãe fazia assim. E eu ia até junto da minha mãe pra ver como ela fazia. Aí matava o porco. Eu e minha irmã mais velha. Elas mais velhas. Aí minha mãe matava o porco. Ela matava o porco, eu era pequenininha. Mas eu ia junto com ela pra aprender como matava, como cortava a carne, como tirava. Aí tirava toda carne para um canto, o toicinho para o outro. Era tudo porcão grande. [...] Mas era muita fartura. Muita fartura mesmo. Falar que passamos fome naquele lugar, não passamos. Era muita fartura. Tinha galo, muito animal. Muita fartura. Tinha muito de todas as coisas. Nossa, era uma festa pra gente! (EN I - US 8;10;12)

Entretanto, também de **dureza e dificuldade era marcada a labuta na roça**, conforme a representação descrita por Claudio de Almeida, marido de Honorina, em relação ao trabalho de plantio e colheita de arroz realizado na infância juntamente com seu pai, em Macarani/BA:

Meu pai plantava arroz. E não íamos olhar. Aí, depois, íamos catar [...] O arroz desse tamanho e nós íamos arrancando. Quando acabava ali, o arroz já estava cacheando. Aí era outra prisão. Era dias naquele brejo, mergulhado no arroz. Aí catava e debulhava no pau. Ia pegando e debulhando o arroz. Vou falar pra você: tem muita gente que não sabe o que é roça. Aí punha pra fermentar. Aí sobe uma fumaça que parece que está pondo fogo. Aí se ficasse a pisar naquele tanto de arroz, queimava o pé. [...] Tinha as cangaias e as barracas. Colocava os sacos de arroz dentro, e colocava na barraca. Era de couro, e tinha a tampa. Amarrava e cada burro daquele ia dois sacos do lado e dois por cima E apertava. E carregava 20, 25, 30, o burro. Era um mês pra chegar [...] A roça, eu já tenho costume com a roça. Trabalhei desde pequeno (EN VIII - US 50).

Para além da menção descritiva sobre o modo como se dava, em tal contexto

histórico, o desempenho das atividades no campo, gostaríamos de destacar sob um primeiro aspecto que aprender a vida da roça implicou em aprender a se defrontar com as **relações de gênero** existentes à época em que se desenrolaram as infâncias dos sujeitos no meio rural, as quais, por se tratarem de relações de poder historicamente constituídas e socialmente legitimadas, amparavam a conformação de certa forma de divisão sexual do trabalho instituída no bojo da estrutura familiar. É o que nos mostra, de maneira exemplar, o movimento de saída da família nuclear de Lindamira do município de Campo Mourão para Rancho Alegre do Oeste, localizado nesta mesma região do Paraná, no ano de 1971, motivada pela violência doméstica cometida por seu avô materno sobre sua avó e pelo papel de cuidadora assumido por sua mãe em relação a tal situação:

Até uns 11 anos que eu tinha quando saímos de lá. Acho que isso. Porque meu avô morava vizinho da minha mãe. E o problema do meu avô é que ele judiava muito da minha avó. Ele tentou matar minha avó muitas vezes. Eu lembro, eu era criança, da minha avó com a testa toda cortada derramando sangue. E a minha mãe era quem cuidava da minha avó. A mãe tinha medo dele matar minha vó. E quem entrava na briga deles e ia atrás de tudinho pra cuidar da minha avó, era minha mãe [...] Os dois avôs moravam, era pai de um lado e pai do outro. Um do lado direito e outro do lado esquerdo. O nosso sítio era no meio. Era minha mãe que cuidava da minha avó. Aí meu avô vendeu lá e veio pra Rancho Algredão do Oeste. Onde é hoje. Aí minha mãe endoidou pra meu pai vender o sítio pra comprar perto da minha avó, pra morar perto pra cuidar dela. Aí meu pai vendeu lá e comprou no Rancho Alegre, no Paraná também [...] Ela falou com o pai e ele falou: “vamos vender”. Era 9 alqueires de terra. Meu pai foi, vendeu lá e comprou esse 9 alqueires de terra. Moramos perto do meu avô. O sítio do meu avô perto, do outro lado da estrada, e o nosso (EN I – US 19;20;22;23).

A trajetória de cuidadora da mãe de Lindamira não se limitaria, em Rancho Alegre do Oeste, à atenção dada à condição de sua avó frente aos frequentes maus tratos por parte do avô materno, mas também passou a exigir frequente deslocamento quando o avô paterno de Lindamira adoeceu em Campo Mourão, vítima de trombose. A precariedade do oferecimento de serviços básicos de saúde à população rural, comum nas regiões em que a ocupação territorial fora recente e que ainda se encontravam alheios ao processo de modernização agrícola em voga, determinou a itinerância da

busca pelos cuidados de saúde adequados à condição do avô paterno, primeiramente, mas depois também do próprio pai de sua mãe, em Rancho Alegre:

Aí o pai do meu pai começou a ficar muito doente. Aí minha mãe corria com ele. Que não tinha hospital, essas coisas. Minha mãe levava ele para Curitiba. Deu trombose, um monte de coisas. (...) O pai do meu pai ficou morando lá, perto de onde morávamos. Nós viemos perto do pai da minha mãe. Daí meu avô ficou muito doente, esse era o pai do meu pai. Era a mãe que cuidava de todos. Aí minha mãe começou a levar ele pra Curitiba, levava ele pra Campo Mourão, de lá pra Curitiba. Lá ficava uns par de dias. Aí voltava. Depois, tinha que voltar de novo. Era assim a vida dela. E ela começou a correr só atrás disso aí. Eu e minha irmã ficava em casa cuidando de todos os irmãos. Fazia comida. Era fogão de lenha. [...] Tinha uns 12, 13 anos. Era eu e minha irmã mais velha pra cuidar da molecada. Subia nos bancos pra fazer comida pra molecada, dar banho. Lavava roupa na mina. Juntava um monte de roupa e ia embora pra mina lavar. E depois disso aí, meu avô, pai dela, ficou doente. Aí ela corria atrás do pai lá e corria com o pai daqui. A vida dela passou mais pelas estradas do que com a gente, cuidando (EN I – US 24;25;26).

O papel de cuidadora da mãe de Lindamira condicionou também o papel assumido por ela e pela irmã mais velha em relação à divisão do trabalho na propriedade: sendo mulheres e mais velhas na família, ambas tiveram que assumir a responsabilidade pela reprodução da vida doméstica da casa, visto que nas relações sociais do campo, na ausência dos pais, os homens cuidavam dos negócios (atribuição designada pelo pai), e as mulheres tornavam-se a “mãe da casa” (atribuição designada pela mãe), sempre considerando a hierarquia estabelecida em relação à idade de cada filho e filha. De todos os trabalhos desempenhados por Lindamira no decorrer de sua infância, ficou o gosto pela lida com a roça, em detrimento dos serviços domésticos que persistem, ainda no presente, essencialmente atribuídos às mulheres da família. Quando perguntei à Lindamira o que achava mais importante no trabalho do lote onde está assentada, ela me foi taxativa:

A horta. Eu gosto da roça. Se eu pudesse, não fazia nada dentro de casa. É a horta. Quando as meninas chegam aqui, limpa a casa, faz comida, lava roupa. Minha menina vem, quando está de férias. Eu falo pra eles: “se eu pudesse ficava trabalhando só lá na roça”. Eu gosto da roça, eu gosto da roça. Quando chove,

tudo, eu gosto de estar no meio do barro, mexendo. Meu forte é roça (EN I – US 33).

O retrato de infância feito por Sebastião Duque no fragmento de entrevista transcrito a seguir também nos indica algo sobre a divisão sexual do trabalho e a forma como se davam as relações afetivas e de atribuição de responsabilidade estabelecidas à época no interior de sua família nuclear e em relação ao trabalho do sítio:

O velho não era brincadeira não. Nós de menor não conversamos com o pai. Muito difícil, só dava benção pra ele. Nosso pátio era do tamanho da sala. Nós conversávamos no quarto. E do quarto era direto pra lavoura. Na sala, na frente, lá dos filhos mais velho de barba no queixo. Ele só conversava com eles. E se ele fosse sair, ele falava assim: “A casa está aí”. Tinha minha irmã mais velha, por nome de Adelina. Ela tinha o apelido de Florzinha. Era uma moçona alta, bonita. Eu conhecia ela como a mãe da casa. E a minha mãe saía e falava pra ela assim: “Florzinha, a casa está aí, você cuida da casa e dos seus irmãos”. Nós tínhamos ela mais como uma mãe, do que a mãe legítima. Porque a mãe era muito ríspida. E tinha os irmãos também, pra quem o pai entregava quando saía. Tinha um por nome de Joaquim, depois ele tornou compadre meu. Casou e quis que eu batizasse a menina dele. Aquele que coordenava o serviço quando o pai saía, ordenava pro povo que chegava também. Era o Joaquim. Porque ele era muito bom. E a minha irmã era a mãe da casa. E ela trabalhava. Tinha outra por nome de Regina, muito ríspida também, do jeito da mãe e do pai. Se nós facilitássemos, nós apanhávamos (EN VI - US 4).

As relações de gênero referentes à forma prática de organização do trabalho no meio rural entre as décadas de 1940 e 1970 revelam uma primeira faceta daquilo que pretendemos aprofundar em seguida, no tocante aos **aprendizados proporcionados pelo trabalho** desempenhado pelos sujeitos de pesquisa durante a infância. As atividades laborais voltadas para o autoconsumo, as quais engendraram a possibilidade de tirar da própria terra o sustento da família, atrelada à baixa necessidade da aquisição monetária para a reprodução da vida na terra, ainda sim suprida pelo próprio trabalho na terra, nos remetem a um modo de manifestação das relações econômicas cuja centralidade se encontra no processo de transformação da natureza por meio do trabalho humano, realizado intersubjetivamente a partir de um arranjo familiar deste trabalho cotidiano de produção e reprodução da vida que busca, essencialmente, garantir a satisfação material de seus pares. Se, por um lado, esta experiência gerou, nos/as adultos/as que foram forjados em tais condições de existência, aprendizados relativos ao

modo com que se dividiam as responsabilidades das tarefas cotidianas com base em critérios de gênero e idade, também gerou a valorização da vida e do trabalho na terra, bem como enaltecimento dos muitos aprendizados proporcionados pela rica e diversa vivência familiar:

Tudo na mesma toada. Tinha uns que não gostavam, você sabe. Tem os que não gostam muito de fazer as coisas com a mãe. Eu sempre fui curiosa e sempre gostei de ir. Todo lugar que a mãe ia fazer as coisas eu ia junto aprender. Hoje eu sei fazer tudo que minha mãe fazia. Tudo que minha mãe fazia eu sei fazer. Pão, farinha de trigo. Colhia o trigo. O grão de trigo. Meu pai levava na máquina que moía o fubá, moía o trigo também. E meu pai trazia os sacos de trigo desse tamanho. Aí chegava em casa, o que minha mãe fazia? Naquele tempo não tinha os fermentos, como tem hoje, que a gente vai ali e compra. Não. Era um fermento natural que ela fazia. Ela pegava os pães, amassava bem amassado. Colocava pra crescer. Depois de crescido, colocava na panela de ferro, no fogão de lenha. Colocava uma tampa ou lata por cima. Colocava brasa. E tirava as brasas pra ficar na quentura e formava o pão. Ficava desse tamanho os pães que ela fazia. Uma delícia! Ela fazia esse pão pra gente tomar café a tarde. Porque nós estávamos todos na roça. Era o café da tarde pra nós comermos (EN I - US 18).

Além das diversas habilidades adquiridas no decorrer deste cotidiano de vida e sua consequência mais aparente, pragmática, relativa à aquisição de saberes práticos que envolvem o aprender a fazer algo, a desempenhar uma atividade, a experiência infantil do trabalho na roça também gerou, da mesma forma, percepções subjetivas relacionadas à valorização dos saberes adquiridos intersubjetivamente em tais relações, como também a busca pela possibilidade de expressão de tais saberes na realidade presente. O que se traduziu, por um lado, na construção de um sentimento de amor pela terra, de gosto e prazer pelo trabalho na terra, a despeito de todas as dificuldades referentes à realidade agrária e ao trabalho agrícola. De outro, gerou uma tensão em relação à satisfação pela reconquista de um pedaço de terra próprio e a forma como enxergam e problematizam as atuais condições de vida no assentamento: se, atualmente, não existe mais o risco da fome (que recorrentemente aparece nos depoimentos como elemento de contraposição em relação à fartura), plausível nos tempos de intensa mobilidade e de trabalhos precários e temporários nos médios e grandes centros urbanos, certamente estão longe de viver os tempos de abundância da infância maravilhosa que a nostalgia de Tereza Maria insiste em perseguir: “Eu daria minha vida pra voltar no tempo atrás.

Vivia uma vida muito boa. [...] Tem hora que não gosto nem de lembrar...” (EN V – US 5;7):

A infância foi muito boa. Muito leite, muito queijo, muita fatura, muita carne. Tudo que tinha direito a gente tinha. Meu pai plantava de tudo. Arroz, feijão, milho. O milho ele levava no lugar que faz fubá. Ali ele trocava ou moía. Levava o arroz na máquina que limpava. Tudo arroz orgânico. O óleo, esses azeites, a gente não sabia o que era isso. Eu fui conhecer óleo e azeite aqui em São Paulo. Com 16 anos que eu vim conhecer o que era azeite e óleo. Porque era só banha que a gente usava. Meu pai matava aqueles porcos grandes, tirava a banha, enlatava e era isso que a gente comia. Então, essa infância, vou falar pra você. Acho que é isso que me puxou para a roça. Nunca esqueci que sempre queria morar no sítio (EN I - US 7).

Nunca usamos adubo, esterco ou trator. Era só cavalo no arado. Ele plantava o milho na maquininha manual ou plantava de cavadeira. Colocava o embonar aqui, enchia de milho. Pegava a escavadeira, que é só uma, e jogava milho. Nós tínhamos muito milho. Nunca compramos um caroço de milho pra tratar da criação. Galinha tinha de monte. Você olhava no terreiro, era tudo galinha. E ele não usava nem cavalo pra plantar. Era tudo na mão. Tudo cortado. Tudo arrancado. Feijão, arroz. Sabão, nunca comprei um pedaço de sabão. Minha mãe fazia tudo. Muitas coisas. Tudo quanto é tipo de coisas que aprendemos foi assim. E fomos *criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas* (EN I - US 17).

Viver na roça vivendo da roça. Esta condição experienciada fundamentalmente por aqueles que conseguiram estabelecer uma relação de maior estabilidade no usufruto da terra na virada da primeira para segunda metade do século XX, a qual gerava o sustento ancorado na estrutura familiar como base de sustentação econômica da vida, possibilitou em muitos casos a construção de uma relação de autonomia com o trabalho na terra a partir de sua posse, traduzida na diferenciação entre o trabalhar para si mesmo e trabalhar para um patrão, e, portanto, na possibilidade da utilização da propriedade rural como terra de trabalho. Esta estrutura formal da vida econômica no campo, baseada mais na relação de consumo daquilo que se pode fazer e produzir por meio do trabalho na terra em relação àquilo que se pode comprar a partir da produção de bens comercializáveis, engendrou uma diversidade de tratos, manejos e atividades no cotidiano de reprodução familiar na terra muito mais sofisticadas do que aquelas que percebemos atualmente nas formas de reprodução da vida no campo. Diferença manifestada, igualmente, pela diversidade de saberes e habilidades que as pessoas no

meio rural detinham neste período histórico, e que por conseguinte condicionavam também as possibilidades de aprendizado dos mais novos, inseridos na estrutura familiar de organização do trabalho; diferença que é percebida, portanto, em relação à distinção entre a própria natureza dos processos educativos proporcionados pelo ato de se comprar o óleo e a farinha de trigo em um mercado marcado por relações impessoais monetizadas, e pela ação familiar de matar um porco para retirar sua carne e sua banha, ou de plantar, colher e moer o trigo para fazer a farinha que possibilitará o pão farto e a alegria na mesa do café da manhã ou da tarde.

Enfim, aprender a vida da roça significou, para muitos dos sujeitos de pesquisa, a construção de uma memória afetiva ligada à ideia de alegria, festa, prazer, sossego, vida boa e tranquilidade àqueles que gozavam daquilo que a terra trabalhada então proporcionava. Em nossa compreensão, tal significação não se encontra, entretanto, relacionada tão somente com a experiência infantil de roça em si mesma, mas parte igualmente de uma valorização ressignificada em função de todo o caminho percorrido entre a saída do campo até o momento do regresso à terra de trabalho por meio da política de constituição de assentamentos rurais estabelecidos pela luta dos movimentos sociais camponeses. Isto se deveu, conforme pudemos ir percebendo ao longo das entrevistas com os agricultores e agricultoras, em aprendizados relacionados ao enaltecimento da importância do trabalho agrícola para a reprodução social das famílias e ao amor pelo sustento direto tirado do trabalho na terra, aprendizados que permaneceram gravados indelevelmente em suas visões de mundo e que nos ajudam a compreender a condição atual de assentados:

Porque o campo, não tem como o campo. O campo é o essencial de tudo. Porque é do campo que vem o alimento. Mesmo o estudado, o empresário que está lá na cidade, ele depende do arroz, do feijão e vem do campo. Vem de cima da terra. Vem do trabalhador da enxada. Talvez esse trabalhador hoje não tem tanto o valor que deveria ter. Precisava ter homem que conhecesse esse ponto de vista. Governo no país nosso que entendesse que o ponto principal de toda resistência de uma nação é o campo. É o sustento, é o alimento, que depende desse trabalhador simples do campo (EN VI - US 26).

A gente nasceu em cima da terra. Então, a gente foi ter conhecimento da vida já vendo meu pai trabalhar, mexendo na terra, mexendo nas coisas. E foi o que a gente foi pegando gosto nessas coisas ali. Na verdade, é o que a gente sabe fazer. Então, é o que a gente fazia com gosto mesmo. Com prazer. Porque era dali que a gente tirava o sustento. A

sobrevivência nossa era dali. Eu sempre gostei. Sempre gostei de trabalhar na roça, na produção. [...] No sítio a gente, na verdade, fome a gente não passa. Nunca passamos fome no sítio. Lá meu pai criava de tudo, criava uma galinha, um porco. Feijão, a gente plantava tudo no meio do cafezal. Arroz, a gente plantava. Tinha uma mistura. Tinha umas lagoas lá que tinha o peixe também. Fome, graças a Deus, nunca passamos. Não se veste bem, porque pra comprar uma roupa era de ano em ano, pra comprar uma coisa. Mas vivia bem. Na verdade, a gente tem saudade desse tempo aí. Porque tinha tudo no sítio. Tinha um leite, tinha um queijo. A gente foi acostumado a viver assim, viver na lavoura, ter de tudo (EN II- US 8;9).

Aprender a vida da roça implicou, a estes sujeitos, a constituição e a formulação de uma percepção integrada desta vivência na infância, onde os processos educativos foram se erigindo de modo atrelado às possibilidades concretas de acesso à terra e estabelecimento de suas famílias no campo (condição fundamental da instituição da terra de trabalho), à forma de reprodução familiar proporcionada pelo trabalho produtivo para o autoconsumo, à valorização do trabalho na terra, de onde tiravam o sustento, advindo, disso, o gosto e o prazer pelo trabalho aprendido. Estas experiências e lembranças da infância, encarnadas nas suas formas de ser no presente, percorreriam o transcurso de suas trajetórias de vida, associando-se, não sem tensão, com o movimento histórico de urbanização e financeirização das condições de reprodução social experimentado especialmente a partir da década de 1950, com a intensificação do processo de modernização capitalista brasileiro. Deste modo, o retorno à roça representaria, tempos depois, a possibilidade destes/as homens e mulheres voltarem a expressar seus gostos e saberes ali adquiridos ou, simplesmente, expressarem o gosto pelo saber que se sabe: “Eu sempre gostei da terra. Fui criado na terra. Na cidade, com um pedacinho de terra, você não consegue fazer nada. E no terreno que eu tinha plantava milho, feijão, abóbora. Aí peguei, viemos pra cá. Eu gosto da terra” (EN III - US 14).

“A ideia de vir embora”

Os aprendizados relacionados ao contraponto existente entre os modos de vida urbano e rural no que diz respeito às possibilidades de reprodução social das famílias nestes dois *locus* de vida diversos se manifestou, nas trajetórias de vida aqui consideradas, não somente pela percepção dos distintos critérios de seleção observados pelo mercado de trabalho para obtenção de trabalho num e noutro contexto, mas

também pelo modo como os/as agricultores/as puderam significar a distinção da própria natureza material e simbólica das diferentes qualidades do produto dos trabalhos gerados pelo desempenho de atividades produtivas nestes dois meios de vida. No campo, a possibilidade de estabelecimento (ainda quando instável) de uma relação mais perene com a terra enquanto local de moradia e trabalho, seja pela propriedade, seja por contratos de parceria ou arrendamento, permitiu às famílias a realização dos plantios de subsistência da chamada lavoura branca (ainda que tal possibilidade pudesse afetar negativamente os níveis de rendimento do trabalho auferidos pelo pagamento de salários, pelo atendimento direto das necessidades reprodutivas dos/as trabalhadores/as), instituindo um aprendizado acerca do valor positivo da viabilidade de obtenção desta forma de sustento direto. Na cidade, onde mais intensamente se manifestavam as relações econômicas monetizadas, a dificuldade de estabelecimento das famílias no mercado de trabalho urbano e rural, configuradas de acordo com o contexto econômico nacional e regional, mas também pelas possibilidades de constituição prévia de redes de solidariedade pautada por laços pessoais e pelo nível de qualificação técnica e escolarização dos sujeitos de pesquisa, resultaram, na maior parte dos casos, em condições de vida bastante instáveis e relacionadas à precária qualidade dos empregos obtidos ao longo dos movimentos migratórios, em função dos elementos acima mencionados. Conforme nos relatou José Maria:

Depois que a gente saiu do sítio, e foi morar na cidade, aí que a gente foi se deparar com as dificuldades. Bem pior do que a gente tinha no sítio. Porque na verdade, se a gente não arrumasse um serviço que fosse com a lavoura, trabalhar na roça... A gente não sabia fazer outra coisa. Depois de 18 ou 19 anos que eu fui fazer esse curso pra mexer em outra área [...] O meu pai, nós moramos na cidade, mas o serviço que a gente fazia, porque em volta da cidade, era tudo sitiante, fazendeiro. Então a gente trabalhava para eles como diarista. Não era nem registrado, nada. Trabalhava e ganhava por dia. Todo final de semana recebia ali. Era coisa pouca, dava só pra comer mesmo. Aí que a gente passava mais dificuldade do que no sítio. Por isso aí, porque a maior dificuldade mesmo a gente encontrou quando foi morar na cidade. Porque na cidade, tudo que você quiser comer, você tem que comprar. Abobrinha, arroz e feijão. Tudo, tudo você tem que comprar. Agora, no sítio não. Se quiser comer uma verdura, uma horta, você ia lá e era só pegar. Se faltava uma mistura, você ia ali, pegava uma galinha, um porco. Na cidade, não. Na cidade é tudo mais dificultoso. Mas, graças a Deus, nós vencemos (EN II - US 10;12).

Com o declínio das lavouras de café decorrentes das inúmeras geadas que assolavam a região norte do Paraná, e dadas as características específicas dos ciclos produtivos de plantio do café, atreladas à instabilidade da condição de sem-terra de sua família e a constante alienação de uma parte do valor gerado por seu trabalho na roça, a continuidade da reprodução da vida da família de José Maria por meio do trabalho de porcentagem nas lavouras de café implicou a espera de um tempo em que a terra não daria a eles o sustento esperado, dada as consequências da expansão capitalista no já explicitado contexto histórico do campo paranaense:

Então, é assim, o café, quando é um café plantado novo, ele tem um rendimento que é outro. Depois de 10, 15, 20 anos, o café já tem que estar cortando ou plantando. Aproveitando a rebrota. Então, não dava aquele rendimento mais. A renda já não era igual do começo. Aí tudo eram fatores que ia, que meu pai foi desanimando também. Porque a renda era pouca, a família estava crescendo, aumentando. Ele achou melhor. Depois vinha os contratemplos que teve aquela geada preta, que queimou até o toco do café. Tudo isso foi desanimando. Porque depois você tem que cortar todos os 40 mil pés de café, esperar a rebrota, tudo de novo. Foi isso que desanimou mais ele. Porque causa dos contratemplos que teve. Mas se não tivesse acontecido aquilo ali, ele não tinha nem desanimado, tinha ficado muito tempo naquele sítio lá. Não tinha ido pra cidade (EN II - US 11).

Com o avanço do processo de modernização das práticas agrícolas no decorrer dos anos 1970 e 1980, o qual induziu não somente a expansão das lavouras de soja em detrimento das de café, mas também a mecanização do trabalho no campo e a perda relativa da importância da mão de obra nas lavouras, a saída então encontrada pela família de José Maria foi a mudança para os pequenos municípios do entorno, a fim de trabalharem como diaristas nas grandes fazendas de café que puderam continuar com suas atividades produtivas. A migração de sua família para as pequenas cidades da região de Engenheiro Beltrão, áreas de incipiente integração com a nova dinâmica econômica estadual e nacional, e, portanto, com baixa demanda por força de trabalho nos setores industrial e de serviços, aliado às habilidades pessoais já instituídas em relação ao trabalho agrícola aprendido no decorrer de sua trajetória de vida, induziu José Maria a vivenciar outros tipos de relações de trabalho no campo, ainda mais precarizadas se comparadas aquelas experimentadas no antigo sistema de parceria, onde

além de adquirir uma parcela dos resultados obtidos da produção do café (quando não era afetada pelas condições climáticas locais), podiam consorciar tal cultura com a lavoura de subsistência, diminuindo o impacto da necessidade monetária para atender as necessidades de reprodução da família. A ausência de direitos trabalhistas, a baixa remuneração recebida e a maior dependência financeira em relação à aquisição de bens de consumo, num contexto de expansão da financeirização das formas de reprodução da vida social no campo, levaram José Maria a aprender a se relacionar e a agir de acordo com este outro tempo de precarização das relações do trabalho rural, confrontando tais relações com as possibilidades de sustento daí advindas.

Tais implicações já haviam se manifestado no decorrer do processo histórico de concentração da propriedade fundiária e em suas consequências mais diretas relacionadas à intermitência da relação do produtor rural com a terra, movimento que se expressou objetivamente com a inviabilização das formas mais duradouras de experiência com a posse rural, partindo dos pequenos proprietários de terra que se estabeleceram no início do processo de ocupação da região em que sua família se estabelecera, passando pelas formas intermediárias de arrendamento, meiagem e parceria, até finalmente incorrer na inevitabilidade da busca dos trabalhos temporários nas lavouras locais mecanizadas. Mais uma vez, José Maria, assim como seus irmãos, decidiu recorrer à migração para lidar com a constante necessidade de **movimentar-se pelo mundo em busca de uma vida melhor**, processo educativo que evoca a reflexão e problematização acerca da condição permanente de precariedade e parcialidade em nossa objetivação histórica na realidade social em direção ao devenir:

Como era um lugar pequeno, cidade pequena, não tinha muitos recursos na área urbana, na cidade. Então, a gente já fez como *a ideia de vir embora* pra cidade grande. Aí meus pais sentiram muito, minha mãe mesmo. Eu fui o último a sair de casa. Meus irmãos todos já tinham vindo. [...] Meus irmãos trabalharam [como temporário no Paraná]. Todos eles trabalharam. Mas eles foram saindo mais cedo pra cidade. Uns foram pra Curitiba, outros viram pra cá. Aí um foi convidando o outro e foi vindo um por um. Acabou vindo quase todo mundo pra cá. Teve um irmão meu que veio pra cá, depois voltou pra lá, está com eles pra lá. Porque, na cidade, se você não tem uns cursos, não tem um estudo melhor, a gente não consegue muita coisa não. Fica pior do que morar com eles lá no sítio. Lá com eles, trabalhar na roça assim. Fica bem mais dificultoso. Você consegue arrumar serviço, mas serviço bruto, serviço pesado, então se tornaria quase a mesma coisa. Ganhando pouco. A gente faz as coisas pensando em cada vez melhorar mais. A

minha mãe falava assim: “Não vai lá, você vai encontrar dificuldade”. Todo lugar é difícil. Mas uma hora ou outra a gente tem que sair pra procurar uma melhora. Eu trabalhei um bom tempo na cidade (EN - US 13).

É porque quando ele [seu irmão] foi pra lá, eu já tinha feito o curso e eu mesmo perguntei pra ele se ele sabe como estava a área de segurança e vigilância lá. Se era bom. Ele falou: “eu não sei, preciso ver lá”. Eu falei: “você vai e vê pra mim como que é e me liga”. Ele veio, se informou certinho, foi nas firmas, aí falaram que estava precisando aqui. Aí ele me ligou e eu me convenci que lá tinha serviço e tudo. Eu vim pra cá. Vim numa semana, na outra semana já estava trabalhando. Foi rapidinho. Foi difícil pra acostumar. A gente acostumado no lugar pequeno. A gente que veio do sítio. Mas com o tempo a gente acabou se acostumando. [...] No início eu morei com meu irmão, até dar uma estabilizada. Aí eu percebi que dava pra pagar um aluguel e fui morar sozinho. Aí, logo depois veio um irmão meu. Aí veio meus amigos também. Eu liguei e falei que aqui era bom de serviço e tudo. E eles vieram (EN II - US 17;18).

Após realizar um curso de formação profissional na área de vigilância e se habilitar a um emprego mais estável nos centros urbanos de maior porte, José Maria se mudou, no início de 1996, para São Carlos, acompanhando a trajetória do irmão que já havia ali se instalado e conseguido emprego em uma fábrica de iogurte. Sob um primeiro aspecto, dada a radicalização experimentada à época pelos centros urbanos consolidados em relação à monetarização das formas de reprodução da vida social, e, portanto, da satisfação das necessidades materiais cada vez mais mediadas pela produção industrial (condição já vivenciada pelo agricultor, a partir da inviabilização progressiva das parcerias nas lavouras de café), a busca por qualificação técnica apareceu a ele como ação alternativa à condição subalterna em que ingressaria no mercado de trabalho no interior do estado de São Paulo (motivo que fez com que um de seus irmãos regressasse à casa dos pais, no Paraná), dado sua história de dedicação ininterrupta aos serviços relacionados ao manejo agrícola e de precário acesso a educação escolar, entendida até então como estratégia privilegiada por quase todas as famílias para proporcionar melhores condições de vida para os mais jovens, em contrapartida àquelas encontradas no meio rural.

Igualmente, conforme nos indicou em sua entrevista, a vinda de José Maria para o município de São Carlos foi mediada por uma aproximação prévia realizada por um de seus irmãos a partir de mudança anterior feita para esta cidade, o que possibilitou a realização de sondagens precedentes sobre as condições de empregabilidade do mercado

de trabalho local e também a garantia de um ponto seguro de moradia e acolhimento no momento de sua chegada nesta nova realidade de vida. Vemos, com isso, que a existência de vínculos sociais prévios em localidades diversas pôde funcionar, em alguns casos, como um ponto de referência em relação ao funcionamento de uma rede de proteção que, de diferentes modos, pôde se constituir em uma condição facilitadora para o ímpeto da tomada de decisão quanto à saída efetiva da casa dos pais.

Estes vínculos sociais puderam ser constituídos tanto pela existência de relações de parentesco familiar quanto de relações de cunho pessoal, como expressa a experiência migratória do próprio irmão de José Maria que, algum tempo depois, se tornaria o ponto de apoio para sua chegada em São Carlos, no começo de 1996: “um amigo nosso que vendeu um sítio dele e comprou umas casas, uns negócios pra cá [...] e convidou meu irmão. [...] E ele veio com ele, como um tiro no escuro. Sem conhecer, sem nada” (EN II – US16). Mesmo sem conhecer nada da nova cidade em que se lançaria nesta nova jornada, foi a existência de um vínculo de amizade e da efetiva possibilidade de trabalho (traduzida na forma de convite) que atraiu o primeiro integrante da família de José Maria a se mudar para São Carlos, experiência que por sua vez facilitou a escolha decisiva deste último em relação à sua vinda para tal município, na medida em que pudera reconhecer com antecedência as boas chances de trabalho que teria na área de serviços de vigilância, na qual se estabeleceria por um longo período de tempo:

Eu fiquei mais ou menos uns dez anos trabalhando de vigilante. Trabalhei em firma, depois montei por conta. Eu e um amigo meu. Fazendo vigilância de rua, sabe? Compramos as motinhas, fizemos a viatura, sabe? Fizemos de rua um bom tempo. No Jardim Cardinali, nós que começamos, em 1999. [...] Bom, valia sim [a pena não ter registro], porque... Valia e não valia Vamos supor, se ficasse doente ou se machucava, não recebia trabalhando por conta. A vantagem é que ganhava um pouco mais. Mas não tinha muitas outras vantagens de trabalhar sem registro, porque registrado é outra coisa. É mais seguro. No particular, por conta, era mais complicado um pouco. Mas foi bom, o tempo que trabalhei ali foi ótimo (EN II - US 20).

Mas tudo pra gente era novo. Não eram coisas que estávamos acostumados a fazer. Deu uma mudada brusca na vida. Falando de serviço. Trabalhava a noite. Coisa que no sítio é diferente. Tinha o horarinho. Deu aquele horário, vai pra roça. Tudo é no horário. Tudo é no tempo. Deu aquele horário, vai almoçar. Deu aquele horário, vai

tomar café. Na cidade, não. Na cidade não tem hora pra comer, não tem hora pra dormir. Não tem hora pra nada. É uma correria danada. Por isso, quando me falaram que a gente poderia conseguir umas terras, eu não pensei duas vezes. Vim pra ver se conseguia as terras (EN II - US 21).

Experimentando a possibilidade de desempenhar os serviços de vigilância de forma registrada, em firma atuante no setor, e depois de forma autônoma, em parceria com um colega de trabalho, José Maria aprendeu a ponderar em tal contexto sobre as vantagens e desvantagens de uma e de outra condição trabalhista, relativizando a importância do emprego registrado em função do aumento dos rendimentos financeiros auferidos pelo trabalho autônomo de vigilância de rua. Se a possibilidade de acessar os benefícios oferecidos pela seguridade social poderia lhe garantir algum tipo de auxílio em caso de doença ou o acidente que o impediria de exercer sua função de vigilante, a ausência da necessidade concreta do usufruto direto de tais benefícios em sua trajetória de vida fez com que abrisse mão do emprego formal em detrimento do trabalho enquanto profissional autônomo, condição que a ele configurou-se no momento, e ainda hoje, como algo financeiramente vantajoso. Por outro lado, em busca de uma vida melhor, ainda que isto significasse uma mudança brusca de vida, José Maria aprendeu a conviver com outro tipo de relação envolvendo a temporalidade do trabalho e da vida cidadina, contrastando-a com a temporalidade bem marcada aprendida durante sua trajetória construída desde a infância, por meio da cadência do trabalho no campo ritmada pelo movimento solar, percebendo a distinção entre os ritmos da vida cotidiana num e noutro lugar e valorizando aquilo que um dia havia vivido na roça.

De modo diverso, Lindamira Aparecida buscou em sua saída para São Paulo, capital, justamente a experiência da novidade possibilitada pelo modo de vida urbano em relação ao meio rural, motivação que, segundo ela própria, ainda anima os movimentos de vida daqueles que compartilharam e compartilham, ontem e hoje, as inquietudes de sua condição juvenil vivendo na roça. Conforme vimos, em 1976 Lindamira decide partir da propriedade de seus pais, em Rancho Alegre do Oeste, rumo a capital paulista:

Quando eu completei 16 anos, falei: “Quero ir embora. Quero ir embora. Eu não vou ficar aqui mais não”. [...] Porque eu não queria mais. Eu queria vir embora pra cidade, pra São Paulo. Aí meu tio apareceu lá. Eu falei que queria ir embora pra São Paulo. Ele falou:

“Vamos!” [...] Gostava da vida no campo! Mas era jovem. Já viu jovem não querer coisa nova? Morar na cidade? Vê os nossos aí, estão tudo querendo emprego na cidade. Ninguém quer ficar aqui dentro. [...] Terminei nada [o ginásio escolar]. Nem pensar. [...] Aí vim embora. Daí nós viemos embora. Vim pra São Paulo capital, com 16 anos. Vim com meu tio, irmão do meu pai. Arrumei serviço, fui trabalhar de doméstica. Trabalhei uns par de tempo de doméstica, depois arrumei emprego em fábrica. [...] O meu tio tinha casa. O tio que era cunhado, irmão do meu pai. Tinha casa. Tinha um terreno. Tem até hoje. Meu tio morreu e os meninos, filhos dele, tem a casa, em Pirituba. Vim pra São Paulo com meu tio (EN I - US 27;28;29;30).

Assim como José Maria, Lindamira pôde contar, desde sua decisão de sair do sítio de seus pais, no Paraná, com o apoio aportado pelo tio paterno para se estabelecer dentro de uma estrutura familiar já instituída no município de São Paulo, no decorrer da década de 1970. Mesmo sem estudo, participando de uma conjuntura histórica em que a possibilidade do emprego fabril ainda representava uma perspectiva concreta de trabalho e ascensão social para os trabalhadores migrantes que viviam nas periferias empobrecidas dos grandes centros urbanos, Lindamira conseguiu ingressar no mercado de trabalho ainda adolescente, primeiramente como empregada doméstica e, logo depois, como operária registrada:

Comecei a trabalhar, 16 até 18 anos. Aí arrumei emprego numa fábrica. Como se diz? Que fabrica roupa. Eles faziam jeans. Eu trabalhei bastante tempo com eles ali. Registrada. Aí surgiu outro serviço, na tecelagem. Foi onde eu perdi a mão. Ganhava mais. O horário era melhor. Entrava seis da manhã e saía duas da tarde. Eu pedi pra sair fora daquele serviço, foi quando vim embora trabalhar esse outro serviço. Foi quando eu perdi a mão. Não trabalhei nem dois meses nesse serviço e perdi a mão (EN I - US 31).

Porque nesse caso aí, fiquei fazendo esse tratamento, só podia voltar na firma pra trabalhar quando recebesse alta. Quando o médico viu que estava tudo bem e que eu podia voltar a trabalhar, o médico falou “Você vai receber alta. E leva o papel de alta”. [...] Aí quando eu voltei lá com o papel, a fábrica tinha fechado. Aconteceram seis acidentes. O mais grave foi o meu. Teve gente que tomou ponto, tudo naquela máquina. Aí pronto. Fecharam a firma. Mas não descobri até hoje onde reabriram. Perdi. Fiquei sem (EN I - US 33;34).

Considerando a trajetória de vida de Lindamira e a forma com que se inseriu no mercado de trabalho citadino em meados dos anos 1970, ocorrida num contexto

histórico diverso daquele vivenciado por José Maria na cidade de São Carlos, já na década de 1990³², a busca pelo aumento dos rendimentos do trabalho e de melhores condições temporais para desempenho da jornada laboral pôde em seu caso coincidir com a possibilidade de obtenção de empregos registrados no setor têxtil, ainda que isto tenha ocorrido no contexto brasileiro de industrialização fundada na superexploração da força de trabalho, com a imposição de baixos salários, intensificação do ritmo de produção e prolongamento da jornada trabalhista (ANTUNES; PRAUN, 2015). Se, por um lado, o aumento do salário e o melhor horário para cumprimento de tal jornada motivaram a mudança de emprego de Lindamira para a fábrica de tecelagem, sua experiência seguinte com a produção em massa e a ampliação do controle e da intensificação do trabalho típicas dos modelos fordistas/tayloristas terminou culminando em um grave acidente de trabalho em que perderia parte de uma de suas mãos. Experiência esta que fora igualmente vivenciada por outros/as trabalhadores/as que compartilhavam das mesmas condições de trabalho fabris, as quais incorreriam em outros acidentes e adoecimentos inerentes a precariedade das condições de realização do trabalho cotidiano. Os aprendizados expressos pela **busca perene de um ponto de apoio, de estabilidade e segurança**, ocorrida no seio de trajetórias de vida marcadas pela instabilidade das alternativas de objetivação histórica, se manifesta quando o plano da busca de uma vida melhor encontra, nas contingências e dificuldades advindas da mudança, um motivo para olhar para trás e reconhecer, no ponto de partida de cada caminho, um ponto de referência para o qual se pode voltar:

Aí fiquei em São Paulo mais um tempo. Aí depois conheci o pai dos meus filhos, a gente não casou, amigou, foi morar junto. [...] Aí eu já tinha 19 anos. [...] Foi tudo rapidinho. Foi assim, olha. Foi tudo bem rápido. Aí eu peguei, a gente morou muitos anos juntos. [...] Morava no fundo da casa do meu sogro. Aí eu falei pra ele: “Vamos embora para o Paraná”. Chegou no Paraná, ai meu Deus! [...] Aí nós fomos para o Paraná, ficamos no Paraná, moramos bastante tempo no Paraná. Aí meu cunhado e minha irmã vieram pra Campinas. E minha irmã foi passar no Paraná e eu falei: “Quero ir embora”. E nessa época do Paraná que desgramou, eu e meu marido, a gente se separou. [Trabalhava] Na roça. Só tinha serviço de boia fria, de roça. Aí nós ficamos um tempo lá. Aí,

³² A década de 1990 foi marcada por uma nova fase do regime global de acumulação capitalista, marcada pela lógica da acumulação financeira e pelo processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho. Tal conjuntura interferiu de maneira perversa na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, provocando um acentuado aumento das taxas de desemprego no setor industrial e do número de ocupações informais em detrimento da diminuição dos postos de trabalho formal, além de uma queda expressiva no poder de compra dos salários (LEITE, 2011).

eu com ele nos separamos. Ele foi embora. [...] Aí, eles estavam morando em Campinas eu quis ir embora pra lá, eu larguei as crianças. Só trouxe a Cristiane comigo. O Alessandro, a Arlete e o Weslei ficaram com minha mãe. Eu vim pra cá. Levei só a Cristiane, que dava mais trabalho, e os outros ficaram com a mãe (EN I - US 35;39;40).

Aí cheguei em Campinas. Eles trabalhavam na firma. Meu irmão. Fiquei um tempo com eles. Aí saiu umas terras no Jardim Rosália primeiro. Só no Boa Vista, sem teto. Avisaram meu irmão e foram pra lá. Chegaram lá e conseguiram terreno. Foi entrando, depois todo mundo pagou os terrenos. [...] Aí eu já tinha 24, 25 anos. Viemos pra Campinas. Depois ele continuou na firma. [...] Eles trabalhavam de servente de pedreiro, de pedreiro. Meu irmão conseguiu o terreno. Aí meu irmão conseguiu construir a casa dele. Meu cunhado construiu a casa dele. E foi assim em Campinas. Com o tempo fiquei muito cercada de gente que não posso falar, e peguei e falei para ele: “Vou morar no Jardim Rosália”. (EN I - US 41).

Retornando ao Paraná após este período de experiências na capital paulista, Lindamira não encontrou mais o cenário de outrora vivenciado na infância campesina, tendo que inserir-se nas lavouras paranaenses, junto com o marido, na condição de boia fria, até o momento da separação do casal. A decisão acerca da nova mudança de rumo em direção à Campinas, dada a condição de mãe solteira de quatro crianças instituída após sua separação, ancorou-se na estrutura familiar possibilitada pela responsabilização de sua mãe (sempre **ela**) pelo cuidado dos filhos mais velhos e pelo acolhimento de seus irmãos já estabelecidos na periferia daquela cidade, os quais se encontravam envolvidos nas redes de trabalhos temporários do ramo da construção civil e dos movimentos sociais de luta por moradia. A partir de tais entradas, Lindamira conseguiu após algum tempo se estabelecer na Vila Boa Vista, bairro em que também viviam seus irmãos, sugerindo que a chegada de atividades ilegais em sua vizinhança tenha a feito mudar-se para o Jardim Rosália.

Ali, antes mesmo de se envolver ali naquele bairro com os movimentos de luta pela terra, no início dos anos 2000, Lindamira conheceria Tereza Maria, a qual também vivenciou a necessidade de aprender a criar, sozinha, seus dois filhos, após o falecimento precoce de seu primeiro marido:

Eu vim pra Campinas uns dois anos que ele já tinha morrido. Aí eu vim embora pra Campinas. Criei meus filhos sozinha! Fiquei viúva com 21 anos. Aí, eu entrei na UNICAMP. Aí já melhorou pra mim, com firma terceirizada. Aí eu entrei. Aí Dr. José me catou. Trabalhei a vida inteira

lá. Ele carregava meus dois filhos. Um ia pra creche e outro pra escolinha. Dentro da empresa eu trabalhava com caixão de defunto, trabalhar de limpar o defunto. Era no hospital grandão. Trabalhei mais de vinte anos lá. Quando fui aposentar lá, foi aí que o INCRA me pegou. Eles fizeram a contagem. Eu aposentei aqui. Eu saí antes e aposentei aqui. Porque eu queria vir embora pra terra (EN V - US 12;13).

Após a venda do sítio de seus pais, em Santa Fé do Sul/SP, e a mudança destes para São Paulo, Tereza Maria se viu logo aos 21 anos viúva de seu esposo português, encarando dois anos depois de seu óbito a mudança para a periferia empobrecida de um grande centro urbano do estado. Diferentemente dos demais sujeitos desta pesquisa, os quais vivenciaram com intensidade a condição de mobilidade espacial e instabilidade nas relações de trabalho, Tereza conseguiu, oportunamente, um emprego em empresa terceirizada de limpeza hospitalar na UNICAMP, o que lhe garantiu uma estabilidade prolongada no emprego até o momento em que surgiria em sua vida a possibilidade, aventada por lideranças de movimentos sociais ligados à reforma agrária, de obtenção de um pedaço de terra que proporcionasse seu retorno ao campo.

Se a condição de estabilidade no trabalho distinguiu de certa forma a trajetória de vida de Tereza em relação à dos/as demais agricultores e agricultoras aqui apresentados/as, o fenômeno da responsabilização unilateral feminina acerca do cuidado com outrem relaciona a história de vida de Tereza com a de Lindamira, Maria de Lourdes e Honorina. Reaparecendo com roupagem distinta daquela expressa no decorrer de suas infâncias na roça, contexto no qual cabia à mãe e às filhas mais velhas da casa (na ausência da mãe) o zelo doméstico pelos demais componentes do núcleo familiar, no seio dos movimentos migratórios destes sujeitos tal fenômeno apareceu manifestado pela responsabilização feminina sobre zelo de seus próprios filhos e filhas, condição estabelecida a partir do movimento de separação paterna advindo de sua separação conjugal, da viuvez ou da mobilidade masculina motivada pela busca de trabalho e renda em lugares diversos:

Eu voltei pra Macarani, na cidade. Alugamos uma casa lá. Aí o Zé Baiano veio pra São Carlos. Depois de um ano que ele estava aqui que nós viemos. Aí eu vim com minhas três meninas mais velhas. [...] Ele veio trabalhar. Na época, na Bahia estava difícil de serviço. Um parente trabalhava com vendas desse olho mágico que coloca em porta. Aí ele gostou da cidade. E eu vim. Na Bahia eu não trabalhava, na época que tive as crianças. Ele não foi muito de trabalhar na roça, não. Trabalhava

cortando madeira. Nas cidades vizinhas. Ia procurando serviço, trabalhava com tudo. Tinha um colega deles que trabalhava só com isso, e ele ia trabalhar com ele. O homem pegava serviço grande e colocava eles pra trabalhar. Aí ele veio pra São Paulo, trabalhar com vendas. Porque esse moço, meu compadre, trabalhava há muitos anos com essas vendas e pegou e colocou ele pra trabalhar também. Aí ele largou a venda e foi trabalhar de pedreiro. Aí foi trabalhar nas firmas de construção. Foi a necessidade de vir aqui, pelo serviço mesmo. Eles não conheciam aqui. Conheceram e gostaram. Foram se adaptando aqui. Minha menina vai fazer 36 anos. Faz 36 anos que moramos em São Carlos. [...] E eu não trabalhava. Só cuidava das crianças. Tivemos cinco filhos. A caçula morreu com 13 anos. Quatro meninas e o César (EN IV – US 6;7;8;9).

Vimos em 81 da Bahia. Moramos dois anos na Conde [Rua Conde do Pinhal]. Depois não ficamos muito tempo, só dois meses em Ibaté. Depois voltamos pra casa da Conde. Depois moramos 25 anos na Cidade Aracy. Fomos os oitavos moradores do Aracy. Depois vamos pra o Cruzeiro do Sul. Aí voltamos pra o Aracy. Ele morou no Mato Grosso, foi ele o César, e a Elaine. A Elaine foi grávida dela [Rafaela]. [...] Nessa época eu já trabalhava. [...] Quando minha menina morreu, eu já trabalhava há uns dez anos. Trabalhava de doméstica. Eu quem segurava as pontas em casa. Ele não mandava nada não (EN IV - US 10;11).

Após regressar à sua terra natal, Macarani, depois de conviver com seu pai nas lavouras de cacau do sul da Bahia, onde se casaria logo aos treze anos de idade, Maria de Lourdes passou a conviver com a permanente intermitência das condições e possibilidades de reprodução social de sua família, expressa pelos inúmeros movimentos migratórios de seu marido em busca de serviço em lugares outros, trajetória que exigiria de ambos os lados do casal uma constante necessidade de aprender a se **adaptar frente às exigências de mudanças** colocadas de tempos em tempos em relação ao modo de realização de suas vidas cotidianas. Se, para Maria de Lourdes, isto apareceu, num primeiro momento, expresso na necessidade de habituar-se à ausência de seu companheiro no cotidiano familiar de cuidado com os filhos, reforçando a reprodução da divisão sexual de atribuições no interior de sua família nuclear (enquanto relações de poder historicamente constituídas e socialmente legitimadas), sua partida e de seus filhos rumo à São Carlos ao encontro dos movimentos imperativos de seu marido a fim de “procurar serviço e trabalhar com tudo”, transformaria a forma de manifestação de tal fenômeno, alçando ao horizonte de

vida de Lourdes a necessidade do trabalho fora de casa e da tomada da direção das decisões familiares.

Salientamos que as condições objetivas de vida postas em cada contexto situado de chegada condicionaram, de formas diversas, as opções de escolha disponíveis e as decisões tomadas em relação às possíveis estratégias de reprodução da vida familiar dos sujeitos de nossa pesquisa. Na maior parte dos casos, tais condições coincidiram com aquelas dispostas no processo de constituição e consolidação de bairros urbanos periféricos e empobrecidos, em grandes e médias cidades, e que em diversos aspectos da vida material e simbólica de seus moradores se manifestaram pela volatilidade das relações econômicas e sociais provocada pela forma subordinada e controlada com que tais pessoas puderam se inserir na dinâmica social e nos espaços centrais³³ de produção e reprodução da vida na cidade, especialmente em relação à: 1) instrumentalização e funcionalização do trabalho realizada a partir da correspondência entre a necessidade proeminente de geração de renda e a existência de processos de acumulação privada e de exploração de mão de obra; 2) à qualidade dos vínculos sociais estabelecidos no interior dos circuitos de reciprocidade (família, vizinhança, redes de assistência) e à sua importância enquanto fator de proteção ou de limitação à mobilidade social.

Vivenciando uma condição de extrema transitoriedade nestas duas formas de expressão das relações sociais que condicionavam as possibilidades de reprodução da vida familiar, Maria de Lourdes conformou uma trajetória instável entre os trabalhos temporários acessados por seu marido em suas andanças por diversas cidades brasileiras, estando seu posterior ingresso em um assentamento rural relacionado diretamente ao caminho incerto trilhado por ele no esteio das possibilidades de viração existentes no mercado formal e informal de trabalho, com as quais jogava a fim de obter alguma forma de proteção em relação ao (incerto) futuro.

“Pra ter uma vida melhor”, o casal Honorina e Claudio direcionou o movimento de suas trajetórias de vida em uma tônica semelhante àquela viabilizada por Maria de Lourdes e seu companheiro: o tempo de morada no sul da Bahia e o trabalho nas lavouras de cacau, o regresso ao único ponto de referência em que se podia voltar, as idas e vindas do marido em busca de trabalho, a dificuldade do cuidado com os filhos e filhas, a saída familiar em busca do pai e do marido ausente, a inserção da família em um bairro periférico empobrecido, a dificuldade da obtenção do emprego temporário ou

³³ Condição contraposta àquela designada como ‘periférica’, a qual se relaciona à posição hierarquicamente inferior do espaço social

permanente, “os bicos” provisórios, o drama da impossibilidade do regresso:

Foram 17 anos no sul da Bahia, trabalhando com cacau. [...] Saímos pra vir pra cá. *Pra ter uma vida melhor*. O povo falava pra nós. Inclusive, tinha umas freiras no sul da Bahia que eram muito minhas amigas. Amigas mesmo, sabe. Elas que ajudavam nós. E elas falavam: “Dona Honorina, vai embora pra São Paulo, lá é lugar pra viver”. Eu falava: “Mana, não vou pra lá não. Lá eles matam muita gente. Lá é muito violento”. Elas falavam: “Você é uma pessoa trabalhadeira. Lá, essas coisas acontecem com que mexe com coisas errada. Você é direita, seus filhos são direitos, seu marido é direito. Não pensa essas coisas não”. [...] E foi aí que em uma época, inventamos de querer vir pra cá. Aí, ele veio e trabalhou um tempo em São Carlos, em fazendas, e voltou pra trás. Eu fiquei lá, com a menina. Aí ele inventou de voltar pra cá. Aí, nessa época que ele veio, trabalhou um tempo. Aí, eu já não quis ficar lá no sul da Bahia, fui pra Macarani. Aí, fiquei na casinha lá. Fiquei por lá enquanto ele veio trabalhar. Aí, meu menino mais velho casou, veio com ele e casou. Aí meu menino falou: “Mãe, é bom que a senhora venha”. Aí eu pensei: “Sabe uma coisa? É bom eu ir”. Aí, cheguei aqui, mas quando eu cheguei aqui... Moço! Não arrumava emprego! [...] Eu já estava com uns quarenta e tantos. Eu vou fazer 72. [...] Eu peguei uns empregos novos. Saía pra caçar serviço. Aí, minha filha falou assim: “Mãe! O que nós viemos fazer aqui?” E não podia voltar pra trás (EN VIII - US 10;11;12;13).

Moramos no Cidade Aracy. Uma mulher deu um barraco pra nós tomarmos conta. E depois pensei: “Deus preparou pra nós morar lá, eu vou pra lá”. Vivemos lá por quatro anos. Ele trabalhava de pedreiro nessa época. Aí, surgiu a laranja. Eu fui trabalhar na laranja. Aí, fomos arrumando uns servicinhos, e fomos levando. A vida da gente é complicada. Eu falo, em São Carlos, é um lugar muito bom. Não tenho nada de me queixar de São Carlos. Às vezes, tem pessoas ruins. Mas tem muitas pessoas boas. Então, a vida da gente é assim. Tem coisas que as pessoas não sabem da vida que a gente passa. Tem muita complicação. Tem os filhos para cuidar. É porque aqui tem muita fila (EN VIII - US 14;15).

É caro viver em São Carlos. Lugar mais caro que tem. Tem gente que vai morar em Ribeirão Preto, porque é mais barato que aqui (EN VIII - US 14).

Ter uma vida melhor pode designar, conforme pudemos compreender, um imaginário subjetivo e intersubjetivo construído em relação à atração exercida pelo estilo de vida caracteristicamente cosmopolita dos agrupamentos humanos urbanizados, e também pela maior probabilidade de obtenção de trabalho digno e de renda justa e

segura, ainda que tal consecução estivesse mediada pela (im) possibilidade de acesso histórico-geracional das famílias de agricultores/as à escolarização formal: “Eu nunca estudei, ele também não. [...] Se eu tivesse estudo, estaria bem” (EN VIII - US 22), nos disse Honorina, ao buscar compreender em sua reflexão o porquê dela e de seu marido não terem conseguido se estabelecer no mercado de trabalho formal do estado de São Paulo. Neste quadro extremamente difícil para os trabalhadores que vieram do campo para cidade, de poucos rendimentos auferidos pelo trabalho, as referências que mencionam o alto custo de vida em São Carlos parecem reforçar a ideia da complicação representada pelo reconhecimento da experiência da **fila** enquanto condição existencial dos mais pobres nos centros urbanos: literalmente, pela concorrência acirrada desta larga parcela marginalizada da população em sua tentativa vã de acessar bens e serviços, públicos e privados, oferecidos a eles de forma cada vez mais restritiva; em seu sentido figurado, representando a ideia da espera vã de Pedro pedreiro que, penseiro, fica a espera de um trem que já vem, mas nunca chega (BUARQUE, 1966).

Ter uma vida melhor também pode designar, como parece ser o caso de Honorina, a esperança descrente de encontrar-se em algum lugar do mundo, dada a concretização da inviabilidade da permanência em sua terra natal: “Eu gosto é da Bahia. Eu nasci e criei lá. Meu lugar é lá. Se eu pudesse, estava morando na Bahia. Porque lá é bom. Mas às vezes na cidade lá tem muito fazendeiro. Fica complicado” (EN VIII - US 16). Pode denotar, ainda, uma esperança manifesta no desejo de saída, motivado pelo inconformismo com as condições de vida momentâneas e pela expectativa aventada com as possibilidades abertas pelas incertezas dos caminhos desconhecidos, advindas da incompletude constitutiva do percurso histórico. Apostas realizadas, vidas em jogo:

Apareceu um cara lá trazendo para o estado de São Paulo. Aí veio eu e meu irmão. A gente era dez irmãos. Veio eu, esse irmão que mora em Rio Claro. O resto da família se perdeu. Até hoje não tenho notícia. [...] apareceu um cara trazendo para o estado de São Paulo, trazendo pra Usina Amália, pra mexer com corte de cana. Eu peguei, falei para meu pai. Meu pai veio também, veio meu pai e meu tio junto com nós. Aí meu pai voltou, e nós ficamos. Eu não quis ir mais. [...] Vim pra Ribeirão Preto. Já morava lá. Estava morando em Ribeirão Preto. [Trabalhava de] Servente de pedreiro, carpinteiro, ajudante de carpinteiro. Trabalhava em obra. Aí eu peguei, em Jundiá, de Jundiá vim pra São Carlos e estou até hoje. [...] Cheguei em 85. Cheguei e fui caçando serviço. Estava solteiro. Eu tinha uma mulher. Mas nós estávamos se largando já. Aí eu trabalhei uns tempos de guarda. De segurança de hotel. Depois de uns cinco anos, a gente ficou. Aí trabalhei

três anos com compressor de geladeira, na metalúrgica. Aí morava na Santa Felícia (EN III - US 7;8;9).

Em sua entrevista, Sebastião Alves indicou como aprendera a perceber o modo e as condições de vida de sua experiência de infância, em Minas Gerais. Percepção de “atraso”, condição de quem se sente ficando para trás no desenrolar do tempo, sinalizando como um aspecto expressivo de tal situação a impossibilidade de realizar “direito” seus estudos (cf. capítulo 2). Ainda sim, após ter percorrido boa parte de sua trajetória de mobilidade espacial e trabalhos temporários, na cidade e no campo, pôde aprender a diferença nas formas de reprodução social em um e noutro lugar, manifestando o gosto pela terra e a valorização de sua criação ocorrida no meio rural a partir da possibilidade de sustento direto que tal condição lhe possibilitava, em comparação às formas monetizadas de consumo vivenciadas nos aglomerados urbanos pelos quais passou até alugar residência no bairro da Santa Felícia, em São Carlos/SP, para posteriormente ingressar em movimentos sociais de luta pela terra.

“Vocês não sabem o que é a periferia da cidade grande. É o caos” (EN VII – US 16). Foi com esta frase que Maria Aparecida sintetizou as condições de vida de sua família em São Carlos, confrontando o juizado de menores em audiência na qual a questionavam que seu filho Ricardo fabricava e vendia artesanato nas ruas da cidade, no horário do contra turno escolar: “Está certo que ele só tem 11, 12 anos, mas só que ele está aqui no horário que não é da escola, sentado, fazendo os trabalhos dele. [...] Porque não tem um curso pra ele fazer, não tem nada. Se ele não está na escola, ele vai ficar aprontando” (EN VII – US 16).

A saída da família de Maria Aparecida de Altamira/PR, local onde seus pais puderam lograr a obtenção de uma pequena propriedade de terra para o plantio da lavoura branca, da soja e do algodão, primeiramente para Ibaté e depois para periferia de São Carlos, municípios do interior do estado de São Paulo, foi motivada pela procura por maiores oportunidades de estudo aos doze filhos do casal, em busca à almejada formatura no ensino superior que certamente abriria perspectivas outras e melhores para a construção de seus respectivos projetos futuros:

A gente saiu junto, só que meu pai veio, ficou um tempo, sem vender a propriedade, em 78. Viemos todos para Ibaté, onde já tínhamos uns conhecidos. Eu tinha 17 anos. Aí a gente veio pra lá, porque era uma cidade pequena, com a oportunidade de a gente tentar estudar. Era difícil ir pra escola. Nunca tinha dinheiro pra pagar a escola pra se

formar. Dos 12 irmãos, nenhum estudou mais que o ensino médio. Os primeiros fizeram só o fundamental. Trabalhávamos como serviços gerais. Era muito difícil naquela época filho de pobre ter formatura (EN VII - US 9).

Na época eu trabalhei na Electrolux, era Clímax na época. Aí eu trabalhei 4 anos. Mas eu trabalhava no corte de cana daqui. Quando eu cheguei fui trabalhar no corte da cana. Mas eu nem sabia pegar no facão da cana. Porque eu já tinha cortado cana, mas só um pouquinho, pra moer pra fazer caldo de cana, ou pra dar para os gados. Aí meus irmãos, uns foram trabalhar na Sicom, hoje chamam Tecumseh. Outros na CBT, de trator. Meu pai trabalhou na CBT. Trabalhei cortando cana, de doméstica, apanhando laranja, com diária carpindo. De diarista. Trabalhei no bingo São Carlos. Entre Ibaté e São Carlos. Na Electrolux, tinha um ônibus que pegava a gente em casa e trazia. Mas saía às 5h e voltava 18h. O dinheiro era bom, mas não dava pra estudar. Aí não teve mais jeito de estudar. Eu tinha muita vontade de estudar, mas não teve condição (EN VII - US 12;13).

À vontade de Maria Aparecida de dar ingresso e continuidade em sua participação nos ciclos do sistema formal de ensino, condição vislumbrada por seus pais a todos os/as filhos e filhas do casal a partir da mudança para uma cidade interiorana paulista, contrapôs-se imediatamente a necessidade premente de garantia da reprodução material da família manifestada por meio da inserção de seus integrantes em toda sorte de trabalhos disponíveis nas empresas e fazendas da região de São Carlos. Maria Aparecida retratou em sua fala uma época de extrema dificuldade de acesso da população vivente no campo ou originária dele à escolarização formal, seja pela diminuta oferta pública de tal serviço no meio rural, o que se aliava às precárias condições de infraestrutura e mobilidade nestas regiões, seja pelo falso dilema posto pela escolha (concretamente induzida pelas condições objetivas da realidade social brasileira, que impelia a um esforço conjunto dos membros da família em busca do seu sustento) de ter que abrir mão da opção do estudo, o qual representava o motivo efetivo da migração familiar e o argumento da aposta na mudança, na tentativa de uma vida melhor.

Aí ele voltou, nessa época do Collor. Aí ele e minha mãe ficaram morando numa casinha no Cidade Aracy, em São Carlos. Quando eles vieram para o Aracy, eu e meu marido conseguimos comprar um terreno na rua e fomos construindo. Eu e meus irmãos vieram construir no Aracy. Morávamos todos na mesma rua. Só dois irmãos ficaram em Ibaté. [...] Eu tinha a casa, só que eu me preocupava de quando a gente

ficava desempregado. Porque eu dependia da empresa ficar bem pra eu ter trabalho pra dar sustento para os filhos. Tudo tinha que comprar na cidade. Aí pensei, mesmo que eu não produza pra vender, eu produzo pra alimentar os meninos. Tanto que ficamos 9 anos produzindo só pra gente. Tínhamos frango, porco, que fazíamos pra gente. Mas precisava uma grana pelos filhos que querem uma roupa, um sapato. Depois eles acostumaram tanto aqui, que se falar pra eles que iria voltar pra cidade, eles não querem mais. Eles estavam com 14 e 15 anos. O mais velho, tinha 18 anos, que faleceu. O pai do Cris. Ele estava trabalhando na cidade, fez o acordo, fez o acerto e veio. [...] Os filhos da gente começaram crescer. Ficaram adolescentes e no Aracy é periferia e tinha muito medo de eles pegarem o caminho errado. Lá é a porta. Você sai cedo pra trabalhar sem saber a hora de voltar. Era ônibus que quebrava, chegava de madrugada. E os filhos tinham que ficar. Eu que não estava certo as crianças ficarem assim a Deus dará, pra eu trabalhar. Aí eu pensei, comecei a me preocupar, não estava legal. Pensava, a gente sai pra trabalhar e deixa esses meninos de 12, 13, 14 anos, chamar pra sair, pra fumar, pra beber. Tudo que você pudesse imaginar. [...] Se tinha a oportunidade de vir pra lavoura plantar. Aí eu pensava, pelo menos, para os meninos, será melhor criar eles no sítio. Você não está 100% isento de os meninos se envolver com coisa ruim, mas no sítio é mais seguro. Pelo menos você evita bastante. Isento você não está, de falar que aqui meus filhos estão salvos e seguros. Eles não queriam. Às vezes eu ia buscar eles na cidade. Teve vezes de eu ir buscar o Ricardo duas vezes de volta para o sítio. Porque não tinha força, não tinha luz, não tinha música, não tinha TV e chuveiro pra um banho (EN VII - US 14;15;17;18).

Aí surgiu a oportunidade de ele [seu filho mais velho] ganhar a bolsa de fazer pedagogia. Aí ele concluiu. Aí teve a oportunidade de a Roberta fazer agronomia. Isso valeu muito a pena de a gente estar aqui. Isso valeu muito a pena. Porque essa bolsa ela é pelo PRONERA, da Reforma Agrária, eles tiveram a oportunidade de ganhar. Se eu estivesse na cidade, eles não tinham ganhado. Porque se eles estivessem na cidade não teriam ganhado. Aí meus filhos iam continuar como eu e meus irmãos. Nenhum teria uma formatura (EN VII - US 19)

A preocupação de Maria Aparecida em relação à possibilidade ou ausência de trabalho e à condição de criação de seus filhos quando o cenário mais favorável (de obtenção de emprego) a eles se apresentava, representa de forma nítida a percepção de insegurança com a qual ela aprendeu a significar a experiência de sua família no período em que vivenciaram o contexto próprio de um bairro de periferia urbana empobrecido, realidade múltipla e complexa cuja produção cotidiana da vida é constituída por dinâmicas sociais que conectam tais espaços, de forma controlada e subordinada, às dinâmicas que integram o "centro" da vida social urbana. Aqui, portanto, longe de tratarmos o fenômeno das favelas e periferias brasileiras como uma forma "degradada" de apropriação do espaço urbano, cuja representação social apresenta-o enquanto *locus*

privilegiado de manifestação da pobreza, da ausência de infraestrutura urbana e de serviços públicos (ROSA, 2008; 2009), partimos da necessária problematização histórica sobre as permanências e rupturas de tal fenômeno, cuja forma mais contemporânea vem se manifestando pelo funcionamento de mecanismos de gestão da pobreza e de controle dos fluxos econômicos (monetários e materiais), políticos (acesso/reivindicação de direitos e figuração pública das periferias) e sociais (formas de sociabilidade possíveis) existentes no circuito dinâmico das relações estabelecidas entre centro e periferia, de forma a garantir a continuidade (e, portanto, a viabilidade) do regime de acumulação capitalista sem que se promovam alterações substanciais na hierarquização da estrutura social (TELLES, 2001; FELTRAN, 2010; 2011; GEORGES; SILVA, 2008; RIZEK; GEORGES, 2008; SCIRÈ, 2009; 2010; ALMEIDA; D' ANDREA; DE LUCCA, 2008).

Contraditoriamente à expectativa gerada no movimento de saída da roça rumo ao meio urbano, seria o movimento de regresso à realidade do campo que possibilitaria, à família de Maria Aparecida, os primeiros diplomas de nível superior conquistados por dois de seus filhos, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pelo governo federal em abril de 1998. Ainda que o movimento de volta da cidade para o campo tenha significado, num primeiro momento, um aprendizado e um rearranjo dificultoso na dinâmica de vida de seus filhos, habituados desde a infância ao modo de vida urbano e às formas de reprodução social que lhe são características.

A possibilidade de regressar à terra por meio da compra de uma pequena propriedade rural também era um anseio de Sebastião Duque, após vivenciar anos de mudanças e deslocamentos iniciados após os 16 anos de vida de roça em Guanambi/BA. Na raiz dos motivos que o fizeram ir embora de sua terra natal pela primeira vez, em 1959, o mesmo desejo que animava Maria Aparecida e seus pais quando da saída de sua família do interior do Paraná, em 1978: o acesso ao estudo. Aqui, neste momento de construção de nosso trabalho de pesquisa científica, encerramos o presente capítulo optando pela metodologia do silêncio, buscando criar uma microfissura que permitirá uma abertura para a manifestação menos direcionada da história dos seus sujeitos, o que contemplará de maneira mais genuína a narrativa por eles construída acerca de suas próprias trajetórias de vida, mantendo ao mesmo tempo a coerência com o mote do argumento que se pretende apresentar:

Eu fiquei lá até 16 anos. Aí, eu queria estudar. Mas não tinha como. Por isso aí. [...] Não, não tinha como [estudar]. Aí eu saí. Eu sei que o pai e a mãe saiu pra cidade num dia de feira. Eu arrumei. Saí com a roupa do corpo, uma calça, uma camisa, e um lençolzinho. Coloquei tudo lá e saí pra cidade. Tinha uns caminhão que vinha pra São Paulo. Pois eu vim, rapaz. Aí, eu estava lá dentro do caminhão. Daqui a pouco chega um irmão meu mais velho. Ele vinha pra São Paulo e eu não estava sabendo. Ele falou: “O que você está fazendo aqui? Você conversou com a mãe?” Eu falei que não e que não queria conversa. Falei para meu irmão, falei sério pra ele: “Eu quero descer pra São Paulo”. Foi aquele negócio em cima do caminhão. Ele falou: “Eu vou avisar a mãe agora, você vai descer”. Eu falei: “Não desço”. Nós travamos no sol, eu com esse irmão meu. Mais velho. E ele foi passear (EN VI - US 11;12)

Descemos pra cidade de Bebedouro. Aí eu e meu irmão já descemos. Fomos na casa desse homem, meus irmão já conheciam o homem. Descemos lá, o homem falou: “Tem a casa pra você e seus irmão ficarem. Porque serviço tem muito”. Fazenda de feijão, gado de engorda, milho, feijão e leite. Fazenda dos Lopes. Ali eu fiquei trabalhando naquela fazenda. Meu serviço era ajudar na lavoura, no trator. Lidar com gado. E ajudar no retiro. Eu num cavalo. E fiquei por ali (EN VI - US 14).

Aí, depois eu fui no final de 16 anos pra 17 anos, eu fui e fiz alistamento. E eu saía a noite, de bicicleta, ia pra cidade de Bebedouro estudar. Aprender as primeiras letras, num grupo perto da prefeitura da cidade de Bebedouro. Um dia, naquela época lá, encostei a bicicleta na frente do grupo, sempre deixava ali. Cheguei, não achei a bicicleta, pegaram a bicicleta. Era 15 km da cidade no sítio. Eu ia a pé, aí esmoreci de ir a pé e parei de estudar de novo. Eu queria ser do exército, mas me faltou estudo (EN VI - US 15).

Ali, depois de uns dois anos, eu voltei no estado da Bahia. Voltei pra cidade Guanambi e fui pra o sítio do meu pai. Trabalhei lá mais uns seis meses. Resolvi voltar outra vez pra Bebedouro, pra fazenda. Voltei de novo. Trabalhei mais uns tempos ali, por mais uns dois anos, por ali. Voltei para o estado da Bahia, pra cidade de Guanambi. Aí, foi quando eu arrumei a Dona Zenilda e deu certo, a gente realizou um casamento. Passei lá um ano e pouco ainda. E descemos para o estado de São Paulo. Daí vim novamente para cidade de Bebedouro. De Bebedouro desci pra Pitangueiras, de Pitangueiras fiquei uns tempos, trabalhei na Fazenda Três Barra, com registro em carteira. Era criação de gado e lavoura. Foi meu primeiro registro de carteira. Os outros fazendeiros não registravam, porque não tinha esse negócio no campo (EN VI - US 16).

Depois fiquei um tempo ali, em Pitangueiras, vim pra Santo André/SP. Aí, passei na cidade de Santo André trabalhando com serviço de madeiramento. Aprendi desde o estado da Bahia. Lá trabalhava muito

de carpinteiro com meu pai, nos engenhos, na casa. Aí fui trabalhar na construção civil. Lá trabalhei de 8 anos e pouco na carpintaria. Fui treinando com os engenheiros lá, que tinham muito conhecimento do serviço. Aí eu fui depois dessa jornada, consegui conhecimento só dentro de Santo André. De lá, desci pra Bebedouro. E foi meu serviço. Mas aborreci daquilo. Da cidade de Bebedouro, me trouxeram pra Pitangueiras. Suspendi um prédio. Aí eu pedi pra firma me dispensar. Essa firma tem o nome de Vertical, é uma construtora de Campinas. Aí, me dispensaram. Voltei e fiquei no município de Pitangueiras. Construí casa por ali. Trabalhei (EN VI - US 17).

Queria voltar pra o campo, mas não consegui comprar um sítio ou chacinha. Joguei a família em Campinas e fui trabalhar. Surgiu um movimento de sem-terra. Descia o movimento para Sorocaba. Nessa jornada, vêm uns 10 anos ou mais pra estar assentado nesse lugar onde estou. Porque eu nasci no campo, era do campo, mas a tendência era o campo. Porque eu vi a cidade, gostei da cidade, mas a cidade é pra quem tem estudo (EN VI - US 18;25).

Eu trabalhava de carpinteiro no alto dos prédios altos. Eu amarrava um cinto e ficava na quina por fora, lá em cima. Fiz muito. Mas lá de cima olhava a grande São Paulo por cima. Olhava a serra lá longe e pensava: “Quanta gente pode mandar ali e plantar um alimento”. Quantas vezes dava o horário de terminar o serviço, todo mundo descia e eu ficava lá olhando. E aquela esperança de voltar para o lugar de onde eu vim nunca passou. Eu pensava: “Eu vou para o campo” (EN VI - US 40).

CAPÍTULO 5 – ‘NÃO É FÁCIL ENFRENTAR LONA’

A LUTA PELO REGRESSO À TERRA

O fenômeno que fundamentalmente integrará as compreensões propostas a seguir refere-se à participação dos sujeitos desta pesquisa em movimentos coletivos e organizados de luta pela terra e aos processos educativos daí decorrentes. Este importante momento das trajetórias de vida dos/as agricultores/as que hoje vivem no Assentamento Santa Helena esteve marcado, conforme pudemos perceber, pela coincidência temporal entre a intenção de cada um/a deles/as de retornar à terra de trabalho após os anos de itinerância e de serviços precários obtidos no campo e na cidade, e a possibilidade concreta de traduzir tal anseio nas respectivas ações de ingresso em movimentos de trabalhadores/as sem-terra. Dada a conjuntura histórica de modernização capitalista das relações produtivas no campo, intensificadas a partir da década de 1950, e considerando seus impactos sobre a expropriação e a subordinação do campesinato frente às readequações impostas à estrutura fundiária e às relações de trabalho agrícola no Brasil, tais movimentos sociais passaram a atuar politicamente de forma mais estruturada desde os anos 1980, lutando pela implementação de políticas públicas voltadas para a distribuição de terras por meio da reforma agrária e originando, desta forma, as condições objetivas para que milhares de pessoas pudessem vislumbrar a possibilidade até então inesperada de (re) conquistar um pedaço de terra em que pudessem plantar e viver com suas famílias.

De acordo com Fernandes (2001), a maioria dos assentamentos rurais criados no Estado de São Paulo a partir da década de 1990 foi resultado de ocupações de terras empreendidas por movimentos de luta, sendo que “a intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária” (p. 07). Ainda segundo o autor:

A ocupação é conhecimento construído nas experiências de luta popular contra o poder hegemônico do capital. É um processo socioespacial e político complexo desenvolvido como forma de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (FERNANDES, 2001, p. 03).

Com tal compreensão, mesmo as situações aparentemente mais circunstanciais de ingresso destes homens e mulheres em movimentos de luta pela terra puderam revelar, além das intencionalidades subjetivas latentes, a manifestação social da

intersubjetividade política construída a partir da ação combativa dos movimentos sociais de trabalhadores sem-terra enquanto sujeitos coletivos de construção e transformação histórica:

Quando eu estava trabalhando na cidade lá, eu conheci uns amigos meus. Como eu gosto muito de pescar, eles me chamaram pra pescar. Coincidiu deles me levarem num acampamento em Tapuí. Eu não sabia de nada. Eu nem sabia que existia esse negócio de sem-terra. Isso pra mim, eu nem sabia que existia isso aí. Chegando lá, o pessoal foi contando que ali era um acampamento. Foram mostrando quem morava ali. Eu fui conhecendo o pessoal. Inclusive, o Tião morava lá. O Tião, meu sogro estava lá. Eu nem era casado. Nem conhecia seu Cláudio. Não era nem casado com a filha dele. Aí, eu peguei e fui pescar. Pescamos a tarde inteira. Aí eu comecei a ver os lugares. Era uma terra de primeira! Terra vermelha. Uma terra de coronhão. Terra de coronhão é terra boa. Era café. Tinha uns pezão de café antigo. Aí eu fui perguntando para o pessoal como que era lá. O pessoal foi me contando que ali tinha terra, mas que era só pra quem gosta de mexer na terra. E que era demorado. Que tinha todo um processo lá. Aí foi que eu vim e comentei com o pessoal tudo. E foi um pessoal pra lá. E foi um pessoal pra lá e ficou. Aí, passaram uns anos. Eu trabalhando pra cá e eu sempre ia imaginando que eu poderia voltar lá e ver como é que eles usam. Como eu poderia fazer pra entrar lá também. Sempre pensando (EN II - US 22).

A gente soube de umas pessoas, porque na época, na região, não existia muito isso. De lá pra cá que foi tendo esses assuntos, esses acontecimentos. Na região mais próxima aqui era de Bela Vista, depois surgiu de Bueno de Andrada. A gente soube por boatos de longe. Que tinha uma terra da União, destinada pra reforma agrária (EN VII - US 25).

Em 2000, saiu o negócio de sem-terra. Tem um assentamento de vinte e tantos anos, o líder morava no Jardim Rosália. Ele já tinha pegado a terra dele. Aí ele avisou a minha vizinha, que estava saindo pra ir com os sem-terra. E o sindicato estava atrás de gente, e me chamou. Ela conhecia [o assentamento], eu nem sabia o que era sem-terra. “Vamos lá na casa da mulher dele”. Fui lá ver o sítio, ele falou: “Vai sair, vocês querem? Tem que começar a participar da reunião”. E eu falei: “Tudo bem”. Mas ele queria um espaço pra fazer reunião no meu bairro. Pra fazer a ocupação da fazenda de Bauru. Ele é uma liderança que mexe até hoje. Sempre quando tem algum lugar, ele vai junto. Aí fazia reunião. Eles falavam tantas coisas, parecia um paraíso. Pra convencer as pessoas pra ir. Era o mar de rosas, o paraíso. Eles iam pra convencer a gente, pra levar a gente para os sem-terra. Depois de passado o tempo, tinha mais gente que queria. Aí era muito longe pra ir onde eu morava.

Aí começamos a fazer na Igreja Católica, começaram a fazer as reuniões na igreja. Foi juntando, juntando o povo (EN I - US 42).

Os três depoimentos relatados anteriormente por José Maria, Maria Aparecida e Lindamira contrastam formas distintas pelas quais os sujeitos desta pesquisa puderam se integrar em grupos organizados de luta pela terra no decorrer de suas trajetórias de vida, mas indicam um contexto comum de ampliação da repercussão e do alcance social das mobilizações em prol da reforma agrária no Brasil e em São Paulo, especialmente após a mudança promulgada pela Constituição Federal de 1988 em relação ao estatuto da propriedade fundiária e à sua legitimação pelo cumprimento de sua função social. A pescaria fortuita no local de um acampamento já existente no município de Tapuí/SP; a circulação de notícias sobre a existência de assentamentos rurais na região de Araraquara/SP e também da disponibilidade de terras da União passíveis de utilização para constituição de assentamentos rurais em São Carlos/SP; a sensibilização realizada por lideranças de movimentos sociais e sindicalistas com moradores de bairros da periferia de Campinas/SP, visando a constituição de outros grupos reivindicatórios para a criação de novos assentamentos no contexto paulista: estas e outras situações indicadas em nossos dados empíricos sinalizam não somente a disseminação e configuração progressiva da luta pela terra enquanto fenômeno essencialmente político, mas denotam igualmente um cenário múltiplo de práticas e formas de organização das lutas em seu processo de construção, sendo possível reconhecer, a partir da fala dos sujeitos, a presença marcante de partidos políticos, sindicatos, movimentos sem-terra e da própria igreja católica em tais processos de resistência, sendo estas atuações por vezes tensionadas por disputas pela órbita de influência em relação às ocupações e assentamentos rurais existentes em São Paulo.

O papel ativo de tais atores políticos foi fundamental para que a barreira do desconhecimento da causa fundiária fosse superada a partir da sensibilização de pessoas e da difusão das experiências de acampamentos no estado, destacando-se a princípio a função cumprida por suas lideranças na disseminação da possibilidade da luta pela terra por meio da organização dos grupos de trabalhadores/as e nas indicações das propriedades rurais passíveis de ocupação e desapropriação. No cumprimento de tal tarefa, a retórica de convencimento utilizada para congregação de mais pessoas aos grupos de ocupação parece ter se dado de forma heterogenia em relação às expectativas geradas no público potencialmente participante, variando entre a promessa do “mar de

rosas” e do “paraíso” e a realidade dificultosa do processo de luta, passando ainda por esclarecimentos em relação aos critérios de elegibilidade para participação nos grupos (frequência em reuniões, aptidão para o trabalho na terra, paciência e resistência ao longo tempo de duração do processo de luta, etc.).

Em tal contexto, para aqueles/as que precisaram tomar a derradeira decisão de abandonar as condições de vida até então construídas nas periferias das grandes e médias cidades (mais ou menos instáveis), o que em alguns casos significou deixar para trás a própria família, confrontaram-se no horizonte das escolhas em direção ao futuro os medos e as esperanças gerados pela contradição entre a figuração pública criminalizada e violenta dos movimentos de trabalhadores sem-terra e a expectativa e potencial perspectiva de regresso ao campo por meio deles; confrontaram-se, igualmente, os anúncios e as renúncias em relação às estratégias palpáveis de reprodução familiar e às possibilidades de transformação do cotidiano em busca de uma vida melhor:

Pra quem veio da cidade. Tudo, água você abria a torneira e tinha água. Tinha chuveiro quente. Porque a gente abandonou tudo. Lá mesmo no Cidade Aracy, a vida da gente lá já estava bem melhor. [...] E a gente saiu da cidade, lutamos, pra ver se a gente conseguia voltar pra onde a gente veio, que é a terra. Por isso que nós insistimos em passar por tudo que a gente passou. Porque a gente gosta. Porque é o que a gente sabe fazer. E aí, graças a Deus, foi melhorando (EN II - US 33;35).

Quando foi na primeira semana de julho, chegaram lá. Quando falaram que iam invadir, eu falei: “Eu não vou mais não”. Eu fiquei com medo da matança, das coisas. Era só eu e a Cristiane. O Alessandro tinha chegado, mas era menor, ele estava estudando. Ele chegou e falou pra mim: “Vamos?” Eu falei: “Não, vou não”. Aí o Alessandro chegou em mim e falou: “Mãe, deixa eu ir”. Eu falei: “Você é menor, aí matam você lá”. Ele ficou dizendo: “Deixa eu ir, deixa eu ir”. Aí meu cunhado falou: “Eu vou também. Deixa ele ir” (EN I - US 43).

Eles faziam as palestras deles. A gente ia ouvir. A reunião deles era dentro de uma igreja. Eles falaram que íamos passar a noite, que era pra levar coberta, travesseiro, balde e panela: “Levem tudo para lá”. Veio eu, Lindamira, Moreira, veio um monte de colegas. Todos para vir embora pra ser sem-terra. Aí nós viemos para Pederneiras. Aí veio os homens na frente, pra ver se não tinha problemas. Aí veio três ônibus, lotados de gente. Não tinha nada. Até as vacas que tinham correram de medo de nós. Aí despejaram todos dos ônibus lá, cada um fez seu barracinho e ficamos lá bastante tempo (EN V - US 14).

“Quem ficou embaixo de lona”

Foram muitos os municípios do estado de São Paulo citados pelos agricultores e agricultoras como local de passagem durante o período em que vivenciaram a itinerância das ocupações de terra e da constituição e dissolução dos acampamentos, antes da tentativa certa realizada na Fazenda Santa Helena, em São Carlos: Bauru, Pederneiras, Tapuí, Boa Esperança do Sul, Barra Bonita, São Simão, Brotas, Sorocaba, Itapetininga, Araras, Colina, Barretos, Pitangueiras, Santa Fé do Sul. A categoria **quem ficou embaixo de lona** pretende problematizar as experiências vividas pelos sujeitos de pesquisa nestes tempos e espaços de ocupações e acampamentos enquanto geradoras de processos educativos relevantes para conformação de suas formas de ser e agir no mundo. Neste sentido, nossos dados de campo destacam como elementos de compreensão as difíceis condições de vida e de trabalho característicos das possíveis formas de reprodução da vida familiar nos acampamentos e as estratégias criadas para a continuidade da persecução ao sonho de retorno à terra, a violência dos despejos policiais e a necessidade recorrente de ter que recomeçar do zero, a persistência na luta pela terra e a realização dos movimentos de busca pela construção de novos rumos, mesmo quando aparentemente as possibilidades minguassem à vista.

Não é fácil enfrentar lona. No tempo do calor. No calor! E quando dá temporal? Tem hora que você ficava no tempo rasgava os plásticos tudo. Minha sogra tinha uma perua velha. A gente entrava com a família dentro da perua (EN III - US 17).

Mas é sofrido, não é fácil não. Quando chove, você tem que ver, cai todos os paus, é um tal de me acode aqui, tudo molhado. É sofrido. *Quem ficou embaixo de lona* então [...] E no tempo do sol! Rapaz! No sol, você sofre! Tempo de frio, você sofre! Tempo de calor, você sofre! (EN VIII - US 38).

Ficamos numa chácara próxima. Tinha umas 37 família numa chácara de 5 mil metros quadrados. Já imaginou? Cheia de loninhas pretas de barraquinhos, um em cima do outro. Sem banheiro. Uma verdadeira favelinha. Ainda bem que os vizinhos fazendeiros deram trabalho de colher laranja, etc. (EN VII - US 27).

Agora aqui que foi duro. Ficamos dois anos lá. Meu filho, que sofrimento. Essa Lindamira, quando fica nervosa, eu tento acalmar ela. Ficamos na chácara, 48 famílias ali dentro. Só tinha uma casa. Você tinha que acordar de madrugada pra pegar um baldinho de água pra fazer comida. E o Wardo tinha feito meu barraquinho todo bonitinho, eu

limpava tudo. Lá tinha uns porcos no fundo, os porcos atolavam na lama. Aí fizemos um barraquinho ali. E nós ali, nós ali (EN V - US 27).

As privações e dificuldades vivenciadas pelos/as agricultores/as no período decorrido das ocupações e acampamentos realizados nas propriedades rurais alvos da atuação de movimentos de luta pela terra em São Paulo manifestam, primeiramente, a coragem de tais sujeitos para o enfrentamento das situações conflituosas que foram se constituindo no decorrer do processo de objetivação das ações que visavam a transformação da própria realidade de vida, de acordo com a intencionalidade expressa do desejo de retorno ao campo e de obtenção da posse de terra que lhes servissem de sustento. Os processos educativos forjados por meio do sofrimento causado pela ausência das condições mínimas para a reprodução da vida nos acampamentos (tais como a precária qualidade das habitações, a falta de saneamento básico, as poucas opções de trabalho disponíveis e a exiguidade da renda financeira auferida por meio dele) referem-se à **capacidade de resistência adquirida frente às diversas situações degradantes vivenciadas no decorrer do processo de luta pela terra**, traduzida pela disposição de superação dos problemas decorridos de conjunturas marcadas permanentemente por momentos de tensão e pressão psicológica, bem como pelo enfrentamento dos medos relativos aos possíveis agravos de tal experiência.

Aliada à perseverança em relação à busca pelo intento maior de conquista da terra, os processos educativos decorridos desta prática social incluíam ainda a **audácia de renunciar às possibilidades imediatas e concretamente dispostas de reprodução da vida familiar**, especialmente daqueles que já haviam conseguido se estabelecer de modo minimamente estável no cotidiano citadino, em nome de uma expectativa de obtenção da terra que se colocava permanentemente em perspectiva incerta, ainda que objetivamente palpável (vide as ocupações ocorrerem nas próprias terras em que se pretende promover o assentamento e da existência numerosa de latifúndios improdutivos).

Minha filha mais nova já estava com um mês de nascida. Eu já estava com a Dina. Eu tinha esse contato com seu Claudio lá. Eu: “Fala com ele”. Ele falava: “Vem pra cá”. Eu falava com os outros, eles falavam que estava arriscado lá, que era perigoso não sair. Que ia demorar um pouco. E pensei: “Vou abandonar tudo pra ir pra lá, sem saber se vai dar certo ou não?”. Era um tiro no escuro. Se fosse mais perto, até eu ia. Aí fiquei sabendo com o pessoal que saiu a liminar para o pessoal sair de

lá, das terras. Então, eu fui num dia lá, que o pessoal saiu tudo. Dei uma força pra ajudar o pessoal a tirar as coisas de lá. Meu sogro estava lá também, dei uma força. Aí cada um foi procurar seu rumo. E teve o pessoal que veio pra cá, pra ficar com as famílias (EN II - US 23).

É difícil entender a firmeza de propósito dos sujeitos de pesquisa frente às dificuldades relatadas, considerando ainda toda sorte de contratempos e violências a que estiveram sujeitos em tal percurso, sem compreendê-la no contexto mais amplo das formas como foram constituídas suas trajetórias de vida até o momento em que passaram a integrar os grupos de trabalhadores/as sem-terra. Ao longo do capítulo anterior, buscamos compreender os movimentos de ingresso e participação dos/as agricultores/as em processos de luta pela terra enquanto expressão da educação forjada até o momento de vida em que puderam manifestar a intenção do regresso ao campo por meio de tal ação, destacando que os processos educativos forjados nestes percursos referiram-se às **distintas formas de conscientização do contraditório vivenciado no decorrer de suas experiências de roça e de cidade.**

Neste sentido, também as definições das estratégias postas em jogo para a viabilização das condições objetivas de participação nos processos de ocupação foram, ao longo do tempo, fortemente influenciadas pelas relações entre campo e cidade estabelecidas no bojo das ações executadas pelos sujeitos. Em nossa compreensão, tais relações expressaram não apenas as contradições e complementariedades entre estes dois modos de vida distintos e inter-relacionados, mas também dizem algo relevante sobre os obstáculos que se ergueram para a permanência dos sujeitos nos movimentos de luta pela terra, na medida em que traduziam a necessidade peremptória da busca de viabilização da reprodução da vida das famílias nucleares envolvidas nestes processos reivindicatórios:

Eu fui com esse grupo a fora. No primeiro grupo que fui, de 1986, fiquei pouco tempo. Eu não pude ficar muito tempo, tinha família pequena, tinha que estar trabalhando. Larguei pra lá aquele negócio. Peguei serviço por conta. Inclusive meus filhos aprenderam todos a trabalhar comigo. Pegava serviço por conta, junto com a meninada e ia mesmo (EN VI - US 19).

Acho que era 16 ou 17 anos. Ele [seu filho] não tinha feito ainda 18. Nem o alistamento ele tinha feito ainda. Aí ele pegou e falou assim pra ele, meu cunhado falou: “Eu vou, eu cuido deles”. E o filho da vizinha quis ir também, de menor. Aí vieram, acomodaram, em 2000. Dia 15 de

julho de 2000 eles foram pra Bauru. Ele estava de férias da escola e foi. Ele falou: “Quando terminar minhas férias eu volto pra estudar e trabalhar e mandar dinheiro pra mãe. E a mãe vai”. Eu falei: “Está bom”. Quando começou as aulas ele foi pra Campinas e eu fiquei no lugar dele em Bauru (EN I - US 44).

Aí o prefeito de Pederneiras era muito bom. Tudo que a gente precisava de Pederneiras eles mandavam, hospital, posto. O prefeito falou que arrumava uma área de terra pra nós ficarmos lá, até nós ficarmos assentados. Foram 9 meses dessa fazenda. Aí ficamos na beira da estrada acampada. Não tinha serviço nem trabalho. Vivía de doação. Ia pra Bauru pedir as coisas pra nós comer (EN I - US 46).

Aí depois conhecemos um cara do sindicato dos metalúrgicos. [...] perguntou se queríamos ajuda. A Igreja Adventista, não, Presbiteriana, foi lá, falou com o povo, ofereceu ajuda. Levava cestas, levava comida, um monte de coisas. Aí através dele conheceu a gente e ele falou que a partir daquele dia a gente não ia mais pra rua pedir. Aí ele arrumou alimentação pra gente. Aí [a pessoa do sindicato] começou a andar junto. Ela falou: “Vamos descobrir um lugar pra tirar vocês daqui”. Aí foi na Olho D’água, em Tapuí. A fazenda Olho D’água tinha um monte de gente do MST. Ele falou com a liderança do MST, que estávamos na beira da estrada por um ano, não dava pra plantar. Era bastante família. Aí um pessoal desistiu. Tinha umas famílias com a gente que ficou assentado em Marília hoje. A liderança do MST falou que tinha muita terra ali. Dia 24 de abril fomos embora morar no Olho D’água (EN I - US 47).

Quando nós viemos pra cá, nós morávamos com o Mané. Lá nós plantávamos arroz, milho, pepino, quiabo. Quando nós viemos pra cá, viemos com o Divino. Ele ficava aqui e eu ia pra lá. Ele ia pra lá eu vinha pra cá. A gente estava com muito feijão pra arrancar. Ele foi pra lá arrancar o feijão e eu vim pra cá (EN I - US 53).

As dificuldades de se enfrentar a experiência da lona preta foram bem além das precárias condições domésticas e sanitárias de abrigo das famílias participantes dos grupos de ocupação, podendo envolver inclusive a separação do núcleo familiar (mãe, pai, filhos e filhas), a depender dos arranjos definidos por seus membros em relação a participação de cada um deles na busca pela renda que propiciará a sustentação material da família no decorrer da tentativa de obtenção de terra via política de constituição de assentamentos rurais, dispostos nas possíveis relações tecidas entre campo e cidade pelos/as agricultores/as. Além disso, um aspecto relevante para compreensão das condições de vida que constituem a experiência dos acampamentos de trabalhadores/as

sem-terra refere-se à possibilidade ou impossibilidade da formação, por parte dos acampados, das pequenas lavouras de subsistência para autoconsumo e comércio de excedente. Afora poder servir enquanto possibilidade de demonstração à opinião pública da intencionalidade genuína dos movimentos de luta pela terra em relação à futura utilização das propriedades rurais requisitadas enquanto local de trabalho, voltado para produção agrícola, a viabilização ou não do pequeno plantio de subsistência durante o período dos acampamentos possui papel determinante nas condições de reprodução da vida dos trabalhadores acampados, condicionando as estratégias de obtenção das necessidades básicas de sustento e também as possibilidades de permanência, em luta, dos sem-terra.

Pelos relatos dos/as agricultores/as entrevistados/as, pudemos perceber alguns aspectos que influenciaram na forma com que os trabalhadores/as acampados/as puderam manejar a terra ocupada para fins de plantio, antes do despacho da decisão judicial a favor ou contra a ocupação: as características produtivas da propriedade, o valor da safra agrícola existente no momento da ocupação e os possíveis conflitos de interesses existentes em relação ao usufruto das riquezas ali presentes; a situação legal da terra (se litigiosa ou não) junto aos órgãos públicos competentes, considerando seu maior ou menor grau de adequação ao regime de propriedade formalmente estabelecido; as próprias estratégias utilizadas pelas lideranças dos movimentos em relação às formas de ação de cada grupo de ocupação, a fim de dar maior celeridade e efetividade ao processo de desapropriação (estratégias que dependem por sua vez do modo como se configuram os outros elementos citados anteriormente).

Em meio à complexidade do cenário apresentado, tanto no que diz respeito aos dilemas que constituem o cotidiano dos acampamentos em si, quanto em relação aos arranjos estabelecidos de acordo com as dinâmicas de reprodução da vida familiar no meio urbano, a ausência de oportunidades de trabalho e a impossibilidade de realização do plantio para consumo próprio resultaram na necessidade de deslocamento dos sem-terra às cidades mais próximas aos locais dos acampamentos para “pedir as coisas pra nós comer” (EN I - US 46). Deste modo, em muitos casos, restou como alternativa remanescente a dependência em relação às ações de caráter assistencialista e mitigatório, por vezes proporcionadas pelo poder público municipal, por entidades religiosas e também pelos próprios atores sociais envolvidos com a organização política dos movimentos de luta pela terra.

Considerando a conjuntura apresentada, os sujeitos de pesquisa aprenderam a relacionar-se com a **vulnerabilidade das condições de vida nos acampamentos de forma precavida**, valendo-se de estratégias variadas que permitiram, na medida do possível, ao menos um ponto de fuga frente à insegurança provocada pela incerteza com relação às chances efetivas de cada ocupação resultar na conquista da terra. Ainda assim, nos momentos em que tais pessoas passavam a se empenhar em fazer da condição transitória do acampamento uma condição mais perene representada pela ideia de casa (pela afirmação da individualidade subjetiva expressa, por exemplo, na criação de condições domésticas “caseiras” e personalizadas), ou a partir da ocasião em que puderam garantir a reprodução material da família por meio do trabalho engendrado na terra possuída temporariamente (mesmo enfrentando condições produtivas extremamente adversas ou inadequadas), as experiências dos violentos despejos policiais sacramentavam repentinamente a perda do pouco que restava, determinavam a volta à estaca zero, a perda dos rumos e do horizonte futuro, a desistência ou a insistência no sonho da terra própria:

Depois de 1 ano e 7 meses, tivemos que sair. Aí veio o despejo. Aí fomos despejados. Veio o despejo. Noventa carros de polícia. Tudo lotado. Eu olhei pra cara do policial: “Hoje está bom pra cidade. Os ladrão estão podendo roubar tudo. Hoje os ladrões somos nós” (EN I - US 49).

Eles queriam que nós deixasse a casa. Tinha porco, cavalo, galinha. E a prefeitura ia levar nossas coisas para um barracão, visitaram casa por casa. Chamava caminhão e as pessoas podiam levar tudo. A Terezinha, o Cláudio, perderam tudo. Aí entrou em casa e viu que tinha muita coisa e perguntou se tínhamos onde colocar.. Ele falou: “Vamos pegar um caminhão e vocês vão levar as coisas de vocês”. Partimos pra Campinas. [...] Vendi tudo na pecuária. Vendi o arroz, o milho, vendi as abóboras, galinha, vendi tudo na pecuária. Tive que vender tudo (EN I - US 50).

A polícia dava tiro em todo mundo. Matava as criações. Dava tiro. Soltava tudo. Nem os móveis deixaram trazer. Perdemos tudo, tudo, tudo. Até as roupas que tínhamos perdemos. Até a panela de frango que a mulher estava cozinhando perdemos. Não deu nem pra mulher acabar de fazer o frango. Nem conseguimos comer o frango. Perdemos tudo (EN III - US 12).

Depois dessa itinerância toda, voltei novamente. Antes de 1996, em 1991, 92, 93, e por aí, eu fiquei mais firme. Em 96, fui enfrentando aí.

Foi mais 4 anos, rapaz. Já tinha passado mais de 4 que eu tinha ido e voltado. Firmamos mais 4 anos ali. Ali que foi que eu fiz Sorocaba, Itapetininga. Fiz Araras. Um ano e tanto de Araras. Voltei de Araras, desci pra Colina, Barretos. Lá fomos despejados pela polícia do estado de São Paulo. Jogou nós pra fora das terras. Saímos, viemos pra Pitangueiras. Lá tomei um despejo que fiquei só com documento e a bolsinha nas costas. Perdi tudo. Viemos pra CODASP, de Matão (EN VI - US 21).

No seio das experiências vivenciadas nos acampamentos e no processo de luta e conquista da terra, os agricultores e agricultoras com os quais pesquisamos tiveram que conviver diretamente com o fenômeno dos conflitos fundiários que, em período anterior ao ingresso em tais movimentos, figurava em seus imaginários apenas pela representação criminalizada e violenta construída pelas reportagens jornalísticas da televisão em relação a esta forma de organização e reivindicação política da terra. O drama do despejo talvez seja a experiência que melhor represente a instabilidade e a precariedade das condições de vida instauradas no processo de luta pela terra, visto que traduz a **liminaridade presente entre a vivência da esperança e o momento da descrença, entre a existência da perspectiva futura e a perda de rumo**. E, conforme vimos, é justamente com base nesta instabilidade e precariedade que os sujeitos aprendem a definir suas táticas para reprodução da vida familiar, buscando se resguardar minimamente da provável expulsão violenta a que teriam que se submeter frente às agressivas reações de classe advindas dos representantes do capital agrário.

Comprendemos, sob a matriz da incerteza em relação ao desfecho de cada acampamento realizado, o desprendimento de Honorina ao não se permitir nem ao menos sonhar com a conquista da terra pelos movimentos de ocupação, a precaução presente na espera de José Maria até o último momento possível para a tomada de decisão de sair da cidade rumo às ocupações, dado o receio de deixar algo para trás em troca de nada, a manutenção simultânea de duas ou mais frentes de atuação de Lindamira e seu marido, Divino, na expectativa de que ao menos alguma das possibilidades abertas resultasse em vitória, a escolha de Sebastião Duque em deixar a família em Campinas no momento em que se decidiu pelo ingresso no movimento, na espera de um desfecho para sua luta similar ao que pretendia Lindamira e todos/as aqueles/as que participaram em algum momento de suas vidas de acampamentos de trabalhadores sem-terra.

Aí tiraram nós de lá. Aí o prefeito não sabia onde colocar nós. Nos colocaram na beira de uma estrada. Perto de Bauru (EN I - US 18).

Deu uns meses que o pessoal estava pra cá, começou a formar de novo um conjunto, com o sindicato rural de Araraquara. Lá eles informavam os lugares que tinha possibilidade de sair assentamento. Que eram terras da união. Foi aí que fomos para Barra Bonita. Em Barra Bonita, eu fui. Fui junto com o Donizete, daqui. Aí saiu a liminar e nós tivemos que sair. Aí nós voltamos. Alguns ficaram num posto de gasolina abandonado lá. Eu que estava com a mulher e a criança pequena decidi vir embora. Depois veio todo mundo embora de novo, tornaram a reunir o grupo de novo aqui. Quando surgiu a ideia, lá no sindicato, que aqui era um lugar bom. Aí nós entramos tudo de novo. Aí, nós entramos com tudo (EN II - US 24).

Foi selecionando e foi saindo. Porque cansa, é estressante. Dos primeiros mesmo, que veio, que é dos primeiros que veio, que está, que não foi substituído nesse ano que estávamos na chácara, ficou só umas 5 ou 6 famílias. Dos 37 que estavam. Na época da mesa de seleção, teve que completar. Uns não passaram. Essa seleção são três pessoas do assentamento: um homem, uma mulher e um rapaz ou moça, um da prefeitura e um do INCRA. É tipo jurados. Então, uns não passou por um motivo ou outro. A permanência, porque era norma do grupo ter permanência ali. Quem entrasse tinha que ficar (EN VII - US 31).

“Até sair a terra”, transcorre um longo tempo em que se desenrola o jogo de tentativa e erro das investidas dos movimentos sociais em direção àquelas propriedades passíveis de desapropriação pelo Estado para a implantação dos assentamentos rurais. Para além dos aspectos discutidos anteriormente em relação à forma como a intermitência das experiências dos acampamentos reverberam e caracterizam as condições de vida dos/as trabalhadores/as sem-terra, cada tentativa fracassada de ocupação promove uma reconfiguração dos coletivos envolvidos, o que abrange tanto a desistência de algumas pessoas e famílias da busca por terra como a persistência de outras na procura pela propriedade rural em que poderiam se estabelecer por meio da política de constituição de assentamentos rurais. Para estes últimos, este tempo de indefinição decorrido até a escolha do próximo latifúndio improdutivo a ser pleiteado, durante o qual se realiza também o processo de reformulação dos membros dos grupos reivindicatórios, engendra o que entendemos como a constituição de uma espécie de **não-lugar** no mundo, dada a suspensão momentânea da referência espacial que possibilita qualquer movimento de retorno ou de partida frente à necessidade da procura por um novo rumo.

Neste momento, emerge de modo fundamental a participação dos movimentos sociais de luta pela terra e de suas lideranças políticas na orientação e direcionamento dos grupos constituídos, especialmente em relação às propriedades onde haveria maior viabilidade de instauração do processo de desapropriação, evitando o equívoco da mobilização e ocupação desperdiçadas. Este papel de mediador dos movimentos sociais (seja de cunho partidário, sindical, religioso, popular ou misto) na viabilização das ações que constituem o interminável processo de luta contra a concentração e a favor da redistribuição de terras que configura historicamente a questão agrária no Brasil, pode se materializar pela assistência material prestada aos grupos de ocupação, que, conforme vimos, parece ter papel fundamental na permanência ativa das mobilizações. No entanto, tal atuação destaca-se principalmente: 1) pela sensibilização de novas pessoas para integração aos movimentos de ocupação; 2) pela gestão dos possíveis conflitos e necessidades de acomodação de interesses (políticos e/ou particulares) entre os membros dos coletivos e entre coletivos, os quais decorrem deste processo crescente de incorporação de integrantes e de busca e disputa por propriedades rurais desapropriáveis; 3) pela procura e indicação dos locais passíveis de expropriação, bem como pela definição e alteração das estratégias legais a serem adotadas pelos grupos durante os momentos da efetivação do plano de ação da ocupação. No caso do processo de luta que culminou na desapropriação da Fazenda Santa Helena e na criação do assentamento rural homônimo, no decorrer dos anos 2000, quem cumpriu este papel de liderança institucional junto aos grupos de ocupação foi, conforme vimos anteriormente, a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

Por fim, depreendemos da fala de Maria Aparecida citada anteriormente (EN VII) que, em meio ao longo e cansativo tempo de luta e às desistências e persistências que marcaram tal caminho, a perenidade da participação dos requerentes a um lote de terra no transcorrer dos processos de ocupação passou a se constituir, juntamente com as normativas legais estabelecidas pelo poder público em relação ao processo de constituição dos assentamentos, como critério de seleção daqueles que poderiam, enfim, merecer a conquista de seu pedaço de terra. Entre os assentados, é nos tempos de lona preta que se encontra a legitimidade ética da conquista do lote em que continuarão a viver, possivelmente, o restante de suas vidas. Quando indaguei Sebastião Alves se os tempos de acampamento haviam mudado alguma em sua vida, ele me respondeu da seguinte forma:

Mudou, mudou. Porque é o seguinte, você pensa: você ficar acampando e hoje você tem o que você tem. Mesmo não sendo uma coisa que é nossa, a gente considera que é nossa. Na época, você estava acampado, estava sem destino. Hoje tem destino, tem firmeza de alguma coisa (EN III - US 27).

“A terra eles não podem levar”

O processo de disputa pelas terras da Fazenda Santa Helena ocorrida entre trabalhadores/as sem-terra e seu proprietário entre os anos de 2004 e 2007 ensejou uma série de episódios que trazem a tona elementos interpretativos importantes para compreensão das formas diversas de manifestação dos interesses e relações de poder e de classes envolvidos nos conflitos ligados à posse de terra. A construção da categoria **a terra eles não podem levar** teve a intenção de situar tais elementos no seio da contradição intuitiva do conflito fundiário brasileiro e paulista, pautado pela contraposição entre formas de uso da terra concorrentes entre si representadas, de um lado, pela lógica rentista do capital agrário, e de outro, pela possibilidade de usufruto da propriedade rural para a produção direta dos meios de vida a partir de sua utilização como terra de trabalho (propriedade direta de quem nela trabalha). Aqui podemos diferenciar nitidamente, com base na experiência de vida dos sujeitos de nossa pesquisa, a classe dos proprietários de terra que desejam sua exploração seja enquanto meio de produção de mercadoria e mais valia, seja pela apropriação da renda diferencial da terra, e a classe de trabalhadores/as historicamente expropriados que escolheram a terra como ambiente de vida e de trabalho, *locus* privilegiado de produção e reprodução de suas identidades humanas, individuais e coletivas.

Neste sentido, tal categoria de análise designa, a partir da problematização das relações de classe que fundam o conflito fundiário em questão, a disputa pela possibilidade dos/as agricultores/as em fincar finalmente suas respectivas existências em um ponto de apoio apresentado significativamente como possível “porto seguro” no mundo, donde pudessem viabilizar a concretização de projetos de caminhar pautados pelo trabalho na terra e pela garantia do sustento direto de suas famílias por ele proporcionado. Antes disso, a manifestação da última batalha pelo regresso ao campo, ato fundamental para continuidade da luta pela terra: luta, batalha, termos aqui utilizados em seu sentido literal para designar o uso indevido de força física e poder, ameaçadores ou reais, em direção à pessoas e grupos cuja condição social é condicionada, sobretudo, por sua posição de classe no mundo. Perguntamo-nos, afinal,

de onde parte a anunciada violência dos conflitos fundiários?

Não tinha passagem. Nós cortamos o arame. Fizemos 4 a 5 barracos. [...] Fizemos barraco até a outra estrada. Veio advogado, querendo saber o que estava fazendo. Nós falamos: “Nós estamos invadindo. Nós queremos água. Não tem água pra nós tomarmos. Nós não vamos mexer com vocês, podem ficar tranquilos com sua família”. Aí ele deixou pegar a água. Só pediu pra não mexer na cana. [...] Aí ele ligou pro fazendeiro, que veio no outro dia. Disse que era plantio, que não podíamos ficar, que estragamos a cana. Ele disse que não podia. Agora não tinha jeito. Ele queria que saísse. Falou que ia no juiz. Nós não saímos, dissemos que íamos ficar. Ele falou da granja. Nós falamos que não ia mexer na granja dele (EN VIII - US 26;27).

[...] essa era uma terra que foi roubada. O cara roubava do Estado e comprou essa e mais três terras em Descalvado. Aí a União veio e confiscou a terra dele. Que estava confiscada desde 1996. Mas ele usou a terra até 2005. Até que nós entramos e conseguimos ocupar. E de lá pra cá, estamos aí até hoje (EN I - US 59).

Ele arrendava a terra pra plantar cana. Eram três fazendas que íamos tomar dele. Mas ele ficou sabendo antes. [...] Nós fomos lá pra conquistar dele (EN VIII - US 31).

Mas precisa ter uma luta. Pra o juiz saber que está lá. Porque terra é assim: o juiz chega e toma uma propriedade. A terra não tem como levar. A terra é tomada no burocrático, mas continua ali. O ex-dono continuava produzindo nela. E fazia muito tempo que não pertencia a ele. Era da União. Ele arrendava. Aí soubemos de uma fonte segura que era da União e estava destinado pra reforma agrária. “Depois vai fazer o cadastro direitinho, mas vai dar certo, vocês podem ir”. A gente veio, ficou. O oficial falou: “A terra é da União, mas vocês não tem o direito de chegar e ficar em cima dela”. A União toma uma propriedade de terra, a terra é tomada no burocrático, mas ela continua ali, como que vai levar ela? Aí ele falou que esse processo vai correr, não sabe se por um ano ou um mês, mas vai dar certo. A gente veio. Nós chegamos ocupando. O oficial falou que realmente a terra era da União, que estava destinada a reforma agrária, mas que tinha um processo pra gente ocupar. Aí nós saímos (EN VII - US 26).

O primeiro desafio enfrentado pelos/as agricultores/as no processo de desapropriação e conquista da Fazenda Santa Helena referiu-se ao que Fernandes (1996) denominou de “judicialização da reforma agrária”, fenômeno que diz respeito à compreensão formal e legalista presente de modo geral nas respostas oferecidas pelo Poder Judiciário em relação às ocupações e aos conflitos por terra, na medida em que

historicamente vem favorecendo as ações de reintegração de posse e desocupação de terras improdutivas, dado o direito constitucional à propriedade privada, em detrimento do direito de ocupação de tais propriedades baseado no princípio da função social da terra, afirmado pela Constituição federal de 1988. Deste modo, a priorização de uma ou outra forma de tratamento da questão vem se configurando como uma decisão de interpretação política da lei, negando, portanto, seu caráter pretensamente neutro e positivo. Isto porque as decisões jurídicas que tomam por objeto os conflitos fundiários ocorridos no Brasil têm gravitado, de modo desigual e desde uma hermenêutica tendenciosa, entre o reconhecimento tácito da função social da propriedade enquanto princípio fundamental do próprio programa constitucional de existência digna, concretizado através do trabalho e do bem-estar social, e a noção de propriedade enquanto direito individual e absoluto, quase sempre em benefício desta última interpretação possível (ESCRIVÃO FILHO, 2011).

No caso do Assentamento Santa Helena, conforme os acontecimento já descritos no capítulo 3, tal parcialidade pode ser percebida quando constatamos o longo e moroso tempo decorrido entre a conclusão do referido processo judicial que conferiu aquela propriedade rural em favor da União, datada de 1993, e a Ação Cível Pública impetrada por representantes do Ministério Público Federal contra seu dono em 2003, a qual, fundamentada em autos de infração ambiental, finalmente chamou a atenção pública para a situação ilegal da terra perante o poder judiciário. Se, durante estes 10 anos, o antigo proprietário continuou a empreender de modo irregular a exploração econômica da terra, com a realização de contratos de arrendamento para pecuária bovina, avicultura e cana-de-açúcar, sem que por conta disso fosse interpelado pelos órgãos de justiça, poucos dias se fizeram necessários para que os primeiros trabalhadores sem-terra que ocuparam a Fazenda Santa Helena fossem despejados por uma ação de reintegração de posse desferida em juízo:

Aqui estava sendo pleiteado. Aí chegaram e falaram para o Divino, que iríamos pra São Carlos para a Santa Helena. Nessa época, o Donizete, Pierre, Terezinha, foram embora. Eles tinham entrado aqui e teve uma ordem de despejo e eles não conseguiram entrar. O Donizete ficou visado. Aí o sindicato alugou a chacara lá em cima e eles ficaram dois anos na chácara. Aí nós que estávamos lá. Aí veio o Divino e Seu João pra cá. Chegaram aqui, porque era tudo cana. Eles vieram pra entrar, porque a terra já tinha sido perdida para a União para o INCRA. Mas tinha que entrar aqui dentro pra ter movimento. Igual eles fazem em

todos os lugares. Entraram e ficaram na casona lá em baixo, onde o Donizete mora. Daí o Miguelzinho e os capangas do pessoal não conhecia nossa turma. A turma do Donizete eles conheciam. Tentaram matar ele. Deu maior trabalho pra nós. Tivemos que cercar na porteira. Os caras armados. Juntou as mulheres na porteira (EN I - US 55).

Aí, o que nós fizemos, nós alugamos aquela chácara lá em cima. Eu fui o primeiro a chegar na chácara. Depois de três dias, chegou o Tião. Depois começou a vir o restante do pessoal. Depois nós formalizamos o grupo ali e entramos aqui. Ficamos pouco tempo. Chegou a dar um mês e saímos de novo. Fizeram uma liminar falsa lá e tiraram a gente. Mas já tinha dado início do processo todo. Aí deixamos por conta do sindicato que tinha os advogados todos e estavam a par da situação ali. Depois que voltamos, de novo, quando nós voltamos já estava bem encaminhado. Até que saiu (EN II - US 25).

Em meio ao desenrolar do litígio jurídico em relação à posse legal da Fazenda Santa Helena e à disputa calcada entre a intenção do Ministério Público de transformar aquelas terras em Unidade de Conservação de proteção integral (o que inviabilizaria a realização de atividades agropecuária no local) e o intento da Superintendência Regional do INCRA/SP em destinar tal área para implantação de um assentamento rural, a decisão judicial que determinou a saída do primeiro grupo de ocupantes da fazenda precipitou a reconfiguração de suas estratégias reivindicatórias, momento no qual foi de fundamental importância o papel da FERAESP na assunção da condução do processo de luta. Além de possibilitar o remanejamento das pessoas que participaram da ocupação de terras para uma chácara alugada pela entidade e vizinha da fazenda alvo da reclamação, o sindicato rural também atuou enquanto mediador entre os constrangimentos legais ocasionados pela judicialização da disputa e as táticas postas em ação pelos grupos de ocupação, a fim de aumentar as chances de êxito e dar celeridade ao andamento do imbróglio fundiário.

Cumpram-se os efeitos práticos e coercitivos ocasionados pela Medida Provisória no 2.183-56 em tal situação, sancionada ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 2001, a qual previa em seu artigo segundo, parágrafos 6 e 7:

§ 6o O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de

reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante;

A disputa legal presente na manifestação dos conflitos fundiários também vem se configurando numa disputa semântica em relação ao tratamento dispensado às ações dos movimentos sociais, as quais são qualificadas e socialmente representadas a depender do interesse de classe de quem se coloca no lugar legítimo de fala perante a opinião pública nacional. Assim, o termo **invasão de terra** é utilizado pelo código penal brasileiro e pelos críticos da reforma agrária a fim de caracterizar o crime de esbulho possessório, ao passo que a denominação **ocupação de terra** é empregada pelos movimentos de luta pela terra para designar o processo de apropriação do espaço geográfico pelos seres humanos, sob a argumentação de que, sendo o espaço territorial utilizado em desacordo com as premissas constitucionais, ele pode ser ocupado a fim de conferir a tal espaço uma função eminentemente social. No caso posto em evidência, após a criminalização do primeiro grupo ocupante e o consequente recuo dado em relação ao andamento do processo de desapropriação da fazenda, com o cumprimento das medidas repressivas previstas na MP 2.183-56 (a realização da vistoria da propriedade ocorreu somente após os dois anos decorridos após a ocupação da fazenda, sendo que seus participantes diretos não puderam ingressar como grupo beneficiário primário por conta das sanções legais decorrentes do ato de invasão), FERAESP e INCRA/SP obtiveram a decisão judicial favorável à constituição de um assentamento rural da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), visto se tratar o local em que se situava a Fazenda Santa Helena de uma área de recarga do Aquífero Guarani.

Iniciou-se, a partir do momento em que os trabalhadores sem-terra puderam ocupar legalmente a propriedade, com a obtenção da vitória judicial, uma batalha

violenta envolvendo o antigo proprietário da fazenda, os recém-assentados e a usina que arrendara aquelas terras para o plantio de cana-de-açúcar:

No começo era tudo cana, cana, cana. Nós viemos pra dentro e ficamos cuidando da cana. A cana, não podia deixar a cana pegar fogo que estragava tudo pra nós. As mulheres cuidavam de dia e os homens de noite. Nós morávamos no barracão com um monte de gente. Aí nós ficamos no barracão. Aí teve o negócio da Usina Santa Cruz veio começar a tirar cana. A Usina Ipiranga não queria tirar porque era junto com o Miguelzinho. Enquanto eles não tirassem a cana, o processo não podia andar. Era do Miguelzinho, que arrendava para a Usina Ipiranga. O combinado dele era a Usina não tirar. Se a Usina tirasse a cana, nós ficávamos com a terra. Enquanto tivesse a cana, nós não podíamos entrar, nem mexer na terra. Aí o sindicato arrumou a Usina Santa Cruz que tirou toda a cana. Quando a Usina entrou, a Usina Ipiranga ficou sabendo. A Usina Ipiranga entrou também pra tirar. Aí vinham os capangas armados de unha e dentes. O objetivo deles era caçar o Donizete. Ele era o coordenador dessa coisa. Foi feito um motufo de terra, uma porteira pra entrar, e foi feito até lá embaixo e o Donizete vivia escondido aqui. Nós escondíamos ele. Quando chegava abria a porteira lá, chegava a notícia que tava lotado de caminhonete, lotadas de caras armados até os dentes. Juntava a mulherada todinha, com criança e ia tudo pra porteira. Aí eles pegavam e ficam lá fora. E nós chamávamos a polícia. A polícia vinha um monte de vez e não prendia nenhum. Um dia chegou a turma da Federal, de São Paulo, que veio. Desse dia em diante, eles nunca mais vieram. Sumiram, desapareceram. Aí a usina tirou tudo da cana. Aí já era mês de outubro (EN I - US 57).

Fomos ameaçados varias vezes pelo ex-proprietário e arrendatário. Veio com duas caminhonetes cheias de jagunço. Entrava com declaração falsa, polícia falsa. Pegava viatura da ronda escolar e vinha. Usava farda militar pra ameaçar nós (EN VII - US 33).

Quando as terras saíram mesmo para nós. Era tudo cana. Ficamos um bom tempo olhando as canas, para não fazerem nada com a cana. Não podia mexer. Só que os usineiros ficavam em cima. Queria tirar a cana de tudo quanto é jeito. Aí, a gente ficava olhando. Revezávamos. Cada noite ficavam dois e três em volta da fazenda olhando. Teve uma noite que os fazendeiros entraram com maquinário e tudo. Arrebentaram a cerca e entraram e começaram a colher a cana. Aí, nós olhamos e pensamos bem. Nós íamos ficar ali olhando a cana. Aí fizemos uma reuniãozinha. Foi um alvoroço, “não pode deixar”, e lá. Aí falaram: “Quem aqui dentro está querendo cana?” Aí o pessoal falou: “Eu não quero cana, eu estou atrás da terra pra eu plantar. Então, já que o problema é a cana, deixa eles levarem a cana e deixarem a terra pra nós. *A terra eles não podem levar*”. Aí o pessoal falou: “É mesmo, deixa

eles levarem a cana. Deixa eles colherem”. Eles limparam tudo. Deixaram só as terras (EN II - US 26).

E colocavam nós pra olhar a cana, que a cana ia ficar pra nós. Os homens de noite e as mulheres de dia. Eu e Dona Tereza sentava lá em baixo, catava laranja, colocava sal. Teve gente achando que com o dinheiro da cana ia comprar trator, comprar ferramenta. E nós ficávamos só olhando. Eu e o Wardo conversava no rancho, eu falei pra ele: “Ninguém vai ficar com essa cana, Wardo. A corda arrebeta do lado mais fraco”. Não deu outra. Eu tenho uma visão longa. Falei: “Wardo, meu irmão”. Aí vendeu a cana pra uma Usina, aí embargou, não deixou tirar. Tinha vendido pra outra usina. Aí tacaram fogo, era só cana velha pegando fogo. Veio gente de tudo quanto era lugar pra cá. Queria pegar o Donizete. O Miguelzinho arrendou para Usina Ipiranga. Falaram que a cana era pra ser dividida com nós (EN V - US 29).

Três interesses distintos permaneceram em jogo a partir do momento em que se definiu legalmente a destinação das terras pertencentes à Fazenda Santa Helena para constituição do assentamento rural: a colheita e comercialização da safra de cana-de-açúcar disponível naquele solo; a possibilidade, ainda que remota, da reversão da decisão judicial que retirava em definitivo a posse legal de seu titular em prol da União Federal; e o interesse de agricultores e agricultoras sem-terra na formação de um assentamento rural que pudesse abrigar as famílias rurícolas que se encontravam em luta. Entrave para o seguimento do processo de constituição do assentamento, o plantio de cana-de-açúcar existente na propriedade criou um dilema manifestado pela improvável coincidência entre o interesse sem-terra e da usina arrendatária, visto que para que a superintendência estadual do INCRA pudesse iniciar o trabalho de transição e manejo da terra para início do assentamento (retirada dos tocos de cana e gradeamento do solo, realização das curvas de nível e da topografia do terreno, para medição e distribuição oficial dos lotes, etc.) era preciso que alguma destinação fosse dada para a produção agrícola ali existente, o que também convinha para a usina de cana que pretendia auferir o retorno do investimento realizado naquele plantio.

No entanto, a partir da realização de um acordo informal de não retirada da cana-de-açúcar feito entre a Usina e o arrendador do terreno, engendrou-se uma situação extremamente conflituosa entre as partes envolvidas no litígio, dada a insistência do ex-proprietário em obter novamente a posse legal da terra na justiça e considerando ainda a forma com que ele promoveu ações de intimidação e violência direcionadas contra as famílias acampadas. Ademais, a fim de preservar ao máximo possível a integridade da

plantação de cana-de-açúcar disponível para colheita, promoveu-se um jogo de responsabilização indevida de tais famílias em relação ao cuidado com aquele bem, o que incluiu a propagação de afirmações falsas e enganosas em relação à situação vivenciada, que iam desde ameaças de perda da terra iminentemente conquistada caso houvesse algum tipo de prejuízo à lavoura de cana, até a insinuação de que o valor obtido pela transação comercial daquela safra seria revertido aos agricultores/as. Dentro de tal contexto, a participação institucional da FERAESP e do INCRA na mediação e resolução do conflito mostrou-se novamente fundamental, não somente para a garantia da integridade física dos trabalhadores, mas também para o prosseguimento burocrático do processo de instauração do Assentamento Santa Helena, ainda que as ameaças jurídicas tenham permanecido presentes nos tempos posteriores ao término da disputa, mesmo que de forma latente.

Aí o INCRA mandou os trator esteira arrancando tudo a cana com raiz e tudo. Aí veio os homens tudo armado querendo parar os tratores. Aí, veio o Elio Neves nas caminhonetes com os homens deles falar que não era pra parar os tratores. Que a terra era nossa. Foi a confusão. Mas aí veio os homens da Polícia Federal. A Federal baixou aqui e falou que não era pra mexer com a gente. Que da porteira pra dentro ninguém ia entrar. Eles perguntaram se estava armados. Eles falaram que não. Mas eu vi eles jogarem as armas no mato. Eu vi, a Lindamira viu. Mas não falamos nada. As espingardas da Federal, uns canos grandes, tudo de metralhadora. Eu mais Lindamira não tinha medo não. Eles não queria deitar. A Polícia falava assim, porque vieram mexer com o povo honesto e trabalhador. Eles não queria deitar. Falavam que não iam deitar pra não sujar a roupa. A polícia fez deitar sim. Duas viaturas, levaram todos os caras. E tinha mais lá embaixo esperando. Falaram: “Dessa porteira pra dentro ninguém mexe com eles, a terra é deles”. Falou para os homens dos tratores: “Pode continuar”. Nunca mais apareceram. Nunca mais. A luta foi feia (EN V - US 31).

No final de 2006 que veio as máquinas tirar a cana, o arrendatário veio ainda parar as máquinas, porque queria tirar mais uma safra de cana. Ele tirou 4 safras de cana, mas dá pra tirar 5. O juiz não deixou ele tirar mais. Perdeu, mas perdeu feio. Ele veio desistir mesmo, que parou mesmo e não mandou papel nenhum de recorrer, faz só 4 anos. Continuava assustando as pessoas. Ele dizia que não ia dar sossego pra esse povo (EN VII - US 39).

Entre a terra do rentismo, do capital e da exploração e a terra de trabalho e da vida, entre a coragem e persistência dos trabalhadores em busca de seu pedaço de chão

para reproduzirem suas existências e a ganância daqueles que visam unicamente a obtenção de lucros e rendas cada vez mais vantajosas, ainda que obtidos em detrimento da integridade física e psíquica de grupos historicamente marginalizados e do bem estar social, os/as agricultores/as que enfrentaram com garra e sofrimento toda sorte de ilegalidades, violência, coerção e tentativa de suborno utilizadas por seus adversários na disputa pela terra, puderam aprender a **importância do sentido de grupo e de coletividade para a resistência em luta**, manifestada pelos momentos em que sentiram a necessidade de cuidar uns dos outros e proteger aqueles que encontravam-se na linha de frente da ação, de tomar decisões com base em consensos coletivos, assumindo de forma organizada e autogerida a direção dos processos de resolução de problemas e busca de soluções em prol do seu objetivo último, representado pelo desejo de conquista da terra:

A gente ia trabalhar, e às vezes tinha que voltar correndo, porque mesmo na chácara tinha ameaça. Às vezes, até pra ir no bar precisava ir 2 ou 3, pra um cuidar do outro. Foi terrível. [...] E um tinha que proteger o outro. Ele queria fortemente o Donizete, que era o líder. Ele achava que se matasse o Donizete, ele iria enfraquecer o grupo. [...] Mas nós tínhamos que cuidar um do outro. Foi mais dolorido do que o povo imagina (EN VII - US 28;34;36).

Aí fomos tomar as providências. Não podíamos ficar de papo para o ar olhando a terra. Foi aí que surgiu a ideia de pegarmos uma corda e sai medindo os lotes. Porque estava todo mundo amontoado perto do barracão. Então, pegamos a corda e fomos esparramando o pessoal. Cada um fez um barraquinho num lugar. Mesmo assim, os usineiros ficaram em cima, pra gente sair (EN II - US 27).

[...] Aí, livrou os barracos tudo. [...] Ele queria tratar com o líder, queria falar com o Donizete. Nós falamos que o líder aqui éramos nós todos. Não tem líder aqui. Somos nós todos. Mas ele queria “molhar o bolso” de Donizete, né. [...] Aí, Donizete não aceitou. Ele falou não, nós não vendemos a terra pra nós trabalharmos. Não tem dinheiro que nós queremos pela terra. Nós queremos a terra. Tem treze famílias sofrendo por causa da terra. Isso não existe. Nós queremos a terra (EN VIII - US 30).

Para além dos processos educativos engendrados por meio de práticas sociais, as inúmeras demonstrações de perseverança e vontade de regresso à terra presentes nas experiências de luta dos/as agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena trazem a tona questões fundamentais para pensarmos as formas possíveis e desejáveis

da ação antrópica no ambiente, tomado enquanto realidade biofísica (diversidade de ecossistemas) e configuração territorial (dinâmica sociocultural de interação e significação humana do ecossistema). Isto porque, em nossa compreensão, as práticas sociais de luta pela terra expressaram e expressam intencionalidades que imprimem às relações estabelecidas entre os seres humanos e seu meio natural uma significação distinta da lógica rentista de usufruto da natureza, a qual considera a terra e o meio ambiente enquanto meros meios de produção de valores de troca e mais valia em benefício do regime de acumulação vigente: elas designam a valorização da vida na terra em sua relação com a importância do trabalho agrícola para a reprodução social das famílias a partir do sustento direto propiciado por esta interação. Manifestam-se numa forma de relação econômica cuja centralidade se encontra no processo de transformação da natureza por meio do trabalho humano, realizado intersubjetivamente a partir de um arranjo familiar que busca, em essência, recriar um ambiente propício para o desenvolvimento da vida humana com a natureza, e não apenas para o progresso econômico. Na luta pela terra, os/as agricultores/as puderam aprender e ensinar que os bens materiais se vão, mas que, no entanto, as sementes permanecem ávidas de germinar e florescer:

Aqui era mantido corte de cana e cana. Aqui não tinha onde inclinar a cabeça. E hoje você vê que tem abacate, manga, urucum, vários tipos planta aqui. Nativas e frutíferas que eu tenho. Eu tenho mais de 200 árvores aqui hoje. Pra começar, eu trouxe uma semente de mamona de Colina. Junto com o documento, um pouquinho de semente de mamona. Que é esses pés de mamoeiro que tem ali e serve de estaca. [...] No despejo perdi tudo, fiquei só com documento, as sementes e a roupa do corpo. Inclusive, pra trocar a roupa do corpo, a Dona Ge, esposa do Seu Cicero, me deu uma calça e uma camisa. Porque eu fiquei só com a do corpo. Ela me deu a calça, a camisa e uma cobertinha pra me cobrir. E viemos pra cá. E foi o início disso aqui. E não foi fácil. Foi difícil. Em vista, hoje e aquela época, hoje você anda por aí e vê muito de manga e de abacate produzindo. Tanta horta produzindo. Você vê o pé de feijão, milho produzindo. Chegamos aqui, só tinha cana. Veio os tratores e fogo. Você não via um passarinho. Não via uma cobra. Não escutava um canto de um passarinho. Não tinha. E hoje vêm bandos de periquito, bando de pardal, sabiazinho, canarinho do reino. Eles vêm aqui. Vem os tucano e bando grande de maritaca. Porque tem comida hoje. Não só pra nós, ser humano. Mas tem a comida para os animais do campo. Tem muito tatu aí comendo mandioca e batata pra lá e pra cá. Tem as seriemas que vem no curral beber água. Nós não mexe com os bichinhos do campo. De tudo você encontra aqui hoje. Se tornou um

lugar de lazer para a própria criaçãozinha do campo. Não só para nós. E é isso aí (EN VI - US 28;29).

Em nosso entender, a concretização da nova condição de vida no assentamento rural, forjada a partir da conquista da terra por meio dos movimentos de ocupação, assume tal significação na construção do sentido existencial imputada pelos sujeitos de pesquisa aos seus projetos de devir (tomado em relação às distintas trajetórias de luta experimentadas) que puderam fundar, no decorrer do processo de implantação do PDS Santa Helena, tensões entre os procedimentos normativos impostos pelo INCRA aos recém-assentados e suas ações e intenções de manejo do lote, executadas de maneira quase sempre autônoma e com a convicção de quem acabava de vivenciar e vencer uma longa e violenta batalha pelo regresso à terra de trabalho:

Aí comecei a construir aqui. Aí o INCRA veio e falou que não podia construir assim, que tem a emenda, que tem que fazer do jeito deles. Aí eu falei: “Moço, mas quem está com a família embaixo do barraco sou eu! O senhor não está no barraco. Se eu tenho recurso pra construir minha casinha, vou construir!”. E ele ficava falando: “Mas o INCRA vai achar ruim”. Eu falava: “Moço, eu vou fazer a casa. Quem tem que se mexer sou eu. Olha o barraco que eu estou aí. Agora o senhor aí falar pra eu ficar nesse barraco aí, sabendo que eu tenho como construir uma casinha?” [...] Ele veio três vezes. Falou que não era pra construir uma casa desse tamanho: “Para que uma casa desse tamanho?”. Eu falei: “Minha casa é grande porque minha família é grande. E o senhor escuta uma coisa. O senhor nunca viveu em baixo de um barraco para saber o sofrimento que é. O senhor não morou numa barraca. Eu ia até fazer uma maior. Não faço porque não tenho condições. Mas se tenho condições, porque vou ficar esperando coisinhas do governo? Se eu tivesse condições ia fazer outra casa maior. Essa aí já tá pequena”. Aí ele falou: “Até logo aí”. Ele era lá de São Paulo lá. Era do INCRA de São Paulo. Aí comprei uma vaquinha. Uma vaquinha para ter pelo menos um leite. Aí, por causa dessa vaca veio me encher o saco de novo. Aí ele falou: “Vamos lá, vamos ver essa vaca, porque você não tem autorização pra comprar uma vaca”. Aí eu falei que comprei uma vaca pra dar leite para meu filho. Leite da cidade é caro. Eu estava na minha razão. Quem vai dizer que eu não posso criar uma vaca pra cuidar dos meus filhos? [...] “Minha vaca não vou vender não” (EN VIII - US 39;40;41).

A forma como eu-sou-no-mundo, definida pela maneira como compreendo poder-ser, não parte apenas de uma realidade constituída desde um passado que condiciona as possibilidades individuais e coletivas de existir ao mundo, mas também

de uma subjetividade instituída pela própria experiência intersubjetiva anterior. Deste modo, as marcas de toda uma trajetória de luta pela terra parecem estar presentes nestes episódios de conflito envolvendo o casal Claudio e Honorina e os técnicos do INCRA responsáveis pela implantação do Assentamento Santa Helena, especialmente em relação ao *modus operandi* definido pela autarquia no início de suas intervenções sistemáticas no PDS, o qual deveria orientar as ações de manejo e benfeitoria possíveis de serem realizadas pelos assentados nos lotes familiares demarcados.

Entre os auxílios de ordem prática, financeira e burocrática proporcionados pelo INCRA aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária instalados no Assentamento Santa Helena, incluíram-se neste momento a preparação do solo exaurido pelo monocultivo da cana-de-açúcar ao longo dos anos (gradeamento, aplicação de calcário, etc.), a medição oficial dos lotes concedidos aos agricultores/as e seu cadastro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), condição essencial para o acesso aos benefícios disponíveis aos assentados, a obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de produtor rural e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como a disponibilização das linhas de crédito (a fundo perdido ou não) propiciadas ou mediadas pelo INCRA, especialmente por meio das diversas modalidades do PRONAF e do Crédito Instalação. Em contrapartida aos benefícios concedidos, algumas instruções normativas, de caráter positivo e negativo, foram repassadas aos assentados em relação às suas formas de agir e proceder na terra, instaurando uma tensão entre direitos e deveres decorrentes da nova condição de assentado, entre a possibilidade de satisfação de algumas de suas necessidades prementes relacionadas à moradia e alimentação e as restrições impostas pelo INCRA em relação à algumas das práticas adotadas. Neste caso, a própria forma jurídica de transferência do direito de posse por meio da Concessão de Direito Real de Uso, e não de Título de Domínio, poderia ter atuado no sentido de constranger ainda mais a adequação dos/as agricultores/as em relação às normas estabelecidas pelo INCRA, dada a potencial perda dos direitos estabelecidos em caso de descumprimento das regras firmadas³⁴.

No entanto, sob a lógica dos/as trabalhadores/as que ali acabavam de se

³⁴ De acordo com Carvalho (2014), “[...] a Concessão de Direito Real de Uso é uma das espécies de direito real sobre coisa alheia, de gozo e fruição do bem. O possuidor não se torna proprietário do imóvel público ocupado. O direito real sobre coisa alheia se extingue, por exemplo, nos casos de se dar ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou em caso de descumprimento de cláusula resolutória” (s.num.).

estabelecer, antes do receio de que o descumprimento de qualquer cláusula contratual pudesse ocasionar na perda do direito de posse da terra recém-conquistada, prevaleceu a convicção de que ninguém mais poderia interferir na direção dos meios para reprodução da vida familiar; predominou a certeza da ação sustentada pelo cansaço da dedicação de toda uma vida à luta pela terra: luta de permanência, de sobrevivência sem a terra, luta por sua reconquista e pela nova chance de sobrevivência no campo a partir do usufruto dela. Este cansaço traduz, em nossa compreensão, a esperança do término do período de dependência e tutelamento, a partir da nova condição de vida conquistada com o regresso ao meio rural, a qual poderia permitir o exercício autônomo da capacidade de trabalho e criação na terra, a concretização da possibilidade de edificação de uma vida sem tanto sofrimento e com um pouco mais de conforto e segurança para a família. “Ter uma terra para nós poder criar nada, vamos para a cidade, certo? Terra é para criar”, nos disse Honorina (EN VIII - US 43).

CAPÍTULO 6 – ‘TEM QUE AMAR A TERRA’

A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA LUTA PELA TERRA

A luta pela terra não finda com a conquista do lote e a formalização do assentamento rural por meio da concessão do direito de uso conferido pelo poder público aos/ trabalhadores/as sem-terra. Enquanto prática social geradora de processos educativos constituintes da experiência camponesa, a luta pela terra está indelevelmente inscrita na forma de ser e agir no mundo de agricultores e agricultoras participantes desta pesquisa, conforme pudemos perceber nesta pesquisa pela adoção e negação, no dia-a-dia de trabalho, de certas práticas agrícolas aprendidas pela vivência passada, na roça, com seus pais, mães, avôs e avós; pela valorização da possibilidade do sustento direto e da reprodução da vida familiar proporcionados pelo trabalho na terra, em contraposição à incerteza e precariedade das condições de vida citadinas; pela seriedade e força de vontade com que desempenham a labuta cotidiana, ensejada pela forma com que valorizam a luta e a conquista que permitiram o regresso ao campo.

Ademais, depreendemos dos resultados de nosso trabalho de investigação que a luta pela terra permanece expressando-se perenemente no modo com que tais agricultores/as se educam a partir da nova condição vivenciada, dado que as situações com as quais se depararam e continuaram a se deparar após o início do processo de constituição do assentamento permaneceram alçando ao centro da possibilidade de significação e compreensão de suas práticas sociais o fenômeno da luta, agora realizada **com** a terra. Tal disputa é calcada no surgimento de adversidades relacionadas a certa condição camponesa forjada em meio ao mundo do capital, manifestada pela atuação insuficiente e por vezes negligente do Estado em relação ao provisionamento dos elementos necessários e suficientes para constituição e consolidação de um novo assentamento humano no meio rural, pelas relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado capitalista no que tange as formas possíveis de reprodução social, pelas marcas de esgotamento da terra, da vida no campo e dos recursos naturais causados pela exploração rentista do solo, realizada historicamente a partir do que emergiu no continente latino americano, desde o século XVI, enquanto colonialidade da natureza.

Ao anseio de plantar e produzir o alimento concebido pelos/as agricultores e agricultoras que lograram se estabelecer no Assentamento Santa Helena no ano de 2005, o qual fora permeado de grande expectativa e esperança em função da motivação gerada por conta do fim do desgastante e violento processo de conquista da posse da terra e também do início do gradeamento e preparação do solo financiado pelo INCRA, contrapuseram-se uma série carências de básicas de infraestrutura e moradia

indispensáveis para a formação de cada lote familiar, bem como dificuldades relacionadas à ausência imediata de renda financeira e à necessidade indispensável de constituição de canais de comercialização para escoamento dos primeiros resultados colhidos com o plantio realizado:

Ah, foi dificultoso. Todo começo é difícil. Porque faltava quase tudo. Faltava moradia, era barraco. Faltava água, era bem pouco. Praticamente um lugar que não tem moradia e não tem água. Dá pra você imaginar que é difícil. Você com criança pequena. Todas as crianças praticamente bebês ainda. Era difícil. Porque não se tinha renda nenhuma, não tínhamos renda de lado nenhum. Tinha que sair pra trabalhar nas chácaras do lado, tinha que fazer um bico aqui, outro ali. Ir pra cidade, fazer bico. [...] Tinha dia que dava vontade de abandonar tudo e ir embora de novo. Como a gente tinha aquela fé de que a gente gosta, daquela coisa que a gente gosta mesmo de mexer. Como a gente gosta, deu pra aguentar. Falei: “Vamos ficar”. Fomos fazendo nossa casinha, e foi melhorando, foi melhorando. Cada vez uma melhorada mais. Demorou um pouco. Melhorando assim, fomos saindo das dificuldades mais bravas. Mas não melhorou 100%. Melhorou 15 a 20%. É coisa que com o tempo. Se comparar com hoje, graças a Deus estamos com as casas quase todas prontas. Já acessamos o PRONAF. Estamos com nossas vendas garantidas. Graças a Deus, estamos bem. Mas, teve um começo que não foi fácil não. Foi problemático mesmo (EN II – US 30;32).

Aí o INCRA entrou com nós. Tiraram a cana. O INCRA tirou a cana, entrou com a máquina esteira, arrancando a cana. Cada um assumiu sua terra. Jogamos cascalho e começamos a plantar. Aí eu fiquei num barraco lá em cima. Eu morava lá em cima, fizemos um barraco ali. Moramos bastante tempo. Aí, fizemos a casa, ficou melhor. Mas não é fácil não (EN III – US 17).

O INCRA mandou toneladas de adubo [...] Aí joguei cascalho, que ficou branco. Eu mais esse homem juntamos toda bituca de cana. Plantamos milho, abóbora, deu uma colheita boa, que sobrava. O INCRA mandou adubo a vontade. A chuva veio e nós metemos o pau. Nosso paiol enchia até em cima. Não tinha onde vender. Feijão, eu mais esse homem colhemos 9 sacos. Fizemos dinheiro no ato. Esse homem estava no Paraná, colhi tudo sozinha. Quando esse homem chegou tinha dinheiro. Eu falei: “Agora nós guarda esse dinheiro porque não sei o que vem pela frente”. Nós colhemos muita coisa aqui. Mandioca, tinha não sei quanto mil pés de mandioca. Não tinha onde vender. Foi muito bom. Abóbora, dava carreta de caminhão (EN V - US 33).

Sempre nós queríamos fazer horta, mas não tinha água suficiente pra fazer horta. E ele [*seu marido*] não deixava ninguém fazer. Ficava

bravo. Não deixava o povo fazer horta aqui. [...] Porque se o poço queimasse iam ter que fazer outro. Ele dizia que se fizesse horta muito grande, a bomba do poço não ia vencer e não ia ter dinheiro pra consertar. E foi o que aconteceu, a bomba queimou aqui. Aí eu mais Tereza juntamos e fomos atrás de um vereador que deu o dinheiro pra consertar, que deu outra bomba. Só o Donizete e a Terezinha que fazia porque a água deles era da represa lá, só eles trabalhavam com horta. Os outros aqui pra cima, ninguém. Todo mundo concordava. Eles eram contra nós fazermos horta ali. Até hoje tem quem é contra. Ele não deixou de jeito nenhum. Ele falava: “Vocês vão ver, vocês vão ficar sem água” (EN IV - US 31-34).

Pode falar o que quiser Diogo, mas a pessoa que não sabe o sofrimento que é ficar sem água. Os trabalhadores que tem vontade de trabalhar estão sofrendo. Ninguém pode pagar pela bomba, mas nós precisamos de água (EN VIII - US 53).

A diferença da condição socioeconômica existente entre as famílias assentadas no momento da formação dos lotes agrícolas marcou, de modo geral, a maneira com que cada uma delas se relacionou e significou o período inicial de constituição do Assentamento Santa Helena, especialmente no que tange a maior ou menor dependência em relação aos recursos disponibilizados pelo INCRA para a construção das moradias, para o provimento da infraestrutura básica e para o investimento produtivo, o que se traduziu inversamente no maior ou menor tempo decorrido para que cada uma dessas necessidades fosse suprida nos 14 lotes ali distribuídos. A estabilidade do recebimento de benefícios sociais tais como aposentadoria e a pensão, ou mesmo a utilização de recursos auferidos durante o período de vida anterior, permitiram a algumas famílias atravessarem este tempo de consolidação do assentamento de forma menos precária, podendo realizar investimentos que estavam além daqueles oferecidos pelo INCRA ou que demoravam mais do que a premência das necessidades familiares permitia.

Ademais, conforme podemos perceber de forma exemplar nas duas últimas falas citadas anteriormente, proferidas por Maria de Lourdes e Honorina, durante o período de realização de entrevistas com os/as produtores/as orgânicos/as do assentamento, no inverno de 2017, a insuficiência dos recursos hídricos coletivos disponíveis aos agricultores/as ainda se constituía em entrave para promoção da horticultura no assentamento, especificamente para aqueles que não tiveram condições financeiras de realizar investimento para instalação de poços particulares, instituindo para estes um difícil conflito de escolha entre a utilização da água para realização do plantio ou para o

consumo humano. Entre a ausência das condições adequadas e a impossibilidade de realização plena da atividade agrícola, as safras e colheitas viabilizadas durante os dez primeiros anos de assentamento serviram, fundamentalmente, para o autoconsumo e suprimento parcial das necessidades básicas das famílias aliado a um pequeno comércio de excedente, dada que a estruturação de canais de comercialização mais estáveis e de maior vigor para escoamento da produção, além de necessitar de um tempo estendido para que pudessem ser prospectados e viabilizados, encontrava-se por seu turno limitada exatamente pela instabilidade das condições de produção disponíveis aos assentados, ainda que isso tenha se manifestado de forma desigual entre os lotes familiares.

Deste modo, em um primeiro e longo momento, instaurou-se para alguns/mas agricultores/as outro conflito de escolha entre a dedicação exclusiva do trabalho familiar para a formação da lavoura e reprodução do lote agrícola, e a evasão de mão de obra visando a geração de renda no curto prazo. Conforme veremos a seguir, dada a própria natureza do trabalho da roça, incessante e desgastante, a perda da capacidade de trabalho de um ou mais membros da família pode ser decisivo na viabilidade ou não da consolidação dos assentamentos rurais como *locus* de vida, produção e trabalho para homens e mulheres do campo.

“Aqui é um trabalho familiar”

“Nos dias de hoje a gente até agradece porque tem bastante. O que nós precisamos são de pessoas dispostas para estar na terra, pra trabalhar. Falta esse alguém com força e disposição pra trabalhar” (EN VI - US 48). “*Aqui é um trabalho familiar*. Temos que fazer de um jeito que nós damos conta. Tem que ser assim, pra eu e ele dar conta do recado. Trabalhamos bastante. Trabalhamos dobrado, mas estamos dando conta” (EN VII - US 55). As compreensões propostas por Sebastião Duque (EN VI) e Maria Aparecida (EN VII) acerca da forma com que se dá trabalho familiar nos lotes agrícolas do Assentamento Santa Helena constituem-se um ponto de partida significativo para introduzirmos as tensões que a construção da categoria **aqui é um trabalho familiar** pretende problematizar: a maneira como os/as agricultores/as assentados/as se educam no contexto da dura e incessante (e também prazerosa, preocupante, corrida) rotina de trabalho oriunda das atividades agropecuárias desenvolvidas em seus respectivos lotes, da qual decorre a realização de arranjos possíveis da mão de obra familiar em relação ao cumprimento das atribuições necessárias para a realização e venda do plantio visando a geração de renda (atividades

nem sempre coincidentes), bem como o modo como é pensada e realizada a incorporação de mão de obra externa para atendimento das demandas de trabalho não atendidas pela própria família.

Aqui é meio puxado, assim, alguns dias da semana temos um pouco de folga. Tem dia que começamos cedo e só entramos pra dentro quando está escurecendo mesmo. Porque tem dia que tem coisas que precisa colher, pra entregar no outro dia. Tem coisas que dá pra deixar pra outro dia e tem coisas que é para o dia. Principalmente no fim de semana, que tem as encomendas pra entregar na segunda de manhã. Colhe, lava, separa. Aí vai o domingo todo. Dia de semana tem que colher, preparar. Tem dia que a gente traz pra dentro, fica limpando, arrumando. Tem dia que a gente entra pra descansar já é dez horas da noite. É puxado o dia a dia do lote (EN VII - US 50).

É muita correria. Nós temos que plantar, carpir, colher, vender, fazer feira. Ah, é serviço até os olhos! Meu cunhado está aí. Ele fala assim: “Deus me livre essa vida de vocês!”. Eu acordo 5h da manhã. A primeira coisa que eu faço é, o menino está estudando. Agora ele está de férias, levanta 6h. Ele levanta, vai pra escola, se tem louça na pia, vou lavar. Até que clareia o dia vou arrumando dentro de casa. O Divino sempre vai mexer com as criações. Quando clareia o dia a gente sai de casa. Eu aproveito e vou pra horta. Se a gente vai sair pra vender, já vou colher as coisas. Aí já vamos embora pra vender as coisas. Aí chega de tarde, é a mesma coisa. Chegamos, ele já foi molhar a horta, já está mexendo com a criação. No dia da feira de sábado, nós levantamos às 3h da manhã. A gente sai daqui no máximo às 4h. Aí faz o café pra tomar, pra levar. Ele arruma todas as coisas hoje de noite. Aí amanhã cedo, levanta, arruma e vai embora. Aí ficamos lá até meio dia. Uma hora, duas horas, a gente tem casa pra limpar, roupa pra lavar. Tem dia que tenho que lavar roupa em duas vezes. Então é assim, tem que se dividir em todas as coisas. Corre ali, corre aqui. Vai lá. Tem coisa que fica pela metade. E vamos embora! [...] Tem que sair pra vender, tem que comprar muda, fazer os canteiros. Ontem estávamos mexendo aqui. Terminei umas roupas aqui, fui no canteiro, plantei rúcula, chicória. Então é a correria. Porque você tem que vender. Você tem que plantar, tem cuidar, carpir. Tem que passar alguma coisa pra matar as pragas. Mas a acelga dá muita praga. Já passei de tudo e não consigo tratar. Está picando tudo. Não vai. Acelga não consigo. O dia a dia é de pauleira (EN I - US 62;64).

Como estou começando, essa parte de não ter condições de pagar alguém pra ajudar. Minha filha acorda 5h30 pra ir pra escola. Meu dia já começa. Já levanto, já dou umas coisinhas pra criação, ajeito tudo e já saio pra horta. Mais ou menos umas 6h, as vezes as 7h30 ou 8h ainda estou na horta ainda. Então é corrido. É muito corrido. Espero que daqui

uns dias consiga colocar um companheiro pra ajudar, pra dar uma normalizada. É corrido. Pra dar conta. Horta, você sabe. Tem serviço demais. Tem que colher todo dia, plantar, carpir. É direto. Todo dia tem que mexer. Não é igual as plantações que a gente mexia, que cuidava ali, dois três meses depois voltava pra mexer, dava outra carpa. A plantação que a gente fazia era plantação demorada de produzir, de 4 a 6 meses pra produzir. Milho, arroz, feijão, café. Você ia lá mexia e voltava só depois. A horta não, a horta tem serviço todos os dias. Todo dia tem serviço pra fazer o mesmo serviço: planta, colhe, carpe. A horta é serviço que não acaba mais. O serviço da horta não é fácil não. Agora que as crianças entram em férias, as crianças, a filha mais velha, dá uma mão. A mulher esta aí pra ajudar e dá pra dar uma descansada. [...] Você tem que fazer tudo. Tem que trabalhar aqui dentro. Tem que sair pra vender. Separar os produtos tudinho. Sair pra fazer as entregas. Sair pra feira. Sair atrás de insumos. Tem que reparar ele, pra depois levar para os canteiros. Tem gente que chega e pergunta se eu trabalho sozinho na horta, eu falo que trabalho sozinho, chega a olhar desconfiado. Eu falo. A horta é até boa aqui. Não acreditam. Eu trabalho dia e noite aqui. Até quase metade da noite. Eu tenho esperança de ter um renda melhor pra por alguém pra ajudar. Mas a gente que gosta mesmo de estar aqui, foi criado e nasceu, sabe que o serviço da roça é pesado mesmo. Tem que resistir (EN II - US 40).

Conforme nos disse Lindamira (EN I), aos olhos daqueles/as que não possuem uma trajetória de vida ligada à terra e ao hábito do trabalho agrícola, o dia-a-dia corrido e atribulado inerente à própria forma multifacetada com que se dá atualmente a reprodução da vida em uma pequena propriedade rural de cunho familiar parece demasiadamente pesado e penoso de se sustentar ao longo dos dias. Objetivamente, esta rotina de trabalho envolve uma dedicação habitual que quase sempre antecede o crepúsculo matutino e ultrapassa o ocaso solar, período em que são realizadas de forma entrelaçada atividades de caráter produtivo, comercial e doméstico necessárias à reprodução da vida e do manejo da terra nos lotes, engendrando uma variedade complexa de arranjos em relação à atribuição de responsabilidade entre os membros da família para o cumprimento dos diversos afazeres diários.

Um primeiro aspecto que nos parece relevante destacar, revelado pela fala de José Maria (EN II), refere-se à centralidade que a horticultura adquiriu no sistema de produção do Assentamento Santa Helena, dado que os curtos ciclos produtivos de algumas hortaliças permitem, por um lado, que uma parte do que é produzido tenha uma rápida capacidade de reversão monetária. Por outro lado, tal escolha pode se apresentar de maneira controversa, considerando que os dois principais obstáculos que se ergueram

aos assentados ao que se refere à possibilidade de desenvolvimento e consolidação de um sistema produtivo perene, a saber, a falta de água para irrigação e a insuficiência da mão de obra familiar para suprimento das atividades de trabalho nos lotes, são condições fundamentais para a viabilidade da implantação da horticultura em escala comercial, dada a maior necessidade de água e de manejo requerida diariamente pelo trato das hortaliças. Entretanto, o reconhecimento das limitações e da dureza do trabalho parece vir acompanhado dos aprendizados proporcionados pela experiência passada de luta, os quais expõem aos próprios sujeitos de pesquisa o imperativo da firmeza da intenção em permanecer na terra, permitindo a manifestação de práticas de resistência frente os obstáculos que se apresentam diariamente no caminho.

Em relação à reconhecida insuficiência do trabalho dos membros da família, ao trabalho dobrado dispendido por agricultores e agricultoras para dar conta daquilo que se coloca como intencionalidade primordial de suas práticas sociais, a luta para viver da terra, as formas de participação das mulheres e dos/as filhos/as no cotidiano de roça parecem ter um papel fundamental para a compreensão de algumas das características do trabalho familiar realizado no Assentamento Santa Helena. Neste âmbito, entre os critérios adotados para divisão de tarefas no lote, ainda aparece de forma destacada nos dias atuais a insistente divisão sexual do trabalho que caracteriza a diferenciação das atribuições imputadas como obrigações masculina e feminina, conforme nos disseram as quatro mulheres que entrevistamos:

Chamo a Rafaela pra ir pra escola. O ônibus passa 5h40. Eu acordo 5h, chamo ela pra ir pra escola, depois que ela vai pra escola. Depois que eu saio, que ponho ela no ônibus, eu vou molhar a horta. Eu molho tudo. Lá pra molhar. Depois que ela e o César saiu, eu fico, vou pra horta aguar a horta com a borrachinha ou o regador. Molho tudo, pezinho por pezinho, quando tem água. Depois, se eu tiver roupa, eu lavo a roupa. Venho aqui pra dentro da casa, dou uma limpadinha na casa. Aí depois, volto pra carpir lá. Fazer um canteiro, carpir com a mão o mato no meio das plantas. E fazer a comida. Eu não faço janta, faço comida pra almoço e janta e de amanhã, almoço e janta (EN IV - US 50).

Ah, eu tenho minhas coisas, que eu vejo. Eu é mais na casa. Eu tiro leite, faço queijo. Quem tá mais na roça é ele. Eu tenho que fazer comida. Ele vem almoçar meio dia. Eu dou uma mãozinha. Trabalha, mas é praticamente por conta deles. Eles querem trabalhar pra fora. Aqui é só eu e eles. Tem muita gente pra cuidar, né? (EN VIII - US 48).

Agora mesmo está eu e meu marido, o Manuel, dando conta mesmo. O

Ricardo cuida mais das entregas. Agora dobrou o trabalho. Dobrou porque nós temos nosso compromisso de entrega, que a gente tem que dar conta. Antes com a Roberta aqui, eu tinha mais folga pra cuidar dos compromissos da casa. Agora já não está dando não. Está puxado. Aí eu tenho que fazer o trabalho lá e o serviço da casa está ficando. Está acumulando. O serviço da casa está bem complicadinho. Mas a lavoura a gente está dando conta. [...] Mais pra frente, se eu conseguir, porque estou aguardando a aposentadoria. Aí vou pagar a diária pra alguém vir fazer faxina na casa, sabe. Cuidar da casa, fazer a limpeza da casa pra sobrar mais tempo pra eu poder fazer o serviço da lavoura. É mais fácil a pessoa fazer o serviço da casa, do que saber fazer o serviço da lavoura. Pra quem não está acostumado, acha pesado e sujo. Às vezes eu venho de cima em baixo de carrapicho. As pessoas olham e já tem agonia. Não tem mais quem está acostumado a pegar mesmo. Vir da cidade e saber. É difícil. Só se a pessoa treinar. É complicado. Mas por enquanto está tranquilo (EN VII - US 51;56).

Eu gosto da roça. Se eu pudesse, não fazia nada dentro de casa. É a horta. Quando as meninas chegam aqui, limpa a casa, faz comida, lava roupa. Minha menina vem, quando está de férias. Eu falo pra eles: “Se eu pudesse ficava trabalhando só lá na roça”[...]. Quando chove, tudo, eu gosto de estar no meio do barro, mexendo. Meu forte é roça (EN I - US 63).

A divisão sexual do trabalho instituída por cada família em seus respectivos lotes caracteriza-se, conforme pudemos perceber nas falas femininas, pelo acúmulo de funções de natureza distintas desempenhadas pelas mulheres no cotidiano de reprodução da vida no assentamento, tais como o cuidado com filhos e filhas, o preparo do alimento, a limpeza da casa, a lavagem de roupa, aliados a realização de parte do serviço da roça dividido com seus maridos e, em parte, com os/as filhos/as. Em alguns casos, esta participação feminina no trabalho agrícola se restringe a algumas funções específicas que dele decorrem, tais como o beneficiamento de alimentos, a colheita, limpeza e preparação das hortaliças para realização das vendas, ou a própria atividade de comercialização em feiras livres. Em outras situações, em especial àquelas para as quais o gosto pelo trabalho se expressa fundamentalmente quando estão realizando o serviço da roça, as mulheres também compartilham com seus companheiros a responsabilidade pela realização direta do manejo da terra para o plantio, ainda que tal partilha envolva uma divisão sexual entre serviços mais ou menos exigentes, sendo os trabalhos mais pesados atribuídos aos homens. Além do gosto pelo desempenho do trabalho agrícola e da obrigação dos afazeres domésticos, a definição acerca da

participação feminina no arranjo familiar do trabalho ainda envolve a forma com que se concretizam as estratégias conjuntas pensadas em relação a capacidade de suprimento das atividades produtivas e reprodutivas do lote, podendo a contratação de mão de obra externa ser realizada, a depender da aptidão, do gosto e da necessidade de participação das mulheres em relação aos serviços da roça, para consecução dos serviços domésticos que no dia-a-dia acabam ficando para trás (ao invés do trabalho agrícola propriamente dito).

A medida da participação laboral dos/as filhos e filhas dos/as assentados/as que residem no assentamento e até mesmo fora dele também é diversa, dependendo se eles/as se encontram em idade escolar ou adulta, se intencionam ou não tocar o trabalho agrícola com os pais, ou se sua colaboração para reprodução familiar se dá por meio da obtenção de um trabalho externo que propiciará a obtenção de receita financeira própria e diminuirá, deste modo, a pressão sobre o custo de vida da família. No caso de se tratarem de filhos/as adultos/as que pretendem realizar o trabalho de plantio, a possibilidade de uma divisão mais equilibrada em relação à divisão e cumprimento de tarefas no lote é contraposta pela ampliação da necessidade de receita financeira a ser obtida por meio da comercialização dos produtos gerados no campo, dada a expectativa dos/as mais jovens em também gerar renda a partir do trabalho na terra. De qualquer forma, seja com auxílio nos serviços gerais e agrícolas do lote, seja com os salários obtidos em trabalhos diversos na cidade, o trabalho dos/as mais jovens no Assentamento Santa Helena constitui-se como elemento constitutivo da dinâmica de reprodução da vida familiar.

No caso específico de Maria de Lourdes, que vive sozinha com sua neta em seu lote após a separação conjugal com o marido, a relação entre o acúmulo de funções, a insuficiência da mão de obra agrícola e a necessidade de geração de renda para sobrevivência da família constitui uma situação ainda mais problemática e contraditória, dados os inúmeros conflitos de escolha que se colocam diariamente em seu horizonte de ações possíveis:

Eu só. Pra tudo. O César se pudesse, ele estar de férias, ele vem e carpe a beira da casa aqui. E só. E se tiver uma cerca pra fazer, leva um ano pra ele fazer. Ele fala que o serviço dele na cozinha é muito pesado e tal. E só. Aqui dentro só eu sozinha, pra tudo. Fazer, acertar as coisas lá fora. Tudo é eu. [...] É porque eu preciso mesmo [trabalhar para os vizinhos]. Se fosse uma coisa que eu tivesse outro jeito... Ela mesma fala, o que a gente paga é pouca. É R\$ 50,00. É. Pra trabalhar o dia

inteiro. Você vê, para o Tião, eu chego às 7h e ele quer que eu vou até às 17h. Por R\$ 50,00. Aí eu falei assim, se eu tivesse condições, pagava uma pessoa pra ajudar aqui. Eu tenho que deixar o meu lá pra trabalhar para os outros. Porque não tenho como fazer pra me manter. Pra tirar o dele, às vezes quer comprar uma coisa, o dinheiro não dá pra fazer muita coisa. Hoje as coisas estão muito caras. Como a Dona Tereza falou: “Eu reconheço que não dá, que não estou lhe pagando dia. Estou dando uma ajuda. Você vem e me dá uma mão, pra limpar a casa pra mim”. Porque não é uma faxina bem feita. Faxina bem feita vem de fora para dentro e de cima pra baixo. Eu falei: “Eu não posso trabalhar sempre por R\$ 50,00, porque se eu chamar alguém pra me ajudar aqui, é R\$ 70,00 ou R\$ 80,00”. Só o Gustavo é por R\$ 50,00, o Seu Luís veio umas duas ou três vezes. E minhas meninas ajudaram a pagar (EN IV - US 41;42).

Neste jogo entre necessidade/suprimento de mão de obra para o trabalho da roça e as estratégias de obtenção dos recursos financeiros mínimos para compra de itens de consumo, a baixa capacidade de provisão do trabalho de Maria de Lourdes estabelecida pela sua condição de avó solteira vivente em um assentamento rural, aliada à necessidade que a impossibilidade de gerar receita por meio do produto do seu trabalho na roça suscita em relação à alienação de sua capacidade de trabalho, se conjuga com o indispensável suprimento da carência de mão de obra existente nos outros lotes do assentamento que possuem, esporadicamente, condições de contratar trabalhadores diaristas. Deste modo, neste caso, quem tem menor capacidade de trabalho se vê induzido a vender sua mão de obra para seus pares do próprio assentamento, satisfazendo precariamente uma e outra necessidade, visto que a renda gerada neste trâmite é insuficiente para que Maria de Lourdes possa contratar mão de obra complementar em seu lote. Este “cobertor curto” utilizado como estratégia de sobrevivência pelos/as assentados/as revela, de modo dramático, a extrema dificuldade vivenciada pelos/as agricultores/as, muitas vezes em idade já avançada na vida e com problemas significativos de saúde, em fazer coincidir o trabalho na roça com o trabalho do sustento pleno pretendido.

Deste modo, em relação a este aspecto, cada uma das famílias vai desenvolvendo seus próprios modos de lidar com tal questão e, de forma isolada, aprendendo a construir alternativas individualizadas que possam permitir gradativamente melhores condições de trabalho e de vida em seus lotes, a partir das situações e obstáculos que se apresentam cotidianamente na dinâmica de reprodução da vida no campo:

Nós organizamos assim: nesse intervalo de quando a Roberta não está, estamos mais eu e Manoel, pegando firme. Mas estamos dando conta do recado. Porque é mais difícil no começo. Tem que fazer o planejamento. Você planta, acabou de plantar a produção você já planta nas laterais o adubo verde, as flores, crotalária, girassol, feijão de porco, mamona, tudo coisas que ajudam e que diminuem o trabalho de carpir, porque se plantar bastante na entre linhas os adubos, diminui os matos (EN VII - US 44).

Eu prefiro arrumar alguém pra trabalhar nas diárias. Assim eu falo: “Você vai trabalhar pra mim a semana ou quinze dias”. Aí eu sei que tenho o dinheiro pra pagar a pessoa. Porque mensal é mais difícil. Porque tem meses que você vende bem, tem meses que não. Por isso eu prefiro chamar de diarista, porque se tem o dinheiro pra três dias, eu pago, não tem eu chamo depois. Uma parceria seria legal, mas no início. No início, eu procurei parceria. Mas agora que já fiz mais da metade do trabalho, não vale a pena. Acho que no início ninguém acreditava. Quando eu falava que mexia com orgânico, a pessoa ficava desconfiada. Eu falava que era tudo natural, a pessoa ir embora e falava que voltava depois. Eu não vou falar que é uma pessoa ruim, porque eu também não acreditei. Tem que experimentar pra ver. Mas o mais difícil nós já passamos. No começo tinha bem pouca água, num tinha dinheiro pra comprar semente e tudo. No começo já procurei uma pessoa. Mas agora que já estamos bem, mais estabilizado, eu não tenho interesse mais nessa parceria. Agora que graças a Deus estamos muito bem, essa fase já passou (EN II - US 42).

Porque é complicado. As pessoas não estão acostumadas com o serviço nosso. Serviço puxado. Principalmente sábado e domingo, que é mais puxado. É quando as pessoas querem passear. E principalmente porque, nós temos o nosso jeitinho de fazer nosso trabalho. E é meio difícil pra outras pessoas fazerem. Principalmente nos finais de semana. Mas se por acaso a gente não der conta de colher, a gente contrata uma pessoa um dia pra ajudar. Não, não, nada fixo, nem nada (EN VII - US 54).

Os depoimentos de José Maria (EN II) e Maria Aparecida (EN VII) revelam outros aspectos relacionados ao trabalho agrícola realizado no Assentamento Santa Helena. Primeiro, acerca da intenção comum entre os/as agricultores/as de buscar dar conta do trabalho da roça, ao máximo possível, no âmbito da própria família, acessando formas complementares de suprimento de mão de obra apenas e na medida da necessidade colocada em cada situação particular, manifestadas em graus variados nas distintas temporalidades vivenciadas no decorrer do processo de constituição e consolidação do assentamento. Assim, para alguns/mas agricultores/as, vencido o

período de formação do lote e das áreas de plantio, em que a escassez de recursos humanos, financeiros e hídricos tornava indispensável a busca por soluções estratégicas para o seguimento do trabalho (técnicas de plantio que minimizassem o manejo da terra, tentativa de viabilização de parcerias, etc.), iniciou-se um período em que a contratação e o aporte de mão de obra externa pôde ser pensada de forma pontual e esporádica, seja pela insegurança em relação ao retorno financeiro das atividades produtivas desempenhadas, cuja intermitência inviabilizaria a contratação de trabalho permanente, seja pela indisposição de agregar trabalhadores/as não habituados/as ao manejo da terra ou ao modo particular como cada família o realiza.

Por sua vez, toda a dedicação realizada objetivamente em relação ao trabalho no campo e suas formas específicas de concretização vai construindo, em cada agricultor e agricultora, percepções subjetivas diversas que refletem a maneira como significam suas distintas experiências laborais, passadas e presentes, e que vão engendrando o sentido e a intencionalidade de suas práticas sociais relacionadas à possibilidade de vida na terra:

Nossa, eu amo! Sempre eu fiz isso e sempre pensei isso aí. Sempre eu quis isso. Em todo lugar onde morei, sempre quis a mesma coisa. Desde o tempo que eles eram pequenininhos. Conseguia a charrete, a carroça primeiro. Nós levantávamos, colhíamos as coisas que tinha pra levar pra cidade. Ele carregava tudo. Não tinha nem caixa, era em saco mesmo. Em Tapuí nós fazíamos isso. Em Boa Esperança do Sul. Fizemos isso por dois anos. Em todos os lugares que moramos, sempre foi trabalho assim (EN I - US 65).

Quando eu quero andar, saio pelos pés de eucalipto, pra falar com Deus. Vou andando e vou conversando com Deus, porque Deus é bom. Nós não podemos viver com muita ambição. Deus dá tudo. Deus tem pra dar tudo. Moço, eu fiquei viúva com 21 anos. Tão menina! Nunca quis casar. Às vezes me pego, me cuido, pinto as unhas. Gosto de ter minhas plantinhas. Eu gosto de mexer na terra. É uma terapia mexer na terra. Você não põe minhoca na cabeça, não põe. Tem tanta coisa pra fazer! Vai pra lá e pra cá, e você vive sua vida sossegado (EN V - US 40).

Eu gosto de tudo aqui. Eu gosto. De vender, fazer entrega. Se tem alguma coisa que eu não gostaria de fazer seria de bater de porta em porta. Se eu tivesse que fazer, não gostaria não. Espero que eu não precise fazer isso. Ficar de porta em porta perguntando, quer um pé de alguma coisa, sabe? Porque eu acho ruim, sabe? Às vezes, a pessoa está ocupada. Eu acho estressante. A pessoa está dentro da casa e sai achando que está incomodando, uns compra e é legal e outros respondem mal. E é ruim fazer um trabalho que vai te entristecer. Tem que fazer um trabalho que te dá prazer (EN VII - US 57).

Se fosse pra eu ficar aqui, eu saio no pensamento de que tô saindo e tem

um mato pra tirar, tem coisa pra fazer. Eu tô lá e o pensamento está aqui. Lá eu não me sinto bem porque o pensamento está aqui. Minha esposa fala: “Você sai pra cidade já todo apavorado pra voltar”. Eu falo: “Quero voltar porque lá está precisando de mim. Porque sem eu, está tudo parado lá”. Se a gente estivesse alguém pra ajudar, pelo menos pra olhar, poderia ser que ficaria mais tranquilo na cidade. É corrido e preocupante a vida do produtor (EN II - US 41).

Como uma viagem pra nossa Bahia, é longe. Morreu um irmão meu lá, faz oito dias. Mas não deu tempo. Não era pelo dinheirinho. Mas você tem a criação aqui. Não dá pra deixar aqui. Dina foi. Dina falou: “Vamos pai”. Mas não é. Nós temos muita responsabilidade (EN VIII - US 55).

Tem que pegar o compromisso e saber que tem que terminar. Seja, cinco, seis, sete horas, não importa. Tem que terminar. Tem que dar conta do compromisso. E a gente está conseguindo, manter nosso compromisso (EN VII - US 53).

Mas é melhor que trabalhar para os outros. Eu vou falar pra você: eu criei nove filhos. Nove. Não é fácil. Eu já sofri muito. Você criar nove filhos, naquela Bahia, não é fácil não. Eu já vim molecote pra cá. Não é fácil não. Tem que ser homem. Tem que ser homem. Eu vou falar a verdade. Eu chegava sexta, ficava sábado, domingo. E sumia no mundo. Dormia no mato, no barraco. Nós só se via de fim de semana, em quinze dias, ou trinta dias. Eu criei, oito, nove. Eu já estou na hora de parar. Eu comecei a trabalhar desse tamanho (EN VIII - US 49).

Para além dos aspectos relacionados à reprodução material da vida familiar problematizados anteriormente, a possibilidade de realização de um trabalho de cunho familiar permite a manifestação de processos educativos relacionados à valorização do trabalho empreendido na terra, na medida em que se manifesta o gosto e o prazer que sua realização permite expressar. Neste caso, ao contrário do que possa aparentar, a atribulada e corrida rotina de serviços realizados na roça traz sentimentos de tranquilidade e de sossego, por um lado, mas também de responsabilidade e comprometimento com os acordos e compromissos assumidos, relacionados à comercialização da produção agrícola e às necessidades de plantas e animais do campo, por outro. Este zelo empreendido com prazer e engajamento marca igualmente a possibilidade de realização de um trabalho desempenhado de modo autônomo que, a despeito da natureza desgastante do trabalho no campo e do cansaço presente em cada marca inscrita nos corpos mais ou menos envelhecidos, se apresenta como sinal de liberdade e autodeterminação.

Por fim, é interessante destacar que esta série de elementos revelados e problematizados até aqui, os quais se encontram presentes de modo rotineiro no

cotidiano de trabalho dos/as agricultores/as sujeitos de nossa pesquisa, não se deixam captar, *a priori*, pela linearidade das instruções normativas que estabelecem os parâmetros práticos para caracterização dos agricultores familiares no Brasil (aí incluídos/as os/as assentados/as do Programa Nacional de Reforma Agrária), ainda que eles indiquem ao menos formalmente a natureza de algumas das questões e dificuldades decorrentes de tal modo de vida. De acordo com os critérios legais que regulamentam a possibilidade de obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da Portaria n° 21, de 27 de março de 2014, a Unidade Familiar de Produção Rural é definida como:

[...] o conjunto composto pela família e eventuais agregados, abrangido também o caso de indivíduo sem família e eventuais agregados, tidos em sua coletividade como agricultores familiares e que explorem uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à própria subsistência e/ou a demanda da sociedade por alimentos e outros bens e serviços, e, ainda: a) morem na mesma residência; b) explorem o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família; e, c) dependam da renda gerada pela Unidade Familiar de Produção Rural, seja no estabelecimento ou fora dele (BRASIL, 2014, p. 01).

Ainda de acordo com tal portaria (BRASIL, 2014), para a identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural, são levados em consideração critérios referentes à magnitude da área do estabelecimento, ao local de residência dos/as agricultores/as, à relação quantitativa existente entre a força de trabalho familiar e mão de obra contratada, bem como entre a renda originada dentro e fora do estabelecimento familiar, cabendo à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) a regulamentação dos parâmetros de aferição e avaliação de tais critérios e às unidades operacionais do INCRA (ou às entidades por ele reconhecidas) a emissão da DAP e a fiscalização prática do cumprimento das normas legais pelos/as assentados/as.

O caso de Maria de Lourdes expressa, de modo exemplar, a distância existente entre as normas estabelecidas pelo Estado em relação a um “dever ser” e a forma real de manifestação do mundo vida dos/as assentados/as:

Então, quando nós mudamos pra cá, eu trabalhava lá na cidade. Eu trabalhava pra estudante. Trabalhei numa republica. Trabalhei quatro anos numa republica. Aí depois o técnico do INCRA falou pra mim que, ou eu parava de trabalhar, ou eu tinha que sair da terra. Aí eu tive que sair (EN IV - US 31).

“Morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!”

Se eu pudesse pagar uma pessoa pra me ajudar. Porque sozinha pra fazer tudo isso é duro. Tem coisas que eu não faço. Que não dá pra fazer. Que não aguento fazer. Fazer canteiro. Carpir eu carpo. Eu queria plantar feijão, milho. Eu planto, mas queria ter dinheiro pra gradear. Cercar do gado. Pra plantar feijão e milho. Porque ***morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!*** E feijão eu compro. Essa semana tive que comprar milho para as galinhas. Cinquenta conto no saco de milho. Elas estavam sem comida. Mandei o Valdecir trazer um saco de milho pra essas galinhas. Queria comprar mudas pra plantar mais coisas. Queria fazer um pomar de frutas aqui na frente. Tem que comprar as mudas. E eu queria plantar um pedaço de eucalipto (EN IV - US 66).

A condição de vida de Maria de Lourdes explicitada nestes dois momentos distintos de nossa entrevista (US 31 e 66) revelam algumas conexões existentes entre as limitações presentes no modo com que se manifestam objetivamente as condições do trabalho familiar realizado no Assentamento Santa Helena e as relações e significações estabelecidas pelos/as agricultores/as no tocante ao processo de progressiva financeirização das formas de reprodução social em curso na atualidade. A categoria **morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!** pretende abordar tais relações, enfatizando aprendizados decorrentes da tentativa de estabelecimento e consolidação de um modo de vida ligado a certas características que seriam distintivas do meio rural em relação ao urbano, tais como a valorização da possibilidade de obtenção do sustento direto da família por meio do trabalho na terra, com a conseqüente diminuição do custo de vida ordinário, e também o enaltecimento do ambiente salutar e tranquilo ali existente para a criação e o bem estar de filhos e filhas. Entretanto, a concretização destas experiências ligadas à vida do campo parece carecer fundamentalmente da obtenção dos requisitos financeiros necessários para sua realização, cuja utilização se faz indispensável tanto para o investimento produtivo inicial visando a formação das lavouras e dos lotes de trabalho (apenas parcialmente atendido pelo aporte de recursos monetários ofertados pelo INCRA no início do processo de constituição do assentamento), quanto para viabilização do suprimento da lacuna existente em relação à insuficiência de mão-de-obra presente em diferentes graus nos diversos lotes estudados, ações que no futuro poderão diminuir a própria necessidade de dinheiro para reprodução das famílias, com o êxito produtivo do assentamento:

Dinheiro. É, dinheiro faz tudo. Você tendo dinheiro... Como a gente, a crise de água. Se tivesse dinheiro, fazia um poço pra mim. Fazia um poço. Já me livrava bem, comprava bombas boas. Encanamento. É isso aí. Se você tiver dinheiro, melhor é. Mas se não tiver, você vai tocando do jeito que está. Igual nós vamos tocando (EN III - US 22).

Mas não precisa pensar que precisa ter muita grana, que só rico tem isso e aqui. O Elio Neves falava que o povo dizia assim: “Quero começar lá mas não tenho maquinário, não tenho dinheiro”. Ele dizia: “Deus já fez o ser humano. O homem fez o maquinário inspirado no ser humano”. Ele mostrava: “Olha aqui, esse movimento da máquina, é o movimento das juntas do ser humano. Todo o movimento que o maquinário faz, você também pode fazer. Não vai fazer na quantidade que o maquinário faz, mas você faz. Depois você consegue comprar uma carriola, depois consegue comprar uma roça. E você vai” (EN VII - US 48).

O dinheiro faz falta pra comprar um madeiramento, os pregos, fazer os mourão. Sem o dinheiro você não compra os pontos necessários. Umas telhas, uns tanques pra lavar as coisas, com água encanada. Uma água encanada pra molhar as plantas. Têm todos esses planos pra fazer. Então depende de dinheiro. E quero fazer. Fazer um lugar de lavar as verduras. Vou fazer ainda. Tenho esses planos de fazer. E temos que fazer porque, à medida que vem as meninas ver as coisas, tem o lugar certo de fazer as coisas. Eles veem tudo certinho. Tem que fazer caixa com água limpa pra lavar as verduras (EN VI - US 50).

Além do carro eu queria comprar uma caixa, pra por água. Só tem uma caixa aqui em cima, do banheiro. Queria comprar madeira pra fazer a cerca direito. Bem feita, na divisa aí. Comprar madeira, comprar varal. Essas coisas. Que eu não preciso de coisas pra dentro de casa. Eu já tenho. Não preciso comprar mais. Queira arrumar a casa. Queria fazer um quarto ali, pra mim. Agora os meninos vêm, chegam em dezembro e ficam até fevereiro. Aí essa casa fica de ponta cabeça. [...] Aqui a gente pode plantar 30% do lote, de eucalipto. Quero plantar. Mas tem que ter dinheiro pra preparar as mudas, preparar a terra. Esperar o tempo das águas pra plantar. O César estava falando que queria plantar só um pedaço aqui pra baixo. Todo mundo plantou. A Teresinha, Lindamira, Seu João, Tião. Seu Tião plantou e passou o avião de veneno logo em cima e matou. Mas ele ainda tem uns cem pés de eucalipto. Eu queria plantar um pedaço de eucalipto. Dizem que dá dinheiro na caixa. Dizem que é bom (EN IV - US 65;67).

A contradição aparente existente entre as falas “dinheiro faz tudo” e “não precisa pensar que precisa ter muita grana”, proferidas respectivamente por Sebastião Alves (EN III) e Maria Aparecida (EN VII) quando conversávamos sobre as condições

necessárias para se empenhar o trabalho na terra nos dias atuais, designa, em nossa compreensão, a distinção entre uma percepção que enfatiza as condições ideais de sua realização, a qual destaca a centralidade do dinheiro na realização dos investimentos que as proporcionarão, e outra que privilegia as condições mínimas necessárias para “ir tocando” a vida, centrada na capacidade de trabalho e empenho de cada agricultor e agricultora na labuta da roça, mas limitada pelo alcance possível de tal opção. Mesmo as estratégias agrícolas e pecuárias reconhecidas enquanto forma de realizar uma poupança não monetária, como são os exemplos do plantio de madeira (eucalipto) e da criação de gado de corte e leiteiro, exigem um investimento financeiro e produtivo inicial para, por exemplo, a construção de cercas, aquisição de mudas, suprimento de água, etc., o qual quase sempre está aquém das possibilidades de aplicação dos/as assentados/as.

Neste sentido, quando nossa falta de compreensão nos levou a questionar Maria de Lourdes, no decorrer da entrevista, se ela desejada conseguir dinheiro a fim de investir no plantio de eucalipto e obter o retorno futuro novamente sob a forma dinheiro (nas palavras literalmente utilizadas na pergunta: “mas você precisa de dinheiro pra plantar eucalipto pra conseguir dinheiro?”), querendo expressar com tal interrogação a existência de um círculo vicioso de dependência em relação aos recursos monetários, o que escapava ao nosso entendimento é que esta era uma estratégia adotada pela agricultora que denotava precisamente o contrário. Isto porque estava presente em sua intenção de investimento a obtenção de um retorno que pudesse satisfazer suas necessidades futuras de capitalização (maquinário, insumos, mão-de-obra) e aumentar sua capacidade de produção agrícola comercial e para o autoconsumo, proporcionando no médio e longo prazo justamente uma redução da participação do dinheiro na reprodução da vida da família. Destarte, nossos dados de campo permitem afirmar que, ainda que a cesta de consumo das famílias brasileiras tenha se diversificado ao longo dos anos pela incorporação de bens industrializados e que a gama de produtos obtidos pelos/as agricultores/as diretamente pelo trabalho na terra tenha diminuído historicamente (especialmente pelo exaurimento dos solos disponíveis para plantio e pelo barateamento dos alimentos proporcionado pelo aumento da sua oferta ao longo do tempo, o que diminuiu a relação custo-benefício entre a produção direta de alguns itens de consumo e sua aquisição no mercado), a relação dos assentados com o dinheiro e a valorização que lhes imputam se dá principalmente enquanto meio de estabelecer de maneira resguardada e segura a possibilidade de consolidação da vida ligada à terra e ao campo:

É que a horta te dá rendimento mais rápido. Todas as outras coisas que a gente planta, a gente planta milho, plantamos feijão, estamos colhendo, estamos comendo o feijão novo. Mas a horta é a coisa que mais rende mais rápido. A horta te dá o dinheiro pra pagar as plantas e pra comer. Vi lá e vende. Pega, compra mercadoria. Aqui não dá o arroz e o açúcar. Então tem que comprar na cidade. E pagar a luz, água, umas contas. A gente compra arroz, café, óleo, uma mistura e das outras coisas, a gente tem por aqui. Um sabão, às vezes eu compro. A maioria faço o sabão do óleo que uso no salgado que vendo na terça feira. Faço sabão. Pouca coisa a gente compra na cidade. O restante a gente pega daqui (EN I - US 68).

Às vezes as pessoas falam que o dinheiro não traz felicidade. Mas não traz pra quem não sabe usar. Mas traz sim. Sem ele, a gente não come e não bebe. Então o dinheiro é bom. A Maria Chiquinha aí que gosta de comer coisa boa. Quando não tem o dinheiro, fica querendo. Quando tem. Não come quando não tem. Tem que ter o dinheiro. Como o óculos dela. Eu acabei de pagar, e o óculos dela quebrou. Ela tem problema sério da vista. Está na fila de espera do postinho. Se eu tivesse dinheiro já pagava uma consulta pra ela. Então o dinheiro faz falta sim. E muito (EN IV - US 68).

Nós precisamos o que nós já temos pra viver. Está tranquilo assim. Apesar de, quando nossa produção está boa... Estamos organizando certinho. Precisamos melhorar mais nosso cronograma de entrega. Pra ter um valor mais exato no mês. Como estamos prematuros nisso tudo, estamos aprendendo. Mas a gente pretende ainda organizar bem certinho pra ter uma estimativa mais real. Tipo assim: vou vender X esse mês, X outro mês. Pra poder melhorar a produção. Pra ter um sistema de irrigação melhor. Coisas assim. Mas é pouca coisa. Nada que esteja assim, tão, longe. Está tranquilo assim. A gente não é de muita ambição. Somos simples mesmo. Não queremos ter muito dinheiro. Somos adaptados pra viver com quantidade pouca. Sem preocupação com o amanhã assim (EN VII - US 59;60).

Se, por um lado, parte da necessidade financeira dos assentados advém da imperativa realização de investimento fixo e capital de giro para alavancagem e consolidação da produção agrícola, por outro lado as necessidades básicas de consumo não atendidas pelo cultivo de subsistência requerem uma liquidez cotidiana que ocasionam processos educativos relacionados ao planejamento do próprio manejo produtivo com a terra, de modo que com ela se consiga suprir diariamente tais necessidades, seja pela escolha de um tipo de cultivo que promova rápido retorno financeiro de sua venda (como vimos ser o caso da horticultura), seja pela

racionalização do cronograma de plantio e de entrega que venha a permitir a alocação mais equilibrada no tempo dos recursos auferidos por meio do comércio de hortifrútiis. No entanto, considerando as condições limitadoras para realização do trabalho familiar existente na maior parte dos lotes estudados (conforme discutido anteriormente), aliadas às dificuldades de capitalização da produção agrícola, para alguns agricultores/as mesmo a obtenção mínima de dinheiro para suprimento destas necessidades básicas de consumo se constitui cotidianamente em incerteza.

Em nosso entendimento, esta necessidade de lidar com a escassez de recursos financeiros indica não apenas uma alta capacidade de adaptação em relação às condições materiais por vezes precárias que acompanharam os sujeitos de nossa pesquisa em boa parte de suas trajetórias de vida, mas também manifesta um modo próprio de compreensão da vida e do mundo, o qual se relaciona diretamente com a experiência junto à terra de trabalho destas mulheres e homens do campo e sua vocação aos serviços da roça:

Eu penso assim, você tem que fazer um trabalho não só pelo dinheiro. Está certo que ele precisa do dinheiro, da sobrevivência do dia a dia. No nosso mundo, precisamos do dinheiro também. Mas só que não é só o dinheiro. Porque se for fazer uma coisa só pelo dinheiro, uma coisa que faz com bronca, com raiva, não sai legal. Além do dinheiro, você precisa ter prazer no que faz. Nunca pode fazer tudo por dinheiro. Tem que ter limite. O dinheiro não é tudo. Ele tem que ter o prazer, querer o bem estar da pessoa. Tudo que vai fazer, tem que pensar: “Gosto de fazer isso? Eu consigo fazer isso? Vai ser legal fazer isso?”. Não só pensar: “Quanto vou ganhar?”. Mesmo se for ganhar mil reais por dia, não pode fazer qualquer coisa por dinheiro. Se for assim vai querer matar, prostituir, pôr os filhos pra prostituir pelo dinheiro. Se fosse assim, nós ficamos aqui vários anos sem lucro. Até por doação. Se fosse assim, nós já teríamos parado, porque não entrava o dinheiro. Não paramos porque nós gostávamos. Fazia falta um pouco de dinheiro? Fazia sim. Mas é prazeroso pra nós, plantar, colher, lavar os produtos. Tem quem pode ver e pensar que é um suplício pra gente fazer essa trabalhadeira toda. Pensam que é um suplício. Mas não é. É prazeroso pra gente viver aqui (EN VII - US 58).

Então, a gente estando na terra, a gente não precisa de muita coisa pra sobreviver. É só tudo ocorrer bem. Tudo dar certo. Com pouca coisa a gente vive na terra. Só com a família da gente está crescendo, a gente faz, pensando na família. Se minha família, pelo menos meus filhos, se eles não pegarem esse amor pela terra, explicando quais são as dificuldades e quais são as coisas que a terra dá pra gente, vai chegar

uma época que eles não terão a mesma ideia da gente. Vão acabar desanimando, abandonado a terra e cometendo o mesmo erro que a gente fez. A gente fez por dificuldade e eles vão acabar fazendo por opção. Então, por isso, que eu explico as coisas certinho pra elas, né? Minhas filhas são todas mulheres. Que a gente tem como viver bem da terra. Enriquecer. Rico, milionário da terra, ninguém fica. Basta viver, ter o que comer e ter saúde. Não adianta ganhar um milhão e ter que gastar com sua saúde. Eu falo pra minhas filhas, nós nascemos com dificuldade financeira, mas nascemos ricos. Com saúde. Eu falo: “Olha nossa produção orgânica”, sabe que é uma coisa boa que pode comer a vontade e não prejudica nada. Mantém a saúde da gente. Então, eu falo pra elas: “Porque você vai sair daqui pra ir pra cidade. Vai procurar o que lá? Se a maior riqueza nossa é o bem estar da gente, a saúde da gente”. Você é saudável. Come do melhor. Está sabendo o que você está comendo porque é você quem está produzindo. Você come coisa saudável. Pode morrer de um acidente, ou porque um dia vamos ter que morrer mesmo, mas não por doença de agrotóxico, veneno. O importante nosso é viver com saúde. Se acontecer de elas abandonarem a terra, não vou poder fazer nada. Mas, nós aprendemos que as dificuldades na cidade são bem maiores que na roça, na terra. Por isso que eu vim de novo pra terra. Porque na terra a gente sabe que, por mais que seja dura nossa dificuldade aqui, é melhor que na cidade. Porque aqui, faltou alguma coisa, você sai ali e arruma. Na cidade não, se faltou na cidade, se você não tem dentro da sua casa, saiu na rua você tem que arrumar. Tem que se virar pra ter o que comer. Aqui, principalmente, pra comer, você sai ali na horta, pega alguma coisa. Faltou mistura, pega uma galinha caipira e mata. Pra mim, eu estou no céu. Estou no céu. Não preciso nem morrer (EN II - US 44).

A valorização da vida na terra promovida pelos/as assentados/as está ligada, na maior parte dos casos, à possibilidade de realização de um trabalho que gera o alimento saudável para si e para os outros, mas também ao prazer e satisfação com que desempenham o próprio processo laboral agrícola, aprendido desde as infâncias vivenciadas com seus familiares na roça; aprenderam, igualmente, a relativizar a importância do dinheiro em suas vidas sem negar-lhe sua função fundamental para a reprodução social da vida familiar na atualidade, significando o “viver bem da terra” enquanto “viver com pouco e com riqueza de saúde”, condição proporcionada pelo amor com que cumprem o trabalho do campo e com a garantia mínima de subsistência que ele propiciará. No âmago destas significações propostas pelos/as agricultores e agricultoras com os/as quais pesquisamos, percebemos uma vez mais as marcas dos aprendizados gerados no decorrer de suas trajetórias de vida em relação às distintas formas de conscientização do contraditório vivenciado no seio de suas experiências de

roça e de cidade.

Se, conforme nos disse Sebastião Alves, “a gente tendo saúde, o resto à gente corre atrás” (EN III - US 25), depreendemos de nossa análise que uma das principais preocupações dos/as assentados/as em relação à provisão financeira refere-se à sua capacidade de poupar tendo em vista futuras necessidades de gasto com saúde. Em alguns casos, para aqueles que conseguem realizar esta tarefa, tal economia de recursos é viabilizada pela complementação do orçamento doméstico proporcionada pelo recebimento de benefícios sociais diversos (bolsa família, aposentadoria, pensão, auxílio doença, etc.), a qual se soma à receita gerada pela renda agrícola. Para Claudio, “sempre que dá para a gente juntar, não para enriquecer, porque a gente não enriquece. Mas ter uns dois ou três contos lá no banco, precisa. Porque quando eu precisar, está lá, na hora de uma doença. Se você está com saúde, está aguentando. Você já tem tudo na horta” (EN VIII - US 54).

Outra indicação acerca da maneira precavida e criteriosa com que os/as agricultores/as aprenderam a lidar habitualmente com o dinheiro no Assentamento Santa Helena pode ser percebida por meio do modo com que significam e se relacionam com as possibilidades de obtenção do crédito agrícola disponíveis no mercado:

Mas o crédito não é fácil. O crédito você tem que ter uma renda que corresponde o crédito. Pra você tirar um financiamento, tem que ter da onde tirar as prestações. Mas eu não animo pra ter crédito não. Eu batalho com um crédito do Banco do Brasil. Eu tenho um crédito do Banco do Brasil, 21 mil, mas tem dois anos pra pagar. Não estou devendo. A gente é limpo lá. Estou em dia com o Banco do Brasil. Mas estou fazendo uma reservinha lá. Tem um garrote ali que está crescendo, pra fazer dinheiro pra pagar o outro ano. Aí fica faltando só um ano (EN VI - US 51).

Se eu tivesse dinheiro pra comprar sem o crédito melhor. Porque eu não ia ficar devendo. Porque eu esquento a cabeça pra pagar. Ter que pagar, pra mim é uma doença. Não gosto de ficar devendo. Porque o banco não perde. No dia, o dinheiro tem que estar lá, o dinheiro tem que estar no banco. Aí o que eu faço, tiro o que tenho que dar pra vocês e o resto vai para o banco. E conforme eu recebo, é 10%, nem mexo no banco. Eu recebo minha aposentadoria, passo pra vocês e deixo no banco. Tem que ter jogo de cintura. Se não, não caminha. Se você fica: “Ai, quero comprar”, não caminha (EN V - US 54).

Assim, o único crédito que a gente pega é pra máquina grande. A caminhonete, a máquina de caldo de cana, o forno pra fazer pão. O

PRONAF, de sete anos nós tem dois, só pra terminar de pagar. E é isso. [...] Não, a gente tenta andar nos trilhos. Se vamos fazer e depois não conseguir pagar, não. A gente tem que andar na altura que a perna alcança. Vamos devagar. Parece que vocês só pegam crédito a partir de um planejamento. Quando precisa do carro, vai e pega o carro. [...] Quando a gente fez o curso, o professor falou que o caldo de cana é bom de ter. Aí fomos, batalhamos, batalhamos e compramos o caldo de cana. Porque se não você fica enrolado, não tem nome, não consegue pagar. Não, não. Usamos o cartão de crédito. Eu tenho o meu e ele tem o dele. Mas usamos conforme dá pra pagar. Vamos comprar, vamos usar. É só o que a gente consegue pagar tudo (EN I - US 69).

Mas assim, outro crédito pra pagar, eu não. Só tem o PRONAF. Eles ficam insistindo. O Dirceu falou pra mim assim: “Pega o PRONAF, não atrapalha não. Eu venho aqui e ajudo a senhora a pagar”. Agora não tem mais técnico do INCRA aqui. O INCRA sumiu daqui de dentro. Dos assentamentos todos. Não tem INCRA mais. Acabou. Não tem o que fazer. Vamos tocando do modo que esta aí. Dando pra comer, beber, está bom. Só não dá pra comprar outras coisas [...] Esse negócio de crédito eu não gosto de mexer com crédito não. Eu falo pra você. Pra você ir e fazer, e pegar um crédito aí. Aí você tem que ter uma renda pra você fazer. Pra você pagar. Porque depois pegar e ficar com a mão na cabeça sem saber como pagar. Eu arrumo um jeito de, na hora que aparecer o INCRA, vou enfrentar o PRONAF. Nem que seja pra plantar eucalipto. Um pedaço bom de eucalipto. Depois a senhora fica mais sossegada. Porque eu não dou conta de plantar esse lote todo sozinha. Às vezes, se aparecer o INCRA aqui, vou pegar esse PRONAF aí (EN IV - US 64;69).

Na visão dos/as assentados/as, dada a forma cautelosa com que aventam para a possibilidade de acessar recursos financeiros por meio de operações de crédito, ainda que elas se deem pelas linhas de empréstimo subsidiadas do PRONAF, melhor seria não depender de qualquer forma de crédito para atender suas necessidades de capitalização e consumo. O receio de não cumprimento dos compromissos creditícios, possivelmente gerado pela incerteza em relação à geração de renda que propiciará seus pagamentos e ao retorno do investimento produtivo realizado, conduzem os/as agricultores/as a ponderarem acerca da conveniência da consecução dos empréstimos financeiros tanto em relação a certo planejamento produtivo e à função cumprida por tais recursos para realização dos objetivos pretendidos, como pela avaliação da proporção entre o empréstimo a ser tomado e a estimativa de renda gerada no futuro. Buscam, com isso, “andar na altura que a perna alcança” e realizar um consumo apenas na medida da capacidade de pagamento de cada família, de modo a não incorrer em uma situação de

inadimplência no mercado que obstrua o acesso a novos recursos para futuras necessidades de crédito.

Por outro lado, concretizado o acesso a alguma linha de crédito rural ou pessoal, assentados e assentadas engendram estratégias diversas de poupança de recursos, que vão desde o investimento em criações e plantações (no caso, gado e eucalipto) que proporcionem um retorno seguro do dinheiro investido, até a autoimposição de certo ascetismo no consumo de bens, o qual se expressa pela maior ou menor capacidade que cada pessoa possui de lidar com seus próprios desejos e necessidades. Destarte, diante do receio em tomar crédito e não conseguir pagar, dada a instabilidade das fontes de rendas disponíveis, a importância do papel da assistência técnica rural para orientação e acompanhamento dos projetos produtivos envolvidos com a obtenção do crédito revela-se como condição facilitadora de promoção do acesso seguro a ele. Num contexto marcado pela ausência de assistência técnica proporcionada pelo INCRA e pela carência de mão-de-obra familiar, Maria de Lourdes vacila entre a necessidade e a intenção de acessar o PRONAF e o receio de pegar o crédito e não ter condições de quitá-lo: “Eu não dou conta de plantar esse lote todo sozinha”, nos disse em entrevista concedida no assentamento, na qual também nos relatou as dificuldades que encontrava para comercialização de sua produção agrícola:

Às vezes eu perco minhas verduras por não ter como vender. Porque eu planto, agora mesmo a Andrea falou pra eu plantar rabanete. Eu falei que plantei e perdi um canteirão todinho. Comprei e plantei de novo. Aconteceu a mesma coisa. Vou ter que arrancar e jogar tudo fora. Uns 20 ou 30 kg de rabanetes ou mais. Já está grandão, não pega mais [no PAA³⁵]. Eles dizem que se crescer demais não presta. Aí às vezes eu perco. Como a couve, mesmo. Eu tive que fazer negócio mais o Tião se não ia perder tudo, 52 kg de couve que ele tirou. Por isso que eu nem planto muitas coisa. Uma por causa da água, que não dá. Porque se o homem tivesse feito meu poço aqui, eu tinha feito o plantio do maracujá. E o homem não dá notícia. Ou ia fazer o plantio de maracujá, ou de banana. Mas com essa aguinha que tem aí não dá. E o poço está com problema. Eles lá estão ligando o poço na mão. A gente da água, chega essa hora, já não tem mais. Está meio complicado. É isso aí. Mas eu, se tivesse assim, tenho vontade de fazer, de plantar mais coisas. [...]

³⁵ “O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição” (BRASIL, 2010, p. 03).

Do Tião, a couve que ele plantou, se eu não tivesse, ele não tinha entregado. Vai ter que tirar e jogar fora. Não tem mais jeito aquela couve lá. Num cresceu e acho que está dando pulgão. A Andrea falou que vai ter que arrancar. O Zé pegou meu cheiro verde porque a dele estava pequena. Não dava pra tirar (EN IV - US 55;58).

Segundo relatos dos/as assentados/as do PDS Santa Helena coletados pelo trabalho de Terezinha Pinto Arruda (2017), o qual intentou avaliar aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional de agricultores e agricultoras viventes no assentamento, no ano de 2015 eles ainda não acessavam os canais de comercialização institucionais abertos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³⁶, ambos operacionalizados pela Prefeitura Municipal de São Carlos. Conforme apontado anteriormente por nosso trabalho, uma das primeiras dificuldades encontradas pelos/as agricultores do Santa Helena para comercialização dos produtos agrícolas gerados no assentamento refere-se à deficiências em relação à satisfação das condições necessárias e suficientes para a realização plena do cultivo de hortaliças e grãos, manifestadas de forma diferenciada e desigual nos distintos lotes. Isto, por sua vez, incorre na instabilidade da provisão de alimentos em escala comercial possibilitado pelo trabalho agrícola e na consequente insegurança dos agricultores para o estabelecimento de contratos de venda, públicos e privados.

No ano de 2016, a partir do início do trabalho de intermediação entre assentamento e poder público municipal realizado pela filha de Maria Aparecida e seu esposo, ambos formados como agrônomos pelo PRONERA, o grupo de oito famílias de agricultores orgânicos aglutinados em torno da Organização de Controle Social ali constituída passou a estabelecer e aumentar, gradativamente, sua participação nas vendas para os programas de compras públicas anteriormente citados. De acordo com as propostas de vendas apresentadas pelo grupo de agricultores/as para as chamadas públicas que tinham por objeto o fornecimento de alimentos para a merenda escolar

³⁶ “Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. Agora, no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. Em 2010, o orçamento mínimo do FNDE destinado exclusivamente à compra desses produtos é de R\$900 milhões” (BRASIL, s/d, p. 02).

municipal, verificamos que (a despeito da persistência das limitações já enunciadas) os valores dos contratos estabelecidos com a prefeitura de São Carlos tinham se ampliado significativamente desde 2016, passando de R\$ 29.617,72 no primeiro ano de participação do assentamento, para R\$ 35.304,80 em 2017 e R\$ 93.795,35 em 2018 (contrato ainda em fase de execução). Também houve aumento anual da participação do grupo no PAA modalidade Doação Simultânea³⁷ operacionalizado pela prefeitura deste mesmo município, o qual alcançou em 2018 um valor próximo aos R\$ 65.000,00; no ano de 2017, ainda foram estabelecidos contratos com a Universidade Federal de São Carlos para atendimento da demanda de seu Restaurante Universitário (os qual somou o valor de R\$ 24.201,40) e, em 2018, também com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (R\$ 58.745,90), ambos realizados no âmbito do Programa de Aquisições de Alimentos³⁸. Para o cumprimento de tais contratos, as oito famílias de assentados/as produziram e entregaram, entre 2016 e 2018, ao menos 44 mil toneladas de alimentos orgânicos³⁹.

Entretanto, confrontando a realidade atual do Assentamento Santa Helena por meio de nossa participação na gestão dos contratos públicos firmados e citados anteriormente com os dados coletados em 2017 para realização de nossa pesquisa de doutorado, percebemos que esta ampliação da participação dos produtores orgânicos do assentamento nas receitas geradas não se deu de forma igualitária, sendo que os/as agricultores e agricultoras que possuem idade mais avançada e/ou possuem menores condições de suprirem as deficiências de água para irrigação e de mão de obra (elementos que podem ou não atuar de forma cumulativa) são proporcionalmente menos beneficiados pelo recebimento dos valores obtidos com as vendas públicas. Neste contexto, alguns/mas agricultores e agricultoras não se arriscam muito no estabelecimento de tais contratos (em termos da quantidade e diversidade de produtos comercializados por meio deles), ação decorrente justamente dos limites impostos pelas condições produtivas existentes em seus lotes familiares e pelo receio de rescisão

³⁷ “A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. A Modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino” (MDS, 2010, p. 14).

³⁸ De acordo com as propostas de venda apresentadas às chamadas públicas realizadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de São Carlos e também pelo Restaurante Universitário da UFSCar.

³⁹ Esta quantidade desconsidera as quantidades entregues, no período destacado, para o PAA operado pela Prefeitura de São Carlos, dada a indisponibilidade de dados disponíveis.

contratual do projeto de venda de todo grupo em caso do não cumprimento do cronograma de entrega dos produtos previsto no acordo firmado com a prefeitura. Assim sendo, quanto menor a participação dos/as agricultores/as em relação às vendas públicas institucionais, maior a necessidade de diversificação dos canais de comercialização por eles/as acessados a fim de que consigam escoar o excedente de produção e obter uma renda com o trabalho agrícola que seja minimamente suficiente para reprodução da família, ainda que isto também seja uma condição desejável mesmo para aqueles/as assentados/as que auferem maiores receitas com os programas de compras governamentais, dada a inconveniência de depender de uma única forma de comercialização sujeita à aprovação política e destinação de parte do orçamento federal para sua viabilização, não se apresentando, no médio e longo prazo, como um canal de venda totalmente seguro.

Como outras opções para comercialização de seus produtos, além das entregas de alimentos previstas nos contratos públicos, aparecem de forma destacada a participação de alguns/mas produtores/as em feiras livres da agricultura familiar, a venda direta realizada por meio de um sistema de entregas de cestas de hortifrúti do próprio assentamento a consumidores/as fidelizados/as, a vendagem *in loco* nos lotes de trabalho, o atendimento de encomendas avulsas realizadas por vizinhos/as ou colegas de trabalho de familiares que residem na cidade, e também o comércio estabelecido com pequenos varejistas do setor de orgânicos. Da mesma forma que as condições produtivas de cada lote interferem em sua capacidade de comercialização e geração de renda por meio do trabalho agrícola, a diferenciação entre os/as agricultores/as em relação à disponibilidade de meios de transportes para realização de entregas e feiras também se constitui num diferencial entre aqueles/as que podem ou não suprir tal necessidade, viabilizando ou não a efetivação dos canais de comércio disponíveis. Assim, este conjunto de distinções presentes e manifestadas no cotidiano de trabalho e de vida na terra dos sujeitos da pesquisa engendram entre eles/as, no interior da consecução de suas estratégias de comercialização, aprendizados relacionados à solidariedade com que realizam uma série de práticas de colaboração e ajuda mútua, tais como a realização da venda dos produtos daqueles que não possuem meio de transporte para participar das feiras, a disponibilização de parte da produção agrícola excedente (por meio de doação, troca, consignação, participação percentual na venda) para aqueles/as com maiores dificuldades de produção, ou ainda a cobertura de entregas previstas em contrato que, em caso de problemas produtivos diversos (pragas, frio,

muita chuva, baixo desenvolvimento da planta), não poderão ser realizadas pelo/a agricultor ou agricultora responsável.

Deste modo, em meio às relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado no que tange as formas possíveis de reprodução social da vida no campo, os/as assentados/as permanecem aprendendo a lutar, simultaneamente, contra a necessidade de obtenção e a favor da possibilidade de usufruto do dinheiro, na medida em que tal recurso pode permitir o desenvolvimento e a consolidação da vida no meio rural sem afetar essencialmente suas visões de mundo, as quais valorizam e significam positivamente as relações de trabalho na terra, a possibilidade do consumo de alimentos sem veneno e a saúde e bem estar de suas famílias, condição finalmente obtida após anos de batalha.

“Devolver saúde pra terra”

A gente espera que muitos, muitos produtores comecem a plantar orgânico. Porque, antigamente, quase não tinha câncer. Antigamente não existia essas facilidades que tem hoje que não precisar sair. Tem esses produtos que você passa em cima da planta, ele mata o mato e a planta fica ali. Quer coisa melhor? É difícil produzir orgânico? É! É uma batalha que você tem ali. É sacrificado, mas é prazeroso, porque você sabe que está produzindo coisas boas pra quem vai consumir. [...] A gente planta flores, pra atrair os insetos. Dá pra fazer. O custo está na mão de obra. Os insumos e compostos que você usa, são bem mais baratos que o adubo, mas é um processo demorado, longo, que vale a pena. Plantar flores e árvores pra *devolver saúde pra terra*. Além da vantagem dos filhos e netos crescer ali, sabendo que não pode fazer queimada, usar veneno. É isso (EN VI - US 42;43).

A construção da categoria **devolver saúde pra terra** pretende designar a intencionalidade presente nas práticas agrícolas empenhadas pelos/as agricultores e agriculturas sujeitos da presente pesquisa, os/as quais escolheram promover em cada um de seus lotes no Assentamento Santa Helena um modo de plantio orgânico, sem utilização de agrotóxicos e adubos químicos sintéticos. Até o momento, em nossa discussão realizada acerca dos processos educativos gerados a partir da prática social da luta pela terra, enfatizamos as significações propostas pelos/as assentados/as sobre a experiência educativa do trabalho na roça em relação ao papel cumprido por ele para obtenção de parte do sustento direto das famílias, engendrando tanto material como simbolicamente a valorização desta forma de reprodução social característica do meio

rural.

Neste momento, o que designamos enquanto luta pela terra vai adquirir um sentido mais amplo, o qual não se restringirá à batalha pelo direito de obtenção ou sustentação de um pedaço de chão cujo manejo possibilitará o alimento posto à mesa da própria família, mas remeterá simultaneamente ao zelo empreendido a partir do cuidado amoroso com a terra, compreendida enquanto bem natural indispensável tanto para produção agrícola quanto para a reprodução da vida da fauna e da flora terrestre, e não apenas como mero fator de produção e especulação financeira. Devolver a saúde para terra assinala, igualmente, a responsabilização dos/as agricultores/as em relação à saúde de *outrem*, manifestada pela preocupação, compromisso e gosto com que produzem os alimentos que serão comercializados para consumidores diversos, além de sua família. Indicam, com isso, uma compreensão da vida e do trabalho do campo na qual saúde da terra e saúde das pessoas possuem mesma dimensão, de forma integrada e interdependente.

Destarte, conforme depreendemos dos depoimentos recolhidos e transcritos a seguir, boa parte desta forma de relacionar-se com a terra de trabalho foi apreendida e significada, como já argumentamos, pelos aprendizados decorridos das experiências de roça vivenciadas na infância, a partir do modo tradicional com que pais e avós realizaram, no passado, o manejo agrícola no campo:

Lá em Água Boa você não usava nada disso, não. Mas você não usava era nada. Você não pegava nem trator você usava. Você entrava no mato com uma foice e roçava. E tacava fogo, com as coisas no meio. Esse negócio de adubo, esse negócio de usar coisas. Então, lá, era assim (EN III - US 19).

O orgânico vem desde nossa terra. Não usávamos veneno não. Não sei hoje. Mas desde minha época se plantava tudo a base da terra. Se fazia queimada. Roça, picava tudo e colocava fogo. Plantava milho, plantava feijão, plantava abóbora. Eu vi veneno aqui. O cacau leva veneno. A lavoura lá não leva veneno. A terra lá dá sem nada. Terra boa, choveu a terra dá. E dá muito. Faz 23 anos que estou aqui. Mas acho que até hoje não é todo mudo que trabalha com veneno. O café não, o café vou dizer, vai veneno. Mas a lavoura não vai não (EN VIII - US 44).

A decisão é essa que eu tomei. Falei que nós nascemos no campo. Onde nós nascemos e criemos no estado da Bahia, não existia produtos químicos. Fomos criados nos alimentos saudáveis. Então, nós pensamos que poderíamos viver como a gente foi criado. Lá da Bahia, fui criado

com lavoura boa, sem veneno. Então, você nasceu e criou comendo coisa saudável. Não era bom que continuássemos assim? (EN VI - US 30;37).

A realização da coivara⁴⁰ e a implantação das lavouras brancas sem a utilização de veneno, adubos sintéticos, maquinários e outros implementos agrícolas, remetem a práticas realizadas em tempos anteriores à intensificação do processo de modernização da base técnica dos meios de produção agrícolas, concretizado no campo brasileiro desde a década de 1950. De acordo com o que já assinalamos na segunda parte da tese, tal processo difundiu, por meio da expansão e institucionalização do serviço de assistência técnica e extensão rural no país, um modelo de agricultura baseado no aumento da produtividade em detrimento da intensividade da mão-de-obra, processo que ensejou a mudança de concepções e práticas de manejo tradicionalmente utilizadas por agricultores e agricultoras e estimulou a aquisição de insumos industriais nos sistemas produtivos do campo, utilizados num primeiro momento especialmente nas lavouras permanentes, mas que logo se expandiu para os demais tipos de cultivo agrícola.

Para a maior parte dos/as agricultores/as entrevistados/as, o regresso a terra após anos dedicados a trabalhos temporários no campo e na cidade possibilitou a recuperação de certas práticas agrícolas tradicionais que, atualmente, a partir da conjuntura histórica de progressivo questionamento em relação à utilização desmedida de agrotóxicos e adubos sintéticos, bem como aos impactos ecológicos e para a saúde humana verificados nas últimas décadas⁴¹ (erosão e a perda da fertilidade dos solos, destruição florestal, dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade, contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, dos alimentos e dos seres humanos), se investem de outras nomenclaturas e novas significações⁴². Para outros/as assentados e assentadas,

⁴⁰ “O termo ‘coivara’, de origem indígena, significa empilhar e tornar a queimar troncos e galhos não consumidos em uma primeira queima. Populações tradicionais – indígenas e não indígenas – de regiões tropicais do planeta ainda adotam o chamado cultivo de coivara, também conhecido como ‘cultivo de corte e queima’. O sistema é encontrado hoje em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia e em áreas de mata atlântica” (NEVES et al, 2012, p. 26).

⁴¹ “Na última década, o Brasil expandiu em 190% o mercado de agrotóxicos, o que colocou o País em **primeiro lugar no ranking mundial de consumo desde 2008**. Dez empresas controlam mais de 70% desse mercado no País. Somente na safra de 2010 e 2011, foram consumidas 936 mil toneladas de agrotóxicos” (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018, p. 519). Para outras informações sobre o tema, ver também o trabalho de Mazzoleni; Nogueira (2006).

⁴² “O termo agricultura orgânica é utilizado de forma generalizada nos principais países do mundo. Mencionado em documentos oficiais de organismos internacionais (ONU, UNCTAD, FAO), é também encontrado na legislação brasileira, desde a Instrução Normativa N° 7, 17/05/1999, consolidando-se com

entretanto, a possibilidade de realização de um plantio orgânico não se encontrava enquanto possibilidade disponível em seus horizontes de escolha antes da chegada ao assentamento, dada a experiência pregressa de manejo agrícola essencialmente ligada à utilização habitual e indiscriminada de agrotóxicos, e visto o desconhecimento das consequências de tal procedimento para a saúde humana e ambiental:

Veio os cursos, veio os orgânicos. Porque a gente nem imaginava que poderia tira alguma coisa sem o adubo químico e sem o veneno. Eu já fui intoxicado com veneno. Já lidei com vários tipos de pragas na lavoura, no café, algodão, amendoim. E nem o veneno químico dava conta. Quando falaram do orgânico eu não conhecia. Quando falaram que era um produto que não vai nada químico, não põe adubo químico, não põe veneno, é tudo com matéria orgânica, eu pensei: “Isso aí não existe.” (risada) Porque eu venho do plantio convencional. Fui criado vivendo com a bomba de pulverizador nas costas. Pulverizava de dia e de tarde. O café, pra ferrugem, pra um monte de coisa. Aí perguntaram se eu queria fazer o curso, eu falei: “Fazer eu quero”. Conhecer tudo que é para as melhorias, eu quero fazer. Aí no decorrer do curso que fui tendo os conhecimentos, foi fazendo sentido. Aí falei: “Eu creio que dá certo. Desse jeito tem sentido”. E fomos adquirindo conhecimento, aprendendo. Fomos mexendo. Aí no final do curso, minha ideia já era outra. “Pelo menos vamos tentar mexer com orgânicos”. Aí comecei a fazer, aprendendo os produtos naturais. Fomos fazendo os primeiros canteiros, fomos tendo bons resultados. Plantando alface, almeirão, coisas que não dão muita praga. Depois fomos tentando outras coisas (EN II - US 36).

A gente usava bem pouco esses defensivos, tipo *Randapi*. E depois que a Roberta começou a fazer o curso, mesmo antes de ela terminar, ela ia aprendendo e passando pra nós os vídeos das químicas que estão nos alimentos. A gente não sabia que era bem mais prejudicial que bebida e cigarro. No leite, nas folhas. Aí teve uma vez que uns vizinhos doaram uns produtos que sobraram. Teve época das criação, galinha e pato, comer essas folhas, alface, rúcula, almeirão de hidroponia, e eles morriam. Os porcos não cruzavam com as porcas, não pegavam cria. Se faz mal pra criação, imagina pra pessoas. Teve uma vizinha que pegou rúcula, fez rúcula, salada e na mesma noite deu febre altíssima do agrotóxico que está na produção. Se todos os consumidores tivessem a noção do mal que faz a química e agrotóxico que passa nos alimentos, não passava nem perto. Às vezes a pessoa tem câncer, não fuma, não bebe, mas está no alimento. Qualquer produto produzido com veneno

a recente Lei 10.831, de 23/12/2003. [...] Não obstante, o avanço do sistema orgânico propriamente dito ocorreu no Brasil a partir de 1992. Hoje, o termo agricultura orgânica possui uma conotação nova e mais abrangente. Nesta condição, a expressão ‘agricultura orgânica’ abrange todas as demais definições que atentem para o problema de desenvolver a agricultura de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta” (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006, p. 269).

vai ver que esta ali a morte do ser humano. Nesse leite de caixinha, foi recolhido várias marcas de leite, de vários supermercados. E o ser humano continua consumindo. É um leite mais barato (EN VII - US 40).

Os cursos de formação técnica para a produção orgânica de alimentos oferecidos aos agricultores/as do Assentamento Santa Helena por agentes sociais diversos ao longo de sua história desempenharam um papel fundamental em relação à decisão e à viabilidade da implantação do cultivo orgânico em seus lotes de trabalho, o que por sua vez atendeu em parte as exigências normativas relativas ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável que definem a modalidade deste assentamento assim como os critérios para o manejo da terra (ver capítulo 3). Assim sendo, aparecem de forma destacada na fala dos sujeitos de pesquisa a realização, em 2013, do curso de Olericultura Orgânica promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizado Rural de São Paulo (SENAR/SP⁴³), assim como o Programa de Certificação de Agricultura Orgânica implementado neste mesmo ano pelo SENAR/SP em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual formalizou a produção orgânica realizada no assentamento.

De outra maneira, a formação de nível superior em agronomia conquistada pela filha de Maria Aparecida por meio do PRONERA possibilitou uma troca de conhecimento intergeracional entre pais agricultores/as e filha agrônoma que permitiu, assim como a realização de outros cursos de capacitação e formação profissional, aprendizados fundamentais no tocante à aspectos técnicos da produção agrícola em sistema orgânico, como também a conscientização em relação às consequências maléficas para a saúde humana e para o meio ambiente do uso indiscriminado de agrotóxicos. Entre o conhecimento tradicional e o científico, a problematização de tais elementos esteve significativamente presente na intencionalidade primordial para efetivação das primeiras tentativas de plantio orgânico dos/as agricultores/as, segundo eles/as próprios/as nos relataram:

A gente sempre achou ruim. A gente sabia que dava um problema na terra. A gente sempre achava que dava problema na pessoa. Nunca gostei que o Divino passava veneno porque a pessoa que usa o veneno pode ter mais problema na saúde do que quem come o alimento. Eu

⁴³ “Criado pela Lei nº 8.315, de 23/12/91, é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Integrante do chamado Sistema S, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural”. Informação disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/senar>.

nunca deixei o Divino usar veneno por causa de problema de saúde. E toda vez que ele usava, ele tinha uma alergia que você tinha que ver. Toda vez que ele usava o mata mato na beira da estrada, ele ficava ruim, ruim. Eu fui falando pra ele: “Isso aí é o veneno”. Em horta, nós nunca, nunca, nunca usamos veneno (EN I - US 60).

Porque assim, como, tem vários fatores. Eu vim, nasci na roça, só mexendo com produtos químicos. Se tem como fazer sem mexer com os produtos químicos. Falaram que tinha como. Se faz bem pra mim, faz bem pros filhos, faz bem para o mundo inteiro. Porque, quando a gente tem os filhos, a gente vive para os filhos. Aí, pensei: “Vamos tentar”. Porque todo mundo quer dar o melhor para seus filhos, seus amigos, para a família inteira. Então, comecei a mexer com orgânicos porque, a gente sabe que é difícil pra produzir. E pra comercializar, porque o povo está acostumado a comprar o convencional. E o nosso é um pouquinho inferior. Mas é uma coisa que você vai vender com prazer, porque não vai enganar ninguém. O produto está feio, está. Pode compra porque é um produto natural. Eu posso dizer que estou vendendo um produto que vai ajudar a pessoa. Não vai prejudicar a pessoa em nada. Aí fomos aprendendo a fazer essas coisas. Começamos a fazer feiras. Tudo no início já. A fazer a cesta, tudo. Aí fomos acostumando. Como já fui intoxicado por veneno, não quero o pior pra ninguém. E o veneno mata. Se não mata na hora vai matando aos poucos. Eu não quero pra mim, pra minha família, nem para o povo. E graças a Deus, nós estamos tendo bons resultados (EN II - US 37).

A gente já estava na terra. Sem dinheiro pra comprar adubo. É caro né?! Você não tinha. Aí começamos a trabalhar na base do orgânico. Do jeito nosso. E depois que nós fizemos curso. Aí demorou mais. Entendeu. Mas foi isso aí. Porque o orgânico você é tudo mão de obra da gente mesmo. Você não tem que estar comprando nada. Você pode comprar alguma coisa. Não coisas pesadas de se usar. E outra, veneno, você mexer com veneno aí, ele acaba com a saúde. E você ainda paga caro aí. Então é mais vantagem você trabalhar com orgânico. Pelo menos pra mim, eu acho (EN III - US 18).

Ainda que a indisponibilidade de recursos financeiros tenha sido, em alguns casos, um elemento de promoção inicial de um plantio sem a utilização de insumos industriais convencionais, dada a precariedade das condições de reprodução da vida vivenciadas no início do processo de constituição do PDS, o cuidado com o próprio corpo, o zelo com o bem-estar da família e de outrem, e a preocupação com a saúde da terra foram se constituindo enquanto princípios orientadores das ações de manejo e trabalho agrícola desempenhado pelos/as assentados/as em seus lotes, processo que se deu a partir tanto do resgate dos aprendizados experienciados anteriormente no campo

quanto da incorporação de novos saberes adquiridos com a vivência no assentamento rural. Entretanto, as dificuldades ainda presentes em relação à possibilidade de traduzir tais princípios em ações produtivas viáveis nos indica que são necessários requisitos que vão além da firmeza de intenção dos/as agricultores/as em suas práticas agrícolas: requerem, além de condições de infraestrutura e investimento adequadas, acompanhamento e orientação técnica por parte das agências de assistência técnica e extensão rural contratadas pelo INCRA.

Entretanto, segundo Gonçalves (2015), “em meados de 2014, a percepção sobre a ineficiência do serviço de assistência técnica repercutia entre os assentados do PDS Santa Helena e também foi objeto de crítica do presidente da FERAESP” (p. 172). Ainda de acordo com o autor, a instituição em 2010 por parte do governo federal da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), além da criação em 2012 da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), deveriam, a partir da disponibilização de recursos financeiros então realizada para contratação dos serviços de assistência técnica rural, serem suficientes para atendimento das demandas dos assentamentos rurais. Contudo, prossegue Gonçalves (2015):

Nos assentamentos rurais de reforma agrária, as discussões sobre a precariedade e os limites dos recursos para a assistência técnica não são novas. Entretanto, os problemas relativos a este tipo de serviço tornaram-se mais complexos à medida que as questões ambientais passaram a ser incorporadas aos projetos de assentamentos rurais. Simplesmente, não há profissionais qualificados em quantidade e qualidade suficiente para cobrir a demanda requerida pelos processos de transição agroecológicos; além disso, é preciso considerar que cada agroecossistema tem suas especificidades e isto exige investimentos de médio e longo prazo, algo que, infelizmente, não faz parte dos editais de ATER publicados pelo INCRA (p. 176).

Considerando e problematizando tais dificuldades, os sujeitos de nossa pesquisa buscam criar e colocar em prática diariamente estratégias de manejo e aprendizados que visam superar a ausência de suporte técnico para o cultivo orgânico, descobrindo formas de lidar com a terra esgotada pelos anos de exploração monocultora e rentista com base na própria experiência reflexiva que constitui o cotidiano de trabalho:

E foi muito difícil, porque pegamos uma terra que foi muito judiada. Demoramos muito tempo pra corrigir essa terra. Pegamos uma terra que foi zerada. Agora, tudo que você planta nela dá. Dá uma diferença muito grande. Mas, no início, você plantava uma planta, principalmente as plantas de folha larga. Porque a cana é de folha estreita, então passavam coisas pra não nascer planta de folha larga. Então, você plantava e nem nascer nascia. Muita coisa que eles passavam na terra de coisas químicas. Praticamente, só depois de 7, 8 anos que percebemos que a terra deu uma melhorada. Que a gente foi ver dar alguma coisinha. Mas vencemos. Vencemos, estamos aí. Graças a Deus (EN II - US 38).

Vai aprendendo um pouco. Devagarinho vai ver se não dá pra fazer um plantio grande, faz um pequeno. Pra aprender a lidar com o solo do local. Às vezes, o milho por exemplo, é acostumado com um solo do outro estado, ali plantava bem. Aí vem aqui, não precisa corrigir tanto a terra. É um aprendizado. A gente nunca para de aprender. O plantio, todo dia você está aprendendo com a planta. Não tem como a pessoa pensar que já sabe tudo. Porque muda o solo, muda a estação. Uma propriedade como essa, de 3 alqueires, a parte de lá o solo é assim, na parte de cá e outra. Lá uma planta não foi bem aceita, aqui foi. O tipo de semente. Tudo isso (EN VII - US 47).

Eu acho assim, que a pessoa precisa pra trabalhar, primeira coisa a pessoa tem que ter coragem, força de vontade e gostar. Você **tem que amar a terra**. Porque a pessoa que não tem isso aí não trabalha. A pessoa que não gosta da terra, chega e planta ali e quer que dê um milhão. Um monte. Não é assim. A terra, você tem que ir trabalhando com ela, com jeito. Com amor. Você tem que analisar tudo. Ver como ela está. Se está forte ou fraca. Plantar e esperar o retorno dela. Se ela te deu um retorno bom, bom. Se ela te deu um retorno ruim, você tem que aceitar também, porque a pessoa que não gosta, vê que não deu retorno que esperava, quer ir embora. Porque aqui, você trabalha demais e não tem tanto retorno. Ganha muito pouco. Você tem que gostar. Tem que ser acostumado a mexer com a terra. Porque pra mexer com lavoura, porque, ao mesmo tempo em que tem tudo a seu favor, tem tempo que tudo é contra. Você planta e tem que esperar a natureza. Se cai uma chuva pesada, tudo que você imaginou que ia colher, não dá. Essas coisas desanimam, mas isso aí tem que ser o de menos. Você tem que se amar. Sem levar isso em conta. Porque isso é coisa que acontece. É coisa da natureza mesmo. Você tem que gostar, pra mexer com a terra. Se não tiver aquele dom pra mexer com a terra, não adiante nem tentar. Eu só mexo com a terra porque praticamente nasci na terra. O que a gente mais sabe fazer é mexer com a terra. Tem os conhecimentos e mexer com a terra e é o que a gente mais gosta de fazer (EN II - US 43).

A partir da confrontação das experiências pregressas com a realidade atual

vivenciada no assentamento, ocorrida no bojo da construção cotidiana de suas compreensões acerca do modo como se manifestam as relações objetivas e subjetivas entre trabalho agrícola e natureza, os/as assentados/as aprenderam a significar o trabalho na roça e a temporalidade envolvida nesta relação prático-produtiva de provimento do sustento por seu intermédio, assim como os atributos valorizados para a permanência e persistência das pessoas no campo. Deste modo, ainda que reconheçam nos aprendizados do passado uma condição facilitadora para lidar com experiência presente, marcada sobremaneira pelas adversidades e tensões existentes para a constituição e consolidação de um assentamento agrário no seio do processo de produção e reprodução social capitalista brasileiro, os/as agricultores/as puderam perceber em suas experiências o caráter perene dos processos educativos gerados a partir das práticas agrícolas com as quais manejam a terra de trabalho, nos indicando o que vem aprendendo nestes tempos de assentamento: a prudência do plantio em menor escala como estratégia de reconhecimento das características do solo e dos vegetais, a importância da perseverança para realização de trabalhos que frutificarão apenas no médio ou longo prazo, a valorização da sensibilidade inerente ao sentimento de amor com que cuidam da terra, a noção de que tudo na natureza tem seu espaço, seu tempo, sua precisão.

Por fim, a satisfação de fazer o que se sabe e o que se gosta de fazer, mesmo consciente do pouco retorno financeiro gerado em relação ao trabalho árduo realizado, se expressa por sua vez no cuidado com que os/as assentados/as empenham o cultivo, a colheita e comercialização de seus produtos agrícolas, visto que, conforme entendem o exercício do trabalho na roça, “não é só vender e ganhar um troquinho lá. É a vida do outro que interessa. O que interessa é a vida do outro” (EN VI - US 44):

É ver minha planta bonita. Sem ter doença. Sair pra vender para os outros, uma verdura boa. É isso aí que eu mais gosto. Ter o prazer de chegar pra pessoa e dizer que o meu é orgânico. É isso aí. Meu prazer é isso aí. Saber que estou vendendo uma coisa de qualidade para as pessoas (EN III - US 23).

O primeiro passo é ter amor no coração pra trabalhar na terra e que tenha amor, boa vontade e seja bom e justo. Não importa se é analfabeto ou desembargador, ele tem que ter boa vontade de desenvolver um bom alimento para a nação. Tem que ter coragem pra isso. Porque falar de ferramenta não adianta. Às vezes a pessoa tem a ferramenta, mas não tem vontade. Tem a enxadinha e não planta. [...] Aqui não tem hora. Eu levanto a hora que tiver que levantar. Vou lá, planto as coisinhas, planto com amor. Nós aqui não somos obrigados a plantar. Nós plantamos

porque temos amor na planta. A coisa da terra. E tudo que você planta na terra, além do alimento do ser humano, é alimento pra criação do campo. Mas pra isso a pessoa tem que ter força de vontade, boa vontade e disposição. Eu e Dona Zenilda agradecemos a Deus a idade que tem com a disposição que tem. Agradecemos tudo que nós passamos, com as crianças da gente. Tinha tanto remédio do campo. Fazia o chazinho, o banhinho. Meus filhos são do mesmo ritmo nosso. Não param. Eram desde criança junto com nós no serviço. Alegria e força de vontade nós temos de trabalhar na terra (EN VI - US 38;39).

Maria de Lourdes, Claudio, Honorina, Sebastião Duque, Tereza Maria, Lindamira, José Maria, Sebastião Alves, Maria Aparecida. Essa gente que veio da terra e que hoje realiza de maneira digna e empenhada no trabalho de produção de alimentos orgânicos no Assentamento Santa Helena pôde nos ensinar, cada qual com sua própria trajetória de vida e de luta pela terra, hoje nela percorrida, algo sobre perseverança, coragem, amor, cuidado com outrem e com o mundo. Contra todas as violências impostas pelo capital às populações que historicamente foram expropriadas de seus meio de vida e postas à margem do processo de produção e reprodução social vigente (totalidade material e simbólica), ainda persiste nos sujeitos desta pesquisa o interesse pela vida de outrem, a vontade em devolver saúde à terra, a motivação da busca por uma vida melhor para todos e todas.

PARTE IV – A LUTA PELA TERRA COMO MEIO DE VIDA



DILEMAS E TENSÕES DA EDUCAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Buscamos nesta tese construir o argumento de que o fenômeno da luta pela terra manifestado em nosso país se constitui enquanto prática social geradora de processos educativos que conformam formas de ser e de agir ao mundo das pessoas que nela estão envolvidas, instituindo experiências de vida individuais e coletivas que, de modo comum, constituem e caracterizam a condição camponesa no Brasil. A compreensão de tal fenômeno implicou, portanto, na contextualização das ações de expropriação, marginalização, exploração e resistência de uma parcela da população que em algum momento de sua trajetória de vida buscou engendrar suas estratégias de reprodução no campo brasileiro, sendo condicionadas, assim, pelo conjunto de ações e relações sociais estabelecidas no meio rural a partir do processo de produção e reprodução social capitalista. No caso específico do presente trabalho, o foco de análise voltou-se para as distintas experiências de luta pela terra vivenciadas, ao longo de toda a vida, por agricultores e agricultoras residentes em um assentamento rural do município de São Carlos/SP, o PDS Santa Helena.

A fim de revelar a temporalidade inerente ao fenômeno estudado, inicialmente situamos a prática social da luta pela terra em uma perspectiva histórica e social, argumentando que a persistência de tal fenômeno nestas primeiras décadas do século XXI ainda engendra as possibilidades concretas de enfrentamentos que vêm originando a constituição dos assentamentos rurais. Conforme afirmamos ao longo desta tese, a partir da perspectiva que reconhece a existência de uma colonialidade da natureza latino-americana, a formação da concentrada e excludente estrutura fundiária nacional, antes de representar um passivo de caráter distributivo, remete a um processo original de extermínio, expropriação, subordinação e resistência dos povos originários americanos frente a violenta dominação e apropriação europeia deste território, realizada desde o século XV com a imposição de uma matriz de relações de poder de cunho constitutivamente colonial.

Assim sendo, no interior do movimento histórico de constituição da sociedade brasileira e de seu Estado Nação, transcorrido no seio do processo de produção/reprodução capitalista em sua estrutura global de funcionamento, buscamos compreender a conformação secular de uma questão agrária que é própria a nossa sociedade. Desde as concessões juridicamente instituídas com base no regime de sesmarias, mas também no direito costumeiro brasileiro e na formação das propriedades senhoriais, passando pela transição da forma de apropriação territorial típica do período colonial para a moderna propriedade privada, caracterizada pela transformação da terra

em mercadoria circulante, o modo como se configurou a formação histórica do direito de propriedade, posse e usufruto da terra no Brasil vem sendo subordinado permanentemente pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e pelas formas específicas com que vem se dando a sujeição da renda territorial e do trabalho ao capital, próprios ao regime de acumulação próprio de cada tempo.

Foi partindo deste prisma que buscamos situar os ciclos coloniais de ocupação territorial e a formação econômico-social paulista, a qual resultaria na constituição dos povoamentos que posteriormente seriam transformados nos municípios do Estado de São Paulo, tal qual o de São Carlos. Dentro desta conjuntura agrária mais ampla, na qual a modernização agrícola conservadora ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX representou um ponto de inflexão significativo do movimento de expansão do capitalismo na agricultura nacional, uma população rural marginalizada emergiu como resultado do desenvolvimento obtido pelas lavouras comerciais e especulativas ao longo da história brasileira, enquanto consequência das formas sempre precárias e provisórias de trabalho e de acesso ao uso e posse da terra que se fizeram presentes. Tornaram-se, assim, vítimas históricas de processos violentos de expropriação e subordinação política e econômica no campo.

Destarte, reconhecendo o caráter inacabado da experiência humana e da construção histórica, encontramos nas intencionalidades presentes no envolvimento desta população marginalizada em processos de resistência e disputa pela posse da terra, seja em seu desejo de permanência ou de regresso a ela, elementos essenciais para compreensão dos modos de manifestação do fenômeno da luta pela terra no país, tendo na organização coletiva dos movimentos reivindicatórios em prol da reforma agrária uma de suas formas de expressão contemporâneas mais importantes. Constituíram-se, assim, experiências individuais e coletivas de luta que foram sendo intrincadamente costuradas com as diferentes trajetórias de vida dos sujeitos do campo, engendrando a ocorrência de processos educativos que, para além das experiências expressas por suas distintas realidades de ação e dominação, foram capazes de gerar e instituir identidades, valores e atitudes que lhes são comuns.

Deste modo, discutimos processos educativos revelados a partir da análise dos movimentos dinâmicos e contingenciais de lutas e resistências presentes nas trajetórias de agricultores e agricultoras, nos discursos proferidos por eles/as acerca deste tempo passado, em narrativas construídas no presente em relação à integralidade histórica de suas distintas trajetórias de vida, as quais expressam o equilíbrio instável existente entre

as dimensões subjetiva e objetiva de suas respectivas existências. É deste movimento de construção da intencionalidade da ação proporcionada pela singularização reflexiva dos sujeitos, gerada por sua vez pelos processos educativos decorrentes de cada experiência de vida aqui apresentada, que nos aproximamos quando situamos tais processos em relação aos conflitos, contradições e dilemas de vida e suas distintas formas de conscientização, expressando o **contraditório** vivenciado no decorrer de suas experiências de roça, de cidade, de acampamentos e de assentamento, tomado enquanto elemento fundamental para a problematização da realidade social experienciada e, portanto, da própria constituição dos processos de aprendizado que engendram suas ações presentes.

Se, por um lado, “[...] às intenções do sujeito que age na história o mais das vezes não correspondem os resultados originalmente visados porque esse sujeito, embora agente, nunca é senhor da situação em que age”, de forma recíproca, “esse mesmo sujeito pode, através da liberdade possível, resistir às pressões objetivas ou transformá-las a partir da sua subjetividade singular” (LEOPOLDO E SILVA, 2008, p. 161). É em vista deste equilíbrio instável existente entre as dimensões subjetiva e objetiva da existência humana que afirmamos ser a condição camponesa constituída pela experiência educativa vivenciada objetiva, subjetiva e intersubjetivamente na relação estabelecida pelos/as agricultores e agricultoras com a terra de trabalho ao longo de suas distintas trajetórias de vida, sendo historicamente condicionada pelas formas concretas de apropriação e distribuição com que se objetifica a estrutura fundiária e, deste modo, também pelo modo de manifestação das relações de trabalho em cada contexto espaço-temporal específico, no bojo do processo de produção e reprodução social capitalista.

Destarte, considerando o contexto brasileiro de concentração da propriedade de terras e de superexploração da mão-de-obra rural e urbana, o fenômeno da luta pela terra se apresentou como elemento significativo fundante e comum (tanto em termos materiais como simbólicos) às experiências campesinas construídas no seio do processo de modernização agrícola iniciado no Brasil desde a década de 1950, as quais viriam a se constituir enquanto contra-processo de resistência política que culminaria, entre outras conquistas, com a constituição dos assentamentos rurais. Assim, defendemos a tese de que **a educação como expressão da luta pela terra se revelou, aos sujeitos de pesquisa, enquanto possibilidade de realização do trabalho produtivo na terra, que a eles/as se expressa enquanto ato autônomo de criação e significação do mundo,**

como forma de manifestação de modos dignos de viver, de reproduzir e de representar a vida, com a perene conscientização acerca do respeito à diversidade da terra, da flora, da fauna e de outrem, entendidos de modo integrado e interdependente. Finalmente, tal fenômeno manifestou-se enquanto elo entre a infância, a saída e o regresso ao campo, dando unidade à intencionalidade presente nas ações dos/as assentados/as nestes muitos anos dedicados à luta pela terra.

A **valorização da terra como meio de vida** apresenta-se no presente, portanto, como força motriz das práticas sociais vivenciadas pelos/as agricultores/as que buscam consolidar-se no Assentamento Santa Helena enquanto produtores de alimentos orgânicos, livre da presença de agrotóxicos e outros componentes sintéticos que minam gradativamente a saúde da terra e das pessoas. Forjado no decorrer de vidas inteiras dedicadas à luta, tal princípio não se encontra alheio aos dilemas, tensões e contradições decorrentes da condição de agricultor/a assentado/a no país do agronegócio. Assim, enquanto prática social geradora de processos educativos, a **luta pela terra como meio de vida** encontra sua expressão final no processo continuado de recriação de constrangimentos que em parte caracteriza a condição camponesa presente no PDS Santa Helena e também em outros assentamentos rurais contemporâneos.

A viabilidade da consolidação dos assentamentos como *locus* de vida, produção e trabalho para homens e mulheres do campo encontra seu primeiro e importante limite na atuação insuficiente e por vezes negligente do Estado em relação ao provisionamento dos elementos necessários e suficientes para constituição e consolidação de um novo assentamento humano no meio rural. Algumas carências básicas de infraestrutura indispensáveis para a formação produtiva de cada lote familiar, tal qual a escassez dos recursos hídricos dispostos aos agricultores/as para a promoção das culturas agrícolas irrigadas, incorrem diretamente na precariedade das condições de produção disponíveis aos assentados e, portanto, na instabilidade em sua capacidade de provisão de alimentos em escala comercial possibilitado pelo trabalho na terra. Isto se desdobra, por sua vez, na insegurança dos/as agricultores/as para o estabelecimento de contratos de venda públicos e privados, o que se constitui em alguns casos em motivo de impedimento para a estruturação de canais de comercialização mais estáveis e de maior vigor para escoamento da produção.

Em decorrência de tal situação, dada a inconstância dos recursos financeiros auferidos por meio da comercialização da produção agrícola dos assentados e assentadas (ainda que minimizados pelo suprimento parcial das necessidades básicas

das famílias proporcionado pelo autoconsumo), manifesta-se para alguns/mas agricultores/as um conflito de escolha entre a dedicação exclusiva do trabalho familiar para a formação da lavoura e reprodução do lote agrícola, e a evasão de sua mão de obra visando a geração de renda no curto prazo. Esta é uma das possíveis formas de compreender a dificuldade dos/as assentados/as em fazer coincidir o trabalho na roça com o trabalho do sustento pleno pretendido, manifestada pela relação problemática e contraditória estabelecida entre os arranjos possíveis e insuficientes da mão de obra familiar para o cumprimento da rotina de trabalho necessária para o plantio e a venda da produção agrícola, e a necessidade de geração de renda para sobrevivência da família.

Neste sentido, a centralidade que a horticultura adquiriu no sistema de produção dos/as produtores/as orgânicos/as do Assentamento Santa Helena expressa bem tal dilema, dado que, sob um primeiro viés, os curtos ciclos produtivos de algumas hortaliças permitem uma rápida reversão monetária do cultivo agrícola, atendendo mais prontamente as necessidades de provisão financeira das famílias. Entretanto, tal escolha tende a se apresentar de maneira controversa, visto que os dois principais obstáculos cotidianos que se colocam enquanto entrave aos/as assentados/as em relação ao estabelecimento de um sistema produtivo perene (falta de água para irrigação e insuficiência da mão de obra familiar) são precisamente duas das condições fundamentais para a viabilidade da implantação da horticultura em escala comercial.

Deste modo, em meio às relações de tensão estabelecidas com a economia de mercado no que tange as formas possíveis de reprodução social da vida no campo, depreendemos que os/as assentados/as permanecem aprendendo a lutar, simultaneamente, contra a necessidade de obtenção e a favor da possibilidade de usufruto do dinheiro, na medida em que a valorização que imputam a ele se dá principalmente enquanto meio de estabelecer de maneira resguardada e segura a possibilidade de consolidação da vida ligada a terra e ao campo. De acordo com as compreensões propostas, a utilização de recursos financeiros é indispensável tanto para o investimento produtivo inicial visando a formação das lavouras e dos lotes de trabalho (precariamente atendido pelas políticas públicas de fomento para a constituição do assentamento), quanto para viabilização do suprimento da lacuna de mão-de-obra existente em diferentes graus nos diversos lotes estudados.

Sob outro aspecto, os/as assentados precisam lidar rotineiramente com as marcas de esgotamento da terra, da vida no campo e dos recursos naturais causados pelo passado de exploração monocultora e rentista do solo em que se constituiu o

Assentamento Santa Helena, bem como com as consequências da utilização pregressa e desmedida de agrotóxicos e adubos sintéticos e seus impactos ecológicos na região do PDS: erosão, perda da fertilidade e contaminação dos solos, destruição florestal, contaminação da água, etc. Dentro de tal contexto, a concretização de um modo de plantio orgânico por parte das oito famílias integrantes da Organização de Controle Social constituída no PDS Santa Helena veio atender, circunstancialmente, uma exigência normativa posta pela Portaria INCRA n. 477/1999 aos assentamentos instituídos enquanto Projetos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que legalmente eles devem compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas à conservação e até mesmo a recomposição do potencial dos recursos naturais originais.

Entretanto, num contexto marcado pela ausência de acompanhamento e orientação técnica por parte das agências de assistência técnica e extensão rural contratadas pelo INCRA, as intencionalidades presentes no manejo orgânico da terra realizado pelos/as agricultores/as sujeitos de nossa pesquisa estão, de acordo com suas falas, pouco relacionadas com as normas e sanções legais aplicáveis ao PDS, referindo-se mais fidedignamente: a) aos aprendizados decorridos das experiências de roça vivenciadas na infância, a partir do modo tradicional com que pais, mães, avôs e avós realizaram, no passado, o manejo agrícola no campo; b) à indisponibilidade de recursos financeiros para aquisição e utilização de insumos industriais convencionais, dada a precariedade das condições de reprodução da vida vivenciadas no início do processo de constituição do PDS; c) à realização de cursos de formação técnica para a produção orgânica de alimentos oferecidos aos agricultores/as do Assentamento Santa Helena por agentes sociais diversos, tais qual o SENAR/SP; d) à troca de conhecimento intergeracional realizada entre pais e mães agricultores/as e filhos/as agrônomos/as formados no ensino superior por meio do PRONERA.

Em meio a toda esta série de tensões e constrangimentos sociais, a partir de 2016 o grupo de oito famílias de agricultores/as orgânicos/as aglutinados/as em torno da Organização de Controle Social ali constituída passou a estabelecer e aumentar, gradativamente, sua participação nas vendas para os programas de compras públicas institucionais abertos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente aqueles operacionalizados pela Prefeitura Municipal de São Carlos. Para o cumprimento dos contratos estabelecidos entre 2016 e 2018, as oito famílias de assentados/as produziram e entregaram ao menos 50 mil toneladas de alimentos orgânicos. Entretanto, conforme

podemos perceber, os/as agricultores e agricultoras que possuem idade mais avançada e/ou possuem menores condições de suprirem as deficiências de água para irrigação e de mão de obra são proporcionalmente menos beneficiados pelo recebimento dos valores obtidos com as vendas públicas.

Desta forma, entre o processo continuado de recriação de constrangimentos sociais, sua significação e possibilidades de superação, entre a realidade vivida e a realidade sonhada por estes sujeitos do campo, vai se constituindo, em nossa compreensão, a condição camponesa no Brasil. Revela, assim, um imbricamento existente entre o fenômeno da luta pela terra como meio de vida e o processo de educação humana, manifestando a indissociabilidade entre a experiência humana de significação do mundo cultural e de constituição de suas identidades individuais/coletivas, e os sentidos e as direções objetivas assumidos pelos processos sociais que constituem historicamente nossa realidade objetiva comum. Considerando que tal realidade pode ser compreendida de modos diversos pelos indivíduos, desde as relações intersubjetivas que permeiam tal entendimento, o ato de se educar com a luta pela terra se configura como próprio a cada pessoa, ainda que seja um processo de criação tão individual quanto social.

Sonhos, denúncias e anúncios

Lindamira: Minha vontade é de plantar, de colher, de vender. É, meu sonho é isso aí. Ganhar mais pra poder investir aqui mesmo. Meu sonho é andar pra frente. Meu maior sonho era que meus filhos viessem morar comigo. Se eu tivesse mais gente aqui, em cada esquina nós teríamos uma barraca. Tinha uma barraca em cada esquina, pra nós vendermos. É meu sonho. É crescer (EN I - US 70).

José Maria: Na verdade, meu sonho já está realizado. Desde quando vivia no Paraná, quando a gente plantava alguma coisa, sabia que o que estava plantando não era seu. Que alguém vai usufruir daquilo ali. A ideia da gente era plantar e saber que eu vou comer essa fruta aqui, ou meus filhos vão. Então, pra gente parar num lugar, levava tempo. Passava por vários sítios, até ficar uns 4 ou 5 anos. Era sempre um ano num lugar, um ano no outro. Meu sonho era poder um dia plantar um pé de fruta num pedaço de terra que é meu e poder saber que daqui dez anos vai dar a fruta e eu sei que daqui dez anos eu vou estar aqui e vou poder usufruir dele. Vou dar para meus filhos, para um parente, um conhecido. Eu estou contente com isso. E por conseguir formar a família da gente. E criar a família da gente. Graças a Deus minhas filhas

estão todas criadas. Agora meu sonho é viver até quando Deus permitir. É isso aí. Porque vida melhor, ter uma vida de comprar isso ou aquilo, não. Pra mim, aqui tá bom. Pra mim está ótimo. O sonho a gente, a gente já está sonhando. A gente está no sonho. Então, a gente não precisa de muita coisa não. É isso daí mesmo, e está ótimo! (EN II - US 45).

Sebastião Alves: Ah, meu sonho é poder dar uma vida boa para meus filhos. Meu sonho é esse aí. Já estou ficando velho mesmo. O que eu penso é que amanhã ou depois, se eu partir pra outra, vir gente aqui e tomar isso aqui deles. Tenho medo. Mas tirando isso... É que chega uma época que a gente não faz nada pra si. Fazemos para os filhos. Tudo que eu tenho que fazer é pra eles. Fazia quando era mais novo. Agora, com 64 anos nas costas. Se eu tivesse meus 30 anos, com a ideia que eu tenho hoje e o que eu tenho hoje. Não queria ter casa na cidade, não queria ter nada. Aí eu ia fazer a coisa mudar bem, você entendeu? Eu queria ter isso aí. Ser mais novo, ter bastante tempo para mexer na terra (EN III - US 26).

Maria de Lourdes: Meu sonho é bem beneficiado. Ter bastante coisas plantadas, fazer meu pomar aqui e plantar meu eucalipto ali. Sonhar a gente pode sonhar. Ter umas coisinhas assim, ter uma vida digna (EN IV - US 71).

Tereza Maria: O título da minha terra. Porque eu tenho medo de investir. Porque meu pedaço de herança está passando aí. Eu queria criar meu lote, um lote bem criado. A entrada do lote do meu pai era não bonita! O que eu mais quero, se saísse o título da terra, criar o meu lote. Queria minha velhice igual minha mãe. Lá em Santa Fé, tem um casarão, com quartos. A gente vai pra lá e fica a vontade. Tem de tudo lá. Pomar, laranja. A turma vem tudo aqui. Eles ligam e nós vai pra Santa Fé. Eu quero fazer. [...] Eu gosto do meu cantinho. Aqui é o paraíso (EN V - US 43).

Sebastião Duque: Na idade que a gente está, os sonhos são curtos. Nesses anos de vida, a batalha diária é o que a gente vai pensando. Tem as aulas ali, que a gente faz aula lá. O estudo é um momento de distrair nossa mente. Porque nossa mente não para. Amanheceu o dia, a mente esta fixada naquilo ali, já sabe tudo que vai fazer. Então, nosso sonho é isso aí, é a mente no dia a dia. O principal ponto de uma vida é a existência de Deus, depois são os pontos do dia a dia. Então, o sonho da gente é a diária do dia, o dia a dia. Então, são sonhos. Antes tinha o sonho de estudar bastante, voltado para o campo. Como a gente não teve, a gente se conforma e se dá por necessário que o sonho da gente é a casinha aqui, sem luxo. Pra nós está bom. Dá a hora da comida, tem as verdurinhas. É suco de cenoura, suco de maracujá, suco de manga. Então, isso é felicidade que nós temos. O sonho da gente é ser honesto, justo e sincero nas coisas que tem (EN VI - US 54).

Maria Aparecida: Eu penso assim, tudo que eu preciso, eu praticamente tenho. Eu já tenho. Tenho meus filhos, tenho saúde. Eles são perfeitos, podem trabalhar. Perfeito, não perfeição, mas não tem uma deficiência que impede de trabalhar, de se locomover. Tem os movimentos tranquilos, tem noção de tudo, sabe o que é bom o que é ruim. Não estão em fase de crescimento de se iludir com bobeira, com ilusão. Está tudo tranquilo. Não tem sonho que eu precise realizar mais. Assim, os outros falam: “A pessoa que não sonha...”. Mas já está tranquilo já. Quero continuar unindo as pessoas. Um sonho que não é só meu, é da população geral. Ter mais amor uns pelos outros, ter mais sentimentos. Melhorar um pouco o país. Essas coisas. Porque tem muitas pessoas que ainda sofrem muito com a má divisão das coisas (EN VII - US 62).

Cláudio: Ah, meu sonho é de, de qualquer maneira, tanto faz eu, você, qualquer um, não ter fome não. Não é porque nós estamos comendo o feijão e o arroz, que amanhã ou depois nós não vamos precisar de um dinheirinho para doença. Então, sempre que dá para a gente juntar, não para enriquecer, porque a gente não enriquece. Mas ter uns dois ou três contos lá no banco, precisa. Porque quando eu precisar, está lá. Na hora de uma doença. Se você está com saúde, está aguentando. Você já tem tudo na horta. O que a gente se preocupa mais é com doença. E também viver apertado. [...] E assim a gente vai vivendo! Vai vivendo da terra. Vida você sabe. Vida é vida. Eu, Sebastião, Pierre, nós já estamos no fim da vida. Nossa esperança não é pra ir aí. Nós já estamos no fim da vida. Eu já estou com 67. Com 60, 80 anos, Deus já está levando para outro canto. Há 30 anos atrás eu tinha outra força. Hoje o corpo está cansado. Está bom. Pelo menos está com saúde! (US 54;57).

Permeado de denúncias e anúncios, os sonhos dos/as agricultores/ as em poder usufruir a terra como meio de vida digna revelam em sua expressão elementos significativos no tocante à luta pela terra e às formas de vida dos povos do campo. Denunciam, por um lado, a expropriação do produto do trabalho daqueles que labutam de sol a sol, mas que padecem com a intermitência das relações de posse e usufruto da terra para criação da família, fruto do violento e injusto processo de formação da propriedade privada no Brasil e da exploração indiscriminada das necessidades alheias em busca do lucro; denunciam as precárias e incertas condições de vida que se perpetuam e afastam a intenção dos/as jovens que residem no meio rural em permanecer na terra, escasseando ainda mais as pessoas dedicadas ao trabalho no campo. Denunciam uma realidade social opressora e discriminatória, que impingiu indelevelmente na subjetividade dos/ as assentados/as o medo do recuo em relação às conquistas obtidas objetivamente a base de sangue e suor, o receio de investir uma vez

mais em algo que pode repentinamente esvaír por suas mãos, a miragem sempre presente da expropriação e da perda, perspectiva sempre provável mediante as leis positivas do agronegócio. Denunciam o atraso com que a conquista da terra chegou em suas vidas, já intensamente marcadas pela fadiga do corpo frente aos longos anos de lida: os sonhos então encurtam e a volta no tempo não se faz mais possível. Denunciam o vazio da vida de uma sociedade pautada essencialmente pelo consumo de bens frívolos, ao mesmo tempo em que acusam a existência da fome, da precisão, da extrema desigualdade social. Denunciam, por fim, o sonho frustrado do estudo não realizado, o descaso do Estado brasileiro em relação ao provimento de uma educação escolar pública, gratuita e qualitativamente adequada às formas de vida e às necessidades e anseios dos povos do campo.

Anunciam, por sua vez, a valorização da temporalidade da permanência na relação com a terra, da temporalidade presente na possibilidade de usufruto, individual e coletivo, dos frutos plantados e colhidos dela e da obtenção das condições necessárias para estruturação de uma vida digna à suas famílias. Anunciam um modo próprio de compreensão da vida e do mundo, pautado pela valorização da experiência junto à terra de trabalho e por sua vocação aos serviços da roça, o que se manifesta pela vontade de poder investir tempo, dedicação e dinheiro na formação de seus lotes. Anunciam a simplicidade contida na satisfação plena da vida pelo retorno dos frutos do trabalho autônomo, suficiente para a continuidade da caminhada e para vislumbrarem uma vida boa para filhos e filhas. Anunciam o desejo de que a honestidade, a justiça e o amor sejam basilares para a construção de uma sociedade que aprenda a valorizar a vida e a educação dos povos do campo, os quais têm muito a nos ensinar. Todavia, enquanto em nosso país os sonhos forem cortados pelas cercas que separam Deus e o Diabo, a luta pela terra como meio de vida permanecerá desafio tensionado por denúncias e anúncios, cortes e cicatrizes.

Deus fez a terra e o diabo fez a cerca. Quando cada vivente veio pra o mundo, já estava certo seu espaço pra plantar. Eu creio em Deus, cada um tem sua crença, eu creio que a divindade fez essas coisas. O feitor de tudo. Eu acredito que ele fez a expansão e pra cada vivente, teve direito a seu espaço, pra produzir seu alimento. Quem gosta de plantar vai ter seu lugar de plantar e colher alimento. Se o outro quiser trabalhar fazendo um carro pra carregar o alimento, tudo bem. Porque cada um tem seu espaço. Ninguém está tomando nada de ninguém. Cada um tem direito ao seu espaço. [...] Eu consegui o meu. Eu achei onde estava meu espaço (Maria Aparecida).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, H. La Colonialidad de la Naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (Coord.). **La Naturaleza Colonizada. Ecología política y minería en América Latina**. Clacso – Ciccus, Buenos Aires, 2011.

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos CEBRAP (82)**, novembro 2008 . p. 109-130.

ALVES, F. J. da C.. **Modernização da agricultura e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

ALY JUNIOR, O.; FERRANTE, V. L. S. B.. A execução da reforma agrária no governo Lula (2003-2010): avanços e impasses no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 15-62, 2012.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. D.. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 407-427, 2015.

ARRUDA, T. P. de. **Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena de São Carlos-SP**. Dissertação (Mestrado) -- Universidade de Araraquara, Araraquara, 2017.

BELMONTE, M. M.; TAFURI, D. M. . Epistemologias do sul: Pesquisa Participante e Sistematização de Experiências enquanto metodologias científicas de investigação no campo da Educação. In: VI Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, 2015, Valdivia/ Chile. **Anais do VI Colóquio de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, 2015.

BENATTI, J. H.. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudos da formação da propriedade privada). In: Neves, D. P. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP, 2009, v. II, p. 211-238.

BORGES, B. G. Resenha: Terras devolutas e latifúndio. **História Revista**, 2 (2), jul/dez 1997, p. 177-182.

BORTOLOTTI, M. R. S.. **Entre a roça e a cidade**: mobilidade espacial no município de São Carlos. São Paulo, 1989.

BOURDIEU, P.. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (orgs.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p.122-155.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A educação como cultura.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n. 21, de 27 de março de 2014.** Alterada pela Portaria n. 33, de 15 de maio de 2014, publicada no DOU n. 91, de 15 de maio de 2014. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PORTARIA_MD_A_21_DAP_-_ALTERADA_33_-_22.05.2014.pdf. Acesso: 15 de novembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa.** 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso: 21 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Cartilha Alimentação Escolar e Agricultura Familiar. Brasília: FNDE/MEC, sem data. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/5169-cartilha-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-e-agricultura-familiar>. Acesso: 21 de novembro de 2018.

BRAYNER, F.. **Fundamentos da educação:** crise e reconstrução. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

BRUNO, E. S.. **Viagem ao país dos paulistas:** ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 151 p. (Coleção Documentos Brasileiros; v.123).

BUARQUE, C.. Pedro pedreiro. In: _____. **Chico Buarque de Holanda.** Rio de Janeiro: RGE, 1966. Faixa 6. Disco de vinil.

CARREGOSA, E. A; CUNHA E SILVA, S. L. da; FERREIRA, L. G.; TAVARES, D. C. Mediadores sociais e sua contribuição na história do movimento ambientalista do município de Itapetinga, Bahia (1960/2007). **Enciclopédia Biosfera**, v. 6, n. 9, p. 1-17, 2010.

CARVALHO, H.M. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**, ano 7, n. 5, p. 113-122, jul-dez 2004.

CARVALHO, J. G. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo:** o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COLLETI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP, 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo - Brasil 2017**. CPT Nacional, Brasil, 2017.

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M.. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião centro ocidental paranaense. **Geografia (Londrina)**, v. 18, p. 109-127, 2009.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. Tese (Doutorado) -- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

_____. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: Luciana Jaccoud (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. 1 ed. Brasília/ DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

DEVESCOVI, R. de C. B.. **Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos**. São Carlos, SP: Arquivo de História Contemporânea-UFSCAR, 1987. 257 p. (Monografia; v.2).

DUSSEL, E.. La pedagógica latinoamericana (la antropológica II). In: _____. **Filosofía ética latinoamericana: de la erótica a la pedagógica**. México, Edicol, p. 123-198, 1977.

_____. **Introducción a la filosofía de la liberación**. 5^a ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995.

_____. Cultura imperial, cultura ilustrada e libertação da cultura popular. In: _____. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo, Paulinas, p. 121-152, 1997.

_____. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: _____. **Hacia una filosofía política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001a, p.279-301.

_____. Sobre el concepto de 'ética' y de ciencia 'crítica'. In: _____. **Hacia una filosofía política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001b, p.303-318.

_____. **16 tesis de economía política: interpretación filosófica**. México: Siglo XXI Editores, 2014.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V. L. S. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes (UFPB)**, v. 35, p. 62-78-78, 2016.

ESCRIVÃO FILHO, A.. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FELTRAN, G. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, n. 53, v.2, Universidade de São Paulo, 2010, p. 565-610.

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

FERNANDES, B. M. A judicialização dos conflitos fundiários. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente - SP, p. 02 - 02, 26 fev. 1996.

_____. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Universidade de Buenos Aires, 1997, p. 01-14.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979 -1999)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais do 8º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.

FERRANTE, V. L. S. B.. Caminhos e Descompassos do Sindicalismo Rural Paulista. **Revista Perspectivas**, n.12/13, p. 73-102, 1990.

_____. Os Herdeiros da Modernização (Grilhões e Lutas dos Boias-Frias). **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 8, p. 93-104, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.. O sindicalismo rural paulista na última década: Fissuras e Contrapontos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, p. 36-46, 1994.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Org.). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005, v. 1, p. 37-69.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012, p. 01-28.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. S.; AMARAL, Daniel Tadeu Do; GEMERO, C. G.; FLORES, A. F.; SILVA, S.; ALY JUNIOR, O.. Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, v. 15, p. 45-88, 2012.

FIORI, E. M Educação Libertadora. In: _____. **Textos escolhidos**, Vol. II, Educação e Política. Porto Alegre: L&PM, 1991, p. 83-95.

_____. Aprender a dizer a sua palavra. In: E. M. FIORI. **Educação e Política**: textos escolhidos – volume 2. 2a ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 67-81, 2014a.

_____. Conscientização e educação. In: E. M. FIORI. **Educação e Política**: textos escolhidos – volume 2. 2a ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 83-104, 2014b.

FRANCO, M. S. de C.. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

GARNICA, A. V. M. S. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997

GEORGES, I.; RIZEK, C. A periferia dos direitos. In: 32 Encontro Nacional da ANPOCS, 2008, Caxambu. GT Trabalho e sindicalismo no Brasil Contemporâneo. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2008. v. 1. p. 2-22.

GEORGES, I.; SILVA, C. F. A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, 2008. v. 13. p. 79-95.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M.. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, v. 8, p. 73-98, 2008.

GONÇALVES, J. C.. **Desenvolvimento sustentável e questão agrária**: retóricas e realidades em movimento. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J.. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

GUIMARÃES, A. P.. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

HESPANHOL, A. N.. A formação sócio-espacial da Região de Campo Mourão e dos Municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu - PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 1, p. 17-28, 1993.

IBGE (1970). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro – RJ.

IPEA. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

LARROSA-BONDÍA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VÉRAS, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2011, p. 29-63.

LEOPOLDO E SILVA, F. Descontrole do tempo histórico e banalização da experiência. In: NOVAES, A. (Org.) **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo**. São Paulo: SESC - Agir, 2008, p. 149-162.

LIMA, E.A.; BASSO, I. **Santa Fé do Sul**: 60 anos de história. São José do Rio Preto, SP. THS Arantes Editora, 2006.

LIMA, M. G.. O êxodo rural da mesorregião geográfica centro ocidental paranaense - um processo permanente. In: 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima/Peru. **Anais...**, 2013, p. 01-16.

LINHARES, M. Y., TEIXEIRA DA SILVA, F. C. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, C. A. (Org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas – São Paulo: UNESP, 2009, v. I, p. 117-134.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G.S.C.de. . Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, 2018.

LOPES, P. R.; SARAVALLE, C. Y.; FRANCESCHINI, G.; FREIRE, L.; CAMARGO, R. A. L.; SILVA, R. C. Problematização participativa da realidade local do assentamento agroecológico PDS Santa Helena - São Carlos/SP. In: 1º Seminário de Agroecologia da América Latina, 2014, Dourados/MS. **Cadernos de Agroecologia**, 2014. v. 9, p. 1-12.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MARINHO, R. C.. **Trajatória e perspectivas econômicas de Muriaé-MG**: o papel dos atores locais na articulação do desenvolvimento econômico. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2016.

MARINI, R. M.. Dialética da dependência. In. SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105-165.

MARTINE, G.. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, Mar. 1991.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. da V. **A pesquisa qualitativa em psicologia, fundamentos e recursos básicos**. 2. ed. São Paulo: Moraes EDUC, 1989.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MERLEAU-PONTY, M. 2006. **Fenomenologia da Percepção**. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 662 p.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M.. Agricultura orgânica: característica básica do seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, p. 263-293, 2006.

MILANO, M.; PERA, J. Entrevista com Élio Neves. **Revista REED**, v.2, n. 1, 2009.

MONTENEGRO, A. T.. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J.; NEVES, L.. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEVES, E. F.. **Posseiros, reдеiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750 -1850)**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NEVES, W. A et al. Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. **Ciência Hoje**, v. 50, p. 26-30. 2012.

OLIVEIRA, A. U.. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, M. W. de. Et al. Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisas em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W. de; SOUSA, F. R. (Org.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014, p. 29-46.

OLIVEIRA, N. G. De “capital da pecuária” ao “sonho de polo calçadista”: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PEREIRA, S. R. N.. **Guanambi**: centralidade, rede urbana e dinâmica regional no centro-sul baiano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

PETRONE, M. T. S.. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: DIFEL, 1968. 241 p. (Corpo e Alma do Brasil; v.21).

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste** (Fortaleza), v. 40, nº 3, jul.-set, 2009, p. 411-423.

PLATÃO. **A república**, livro VII. Brasília: UnB, 1996.

PORTO, G. C. S.. **Configuração sócio-espacial e inserção das feiras livres de Itapetinga-BA e arredores no circuito inferior da economia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130. (Colección Sur Sur).

ROCHA, M. A. de C. O falar como expressão do ser na visão de Merleau-Ponty. In: BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. (Orgs.) **Joel Martins... um seminário avançado em fenomenologia**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 97-112.

ROSA, T. T. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia**. Dissertação (mestrado). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

_____. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu - MG. **Anais...** São Paulo, ANPOCS, 2009.

SANTOS, B. S. 2010. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B. S. SANTOS; M. P. MENESES. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, p.31-83.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 1995/1996**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2001.

SCIRÉ, C. D. de O. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

_____. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 65, 2011.

SILVA, D. F. **Sistemas agrários e agricultura no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2014.

SILVA, P. B. G. 1987. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro**. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 293 p.

_____. Práticas sociais e processos educativos: da vida e do estudo até o grupo de pesquisa. In: M. W. OLIVEIRA; F. R. de SOUSA (Org.) **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos, EDUFSCAR, p. 19-27, 2014.

SILVA, R. C.; SILVA, J. P.; SANTOS, R. V.; LOPES, P. R.. Geração de renda na agricultura familiar do Assentamento PDS Santa Helena com venda direta. In: VII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais, 2016, Araraquara. **Anais do VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**. Araraquara: NUPEDOR, 2016. v. VII, p. 1-7.

SOUZA, E. de J.. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra**: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidente Prudente, 2009.

STÉDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500-1960 – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

TAFURI, D. M.. As Ações Afirmativas e o Campo Científico: dilemas políticos e epistemológicos para a constituição de uma ciência social crítica. **Políticas Educativas**, v. 05, p. 45-58, 2011.

_____. A política como descolonização: reflexões sobre o Estado-Nação brasileiro e sua democracia constitucional In: IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar: Olhares e diálogos sociológicos sobre as mudanças no Brasil e na América Latina, 2013, São Carlos/SP. **Anais...**, 2013, p. 01–16.

_____. **A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos, SP, 2014a.

_____. Bancos Comunitários no Contexto Contemporâneo das Periferias Brasileiras. **Revista do IMEA-UNILA**, v. 02, p. 49-60, 2014b.

_____. Interfaces entre Estado e Economia Solidária em um bairro de periferia urbana. **Iuminuras (Porto Alegre)**, v. 16, p. 185-217, 2014c.

_____. Pesquisa Participante em Educação e seus aspectos sociológicos, epistemológicos e metodológicos. In: III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, 2015, São Carlos/SP. **Anais...** 2015a.

TAFURI, D. M.; GONÇALVES JUNIOR, L.. Educação, cultura e economia solidária: a experiência dos trabalhadores do Banco Nascente. **Trabalho & Educação (UFMG)**, v. 24, p. 31-50, 2015b.

TELLES, V. da S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TRUZZI, O. M. S.. **Café e indústria**: São Carlos: 1850-1950. São Carlos, SP: EduFScar, 2007. 203 p.

Welch, C. A.. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

YOKOO, E. N.. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Caracterização do entrevistado

- a) Nome
- b) Sexo
- c) Data e local de nascimento
- d) Local de nascimento dos pais
- e) Família que reside junto no assentamento (nome/idade/o que fazem na vida)
- f) Profissão
- g) Trabalha apenas no assentamento? Se não, onde mais?
- h) Área do lote

Perguntas geradoras:

1) O Sr. (a) poderia contar um pouco de sua história de vida, começando desde sua infância?

[Trabalho dos pais]

[Possíveis migrações e seus motivos]

[Vida na infância]

[Passagem para vida adulta]

2) Como foi sua entrada na luta pela terra, conte-me como aconteceu essa história.

[Motivação pessoal]

[Pessoas de referência]

3) Como foi sua vinda ao Santa Helena e o início do trabalho aqui no seu lote?

[Tipo de produção realizada]

[Motivações para a produção agropecuária]

[Condições existentes e condições necessárias]

4) Como o sr. (a) tomou a decisão de trabalhar apenas com a produção orgânica?

[Percepções gerais sobre a produção orgânica]

[Intencionalidade da ação econômica]

5) Conte-me um pouco como é seu dia-a-dia dentro e fora do lote, desde o trabalho de manutenção da propriedade, passando pela produção e pela venda do que o sr. (a) produz.

[Relações de trabalho no lote]

[Divisão familiar do trabalho]

[Trabalho doméstico]

[Trabalho não familiar]

[Relações com outros assentados]

[Trocas não monetárias]

[Percepções sobre o processo de comercialização]

6) Me fale um pouco sobre o que você precisa para viver.

7) O que o sr. (a) sonha para ter uma vida melhor?

[Importância do dinheiro na reprodução da família]

[Relação com crédito monetário]

APÊNDICE II – MATRIZ NOMOTÉTICA DA PESQUISA

Categoria Entrevista	Capítulo 2	Capítulo 4		Capítulo 5		Capítulo 6		
	Gente que veio da terra	Criados nesse meio, aprendendo todas essas coisas	A ideia de vir embora	Quem ficou embaixo de lona	A terra eles não podem levar	Aqui é um trabalho familiar	Morar em cima da terra e ficar comprando, não dá não!	Devolver saúde pra terra
I - Lindamira	1;3;4;5;6;13;14;15; 19;21;23;24;26;28;36;37;38;66	7;8;10;11;12;15;17;18;20; 22;24;25;67	9;13;16;27;29;30; 31;32;33;34;35;39; 40;41	42;43;44;46;47;49; 50;52;53;54;56	45;48;55;57;58;59	62;63;64;65	66;68;69;71;73	60;61;70;72
II – José Maria	1;2;3;5;6;7;11;12; 15	8;9;10;12	4;10;11;12;13;14;16; 17;18; 19;20;21;35	23;24;30;31;32;33; 35;	22;25;26;27;28;29; 46	40;41;42	39;44	36;37;38;43;44; 45
III – Sebastião Alves	1;2;4;6;14;19	4;14	3;5;7;8;14;27	12;17;27	16	20;21	22	15;18;19;23;24; 25;26
IV – Maria de Lourdes	1;2;3;4;5	-----	1;4;6;7;8;9;10;11;12; 13; 20	12;14;15;22;23;45; 47	18;19;21;26	31;39;40;41;42;43; 48;50;51;66	25;26;27;28;29;30; 32;33;34;54;55;56; 57;58;59;60;61; 62;63;64;65;68;69	38;48;49
V – Tereza Maria	1;2;3;4;8;9	1;5;7;9;11	5;6;9;10;12;13	14;15;18;19;22;25; 26;27	20;28;29;30;31;32	34;39;40	33;35;42;43;54	36;37;38
VI – Sebastião Duque	1;2;5;8;11;13	2;3;4;5;9;10;17;25;26	1;11;12;14;15;16;17; 18;25;40; 41;42	19;21;22;23;25;27	28;29	44;48;53	48;49;50;51;52	30;31;32;33;34; 35;36;37;38; 39;43;45;46;47
VII – Maria Aparecida	1;2;5	3;4	6;7; 9;10;11;12;13;14;15; 16;17;18;19	25;26;27;30;31;32	26;28;29;33;34; 35; 36;37;38;39	44;50;51;52;53;54; 55;56;57	46;48;58;59;60;61	40;41;42;43;45; 47
VIII – Honorina/ Cláudio	1;2;3;5;9;18;19; 20;22;51	1;2;18;49;50;52	4;6;7;10;11;12;13;14; 15;16;17;22;23;24; 52	25;32;34;38	26;27;28;29;30; 31;33;35;36;37;39; 40; 41;42;43	48;49;52;55;56	53;54	44;45;46;47

ANEXO I - PARECER DE APROVAÇÃO CONCEDIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS DA UFSCAR

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS ECONÔMICAS, PRÁTICAS SOCIAIS: EDUCAÇÃO POPULAR E O DISCURSO DA ECONOMIA POLÍTICA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE SÃO CARLOS/SP

Pesquisador: DIOGO MARQUES TAFURI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64481517.4.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.999.809

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa se propõe a investigar as práticas econômicas populares desempenhadas por agricultores(as) familiares assentados pela política de reforma agrária no município de São Carlos/SP, no Assentamento PDS Santa Helena. Intentamos compreender o modo como se manifestam as tensões existentes entre o discurso da Economia Política moderna e as práticas econômicas populares experienciadas nas áreas rurais, bem como este fenômeno se desdobra e se relaciona com os processos educativos engendrados no bojo do processo de produção/ reprodução simbólica e material de homens e mulheres que, sendo assentados(as) da reforma agrária em uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, se relacionam tanto com práticas econômicas solidárias quanto capitalistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Constitui-se objetivo do presente projeto de pesquisa a compreensão do modo como se manifestam as tensões existentes entre o discurso da Economia Política moderna e as práticas econômicas populares experienciadas nas áreas rurais, bem como este fenômeno se desdobra e se relaciona com os processos educativos engendrados no bojo do processo de produção/ reprodução simbólica e material de homens e mulheres que, sendo assentados da reforma agrária

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9683

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 1.999.809

em uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, se relacionam tanto com práticas econômicas solidárias quanto capitalistas. Para tanto, investigaremos as práticas econômicas populares na perspectiva dos processos educativos por elas desencadeados, em interface com a natureza construída de tais experiências a partir da existência e do funcionamento histórico de sistemas ideológicos estabelecidos, o que, neste caso específico, implica no desvelamento das categorias oriundas da Economia Política moderna que fundamentam e se tensionam com as ações econômicas dos agricultores(as) familiares assentados(as).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovação condicionada. O pesquisador deve inserir no TCLE que a participação na pesquisa não irá gerar gastos ou ganhos ao entrevistado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_857317.pdf	26/01/2017 21:01:09		Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_DiogoTafari.pdf	26/01/2017 21:00:19	DIOGO MARQUES TAFURI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP_DiogoTAFURI.pdf	25/01/2017 20:59:16	DIOGO MARQUES TAFURI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModeloTCLE_DiogoTafari.pdf	25/01/2017 11:38:33	DIOGO MARQUES TAFURI	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 1.999.809

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 04 de Abril de 2017

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Telefone: (16)3351-9683

CEP: 13.565-905

Município: SAO CARLOS

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Página 03 de 03

**ANEXO II - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO ASSINADO PELOS COLABORADORES DA PESQUISA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, _____, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Doutorado sob o título provisório **“Práticas econômicas, práticas sociais: educação popular e o discurso da economia política em assentamentos da reforma agrária de São Carlos/SP”**. Você poderá desistir de participar desta pesquisa e retirar seu consentimento a qualquer momento antes de sua conclusão, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. O objetivo central deste estudo é compreender as práticas econômicas populares desempenhadas por agricultores/as familiares assentados pela política de reforma agrária no município de São Carlos/SP, no Assentamento PDS Santa Helena. Sua participação neste estudo consistirá em conceder entrevistas gravadas e autorizar sua utilização na pesquisa. Todos os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, possibilitando a divulgação dos resultados desta pesquisa em congressos, palestras e outros eventos científicos. O risco com sua participação é de eventual constrangimento durante a coleta de dados, mas cuidados como a discrição, o respeito e o sigilo estão sendo e serão tomados para evitá-lo. Sua participação na pesquisa não irá gerar ganhos ou gastos financeiros. Poderá haver benefícios com a sua participação na pesquisa no sentido de evidenciar novos elementos para o debate sobre os processos de conhecimento popular constituídos num contexto diverso dos espaços institucionais do sistema educacional, especialmente aqueles relacionados às ações econômicas desempenhadas por agricultores/as familiares assentados/as pela política de constituição de assentamentos rurais. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Diogo Marques Tafuri

Aluno regular do PPGE/UFSCar, orientado pelo Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior
(RG: 33.521.223-2 / CPF: 313.583.868-46/ Tel.: (16) 8197-8849/ End: Av. Américo Walter
Buchvieser, n. 56, Bairro Santa Marta, São Carlos/SP, CEP 13564-180

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

São Carlos, ____ de _____ de 201 ____.

Nome do Sujeito da Pesquisa:

(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Oração a Nossa Senhora da Boa Viagem

Minha santa embarcação
que me leva por aí
com a força de um ímã
dai-me os olhos bem abertos pra guiar
e o coração tranquilo

Minha santa estrada mãe
que me sopra a direção
faz chover no meu cordão
uma reza de aprumar o fogo em mim
e fincar os pés na terra
eras e eras
com todo amor do mundo no quintal
e as órbitas solares em constelação
jardim crescendo

Minha santa mãe do mar
que me sopra o norte e o sul
dai-me força pra firmar
a ciência de saber o que se vai
e o que cresce e permanece
pés sobre a terra
e as asas sem perder a direção
o ritmo propício pro mergulho
o peito forte

(Luiz Gabriel Lopes)